

A interiorização da assistência à infância em São Paulo (1825–1950)

Sérgio C. Fonseca
Felipe Ziotti Narita
Organizadores

**A interiorização da assistência à infância
em São Paulo (1825-1950)**

Financiamento



Agradecemos à comissão coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da FFCLRP-USP (gestão 2021-2024) o empenho acadêmico e administrativo que viabilizou a publicação do livro.

**Sérgio C. Fonseca
Felipe Zioti Narita
(Organizadores)**

**A interiorização da assistência à infância
em São Paulo (1825-1950)**

Copyright © Autoras e autores

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos das autoras e dos autores.

Sérgio C. Fonseca; Felipe Ziotti Narita [Orgs.]

A interiorização da assistência à infância em São Paulo (1825-1950). São Carlos: Pedro & João Editores, 2025. 400p. 16 x 23 cm.

**ISBN: 978-65-265-1806-9 [Impresso - 2025]
978-65-265-1807-6 [Digital - 2024]**

DOI: 10.51795/9786526518076

1. Interiorização. 2. Assistência. 3. Educação. 4. Infância. I. Título.

CDD – 370

Capa: Luidi Belga Ignacio

Ficha Catalográfica: Hélio Márcio Pajeú – CRB - 8-8828

Revisão: Lourdes Kaminski

Diagramação: Diany Akiko Lee

Editores: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Editorial da Pedro & João Editores:

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luís Fernando Soares Zuin (USP/Brasil); Ana Patrícia da Silva (UERJ/Brasil).



Pedro & João Editores

www.pedroejoaoeditores.com.br

13568-878 – São Carlos – SP

2025

Lista de quadros

Quadro 1: Estabelecimentos fundados entre 1825 e 1869 na capital
- 39

Quadro 2: Estabelecimentos fundados entre 1873 e 1885 na capital
- 46

Quadro 3: Estabelecimentos fundados entre 1892 e 1897 na capital
- 55

Quadro 4: Instituições mantidas pelo estado e destinadas a menores em São Paulo - 64

Quadro 5: Estabelecimentos assistenciais para crianças existentes na cidade de São Paulo entre 1889 e 1930, segundo os Anuários Estatísticos, Anuários do Ensino e Relatórios dos Presidentes de Estado e outras fontes - 65

Quadro 6: Comparação da população geral paulista segundo dados recolhidos das obras: “Estatística da Imperial Província de São Paulo”, por José Antônio Teixeira, de 1827; “Ensaio d’um quadro estatístico da Província de S. Paulo, ordenado pelas leis provinciais de 11 de abril de 1836, e 10 de março de 1837”, por Daniel Pedro Müller; e as séries “São Paulo do passado: dados demográficos de 1854, 1872 e 1886”, organizadas por Maria Sílvia Bassanezzi - 117

Quadro 7: Estabelecimentos de instrução e assistência à infância na Província de São Paulo mencionados nos Relatórios dos Presidentes de Província (RPP) entre 1838 e 1884 - 137

Quadro 8: Estabelecimentos assistenciais e de ensino de ofícios para crianças existentes no estado de São Paulo entre 1889 e 1930, segundo os Anuários Estatísticos, Anuários do Ensino e Relatórios dos Presidentes de Estado - 141

Quadro 9: Estabelecimentos ligados à AFBI entre 1901 e 1917 na capital e no interior - 147

Quadro 10: Faixas etárias da população de Ribeirão Preto em 1919 - 169

Quadro 11: Estabelecimentos assistenciais ativos em Ribeirão Preto entre 1896 e 1938 - 173

Quadro 12: Dados da contagem de população de Ribeirão Preto em 1912 - 205

Quadro 13: Faixas etárias apuradas pela contagem de população em 1912 - 206

Quadro 14: Origem das internas do Asilo Anália Franco entre 1917 e 1925 - 219

Quadro 15: Classificação dos Parques Infantis do interior do Estado de São Paulo pela frequência média diária obtida em 1951 - 309

Quadro 16: Parques infantis de Ribeirão Preto entre 1951 e 1977 - 325

Quadro 17: Escolas municipais de educação infantil originadas dos parques infantis - 326

Lista de figuras

Figura 1: Mapa da interiorização escolar metodista entre o final do século XIX e início do XX - 111

Sumário

Prefácio	13
Oswaldo Truzzi	
Apresentação	19
PARTE I: A formação da assistência na versão institucional	23
Sérgio C. Fonseca	
A elaboração da assistência na versão institucional asilar em São Paulo durante o século XIX	31
Sérgio C. Fonseca Felipe Ziotti Narita	
Parte II: Repensando a formação pelo prisma da interiorização	67
Felipe Ziotti Narita	
Missão metodista e os vetores transnacionais da interiorização paulista	89
Vitor Queiroz Santos	
Vetores da interiorização em São Paulo	113
Rafael Cardoso de Melo Sérgio C. Fonseca Felipe Ziotti Narita	

Anália Franco e a Associação Feminina Benficiente e Instrutiva levam um modelo de assistência ao interior	143
Sérgio C. Fonseca Carla Cristina Johansen	
Ribeirão Preto: um caso para o estudo da interiorização da assistência	161
Sérgio C. Fonseca	
Menores na capital interiorana do café	187
Sérgio C. Fonseca Cintia Regina Czysz de Castro	
A assistência à infância chega à cidade: o asilo como forma de resposta institucional	217
Sérgio C. Fonseca Carla Cristina Johansen	
PARTE III: A interiorização da assistência pela via estatal	231
Sérgio C. Fonseca	
Os reformatórios, a legislação sobre menores e a formação de setores estatais especializados em assistência em São Paulo	235
Sérgio C. Fonseca Felipe Ziotti Narita	
Capilaridade e interiorização: a Legião Brasileira de Assistência em São Paulo	263
Sérgio C. Fonseca Elmir de Almeida	

Entre assistir e educar: os parques infantis em Ribeirão Preto	295
Maria Beatriz Ribeiro Prandi Débora Menegotti Ferreira Gabriela Campos Darahem Sérgio C. Fonseca	
A interiorização das respostas institucionais aos problemas sociais	347
Sérgio C. Fonseca Felipe Ziotti Narita	
Fontes	357
Referências	377
Sobre as autoras e os autores	399

Prefácio

A obra que o leitor tem em mãos encerra uma contribuição de muita relevância e originalidade. A relevância encontra-se associada à incômoda e preocupante posição do país no ranking das nações mais desiguais do planeta, forjada historicamente por níveis de concentração de renda bastante elevados. Por conseguinte, não é fora de propósito imaginar que parcelas significativas da população infantil experimentaram a condição de desvalidos, desamparados, desprotegidos ou qualquer outro termo que evoque a precariedade das existências de nossas crianças, mesmo no estado que logrou se converter no mais rico da federação.

Para fazer frente a tal estado de coisas, logo surgiram instituições de inspiração, formatos e designações variadas (reformatórios, orfanatos, asilos, liceus, seminários, escolas, parques e outras), todas parciais, já por seu caráter eminentemente urbano, e de índole reformista, dispostas não a erradicar o problema - o que demandaria soluções mais profundas e estruturais - mas a remediá-lo, fornecendo algum lenitivo à situação bastante desfavorável desses meninos e meninas carentes, o que, diga-se logo, não é pouca coisa.

Uma linguagem fluida, mas acurada, perpassa todo o texto, buscando desde o início explicitar origens históricas, teóricas e mesmo etimológicas, que discutem e esclarecem o leitor a respeito de sobreposições de sentidos entre termos do senso comum aplicados ao objeto em questão: por exemplo, caridade, filantropia e assistência; ou asilos, orfanatos e liceus, ou ainda a instigante discussão sobre os usos do conceito de interiorização entre autores nacionais clássicos. Além disso, a obra oferece um panorama geral da bibliografia atinente ao tema da institucionalização da assistência infantil, em seus aspectos históricos, em São Paulo.

Outra qualidade notável da obra diz respeito ao adequado enfrentamento do caráter por excelência transdisciplinar do objeto em questão, o que exige conhecimentos mobilizados em campos de conhecimento distintos, como Educação, História, Sociologia, Ciência Política e Direito. De modo coerente, os autores se valem de fontes diversas, a maior parte delas pinçadas em arquivos, que vão desde documentações das próprias instituições a relatórios governamentais, consultas à legislação própria à temática, a periódicos locais e mesmo entrevistas.

Inicialmente desabrochadas na capital, ao longo do século XIX, os organizadores não descuidam de examinar como tais instituições surgiram e se desenvolveram na capital em formação. Ao contrário, tomam-nas como uma de suas referências para enfrentar o mesmo tema focalizado agora em plagas interioranas, ressaltando as opções institucionais disponíveis, erigidas sobre determinantes específicos afeitos às realidades do interior paulista. Dois estudos de caso, de recorte geográfico (Ribeirão Preto) e institucional (Legião Brasileira de Assistência- LBA) mais aprofundados conferem originalidade à pesquisa, ao passo que um mapeamento das instituições interioranas (ainda que incompleto) emprestam abrangência ao estudo. Ademais, os autores captam, sobretudo a partir dos anos de 1930, à medida que o aparelho estatal adquire musculatura, as influências crescentes deste sobre as políticas de assistência infantil, em contínua negociação com os poderes locais.

Tomada em seu conjunto e fruto da variedade de formatos e inspirações, era inevitável que a assistência infantil trilhasse caminhos distintos que oscilaram entre iniciativas privadas ou públicas, religiosas ou laicas, orientadas ao disciplinamento de condutas ou à formação (educacional *stricto sensu* ou para o trabalho), ou ainda ao atendimento de carências emergenciais (nutrição, saúde etc.).

Por fim, os autores argumentam, de modo persuasivo, que o desenvolvimento da assistência infantil em cidades do interior paulista, já adensadas pelos efeitos externos da economia cafeeira

e pela crescente urbanização, contribuiu para a própria construção do campo assistencial como um todo, à medida que pautas sociais foram se impondo, mesmo que timidamente e em tons inequivocamente reformistas, como demandas tangíveis.

Por todas estas qualidades, a presente obra acumula muitos méritos e vem suprir uma lacuna considerável em nosso conhecimento acerca dos condicionantes e dos processos institucionais que presidiram a construção do campo assistencial infantil no estado, e particularmente no interior, merecendo toda a atenção dos leitores interessados em escrutinar tal realidade.

São Carlos, janeiro de 2025.
Prof. Dr. Oswaldo Truzzi (UFSCar)

Apresentação

O conteúdo deste livro é formado por textos inéditos e por textos de autoria dos organizadores com diversos pesquisadores (anteriormente publicados em revistas científicas),¹ oferecendo um conjunto dedicado a explicar a interiorização da assistência à infância nos séculos XIX e XX. O arco cronológico se estende dos primeiros esforços institucionais até a efetiva institucionalização e interiorização do campo assistencial, sobretudo, a partir dos anos 1930 e 1940. As produções resultam de pesquisas desenvolvidas junto ao Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Infância, Juventude e Educação (Lepinje) da USP, tendo sido complementadas pelo material da tese de livre-docência defendida pelo primeiro organizador, em 2018, na universidade.²

Embora a dinâmica da interiorização das instituições de assistência possa sugerir a impressão de imitação ou de mera transferência de uma solução implementada antes em cidades maiores ou capitais, essa percepção pode ser questionada. Quando orfanatos, asilos infantis, liceus e colônias aparecem nas cidades do interior de São Paulo, além da mimese de fato existente, as pesquisas permitem explorar também outra direção: a interiorização da assistência não apenas rotinizou novos processos sociais no interior, mas ajudou a construir o campo assistencial no país. Como fenômeno tipicamente urbano, aplicado sobre uma

¹ A publicação deste livro foi financiada pela Capes e pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da USP. Os organizadores registram agradecimentos às instituições pelo apoio financeiro e institucional indispensável para a realização do projeto editorial.

² Este livro compõe o projeto temático “Dinâmicas de incorporação, mobilidade social e dominação no Oeste Paulista (1850-1950)” (Fapesp - 23/11937-5), no qual os organizadores atuam como pesquisadores associados sob a coordenação do Prof. Dr. Oswaldo Serra Truzzi (UFSCar).

fração da população - a infância (e sobre uma parte dessa fase da vida, a infância pobre) -, a assistência serviu ao governo dos pobres a fim de mitigar as carências e com a validade complementar de oferecer alguma pacificação para os efeitos das profundas assimetrias entre as classes sociais, do não engajamento no sistema produtivo de muitos indivíduos e dos efeitos de um liberalismo pouco afeito a estender a intervenção estatal, na forma de amparo social, às questões da pobreza, sobretudo, durante a Primeira República.

A fim de organizar nossa exposição, o livro está dividido em três partes: (1) a formação da assistência na versão institucional; (2) de um lugar para outro: a interiorização da assistência; (3) a interiorização da assistência pela via estatal. Os momentos exploram dimensões diferentes percorridas, de ponta a ponta, pelo mesmo problema, a saber, os processos de interiorização da assistência articulado a variáveis institucionais e socioeconômicas.

Na primeira parte, pretendemos responder à seguinte pergunta: vamos tratar de interiorização em relação a qual lugar e a partir de qual experiência? A primeira parte da resposta é São Paulo, já que, até a última década do século XIX, os desenhos institucionais mais usuais estavam presentes na cidade desde os anos 1820, com menor incidência nas cidades do interior, a não ser por rarefeitos similares em cidades antigas de zonas igualmente antigas de povoamento. A partir da década de 1870, mais instituições de assistência à infância apareceram em São Paulo, de modo que até os anos 1890, outras cidades do interior fundaram seus estabelecimentos, a exemplo de Campinas. Se o presente raciocínio for levado ao paroxismo, alguns modelos institucionais fixados em São Paulo vêm de referências assumidamente estrangeiras, como é o caso dos liceus de ofícios. Não obstante o desenho institucional, a lógica da assistência, presente na forma como ela se organiza na versão asilar e institucional, foi desenvolvida em São Paulo ao longo de décadas de acúmulo de experiência - embora não linear e muitas vezes não comunicada de

uma instituição a outra – em abrigar, socializar e dirigir a reentrada de internos na sociedade.

A segunda parte do livro apresenta os apontamentos necessários acerca dos indícios de um processo de interiorização da assistência à infância em São Paulo, ensejado durante o último quartel do século XIX. Para tanto, um breve mapeamento mostra a distribuição de instituições assistenciais para crianças pelas cidades do interior, reconhecidas em documentos de produção estatal, como relatórios de presidentes de estado, anuários estatísticos e anuários de ensino estaduais. Não se trata de um censo completo, porque certamente vários estabelecimentos e organizações não foram incluídos e, ademais, trata-se de uma apuração cujo escopo coloca em primeiro plano a perspectiva do Estado, que em seus documentos de apuração estatística e relatórios de administração reportou as instituições com quem manteve alguma espécie de relacionamento formal (subvenção, no mais das vezes) e que prestavam, segundo classificação posta nos documentos, alguma espécie de assistência ao público em termos de ensino de ofícios, escolarização de crianças pobres, abrigo e criação de órfãos.

Conforme a organização da parte dois, esse apontamento de instituições permite delinear evidências da interiorização da assistência, servindo, para tanto, dois casos apresentados como nexos entre a tendência de florescimento de instituições assistenciais para crianças em São Paulo e a chegada delas às zonas do interior. O primeiro caso é representado pela Associação Feminina Beneficente e Instrutiva (a AFBI), liderada por Anália Franco entre 1901 e 1919. O segundo é Ribeirão Preto e o seu processo - em parte autóctone e também muito influenciado por referências vindas de outras experiências e lugares – de criação de instituições para assistir crianças da localidade e até mesmo de cidades da região.

Na parte três, a conjuntura é deslocada aos anos 1930, quando outra ordem de processos e de instituições influenciou fortemente o campo da assistência, especialmente em razão da consolidação de aparatos estatais (e de suas burocracias) feitos para intervenções

continuadas sobre o social. Em São Paulo, o Departamento de Assistência Social foi criado para reunir setores estatais que já atuavam sobre problemas sociais, como os reformatórios, o Juízo de Menores, o Abrigo Provisório, além de outros serviços ligados à maternidade. Com esse departamento a aglutinação de serviços e setores deu causa à formação de um organograma que conectava partes e com isso instrumentaliza uma nova burocracia estatal para o trabalho de intervenção no social, de controle da crescente população de internos das instituições e de produção de estatísticas e informação aplicáveis à gestão da população.

No final dos anos 1930 e na década seguinte, mais braços estatais surgiram para gestar e conduzir ações de amplo impacto, bem como para operar estruturas próprias ou híbridas (compostas por consórcios com organizações privadas ou entes políticos-administrativos como estados e municípios), formando cadeias de transmissão por onde fluíam políticas até as instâncias e localidades onde deveriam ser colocadas em prática: os municípios. O Departamento de Educação Física de São Paulo (DEFESP) e a Legião Brasileira de Assistência (LBA), ressalvadas as abissais diferenças entre ambos, convergem em relação ao fato de serem agências de Estado (o primeiro estadual e a segunda, federal) e de operarem políticas para a infância (com ênfase na criança pequena), muitas delas fronteiriças entre a educação e a assistência.

A circunscrição formal do DEFESP era estadual e dentro da administração paulista este órgão desempenhou o papel de elaborador setorial de uma política levada a efeito junto a vários municípios paulistas entre os anos 1940 e os anos 1970, baseada no parque infantil, misto de espaço educativo aberto, estruturado em torno dos jogos, da educação higiênica e da educação física, feito para abarcar as faixas etárias pré-escolares e do ensino primário no contraturno escolar. De sua parte, a LBA se compunha de uma estrutura nacional, ramificada por estados e municípios onde havia comissões estaduais e municipais para a representação legionária e para a execução de suas políticas. Em comum, na parte três deste trabalho, a LBA e o DEFESP são colocados na perspectiva de

promotores intencionais da interiorização de políticas para a infância, umas mais educativas, mas sem excluir o componente assistencial, e outras exclusivamente assistenciais.

Do começo ao fim, este livro tenta explicar como um tema de pesquisa concentrou os esforços de investigação e elaboração intelectual de várias pesquisadoras e pesquisadores desde 2007. Esperamos que a obra seja uma contribuição para o entendimento do campo assistencial, oferecendo igualmente subsídios para políticas comprometidas com o desenvolvimento social e com a importância de instrumentos de bem-estar social para minorar as desigualdades socioeconômicas.

Ribeirão Preto, janeiro de 2025.

Sérgio C. Fonseca
Felipe Ziotti Narita

Parte I: A formação da assistência na versão institucional

Sérgio C. Fonseca

O estudo das instituições e dos métodos dirigidos à assistência prestada por agentes públicos e particulares à infância pobre e abandonada definiram uma direção importante das investigações que empreendi nos últimos dez anos. Em termos ainda mais precisos, estabeleci como propósito discutir a interiorização dos modelos institucionais e dos métodos, comparando para tanto as cidades de São Paulo e Ribeirão Preto durante a Primeira República. Essa opção, então, contribuiu para definir como questão fundamental a produção das ideias e dos meios para assistir crianças durante a Primeira República na capital e no interior, com a diferença de entrar em análise um aspecto novo: a tese da interiorização¹. Se até o presente os estudos que empreendi assumiram um caráter comparativo, tomando como referências São Paulo e Ribeirão Preto, a questão que norteou essa etapa de minhas pesquisas é a produção na urbe interiorana de organizações e formas de assistência modeladas por referências de outros tempos e lugares. Por isso, a interiorização da assistência é a tese sustentada e São Paulo, a cidade, colocada como lugar onde se consagraram os protocolos e as instituições, enquanto Ribeirão Preto é a localidade

¹ A interiorização não é uma expressão nova na historiografia brasileira, haja vista seu uso nos trabalhos de Maria Odila Leite da Silva Dias (2005). No reconhecido estudo “A interiorização da metrópole”, originalmente publicado no início da década de 1970, republicado nos anos 2000 junto de outros textos seus (Dias, 2005), a ideia de interiorização estabelecida por Maria Odila tem como fundamento a percepção de que as condições para a independência do Brasil começaram a ser edificadas de modo decisivo a partir de 1808, época da vinda da família real portuguesa, quando reformas foram empreendidas visando instituir meios para o governo do Império português, cuja sede passava a ser o Rio de Janeiro.

interiorana que ora produziu suas soluções próprias e de outra feita se referenciou nos modelos ativos na capital paulista.

Pelo critério da anterioridade os modelos institucionais que surgiram no interior foram consagrados antes. Pelo menos aqueles verificáveis em Ribeirão Preto não foram obra dos filantropos locais. A decisão de fundar um asilo, sim. Mas, a ideia do que deveria ser um asilo, dos seus princípios e fins vinha de outras referências e autorias. Por isso, a utilidade de caracterizar a assistência institucional-asilar como uma forma desenvolvida durante o século XIX e estabilizada como referência corrente no início do XX. Nesse sentido, São Paulo apresenta notável variedade de instituições surgidas desde 1825, com tipos consagrados como orfanatos, liceus e seminários, uns estruturados no esquema de recolhimento, outros feitos para funcionarem com parte dos alunos em regime de externato e outros na condição de internato.

Embora o desenho institucional apresentasse diferenças entre um e outro tipo de estabelecimento, o ponto em comum da variedade institucional de São Paulo é o desenvolvimento do saber-fazer sobre criar e educar as crianças dos outros, dos métodos para estruturar uma casa de criação, uma escola de ofícios, enfim lugar que prestasse assistência. Como resultado, a opção pela assistência asilar, por abrigos e pela socialização controlada dentro de ambientes institucionais é o saldo do aumento do número de estabelecimentos na cidade de São Paulo no *fin-de-siècle*.

Caridade, filantropia e assistência: alguns apontamentos¹

Sérgio C. Fonseca
Felipe Ziotti Narita

As palavras caridade e filantropia, nos dicionários, têm no vocábulo amor um adjetivo referencial para ambas: amor pelo próximo, no caso da caridade, e amor à humanidade como a essência da filantropia. Em sentido lato, caridade designa o empenho humano em cuidar do semelhante desafortunado e necessitado de socorro, alimento, consolo e conforto. A inspiração religiosa que forjou seu conteúdo e sua história é inequívoca. A etimologia de caridade, cuja origem é do grego *chàris* (graça), passada ao latim como sendo *caritas* (designativa de afeto, amor), deriva de *caritate*, também do latim, que representa benevolência. Em termos gerais caridade significa a atitude de ajuda ao próximo, de desprendimento e de socorro ao semelhante sem esperar maior, ou, nenhuma recompensa.

Para o cristianismo a caridade é uma das virtudes teologais junto da fé e da esperança. São Paulo, na Carta aos Coríntios, prega que a caridade é “longânima, é benigna, a caridade não é invejosa, não se jacta, não se ensoberbece” (Coríntios, 1, 13). Ensina ainda São Paulo que a caridade é a realização do preceito cristão “ama ao próximo como a ti mesmo” (Abbagnano, 2000). São Tomás de Aquino, na Suma Teológica, define a caridade como sendo a “amizade com Deus” (Abbagnano, 2000). Quanto à filantropia, Aristóteles - bem antes do Imperador Juliano fixar o uso do termo - na *Ética a Nicômaco*, a entendia como a amizade do homem para

¹ A presente seção foi composta a partir da reelaboração de um texto publicado nos Anais do IX Congresso de Pesquisa e Ensino de História da Educação em Minas Gerais, realizado em 2017. Ver: Fonseca (2017).

outro homem, enquanto que Platão, segundo Diógenes Laércio, a dividia em três “aspectos: saudação, ajuda, hospitalidade” (Abbagnano, 2000, p. 441). Entre os estoicos, segundo Abbagnano (2000), a caridade como o amor do homem para com outro homem, corresponderia a um vínculo natural, do que derivaria, para Cícero, a natural solidariedade entre os homens (Abbagnano, 2000).

No século XIX, em sua memória publicada em 1861 sobre *La beneficencia, la caridade e la filantropia*, Concepcion Arenal reservou significados específicos para cada termo, a começar por caridade, que seria a extensão do espírito religioso devotado a cuidar dos miseráveis e desvalidos, expressa nos conventos, nas obras pias e nas esmolas. A filantropia, definida como “amor pela humanidade” segundo Arenal (1861, p. 8), deve seu sentido moderno à obra de Johann Bernhard Basedow (1724-1790) e equivale à “compaixão filosófica, que auxilia ao miserável por amor à humanidade e à consciência de sua dignidade e direito”. A beneficência, por sua vez, é a “compaixão oficial que ampara o desvalido por um sentimento de ordem ou justiça”.

Pelo fato de historiar a longa tradição da caridade e da filantropia na Espanha, Arenal assentou essas diferenças entre os termos na experiência espanhola quanto ao trato dos miseráveis, pobres e desafortunados. Em comparação com a etimologia e com o acúmulo histórico de séculos de realizações caritativas e filantrópicas na Europa e, especialmente, na Espanha, não seria exagero entender que Arenal atualizou os termos para o século XIX conforme o que havia por inventariar das obras patrocinadas pela caridade e pela filantropia na porção espanhola da Península Ibérica. Conforme a história traçada por Arenal, durante muito tempo as obras foram motivadas pela inspiração religiosa, governadas pela igreja e, em geral, assunto dela, ladeadas, é claro, por iniciativas laicas. O grande deslocamento do centro da questão ocorre no século XVI, quando, de assunto privado a questão da mendicância, por exemplo, passa a se tornar assunto público, até mesmo de governo, como explica Santolaria (1997).

Na outra parte da Península Ibérica, em Portugal, a última versão do extenso conjunto de leis do reino, as Ordenações Filipinas, de 1603, do ponto de vista jurídico-administrativo fez perenizar um tipo de sistema de auxílios públicos que tinha nas câmaras municipais o primeiro responsável pelos enjeitados de sua jurisdição. Nas cidades onde não havia casa de expostos – e no Brasil foram poucas até o século XIX – cumpria ainda mais às câmaras, a fim de atender ao disposto nas Ordenações, decidir entre apelar às amas de leite contratadas, pagar às casas de expostos mantidas pelas misericórdias de outras localidades ou entregar as crianças a famílias onde pudessem retribuir sua criação com o trabalho prestado aos tutores, de vez que toda e qualquer câmara tinha a responsabilidade pela criação dos órfãos dessa natureza até os sete anos de idade. Sob o espírito das Ordenações, ao menos do ponto de vista doutrinário, ficou consagrado no Brasil um modelo longo de socorro aos desvalidos, baseado na delegação de incumbências às instâncias de governo local a quem era possível se escorar no apelo a entes particulares, casas de expostos, irmandades de misericórdia e tutores, o que, por sua vez, definiu em grande medida as feições futuras da assistência à infância durante o XIX, especialmente em São Paulo, onde a roda é estabelecida em 1825, consentaneamente aos seus dois primeiros seminários para órfãos.

Determinados estudos históricos e sociais a respeito do abandono e das instituições para desvalidos e pobres no Brasil costumam destacar o século XIX como sendo a época de disputa entre modelos e referências, com prevalência da caridade até a elevação da filantropia como uma força ativa no campo. Longe de ser consenso, durante os anos 1990 essa delimitação dos tempos caritativos e filantrópicos motivou o debate entre as proponentes da repartição em fases, uma caritativa e outra filantrópica, como Rizzini (1993), ou, as fases da assistência caritativa e da filantropia científica, de acordo com Marcílio, todas elas objeto da crítica de Kuhlmann Júnior (1998) à ancoragem na ideia de fase. Rizzini (1993), Rizzini e Pillotti (1995), assim como Marcílio (1998), ao se

ocuparem dos temas do abandono de crianças e das instituições para desvalidos e pobres, têm como ponto comum de ancoragem o século XIX como um tempo de disputa entre modelos e referências, com prevalência da caridade até a elevação da filantropia enquanto uma força ativa no campo, fato que, como consequência, produziu primeiramente a crítica da filantropia às rodas e casas de expostos, no entender de Marcílio, dando lugar em seguida a uma prolongada situação combinatória entre métodos caritativos e filantrópicos, cujo resultado foi a mimese que plasmou a assistência à infância na passagem de século para o XX. A lógica da assimilação da caridade pela filantropia é uma tese compartilhada por trabalhos publicados no correr da década de 1990, a exemplo de Rizzini (1993, p. 47), para quem a “assistência caritativa” seria a síntese da superação dos conflitos em razão da “acomodação das disparidades, a partir do momento em que os modelos puderam absorver métodos, técnicas, pontos de vista de ambas as partes, a ponto de se tornarem modelos assistenciais compatíveis”.

Antes dessa elaboração historiográfica brasileira dos anos 1980 e 1990, essa questão está formulada de algum modo, quando, na década de 1920, Moncorvo Filho (1926) definiu o corte entre caridade e filantropia, ou, entre o tradicional/atrasado e o moderno em matéria de cuidados com a infância e de instituições e métodos de tutela e criação dos pobres e abandonados. O Instituto de Proteção e Assistência à Infância (IPAI) e a experiência de seu criador, Moncorvo Filho, como médico e filantropo dedicado à infância desde fins do século XIX, são os tópicos da narrativa de um dos primeiros tratados a respeito da assistência no Brasil, *Histórico da proteção à infância no Brasil*, de 1922, cujo propósito é separar a filantropia orientada pela medicina da caridade e suas variantes, além, é claro, de dar ao conhecimento do público a narrativa epopeica dos fatos que levaram à criação do citado instituto. Pela história que conta Moncorvo Filho, a crítica à caridade é um produto da frequência dos médicos no campo da assistência à infância não mais como colaboradores de instituições, mas sim como artífices de intervenções e mudanças. O espírito intuitivo,

espontâneo e tradicional da caridade, embora nobre e longo, como chega a reconhecer Moncorvo Filho, teria chegado ao limite; prova disso seria a alta mortalidade de crianças nas casas de expostos e sob os cuidados das amas de leite. Mesmo as variantes, como orfanatos, asilos e internatos, que surgiram durante o século XIX, ainda sim, eram extensões do tradicional espírito caritativo:

Prosseguindo na enumeração, por ordem cronológica, das instituições que se iam criando e consagrando à infância, é de nosso dever reportar-nos às Sociedades de S. Vicente de Paulo e às do Pão de Santo Antonio que se foram organizando em diferentes províncias do Brasil, graças as quaes iam sendo também escolas e asylos, continuando sempre a sua obra de beneficencia. O que, todavia, se notava em todas essas criações era a preocupação exclusiva do espirito religioso e a nenhuma orientação scientifica (Moncorvo Filho, 1926, p. 115).

Sob dois pontos de vista há meios de relativizar o suposto corte estanque ou os prováveis embates entre a caridade e a filantropia no Brasil do século XIX. O primeiro é que a crítica à filantropia é um produto da entrada dos médicos no campo da assistência à infância não mais como colaboradores de instituições, mas sim como artífices de intervenções e mudanças, o que não é uma tese nova. Sobre os médicos no campo social e da infância, José Leopoldo Ferreira Antunes (1996) propõe não mais tê-los na condição de saneadores sociais com amplos poderes de intervenção sobre a sociedade. Ao contrário, os médicos, segundo Antunes, ao seu modo e sem grande unidade entre si partiram para a disputa da direção moral da sociedade, colecionando variados insucessos em diversos embates, o que relativizaria a tese da “medicalização” da sociedade como sendo um fenômeno acachapante entre a passagem do século XIX para o XX. Seja como for, o ângulo pelo qual se pode dimensionar algum impacto da ação dos médicos no campo da assistência à infância deve considerar a influência desse grupo na caracterização de um problema como sendo um problema social, bem aos moldes da análise de Remi

Lenoir. Para Lenoir, um problema chega a ser social em razão de uma operação “de promoção para inseri-lo no campo das preocupações sociais do momento” (Lenoir, 1996, p. 84).

Em segundo lugar, as instituições identificadas com, ou mantidas por, confissões religiosas não estiveram totalmente impermeáveis (e nem imunes) às atualizações e, na verdade, se vistas no seu interior, na vida cotidiana e na organização dos estabelecimentos, existem protocolos comuns no campo assistencial que, do ponto de vista genealógico, possuem referências originárias do isolamento do claustro e dos recolhimentos religiosos, ao passo que, fossem da responsabilidade de uma organização religiosa ou o oposto, os estabelecimentos assistenciais internalizaram em seu cotidiano divisões organizativas diferentes em relação aos conventos, uma vez que incluíram entre o corpo funcional especialidades (ainda que vulgares) de bedéis, mestres de cultura, diretores, todos investidos de poderes disciplinares justificados primeiro por normas mundanas e não religiosas.

As grandes diferenças entre caridade e filantropia no século XIX residem na inspiração, nos aspectos ideológicos - mais cientificismo, protopedagogia e laicismo de um lado, com doses de adesão à uma confissão religiosa (geralmente cristã) e mais proselitismo, doutrinação e anterioridade histórica de outra parte, por exemplo. A caridade é um valor para os cristãos, pois é teologicamente justificada e opera de pessoa para pessoa, como na esmola, na visita aos doentes, ou que inspira a razão de ser de organizações laicas ou irmandades religiosas, formadas de membros devotados a amparar os desafortunados, atuando sobre o público e aparelhadas de corpos institucionais como orfanatos e hospitais, afinal, o “pobre era antes de tudo objeto de caridade e não de justiça propriamente”, pois “via-se o pobre como pessoa sofredora e não como injustiçada”, o que fazia acentuar “unilateralmente a mística dos ‘bem aventurados os pobres’, favorecendo-se deste modo os *beati possidentes*” (Hauck, 1985, p. 167).

A elaboração da assistência na versão institucional asilar em São Paulo durante o século XIX

Sérgio C. Fonseca
Felipe Ziotti Narita

Em São Paulo, durante o século XIX, as instituições asilares para crianças representaram certo espaço menos naturalizado na estrutura social, como as famílias de tutores regidas pelos contratos de soldada, por exemplo, e cujas ações eram programadas, portanto, não precisamente inscritas no desenvolvimento natural do cotidiano da vida familiar e dos ofícios de quem tutelava crianças – e que viabilizou ao longo do século XIX outro lugar e outros métodos aplicados a resolver como criar meninos e meninas órfãos ou abandonados e também de dar educação voltada para o trabalho para os filhos dos pobres.

A variedade de estabelecimentos específicos, para assistir crianças, fundados em São Paulo até o final do século XIX, é bastante profícua para formar um campo precisamente assistencial na cidade. Primeiramente porque, na capital paulista, durante esse século, a caridade prestada aos pobres e desvalidos foi progressivamente coexistindo com outras ideias motivadoras do ato de dispensar auxílios aos necessitados. Desde que a escolha por receber, cuidar, criar e encaminhar passou a se realizar em espaços fechados, adaptados ou concebidos para esses fins, as formas de assistir passaram igualmente a serem praticadas em ambientes institucionais, por sua vez, diferentes das formas de auxílio e solidariedade espontâneas ou tradicionais, a exemplo das crianças incluídas (e criadas) em famílias de outros que não a sua de origem. Ademais, a imagem ideal de indivíduo útil, produtivo, obediente e trabalhador (um indivíduo estoico despojado de maiores pretensões em razão dos anos de vida como asilado) aproxima

caridosos e filantropos quanto ao tipo desejado de egresso a ser produzido em cada criança criada e tutelada.

A assistência à infância na versão institucional trouxe do século XIX importantes referências e modelos consagrados como aplicáveis cotidianamente a fim de manter a guarda de crianças por tempo variável - longo, no mais das vezes - e com isso substituir suas famílias parcial ou totalmente, assumindo sua tutela em espaços cujo formato preferencial era o asilar, pois abrigado na maior parte do tempo do exterior. Entre os modelos citáveis, destacam-se os asilos infantis, os seminários, liceus e orfanatos. Em comparação com outras formas socialmente aplicadas para dar solução ao problema de crianças sem quem as provesse em caso de orfandade, abandono ou pobreza, os contratos de soldada respondiam como registros oficiais de velhas relações descritas pelo engajamento de crianças em famílias de tutores que as recebiam e, em troca do alimento, pouso e educação, serviam-se do trabalho de quem tomavam para criar. Quer fosse inscrita em contrato passado perante um juiz, ou não, essa foi por muito tempo uma entre as formas usuais de responder ao desvalimento de crianças. À diferença de asilos e orfanatos, as famílias e o espaço de suas casas e negócios eram o lugar da criação dos filhos alheios, parentes ou não, e o programa era a experiência do trabalho doméstico, em ofícios tocados pelo tutor ou designados por ele na forma de socialização direta, isto é, conforme anos vendo, obedecendo e fazendo igual, meninos e meninas aprendiam o que se esperava deles.

Em termos conceituais, portanto, a assistência significa prestar algum tipo de cuidado, de atenção a alguém que é necessitado, alguém que não pode cuidar de si mesmo e não pode se socorrer, coincidindo com o termo desvalido, ou seja, aquele que não se vale de alguém ou de recursos para apelar. Quando relacionado à história da infância desvalida, o termo assistência pode servir para classificar formas de prestar cuidados, auxílios, socorros, de se mobilizar para salvar o outro, o que abrange a caridade propriamente religiosa, bem como as formas entre

filantrópicas e caritativas, mas não mais estritamente organizadas por sujeitos assumidamente religiosos, sejam leigos ou mesmo do clero, tanto secular quanto pertencente a ordens religiosas. Essa classificação alcança também a filantropia propriamente ilustrada ou mesmo civilizatória, que provém de letrados, de ilustrados, de intelectuais ou de membros da elite política ou econômica e social. *Mutatis mutandis*, a assistência institucional é de raízes coloniais, como atestam as rodas e casas de expostos, porém sua época de estruturação, a começar pela variedade de formas de assistir, de modelos institucionais que incluem dos orfanatos aos liceus devotados ao ensino de ofícios, ocorre decisivamente no século XIX. Nesses termos, a assistência institucional é a forma estruturada e perene de assistir o outro e que, para sua consecução, demanda a formação de um caixa ou de um orçamento dotado de recursos para estruturar uma obra, uma instituição, para pagar funcionários, necessidade esta que requer a contratação de pessoas, mesmo que algumas possam servir voluntariamente ou devotadamente no caso dos religiosos. Por sua vez, pessoas e recursos foram aplicados ao trabalho institucional cotidiano, cujo espaço precípua é fechado na maior parte dos dias, como a maioria das instituições assistenciais costumou ser, pelo menos no século XIX e metade do XX, porquanto tal preferência se concretizou em orfanatos e asilos infantis e, mais tarde, no início da centúria seguinte, surgem os modelos assistenciais de passagem como lactários, dispensários e institutos de proteção e assistência à infância.

A variedade institucional em elaboração no século XIX em São Paulo¹

O ano de 1825 está para a capital paulista como o ano zero da produção, ao longo do século XIX, da variedade institucional

¹ A presente seção foi composta a partir de artigo dos autores publicado, na *Revista Brasileira de História de Ciências Sociais*, em 2017. Ver: (Fonseca; Narita, 2017, p. 304-325).

formada por seminários, asilos, liceus e orfanatos que estruturou o campo das atenções públicas e particulares à infância pobre na cidade. Desde que os atos continuados de receber, cuidar, criar e encaminhar passaram a se realizar em espaços fechados, adaptados ou concebidos para esses fins, as formas de assistir em São Paulo passaram igualmente a ser praticadas em ambientes institucionais. Eram práticas que no correr dos anos se provaram diferentes das formas de auxílio e solidariedade até então tradicionais, não formalizadas (regimental e legalmente) e praticadas durante gerações, ou mesmo daquelas juridicamente reconhecidas, a exemplo da tutela e dos contratos de soldada, quando as crianças eram incluídas (e criadas subalternamente como era frequente nos contratos de soldada) em famílias de outros que não as suas de origem, ou, por vezes, de colaterais.

Por mais de quatro décadas, desde o início do século XIX, a cidade de São Paulo contou com três estabelecimentos para cuidar de órfãos, desvalidos e abandonados, coincidentemente criados no mesmo ano, 1825. Desde então e durante quarenta e quatro anos o Seminário de Santana, para meninos, o Seminário da Glória, de meninas, e a Roda de Expostos da Santa Casa de Misericórdia foram os únicos a criar, instruir e encaminhar socialmente crianças órfãs ou abandonadas na capital da província. Ferreira (1940), Moacyr (1942) e Amaral (2006) mencionam o Seminário de Educandas da Glória, fundado em 1825, o Seminário de Educandos de Santana, de 1825, e o Instituto de Educandos Artífices, de 1869, como obras dos governos provincial e imperial, respectivamente. O primeiro deles, o Seminário da Glória, foi concebido para receber e cuidar da educação de meninas “órfãs, filhas de militares que, tendo servido à Pátria, morressem indigentes”, conforme estabelecia o aviso “expedido pelo Governo Imperial, de 8-1-1825” (Amaral, 2006, p. 582). Outro congênere seu, o Seminário de Santana, foi idealizado para fins semelhantes, destinado “à educação de meninos órfãos e pobres, especialmente filhos de militares que haviam servido à pátria e morreram indigentes” (Amaral, 2006, p. 582). A exemplo de Lowrie (1936), Franco (1944) e Ferreira (1940), as memórias históricas

de Primitivo Moacyr ou Ernani Silva Bruno (1984), bem como o dicionário organizado por Amaral (2006), situam os seminários da província como casos únicos de pertencimento ao estado ao passo que destacam as irmandades, a caridade, a benemerência e o espírito filantrópico de particulares como responsáveis por criar e manter a maior parte dos estabelecimentos, respondendo quase exclusivamente pela assistência pública à infância paulistana desde o século XIX. Nesse mesmo tempo, em Itu, Taubaté e Santos surgiram similares, existindo na primeira dois seminários – um deles para meninos e o outro para meninas –, um liceu na segunda e na cidade portuária a Companhia de Aprendizes Marinheiros da Província ativa desde 1868.

Passados esses primeiros quatro decênios e meio, somente entre 1869 e 1873 há mudanças na capital, com novos estabelecimentos fundados e com a passagem do seminário de meninos para Instituto de Educandos Artífices. Esse instituto teve origens parecidas a esses seus similares, “criado pela Lei nº 26, de 5-7-1869, com caráter militar, anexo ao Corpo Policial e funcionando em quartel, teve seu regulamento baixado pelo presidente da Província, João Teodoro Xavier, em 3-1-1874” (Amaral, 2006, p. 343). O Seminário de Santana foi extinto em 1868, como atesta Amaral (2006), tendo seu lugar preenchido pelo Instituto de Educandos Artífices, cuja vida institucional não foi longa, porquanto foi extinto em 1880 (Amaral, 2006). Dos três estabelecimentos criados pelo poder público, apenas o Seminário da Glória seguiu em atividade, atravessando o século XIX para o XX. Por sua vez, aos três já existentes estabelecimentos se juntaram o Instituto D. Ana Rosa, o Liceu de Artes e Ofícios e o Liceu Sagrado Coração de Jesus. Após a instalação deles, pelos cinco anos seguintes não há registro de novidades nos relatórios dos presidentes de província até que, a partir de 1892, outros seis orfanatos surgem na cidade, sendo o último criado em 1897. A não ser pelo Instituto de Educandos Artífices, todos os estabelecimentos criados entre 1825 e 1897 tiveram vida institucional longeva, pois continuaram ativos durante o século XX.

Muitos deles, inclusive, recorrentemente citados em documentos oficiais, a exemplo de relatórios de presidentes de estado (quando do Império, presidentes de província), anuários do ensino e anuários estatísticos como linhas auxiliares do poder público na assistência à infância.

A alteração da paisagem institucional no espaço da cidade (Frehse, 2005; Frehse, 2011) é produto, também, de uma reorientação estrutural na formação do Brasil. Dois momentos importantes, nesse sentido, devem ser destacados: os anos 1850 e os anos 1870. Com o fim do tráfico atlântico, a reorganização da instrução pública, a construção de trechos ferroviários, a abertura de linhas a vapor e o desenvolvimento do ambiente de negócios e crédito (Marson; Oliveira, 2013), entre o fim dos anos 1840 e os anos 1850, o contexto de integração periférica do Brasil ao circuito do capitalismo e da razão burguesa implicou o desenvolvimento de uma autêntica vida urbana em um antigo espaço colonial (Fernandes, 2009). Especialmente a partir dos anos 1870, com um novo circuito de ideias (positivismo, evolucionismo, republicanismo etc.), e a estruturação da esfera pública (Alonso, 2002) em torno de diversos jornais, tipografias e associações literárias/científicas, podem ser notados consideráveis sinais de um incipiente movimento de interiorização de instituições de ensino e assistência pelos florescentes núcleos urbanos da província de São Paulo (Moraes, 2006; Souza, 2009). É possível destacar, nesse sentido, o Colégio Culto à Ciência (em Campinas), a Sociedade Nova Arcadia (em Cunha) – dedicada à instrução primária – e a Associação Auxiliadora da Indústria Popular (em Lorena), dotada inclusive de biblioteca pública a fim de oferecer “instrução por todas as camadas sociaes”, conforme o relatório de João Theodoro Xavier (São Paulo, 1875, p. 57), presidente da província.

A difusão institucional das obras de cuidado e de assistência ocorreu justamente no contexto dessa nova paisagem urbana, sobretudo, à luz das novas multidões de desvalidos (Hahner, 1993), colocando a gestão social da pobreza e dos grupos perigosos no horizonte da formação da sociedade nacional. No caso de São

Paulo, capital provincial e, após 1889, do estado, se considerada a cronologia de fundação de seminários, asilos, liceus e orfanatos, o século XIX está para a assistência institucional à infância como seu tempo de afirmação na cidade. As obras estruturadas durante o século XIX tanto alcançaram marcas de longevidade como legaram ao entrante século XX alguns dos meios de resposta institucional ao abandono, à orfandade, ao ensino de ofícios e à educação dos pobres a ponto de se tornarem referenciais. Ademais, de um ponto de vista retrospectivo e em se tratando dessa versão da assistência, até 1825 ela não era praticada *stricto sensu* ao passo que, quando alcançou a década de 1890, a cidade contava com uma dezena e meia de estabelecimentos. Conforme surgiam, com eles se apresentavam variedades institucionais introdutoras de modelos mais robustos em matéria de organização e programa se comparados aos de antes, a tal ponto que a cidade ia fechando a centúria, em 1897, dotada de escolas profissionais para órfãos e pobres, de seminários e abrigos para meninas, de casas de acolhimento e criação de abandonados, fato ausente da paisagem no início dos oitocentos. Nesse compasso, apenas o Instituto de Educandos Artífices desapareceu, extinto em 1880.

O desenvolvimento da assistência e da caridade, no século XIX, é decorrente de uma importante reconfiguração na percepção da pobreza no espaço da cidade. A rigor, essa figuração do social como espaço de assistência para garantia de mecanismos de coesão (Donzelot, 1994; Procacci, 1994; Steinmetz, 1993) implica um duplo movimento: (1) a elaboração de novos códigos morais que intercalam a estima e a dignidade (Strand, 2015) a formas de governo da população nos espaços urbanos e (2) uma imagem do *social* como instância problemática e permeada por déficits, oferecendo um juízo moral sobre a pobreza, a mendicância e o desvalimento como situações passíveis de ações corretivas para garantia da coesão e da solidariedade social por meio do acolhimento e da educação. Essas novas formas de consciência estão articuladas às transformações materiais da modernidade (no caso, a construção da vida urbana) na medida em que a ênfase

sobre a dignidade moral e a construção do social implicam, sobretudo, a rotinização de mecanismos de distinção (acompanhando novas formas de visibilidade do desvalimento nas cidades) por meio da boa educação.

As iniciativas institucionais de assistência dialogam diretamente com essa sensibilidade à constituição deficitária do social. Nessa marcha, o *fin-de-siècle* legou um corpo de instituições à cidade capaz de tutelar parte da infância pobre e, com isso, cristalizar o trabalho como método formador, além de instrutivo, em geral preferindo o espaço institucional do interior dos estabelecimentos como seu *locus* precípua. A caridade e a assistência, nesse sentido, caminham *pari passu* a uma ética do trabalho, conectando a *instrução* e o aprendizado de ofícios (geralmente atividades manuais ou, utilizando um termo de época, os chamados “ofícios mecânicos”) aos parâmetros formativos da *educação*, de modo que a moralidade da sociedade nacional também é pensada por meio do governo moral sobre o trabalho (Lapa, 2008). Para chegar a tanto, certamente a experiência em assistir e tutelar crianças pobres acumulada no entremeio do XIX deve algo à roda, aos seminários da província, aos liceus e ao asilo instalados entre 1825 e 1885.

A partir de 1825 surge a primeira geração de estabelecimentos

Poucos anos após a Independência, entre 1824 e 1825, o governo da província tomou as primeiras providências a fim de fazer frente ao abandono de crianças e ao fato de órfãos e desvalidos estarem desassistidos. Durante o governo do primeiro presidente da província (1824-1827), Lucas Antonio Monteiro de Barros (o Visconde de Congonhas), foram criadas duas casas de educação nomeadas de seminários e, por sua interveniência, o Hospital da Misericórdia passou a contar com a roda para receber os expostos. O ano era 1825 e a partir daí dois métodos de assistir conviveram e em vários momentos se comunicaram, cabendo aos seminários receber crianças mais velhas, geralmente acima de sete

anos, ao passo que a casa contígua à Misericórdia recebia os neonatos deixados na roda e com eles permanecia curto tempo até encaminhá-los às amas de leite incumbidas de sua criação. E, como se provou nos anos vindouros, por diversas ocasiões os expostos foram encaminhados a um dos seminários da cidade quando mais velhos e depois de cumprido um tempo de criação junto às amas.

Quadro 1: Estabelecimentos fundados entre 1825 e 1869 na capital

Período	Estabelecimento	Fundação	Mantenedor
1825	Casa de Expostos da Santa Casa de Misericórdia	1825	Irmandade da Misericórdia
	Seminário de Educandos de Santana	1825 (extinto em 1868)	Governo da Província
1869	Seminário de Educandas da Glória ²	1825	Governo da Província
	Instituto de Educandos Artífices ³	1869 (extinto em 1880)	Governo da Província

Fonte: (Fonseca; Narita, 2017, p. 304-325).

Até esse ano, 1825, São Paulo era o centro administrativo provincial cuja população nem bem passava de duas dezenas de milhares de habitantes e, mesmo longe de alcançar a marca de duzentas mil pessoas, como no final dos oitocentos, nela o abandono e a orfandade de crianças eram um problema conhecido. Tanto que as razões para o Visconde de Congonhas propor uma roda de expostos junto ao hospital de misericórdia aludiam ao frequente abandono de recém-nascidos e ao perecimento de vários

² Por decisão do governo provincial e mediante contrato, em 1870, o Seminário da Glória foi cedido às Irmãs de São José, que assumiram sua direção (São Paulo, 1871). Conforme os sucessivos relatórios dos presidentes de estado há informes sobre a permanência da congregação das Irmãs de São José à frente do seminário até 1930, pelo menos.

³ O Instituto de Educandos Artífices foi criado pela Lei nº 26 de 05/07/1869.

que não eram encontrados a tempo. O bispo de São Paulo, D. Mateus de Abreu Pereira, a esse tempo manifestara sua consternação com a má sorte dos expostos da cidade, pois vários deles eram despejados nas proximidades da residência episcopal (Marcílio, 1998).

Antes de São Paulo, Salvador, Recife e Rio de Janeiro já possuíam rodas de expostos estabelecidas desde o século XVIII. Em 1825, a roda paulistana compôs a quadra junto das outras congêneres de então entre as cidades brasileiras que faziam uso desse dispositivo material – a peça onde eram depositadas as crianças – e desse modo de criar os abandonados que se valia de instalações, por vezes apenas aos hospitais de misericórdia, e de amas pagas a soldo pelas irmandades ou pelas câmaras municipais. Ademais, na mesma cidade passaram a coexistir a roda e os seminários cujo fim era ser a casa de criação e de educação de crianças mais velhas, filhas e filhos de militares que haviam servido o país (Amaral, 2006, p. 343), com a utilidade de também receber quem viesse dessa mesma roda. O relatório do presidente da província (São Paulo, 1838, p. 4), de 1838, por exemplo, reportou haver “5 enjeitados da Misericórdia” entre os meninos do Seminário da Glória no ano anterior. Por sucessivos anos, os quadros de internos dos seminários da Glória e de Santana, na seção acerca das origens das crianças que recebiam, informavam sobre meninos e meninas oriundos da casa de expostos da Misericórdia. Em 1845, dos vinte internos do Seminário de Santana, seis eram descritos como “expostos da Santa Casa de Misericórdia” (São Paulo, 1846, mapa 6), ingressos na casa entre 1835 e 1840.

À diferença da casa de criação de expostos, ao Seminário de Santana caberia cuidar da “instrução primária” e oferecer “lições de bons costumes” a meninos órfãos (Conselho, 1830a, p. 1). A mesma tarefa foi delegada ao Seminário de Santana, cujo propósito especial era abrigar “orphans da cidade” e oferecer “regular educação”, a ponto de ter sublinhada sua virtude de “arrancar à miséria e também à imoralidade e corrupção” um “não pequeno número de jovens” (Conselho, 1830b, p. 1).

Desde quando foi concebido, para receber “órfãs, filhas de militares que, tendo servido à Pátria, morressem indigentes” (Amaral, 2006, p. 343), o Seminário seguiu pelo século XIX até fins da segunda década do XX como um dos raros estabelecimentos públicos destinados a meninas na capital paulista. De sua criação até 1870, portanto por 45 anos, o Seminário foi instituindo ao longo desse tempo determinadas práticas que, nessa primeira parte de sua existência, bem definiram o serviço que prestava à cidade. Seu corpo de funcionárias, por exemplo, é deveras informativo sobre suas características de instituição um tanto asilar e um tanto instrutiva, uma vez que, em 1871, o relatório do Presidente da Província, Antonio da Costa Pinto Silva, registrou como integrantes do quadro do Seminário “1 directora, 1 professora de 1^{as} letras e 1 de prendas domesticas”, além de quatro serventes (São Paulo, 1871, p. 23). Outra razão capaz de reforçar essa característica do Seminário eram os fins que havia assumido conforme o que se esperava das educandas no término de sua permanência: o magistério e o casamento. Quanto ao propósito de encaminhar para o magistério, em 1870, três egressas foram nomeadas para o magistério, enquanto outras 52 eram pensionistas e seguiam, a maioria delas, cursando as aulas de “prendas domésticas” (São Paulo, 1871, p. 23).

Em sua origem o Seminário foi concebido como um típico orfanato, com mais atributos asilares do que de escola de formação profissional, conhecendo alterações nos seus propósitos quando o encaminhamento para o magistério passou a se tornar algo possível a algumas das suas assistidas. Apesar da dificuldade de datar quando precisamente ocorre essa mudança (produzida ao longo de suas três primeiras décadas de existência, pelo menos), o Seminário da Glória definiu uma duradoura forma de trajetória das suas internas que começava quando crianças, desde cedo em contato com a instrução que preparavam para o trabalho doméstico, para ofícios e, contando com o casamento como o horizonte sempre possível, sem excluir a constante possibilidade do magistério primário, uma vez que várias moças frequentaram o curso normal.

O trio institucional formado pela roda e pelos seminários permaneceu numericamente inalterado por mais quatro décadas desde que apareceu na cidade. Em todo esse tempo, de 1825 a 1869, os seminários mantiveram-se com recursos do tesouro público, seus funcionários e diretores eram indicados pelo governo provincial e respondiam a ele e a seus prepostos, de modo que eram o que havia de público em matéria de assistência à infância na província e em sua capital. Por todo esse período, inclusive, os relatórios dos presidentes noticiam haver poucos similares na província, a não ser em Itu e Taubaté, cada uma com seu seminário e liceu, respectivamente, e todos eles, obra de filantropos, religiosos e ilustrados locais (Hilsdorf, 2004).

De sua parte, a Irmandade da Misericórdia mantinha uma obra que acudia os expostos da cidade, os criava e encaminhava alguns deles aos seminários e à Companhia de Aprendizizes, para tanto reunindo recursos – como já era comum nesse tempo – através de doações, de legados, de ganhos e renda do patrimônio da própria mantenedora e de subvenções angariadas junto ao tesouro público, fosse da câmara municipal ou da assembleia provincial. O balanço das contas da Irmandade da Misericórdia, mantenedora da Santa Casa e da Casa de Expostos, para os anos de 1869 e 1870, na parte das receitas apresenta fontes variadas, com várias alíneas para alugueis de casas, doações individuais, esmolas arrecadadas em capelas da cidade, doações testamentárias e também a contribuição do Tesouro Provincial (Secretaria Do Governo, 1871). Do lado público os seminários estavam por conta do erário provincial, o que não salvava seus diretores de enfrentarem continuamente a penúria quanto aos insuficientes recursos em dinheiro e a falta de gente para assegurar o que se esperava das duas casas públicas de educação (Hilsdorf, 2004).

Bem ou mal, os seminários eram supridos também em função dos seus afazeres precípuos: ter a guarda de parte de seus internos, os pensionistas da província, abrigá-los e, junto dos demais meninos e meninas externos e vinculados a cada uma das casas, dar a todos, ocupação cotidiana e instrução na experiência do trabalho.

Como exemplo, o repertório de materiais mencionados no relatório da administração provincial para o ano de 1845 e previstos para o uso nas atividades laborativo-instrutivas para o Seminário da Glória compunha-se de:

Tabella 1

a que se refere o § 5º do Art. 6º dos Estatutos do Seminários das Educandas

Papel almasso para 40 Educandas (por exemplo) e para expediente da casa; para seis mezes duas resmas.

Dito de peso, para a correspondência com a Presidencia 4 mãos.

Pennas 200.

Lapis 2 massos.

Obrêas 2 ditos.

Tinta d' escrever 1 medida.

(...)

Tabella 2

a que se refere o Art. 27 dos Estatutos do Seminário das Educandas
Aglulhas de coser sortidas n'um agulheiro.

Almofadas de coser.

Linhas, retrós, e fio de lã para coser, bordar, marcar, n'uma pequena boceta.

Panno para aprender a bordar e marcar.

Thesoura pequena, escova para dentes, pente fino e de cabelereira.

Uma pequena caixa com fechadura para guardar alguns d'estes objetos (São Paulo, 1845, sl. 18).

Desde sua criação, os seminários ficaram incumbidos de ser o estabelecimento onde as crianças que fossem suas internas receberiam alguma instrução escolar e aprenderiam um ofício. Cuidar da própria sede no caso dos dois seminários era uma entre as tarefas designadas aos meninos e meninas de ambos. Quanto aos meninos, no Seminário de Santana, havia a oficina de alfaiataria – noticiada por anos nos relatórios dos presidentes de província – que funcionou modestamente na maior parte do tempo. No outro seminário, as meninas internas aplicavam-se aos afazeres da casa,

na forma equivalente às prendas domésticas o que, por sua vez, respondia por ser o ofício ensinado.

Em que pese a aparente elementaridade da ocupação das meninas no Seminário da Glória, é importante observar que de 1840 a 1851 os relatórios dos presidentes de província contêm seguidamente mapas com nomes, origens, filiação, habilidades e “adiantamento” quanto ao aprendizado e ao domínio das primeiras letras dos educandos e educandas de cada seminário e, no que tange ao da Glória, a escolarização e os afazeres domésticos eram a fonte do desenvolvimento dessas citadas “habilidades” das internas. Nos informes sobre 1838 e 1839, por exemplo, entre as 28 meninas mantidas no Seminário pelo erário provincial e as 14 pensionistas (porque mantidas às “próprias custas”), havia aquelas tidas por mais “adiantadas”, cujo “aproveitamento” incluía atributos variantes entre o domínio da leitura, da escrita e da prática de costurar, pois suas habilidades eram “ler, escrever, contar, cozer, bordar, marcar, fazer pussá, crivo e os demais uzos domésticos”, ao passo que outras eram “principiantes em ler, escrever e contar” (São Paulo, 1840, p. 3), enquanto algumas não apresentavam “conhecimento algum”.

Além de reportar o desenvolvimento dos internos, esse rol de habilidades e aproveitamento informa sobre com o que se ocupavam e com o que eram instruídas e educadas as internas do Seminário da Glória. Por anos a fio, durante o século XIX, esse foi o conteúdo e o protcurrículo da casa, o que era um ligeiro contraponto ao típico recolhimento religioso, um dos destinos possíveis para meninas desvalidas, como lembra Hilsdorf (2004) – ainda que pelos idos de 1870, a direção da casa tenha passado às Irmãs de São José, religiosas vindas da França, fato que não alterou substancialmente o conteúdo da educação oferecida nesse estabelecimento.

A princípio, cozer e bordar eram ocupações comuns a qualquer casa da cidade onde houvesse moças e no Seminário da Glória era o que sabiam os seus condutores quanto a dar o que fazer às suas abrigadas, sendo, inclusive, regra constante de uma das

versões de seu estatuto, apresentada no relatório do presidente da província em 1845. Trata-se, a rigor, da reprodução de uma *visão moral* em relação ao papel feminino na organização social (Manoel, 1997), concebendo a mulher como núcleo dos sentimentos morais tanto para a primeira educação da infância quanto para a regularidade da estrutura familiar e do governo doméstico (Bastos; Garcia, 1999).

O ambiente desse seminário, por sua vez, era estoico como podia ser o de um convento, com a diferença de que a destinação religiosa das internas não estava nos horizontes dos seus idealizadores, o que conferia a ele a identificação com propósitos filantrópicos ilustrados aplicados ao fim de assistir e educar um determinado estrato da infância desvalida da cidade, como esclarece Hilsdorf (2004, 2005). As internas que alcançavam a posição de professoras de primeiras letras, por exemplo, embora não contassem maioria entre os destinos frequentes das egressas, viabilizavam um possível percurso na vida pós-internamento que não se resumia ao serviço doméstico, ao retorno às suas famílias originárias ou ao casamento.

Não obstante o estatuto de substituto familiar e de instituição de internamento em produção ao longo das suas duas primeiras décadas de existência, a partir de 1852, os dois seminários são duplamente reportados pelos presidentes de província e pelo inspetor da instrução pública em seus relatórios. Dada a sua origem, reitere-se, a rigor os seminários da capital não eram estabelecimentos escolares, porém, eram contados entre as escolas que ofereciam as primeiras letras. Hilsdorf (2004, 2005), por exemplo, demonstrou que a população das cercanias demandava licença ao governo provincial e aos diretores das duas casas para que crianças de suas famílias frequentassem as aulas de primeiras letras nos seminários, especialmente o de Santana. Todavia, as demandas da população não pugnavam apenas pela instrução. A este respeito, observa Hilsdorf, também havia pedidos para que meninos e meninas se tornassem pensionistas da província.

As escolas de ofícios: outro ciclo de estabelecimentos entre 1873 e 1885

Passado esse período de quase cinco décadas, de 1825 a 1873, o conjunto de estabelecimentos paulistanos ganhou novos exemplares num intervalo de dez anos. Entre 1873 e 1885 foram fundados o Liceu de Artes e Ofícios, o Instituto D. Ana Rosa, o Asilo Nossa Senhora Auxiliadora do Ipiranga e o Liceu Sagrado Coração de Jesus. Tirante a nomenclatura de um dos estabelecimentos, instituição de tipo asilar, três deles são liceus e assim o eram porque foram arquitetados para cumprir a função precípua de escola de ofícios.

Quadro 2: Estabelecimentos fundados entre 1873 e 1885 na capital

Período	Estabelecimento	Fundação
1873 a 1885	Instituto D. Ana Rosa	1874
	Liceu de Artes e Ofícios	1882
	Liceu Sagrado Coração de Jesus	1885

Fonte: (Fonseca; Narita, 2017, p. 304-325).

Em comparação com os seminários e a casa de expostos, a diferença em relação à abrangência do programa instrutivo, ao aparelhamento da casa para o seu cumprimento e à divisão do trabalho do corpo funcional ensejou a introdução de um novo modelo institucional no campo assistencial paulistano. Nos seminários, o trabalho era vivido para ser aprendido, feito para ser assimilado, o que respondia ao propósito de criar órfãos, pois a rotina de cuidar da sede, de seu terreno e, ora mais, ora menos, de algum ensino em alfaiataria para os meninos e tratos domésticos para as meninas, respondeu por ser durante anos o ofício ensinado aos internos e às internas. Nos liceus, todavia, o ponto de partida era outro.

O Instituto D. Anna Rosa, fundado em 1875⁴, é um exemplo síntese dessa diferença. Sua criação deve-se aos propósitos e à herança

⁴ O estatuto reformulado da Associação Protetora da Infância Desvalida, mantenedora do Instituto D. Ana Rosa, ainda reiterava a data de reconhecimento

de D. Ana Rosa de Araújo, levados a efeito pelo seu testamenteiro, Francisco Antonio de Souza Queirós, o Barão de Souza Queirós (Congresso, 1912). O instituto com o nome da sua benfeitora é um dos primeiros liceus particulares de ensino profissional da cidade de São Paulo – ao lado do Liceu de Artes e Ofícios, de 1882 –, possível em razão do dote legado por D. Ana Rosa, do qual se serviram os membros da Associação Protetora da Infância Desvalida – a mantenedora – para estabelecer a sede, receber a primeira turma de meninos e custear suas atividades (Congresso, 1912). Sobre esses dois personagens, Amaral (2006, p. 64) assinala D. Ana Rosa de Araújo como “dama paulista”, que em “testamento” deixou “o vultuoso legado de sessenta contos de réis para serem aplicados na fundação de uma casa de educação para meninos pobres”. Quanto ao Barão de Souza Queirós, consta que foi “lavrador e político” (Amaral, 2006, p. 512) que, a partir de sua posição de produtor rural e político, “introduziu na província mais de dois mil imigrantes de diversas nacionalidades”, sendo ativo fundador da Associação Promotora de Colonização e Imigração. Por muito tempo, seus familiares e descendentes participaram da direção da Associação Protetora da Infância Desvalidada, quer como apoiadores ou condutores de sua diretoria (Congresso, 1912).

Desde seus primeiros anos de existência o Instituto D. Ana Rosa foi modelado para ser tanto orfanato quanto escola profissional. Entre seus internos constavam órfãos e meninos com família que passariam pelos menos quatro anos, conforme estipulado pelo regimento (Congresso, 1912), tendo seus estudos e formação seguindo o programa escolar e instrutivo do Instituto. Nesse programa estavam contemplados os “estudos literários”, que compreendiam conteúdos das disciplinas escolares, bem como o encaminhamento dos internos para as oficinas de marcenaria, alfaiataria, sapataria, funilaria, tipografia, litografia, mecânica e padaria, de acordo “com sua vocação e constituição física”

de sua primeira versão como sendo de cinco de janeiro de 1875, quando fora aprovado pelo governo da província (Congresso, 1912, p. 10).

(Congresso, 1912, p. 16). Para viabilizar tais propósitos, o instituto estava aparelhado por um corpo de funcionários escalado de acordo com funções específicas e distribuído pelos postos de direção, de professores, de mestres de oficinas, de cozinha e vigilantes.

O Instituto D. Ana Rosa apresenta características que o aproximam das instituições asilares, pois tinha órfãos como internos (ainda que não fossem a maioria, afinal, havia alunos com família) e assumia sua criação por longo tempo, ao passo que praticava um programa instrutivo e profissionalizante, pautado por educação escolar, ensino nas oficinas e formação moral e religiosa, fato que ampliava sua atuação para além de prover e abrigar. Até mesmo o regime de permanência dos assistidos no Instituto é o do internato, fossem eles órfãos ou vinculados à sua família de origem, fato justificado em razão do explícito propósito instrutivo/profissionalizante do Instituto, conforme o balanço dos internos constante no relatório para o ano de 1879, ocasião em que “dos alumnos existentes: 14 são carpinteiros, 18 pedreiros, 55 alfaiates, 14 funileiros e 5 sem officio; existem 15 que se applicão á pintura e padaria, aprendendo também outros officios” (São Paulo, 1880, 69).

Até mesmo a designação dos assistidos, nesse documento do Instituto e num outro relatório referente a 1911⁵, assinala que o estabelecimento possuía “alunos”, quando poderia nomeá-los de internos. Por extensão, esse nome atribuído aos meninos assistidos, derivado de sua inclinação instrutivo-profissionalizante, aproxima o Instituto D. Ana Rosa do desenho institucional dos liceus existentes na província de São Paulo, a exemplo do já citado Liceu de Artes e Ofícios, paulistano, e do Liceu Sagrado Coração de Jesus, fundado pelos Salesianos na capital paulista em 1885.

Essa forma de organização e de propósitos era comum, também, a outros similares do Instituto D. Ana Rosa, como é o caso do Liceu de Artes e Ofícios que, além de ter entre seus internos

⁵ Trata-se de um pedido de isenção de impostos no qual consta um relatório da Associação Protetora da Infância Desvalida, mantenedora do Instituto D. Ana Rosa (Congresso, 1912).

meninos órfãos, contava com alunos externos, bem como do Liceu Sagrado Coração de Jesus, fundado e mantido pelos padres salesianos. Em comum, ainda, todos esses citados representam o modelo de estabelecimento destinado aos pobres, exclusivamente para meninos, cujo programa de formação possuía conteúdos e disciplinas escolares elementares e grande ênfase nas oficinas onde eram ensinados os ofícios considerados úteis para dotar os internos de meios de ocupação e sustento quando egressos.

Por outro lado, uma diferença notável entre esses três exemplares da geração de estabelecimentos do período de 1873 a 1885 fica por conta dos mantenedores de cada um deles: uma ordem religiosa, uma figura da nobiliarquia paulistana reconhecida por sua devoção religiosa e por sua atenção ao socorro dos desvalidos e, de outra parte, um político do Império e a associação civil dedicada à difusão da instrução escolar que ele contribuiu para fundar. Um desses entes mantenedores é uma ordem religiosa, os Salesianos, artífices do Liceu Sagrado Coração de Jesus. O Instituto Ana Rosa foi resultado da influência de sua benfeitora, mesmo *post-mortem*, enquanto reconhecida expressão leiga da caridade em São Paulo. De sua parte, o Liceu de Artes e Ofícios é a extensão da Sociedade Propagadora da Instrução Popular, surgida originalmente em 1873.

De início, quando fundado sob a liderança de Carlos Leôncio da Silva Carvalho, ladeado por apoiadores fincados nas instituições públicas, na política e na elite paulistana, a escola da Sociedade Propagadora ainda não possuía as feições completas de estabelecimento de ensino de ofícios, fato que se consumaria completamente em 1882, quando foi nomeada de Liceu de Artes e Ofícios. Nos seus primeiros anos de existência, até a reforma e ampliação curricular de 1882, a Sociedade Propagadora da Instrução Popular cuidou de oferecer instrução primária para as classes populares em sua escola noturna, tendo alcançado alguns anos mais tarde o intento de instruir em ofícios, o que foi viável em razão da licença para ocupar as oficinas do extinto Instituto de Educandos Artífices (Moacyr, 1938).

O Liceu de Artes e Ofícios se organizava de modo similar ao comum das escolas da época, com classes de História a Aritmética, em paralelo ao aprendizado nas oficinas, sem se definir exatamente como estabelecimento profissionalizante de órfãos – misto de orfanato e escola profissional como o Instituto D. Anna Rosa –, mas assumindo o lugar de “instituto profissional especializado” na cidade de São Paulo (Amaral, 2006, p. 383). Já o Liceu Sagrado Coração de Jesus, dos salesianos adotava o regime de turmas de internato e externato, com a característica de organizar-se de acordo com turnos escolares, numa parte do dia, e na outra instrução profissional nas oficinas; sem dúvida, de forma semelhante ao Liceu de Artes e Ofícios. Como prova de sua longevidade, o liceu alcançou o século XX ativo, estando, no início da República, “em fase de grande atividade e desenvolvimento, com uma matrícula de 738 alunos”, dados estes reunidos por Ferreira (1940, p. 61), continuando a funcionar em tempos republicanos com “583 alunos, sendo do curso primário 320 e do curso secundário 263”, conforme os matriculados entre os anos de 1893 e 1894 (Moacyr, 1942, p. 317).

A consolidação da assistência na versão institucional

Embora outros estabelecimentos primassem por criar, a exemplo dos orfanatos e asilos infantis, não era estranha a eles a preocupação com o aprendizado de um ofício, fato que usualmente se consumava em ação concreta quando meninos e meninas na situação de tutelados alcançavam idade suficiente para aplicarem-se (ou, serem aplicados) ao trabalho. Ademais, essa variedade institucional, que já se fazia perceber em São Paulo até os anos 1880, época em que os liceus se somaram aos seminários, indica que a necessidade de assumir a criação de crianças alheias e do que se fazer delas e com elas ao longo de todos os dias de sua permanência era um problema continuado cuja solução definiu os contornos institucionais dessas duas primeiras gerações de estabelecimentos paulistanos. O apelo ao trabalho

resolvia muito desse problema: trabalhava-se para manter a casa e trabalhava-se para aprender um ofício.

Esse foi, inclusive, um mote importante para produzir uma espécie de *savoir-faire*, ou método, de cuidar de crianças residentes em instituições por períodos que podiam alcançar da primeira infância à maioridade, ou além. Na composição desse saber-fazer há, ainda, referências da educação escolar formal, pois as primeiras letras constavam no programa de todos, de seminários a liceus. Nesse compasso, a similaridade do trabalho de cada instituição (de cada liceu, seminário e orfanato), firmada a cada ano acumulado de existência, progressivamente contribuiu para dar contornos à forma institucional de assistir em São Paulo, conforme algumas características:

1) *Ação continuada com base na repetição de afazeres cotidianamente*. Nos vários estabelecimentos onde foi praticada, a assistência institucional se viabilizou em espaços de recolhimento, onde conviviam internos residentes e externos de permanência parcial. Concebidos para agirem por sucessivos anos sobre seus internos, os estabelecimentos desenvolveram rotinas expressas em horários diários e semanais em forma de oficinas, de trabalhos domésticos e de aulas, o que definiu certa espécie de protocolo, variando entre não escrito ou parcialmente previsto em regimento, porém conhecido por funcionários e diretores e em geral apoiado nas possibilidades conferidas pelo corpo funcional, pelo espaço físico da instituição e pela capacidade de arrecadação e acumulação de recursos dos mantenedores. Até o fim do período entre 1825 a 1885, do ponto de vista de sua organização interna, seminários e liceus afirmaram ao longo desses anos de atuação, além do trabalho, outros elementos conformadores de seus métodos, a exemplo do escrutínio do comportamento dos internos e da aferição de seus ganhos em termos de habilidades resultantes do aprendizado de saberes escolares e de ofícios mecânicos. O informe dos ganhos dos internos, além de parte da lógica de organização das instituições, ocorria também por dois motivos: primeiro, porque de algum modo se fazia necessário apresentar um resultado

e, com isso, esclarecer que a função precípua de formar alguém acontecia – ainda que nos termos reportados nos documentos; em segundo lugar, os resultados atendiam ao fim de garantir ou, se possível, pleitear recursos adicionais.

2) *As instituições acumulam experiência.* Os asilos, orfanatos, seminários e liceus, seja pelo seu trabalho cotidiano, combinado com seus propósitos e devido aos seus modos de cuidar, à prioridade por recolher e concentrar seus internos e ao que era ensinado, produziram um tipo de *savoir-faire* relacionado à criação de órfãos e abandonados e à educação de pobres para o trabalho. Ademais, quase todos os estabelecimentos criaram meios e regras para controlar o ingresso de seus internos, isto é, as instituições tentavam definir desde a origem quem seriam seus atendidos. Basta notar a preocupação com o número de ingressantes, com a quantidade de egressos, com a necessidade de encaminhar quem estaria em tempo de sair e, principalmente, a inquietação permanente com o número de internos que as obras comportariam, o que se deve em parte aos limites que os recursos permitiam, mas de outra feita sinaliza um meio de regular quem podia ser assistido. Esse acúmulo de saber se prestava, ainda, a pelo menos dois usos: (1) as instituições e seus dirigentes procuravam racionalizar a administração de seus recursos materiais (e, em situações de baixa arrecadação, racionar a distribuição desses recursos aos internos), do que tinham a dispor e do que precisavam para se viabilizarem cotidianamente; (2) o fato de terem sob sua guarda contingentes de internos que abrangiam desde crianças, incluindo vários na puberdade, até quem estava na faixa dos vinte anos, em alguns casos, como por décadas foi o dos seminários públicos, requeria não apenas estruturar a agenda cotidiana de afazeres e de instrução escolar e laborativa, como igualmente conhecer, por raso que fosse, o que cada um sabia, quais habilidades desenvolveu e suas possibilidades de deixar o estabelecimento, entre vários elementos a sondar e, quando preciso, reportar.

3) *Divisão do trabalho do corpo funcional.* Os estabelecimentos apresentaram corpo funcional mais formado pelo saber-fazer da

experiência cotidiana do que treinado sistematicamente – ainda que tal experiência pudesse apresentar demonstrações de tratos austeros para com os internos. Por sua vez, tal corpo funcional organizou-se conforme certa divisão do trabalho em seus quadros, pois havia professores, bedéis, cozinheiros, mestres de cultura, diretores e os filantropos líderes, cuja visibilidade e influência eram mobilizadas para obter apoio às obras que encabeçavam. Numa perspectiva mais ampla, trata-se de uma dinâmica compatível com a tendência corrente à época (séculos XVIII e XIX) da edificação de instituições disciplinares. Se a disciplina era construída sobre a seriação de procedimentos e de posições de sujeito para o ordenamento institucional de espaços em que os indivíduos eram contidos, o gradativo processo de formação de pessoal especializado em instituições disciplinares, conforme sublinha Foucault (2001, p. 193), implicava a vinculação (*ancrage*) dos dispositivos de disciplina (normas, organização do trabalho institucional, regularidade das condutas etc.), a uma série de aparatos dedicados ao condicionamento recíproco dos procedimentos e das tarefas institucionais, conformando uma maquinaria (*machinerie*) de relações de poder institucional naqueles núcleos de gestão do espaço social. Por extensão, essa ideia tem grande compatibilidade com a divisão do trabalho existente em abrigos e orfanatos, nos quais as pessoas são formadas no próprio trabalho, à luz dos procedimentos disciplinares e formativos daqueles espaços institucionais, e não antes do exercício dele. À primeira vista esse processo obedece à lógica similar ao ingresso no mundo do trabalho: aprende-se a trabalhar na continuidade do trabalho, vendo, obedecendo, repetindo, memorizando e assumindo o ofício ao longo de um variável tempo de exposição a ele.

4) *Uma ética do trabalho como componente pedagógico.* Além da diferenciação funcional interna às instituições (tal como discutida acima), a instrução dos ofícios manuais e mecânicos (marcenaria, alfaiataria, carpintaria etc.) e o componente moral dos processos de educação representam dois vetores fundamentais da caridade nas instituições de acolhimento e assistência no século XIX, vez que

formavam uma autêntica “ética do trabalho”, ou seja, uma avaliação moral do intercâmbio social e das atividades produtivas como esferas reguladas pelo campo da moralidade e seus valores (honra, virtude etc.). O mundo do trabalho, portanto, implica uma formação *no* trabalho, uma vez que este era meio da produção de mercadorias e de riqueza, e também entendido como virtude, distintivo de honra e governo da população – mecanismos de uma função disciplinar (Foucault, 2001, p. 203). Especialmente a partir da segunda metade do século XIX, em uma sociedade em transição na composição de sua mão de obra e com a constituição de um mercado de trabalho (com a gradativa proletarização no espaço urbano) (Naxara, 1998; Hardman, 2005; Moraes, 2003), a educação oferecia a possibilidade de uma proatividade regulada dos indivíduos, ou seja, uma valorização moral da atividade produtiva, fundamentando a divisão social do trabalho e sua reprodução.

Assistência *fin-de-siècle*: a afirmação da assistência particular prestada ao público na passagem do século XIX para o XX

A prevalência das organizações e estabelecimentos particulares no campo da assistência à infância na cidade de São Paulo é progressivamente consumada até a metade da década de 1880. O número de estabelecimentos confirma essa constatação, bem como o fato de só haver um único seminário público, o da Glória, pois o Instituto de Educandos Artífices foi extinto em 1880, uma vez que assistir institucionalmente crianças pobres e órfãs era um assunto majoritariamente da agenda de caridosos e filantropos – tanto representados por expressões individuais quanto por associações civis ou leigas.

Quadro 3: Estabelecimentos fundados entre 1892 e 1897 na capital

Período	Estabelecimentos	Fundação
1892 a 1997	Orfanato de Santana	1892
	Colégio D. Carolina Tamandaré	1892
	Abrigo Santa Maria	1892
	Casa Pia São Vicente de Paulo	1894
	Orfanato Cristóvão Colombo	1895
	Asilo de Órfãos N. S. Auxiliadora do Ipiranga	1896
	Casa da Divina Providência	1896
	Casa da Divina Providência da Mooca	1897
	Asilo Bom Pastor	1897

Fonte: (Fonseca; Narita, 2017, p. 304-325).

O conjunto de orfanatos, liceus e escolas de ofícios na cidade de São Paulo originou-se em conformidade com esse espírito durante o século XIX, assim como pelo interior do estado havia estabelecimentos instituídos a partir de inspiração semelhante.

A partir das doações, dos legados e da liderança de figuras públicas, fundadores ou inspiradores de organizações, bem como por meio da ação de associações confessionais ou laicas – durante o século XIX –, os propósitos de mitigar os males da pobreza e de assistir o público se concretizavam por meio de cuidados e serviços institucionais dirigidos aos necessitados. Havia frequência na prática da negociação e eventual acerto entre o poder público e as organizações da sociedade civil a fim de formar composições nas quais as iniciativas de particulares para atenuar o desvalimento alheio cobriam os vácuos estatais. O empenho em apelar à Assembleia Legislativa Provincial e, depois, o Congresso Legislativo do Estado era um expediente usual a fim de obter desde isenção de impostos a subvenções. Essa prática é constante, seja no tempo da Assembleia Provincial ou já na época do Congresso Legislativo Paulista, demonstrando que: 1) Recorrer ao legislativo municipal e estadual pedindo recursos era regra do jogo. Quando não, ao federal também; 2) A capacidade de conseguir reconhecimento da administração provincial, de ser mencionada

nos relatórios dos exercícios anuais, colocava a obra – o serviço que prestava e o estabelecimento onde ocorria – como coadjutora da sociedade no amparo dos desvalidos, como instituição a quem se podia recorrer para obter socorro, criação e educação formal de crianças que não podiam ser cuidadas por parentes e como remédio ao desamparo de crianças na forma de um tipo de serviço oferecido fora do alcance estatal (basta comparar com o histórico sistema misto de público e privado das Leis dos Pobres na Inglaterra). No limite do prestígio das organizações mantenedoras, seus vínculos com os círculos políticos e dirigentes, a repercussão de seus apelos, no caso daquelas sem apadrinhamento do alto clero familiar paulistano, podiam assegurar uma alínea na seção de despesas da lei orçamentária paulista e, com isso, garantir alguma subvenção pública; 3) Não importava só trazer dinheiro, pois as isenções de impostos e doações de terrenos ajudavam deveras os mantenedores e eram periodicamente pleiteadas por eles ao legislativo; 4) Mas, era essencial o empenho em mobilizar redes de apoiadores (geralmente nomes da sociedade) e de buscar recursos nas contribuições da comunidade; 4) Com isso, o poder público fazia o duplo movimento de assumir que não assistia a todos que precisavam enquanto subvençionava aquelas organizações e estabelecimentos que obtinham reconhecimento, pois o subvençionamento era sempre parcial.

O legislativo era um poder ao qual se costumava apelar no intuito de obter subvenções públicas e apoio a organizações mantenedoras de estabelecimentos assistenciais particulares, como constatei em levantamento no Acervo Histórico da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, no qual localizei 40 pedidos de recursos e verbas, 6 de isenção de impostos e 9 solicitações de doação de terrenos dirigidos ao legislativo pelas instituições listadas no Quadro 1, além de outras do interior do estado, no período entre 1825 e 1922.

Em razão de percorrer o caminho posto para conseguir a formalização de uma obra assistencial particular que oferecia seus préstimos ao público, o Colégio D. Carolina Tamandaré é o

exemplo preciso de uma instituição concebida a partir de um legado, arquitetada por um filantropo e necessitada de reconhecimento oficial a fim de validar seu trabalho. De acordo com Franco (1944), o Colégio D. Carolina Tamandaré foi criado na última década do século XIX, durante a quarta administração estadual paulista na República⁶ como resultado da iniciativa de um dos integrados ao círculo da família Souza Queirós, Manoel Batista da Cruz Tamandaré, que, em homenagem à esposa, D. Carolina de Souza Queirós Tamandaré, e aos filhos, falecidos, recolheu fundos para tanto e contou com o reconhecimento da presidência estadual, que atestou sua utilidade, além de destinar subvenções públicas a esse estabelecimento. Assim como os similares da época, o Colégio D. Carolina Tamandaré, conforme definido em seu estatuto (no Decreto Estadual nº 91), tinha como finalidade precípua “acomodar, segundo as regras de hygiene, sessenta meninas desvalidas” para difundir “a educação intellectual, moral e religiosa e ensinar tudo quanto deve saber uma mulher para ganhar honesta e independentemente sua vida e tornar-se uma boa mãe de família” (São Paulo, 1892, p. 1). Bastante conforme a tendência cristalizada em fins do XIX a obra assistencial prometida pelo fundador do colégio logrou a validação estatal, passada em lei, que concedia ao colégio, entre outras autorizações, a “isenção de todos os impostos a cargo do estado”, conforme a Lei Estadual nº 36, de 2 de julho de 1892 (São Paulo, 1892, p. 1). A isenção de impostos e o reconhecimento oficial dessa instituição somam-se a outras resoluções que davam base material e sustento financeiro a esse estabelecimento:

Artigo 1. Fica creado e instituído um coltegio sob a denominação de “D. Carolina Tamandaré” — com a constituição de pessoa jurídica, capaz de adquirir e exercer direitos patrimoniaes.

Artigo 2. Constituem' desde já patrimônio dessa instituição:

— um terreno situado rua Tamandaré, com noventa e seis metros de

⁶ Trata-se do período em que José Alves de Cerqueira César assumiu a presidência do estado, de 15/12/1891 a 23/8/1892.

Jrente sobre cem metros de fundo;
— o edifício construído nesse terreno;
— duzentos contos de réis (200:000\$000), que serão applicados em propriedades urbanas, títulos das dívidas geral ou estadual e acções de Companhias com garantia da Republica ou do Estado de São Paulo ;
— cento e trinta e duas (132) acções da Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluviaes, do valor nominal de duzentos mil réis (2609000) cada uma
— sendo todos esses bens doados pelo cidadão Manoel Baptista da Cruz Tamandaré (São Paulo, 1892, p. 1).

O legado, constituído por imóveis, títulos e ações, vinha da vontade do fundador e daria sustento ao colégio que, por sua vez, estaria sob a direção de membros de sua família:

Artigo 3. Caberá a administração exclusiva desse estabelecimento ao referido cidadão Manoel Baptista da Cruz Tamandaré, seus filhos, genros e mais descendentes, passando a administração, em falta destes, A Irmandade da Misericórdia desta capital (São Paulo, 1892, p. 1).

Tal como o Colégio D. Carolina Tamandaré, o Asilo Nossa Senhora Auxiliadora do Ipiranga é também um caso de legado a partir da vontade de um benemérito. O asilo é uma das várias obras assistenciais patrocinadas ou que teve como seu artífice o Conde José Vicente de Azevedo, português, católico e membro de destacadas organizações do laicato católico na cidade de São Paulo, a exemplo da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Sé (Etchebèhére Júnior *et al.*, 2007).

Os diretores de associações mantenedoras, filantropos-líderes e diretores de estabelecimentos tratavam com a Assembleia Legislativa Provincial, apelando por subvenções financeiras, isenção de impostos e doação de terrenos. Nos relatórios dos presidentes de província e nos balanços das despesas e gastos da administração provincial é fato corrente haver subvenções destinadas a

estabelecimentos particulares que assistiam crianças.⁷ Da parte da filantropia, peticionava-se ao legislativo a fim de obter benefícios que, se não sustentavam o todo da obra bancada pelas associações mantenedoras, ao menos visavam a concessões importantes como a cessão de terrenos, a complementação de recursos para a construção de edifícios, a realização de loterias e a derrubada da cobrança de taxas para transações imobiliárias que, embora não compusessem todo o orçamento, permitiam edificar ou manter uma sede com a perspectiva de sua permanência por largo tempo.

O intento de manter uma obra assistencial, portanto, requeria buscar meios de extrair recursos entre as fontes possíveis: da comunidade, por meio de loterias, quermesses, donativos em espécie, festas e campanhas; dos beneméritos contribuintes com recursos registrados em livros de ouro, listas de contribuição, donativos, ou pela pertença a quadros associativos das mantenedoras; dos legados de filantropos que beneficiaram algumas instituições as quais nasciam acumulando patrimônio, títulos, papéis, ações, imóveis e aluguéis, terrenos e propriedades; e do erário público a quem se podia requerer subvenção em razão do serviço prestado à sociedade. Não se tocava um estabelecimento sem manejar os meios de busca de apoio, dinheiro, donativos e reconhecimento público, pois das idealizações ao que era possível, da pretensão anunciada nos regulamentos ao resultado concreto da atividade diária das instituições, a formação da assistência a partir do trabalho diário e concreto dos estabelecimentos não se fez sem enfrentar variados problemas ao longo dos anos. A assistência institucional foi forjada também em meio às contingências, descontinuidades político-administrativas, exiguidade de recursos

⁷ Na lei orçamentária de 1889 o Liceu Salesiano e o Liceu de Artes e Ofícios como destinatários de subvenções “para a educação de meninos pobres”. Em 1890, durante o tempo em que Prudente de Moraes foi governador do estado, o orçamento para o exercício seguinte foi fixado pelo Decreto nº 50, de 28 de abril de 1890, no qual se previam subvenções aos referidos liceus, bem como ao Seminário de Educandas da Glória.

e pessoal, além das resistências cotidianas de internos e internas frente ao regramento e à intervenção do corpo funcional.

Seja como for, os ciclos de surgimento e cristalização de instituições ao longo do século XIX, em São Paulo, contribuíram para refinar os mecanismos de avaliação e de intervenção sobre o social e seus déficits (pobreza, desvalimento etc.), em grande medida devido à dinâmica das obras de acolhimento, assistência e caridade, o que implicou a tradução institucional do conflito social e da lógica moral de reconhecimento da pobreza e do desvalimento expostos nas ruas. Em comparação com outros cenários, nos anos 1870, por exemplo, na Corte, a documentação do Asilo dos Meninos Desvalidos, uma das instituições mais importantes dessa “rede” assistencial construída na segunda metade do século XIX, oferece um painel significativo nesse sentido. Conforme os relatórios da diretoria do asilo, por exemplo, o menino Ladisláo João de Farias, que vendia “ballas d’assucar nas estações dos bondes”, fora conduzido à instituição pelo chefe de polícia e “trajava calças e camiza immundas, descalço, cabellos crescidos, verdadeiro ninho de vermes” (Arquivo Nacional, IE5-22, 93, nº 512-75). Também conduzido por um praça do corpo de polícia, Luiz Bernardes, “que mais parecia uma fera do que um ente humano”, praticando “actos de fera”, teria obrigado os funcionários do asilo a “lançar mão da força para controla-o”, de modo que, conforme assevera o relatório, diante da inadequação do “mancebo” ao regramento da instituição e da inconveniência à “moralidade e disciplina” dos demais asilados expostos àquelas condutas, “seria uma obra de caridade e ao mesmo tempo um serviço à sociedade, se fosse o referido rapaz recolhido a uma casa de correcção ou a um navio de guerra, evitando assim” seu ingresso “no rol dos criminosos, tal a índole perversa que manifesta” (Arquivo Nacional, IE5-22, 93, nº 18-75). O poder institucional, portanto, articula uma gramática do reconhecimento do desvalimento por meio de sua exposição (sinais externos da conduta).

Até a última década do século XIX, a cidade de São Paulo possuía estabelecimentos existentes a tempo suficiente para

instituir essa operação de reconhecimento das manifestações do desvalimento material e moral a partir da qual acionava mecanismos igualmente institucionais (discursos identificadores, de reparo das condutas, processos de classificação dos potenciais internos e asilamento dos recolhidos) e os aplicava sobre o problema da infância desvalida. Ao passo que a assistência privada oferecida ao público seguia ativa, a cidade de São Paulo mudava em vários sentidos, recebendo progressivas somas de imigrantes, experimentando mudanças na relação entre o capital e o trabalho, a exemplo da formação do proletariado urbano, conhecendo a marginalização dos pobres, os bloqueios à integração dos escravos, libertos e mestiços ao sistema produtivo, a delinquência infanto-juvenil, enfim, uma série de processos que alteraram sensivelmente a vida social na capital do estado em tempos republicanos (Campos, 2004). Nesse sentido, um fato em especial assinala a mudança da cidade sob o ponto de vista humano e social, no caso, o crescimento demográfico, uma vez que sua população passou, num intervalo de tempo entre 1890 a 1900, de 64.934 a 239.820 habitantes⁸, progressão de crescimento que não cessou até 1940, quando o número de um milhão de habitantes foi alcançado (Memória, 2001).

Enquanto a cidade crescia em número de habitantes, as possibilidades de ocupação dos bairros, de alimentação, de moradia, enfim, de estabelecimento pelos novos moradores que chegavam à cidade, na entrada do século XX, e assim foi pelas décadas seguintes, encontraram na especulação imobiliária urbana, na pressão do custo de vida e na repressão policial e judiciária às manifestações de descontentamento social e político forças capazes de empurrar o

⁸ Os anuários estatísticos estaduais desse período indicam essa progressão acelerada do crescimento da população da cidade de São Paulo em razão dos números da imigração (Memória, 2001). Quando o período é ampliado, no espaço de tempo entre 1890 e 1938, segundo os dados compilados no volume 2 de *Memória urbana* (2001), os números do crescimento populacional da capital paulista impressionam mais, uma vez que, em 1938, sua população passou da marca de um milhão de habitantes.

proletariado urbano e toda sorte de pobres a ocuparem as regiões periféricas em relação ao centro (Petroni, 2001; Reis, 2004). Para essa cidade em crescimento, convivendo com a novidade dos bairros operários e industriais, por exemplo, os serviços públicos capazes de atender às necessidades da saúde dessa população, da educação dos seus filhos, de regular as relações entre capital e trabalho, enfim, de minimizar os efeitos colaterais do aumento demográfico, da exploração do trabalho eram rarefeitos em relação ao contingente de necessitados e perante o conjunto de demandas pungentes que acumulavam (Campos, 2004).

É certo que as ações sanitárias e médicas do poder público paulista aconteceram desde os tempos da administração provincial, e foram ainda mais expressivas a partir dos primeiros governos republicanos do estado e nos decênios seguintes, quando foram criados hospitais de isolamento, a Faculdade de Medicina, o Instituto de Higiene, missões sanitárias no interior, institutos para a produção de vacinas, enfim, um conjunto de organizações estatais atuantes na saúde pública (Vasconcellos, 1995). Também a instrução, tanto na capital quanto no interior, conheceu o célebre período dos ginásios do estado e da expansão das escolas públicas primárias.

Os cuidados com a infância pobre, com as condições da sua criação e mesmo do estabelecimento de estratégias para responder ao abandono e à marginalização ainda dependiam muito das vigentes práticas assistenciais organizadas por expressões da sociedade civil, que, no século XX, continuaram convocadas para remediar as necessidades dos novos pobres e desafortunados da cidade. A assistência privada oferecida ao público respondeu com maior número de estabelecimentos e iniciativas às demandas do amparo à doença, à pobreza, ao ensino de ofícios para meninos e meninas pobres e às crianças órfãs, quando comparada às ações estatais nessa mesma época.

As raízes desse tipo de ação assistencial foram lançadas desde o século XIX e se firmaram à medida que os estabelecimentos continuaram suas atividades, alcançando o século seguinte, uma vez que passou ao XX a convivência entre a prestação particular de

cuidados públicos e a instável ação estatal, no mais das vezes legitimando e subvencionando as organizações assistenciais privadas. As amas de leite, por exemplo, pagas para alimentar e cuidar de crianças pequenas entregues à roda da Santa de Casa de Misericórdia de São Paulo, fizeram parte de um sistema de criação de órfãos concebido quase totalmente por particulares; algo nomeado por Marcílio (1998, p. 136) como “sistema informal ou privado de criação dos expostos”. Quanto à instrução de meninos e meninas pobres, desde a primeira gestão do estado em tempos republicanos, o orçamento estadual consignou recursos ao “Liceu Coração de Jesus, como auxílio à educação de meninos pobres, conforme contrato”, num total de 10:000\$000, e “ao Liceu de Artes e Ofícios, da Propagadora da Instrução Popular, para a educação de meninos pobres” a quantia de 12:000\$000 (Franco, 1944, p. 8). Até fins do século XIX, em São Paulo, a assistência inspirada pelas motivações humanitárias e/ou religiosas, associada aos poderes públicos ou suprimindo sua ausência e em resposta à pobreza e ao abandono de crianças, era a forma geral de amparo com que contavam as pessoas, em caso de doença, e a sociedade, em razão dos filhos sem pais ou família.

A participação do poder público dirigiu-se acentuadamente à educação escolar e à delinquência infanto-juvenil (Quadro 4), com menor participação no campo da assistência institucional à infância – exceção feita ao Seminário da Glória – quando se tratava de manter instituições próprias. Como resultado, a história da atenção à infância pobre na cidade de São Paulo consagrou as sociedades particulares, os beneméritos, os filantropos, as associações confessionais e outros congêneres como idealizadores, promotores e mantenedores da assistência pública e institucional desde o século XIX. De sua parte, o poder público paulista, o estadual, dirigiu suas iniciativas para a delinquência infanto-juvenil, enquanto podia contar com o sistema privado de assistência pública aos órfãos e às crianças pobres. Como resultado, entre 1902 e 1926, o governo estadual fundou três institutos disciplinares para meninos maiores de 9 anos e menores de 14, de acordo com o artigo

30 do Código Penal de 1890, que deveriam ser recolhidos das ruas devido à vadiagem e em razão de crimes cometidos.

Quadro 4: Instituições mantidas pelo estado e destinadas a menores em São Paulo

Período	Estabelecimento	Ano	Local	Finalidade
1902 a 1934	Instituto Disciplinar da Capital	1902 (Previsão em lei) 1903 (Atividade)	São Paulo (Tatuapé)	Receber meninos recolhidos das ruas pela polícia ou por ordem da justiça
	Colônia Correccional de Ilha dos Porcos	1902 (Previsão em lei) 1907 (Ativa)	Litoral de São Paulo, em Ubatuba	Colônia correccional para “vadios” e “vagabundos”
	Instituto Disciplinar de Taubaté	1909 (Previsto em lei) 1934 (Atividade)	Taubaté	Receber meninos recolhidos das ruas pela polícia ou por ordem da justiça
	Instituto Disciplinar de Mogi Mirim	1909 (Previsão de criação em lei) 1924 (Atividade)	Mogi Mirim	Receber meninos recolhidos das ruas pela polícia ou por ordem da justiça
	Abrigo Provisório de Menores	1924 e 1925 (Previsto em lei) 1926 (Atividade)	São Paulo	Abrigo subordinado ao Juízo de Menores

Fonte: Fonseca, (2012, p. 33-44).

Quadro 5: Estabelecimentos assistenciais para crianças existentes na cidade de São Paulo entre 1889 e 1930 segundo os Anuários Estatísticos, Anuários do Ensino e Relatórios dos Presidentes de Estado e outras fontes

Estabelecimentos	Anuário do Ensino	Anuário Estatístico	Congresso Legislativo	Relatórios dos Presidentes de Estado	Outras fontes	Mantenedor
Escola maternal “D. Paulina” Liceu Feminino Escola noturna para analfabetos Asilo e creche Escola maternal para meninos Creche “Dr. Antonio Prado” Albergue diurno para filhos das mães empregadas ¹³	1908	1906, 1907, 1908, 1909		1923, 1927	A Voz Maternal (publicação da AFBI) 1904	Associação Feminina Beneficente e Instrutiva
Instituto D. Anna Rosa	1908 (consta que não recebia subvenção do estado)	1902, 1905, 1906, 1907, 1908, 1909	1912, 1928	1889, 1905, 1906, 1907, 1913		Associação Protetora da Infância Desvalida

⁹ Todos os estabelecimentos citados nessa linha do quadro pertenciam à Associação Feminina Beneficente e Instrutiva (AFBI). Os estabelecimentos foram citados um a um a fim de detalhar as instituições existentes em São Paulo no período de recorte cronológico.

Liceu de Artes e Ofícios	1908	1902, 1905, 1906, 1907, 1908, 1909	1891, 1895	1889, 1895, 1905, 1906, 1907, 1913, 1927		Sociedade Propagadora da Instrução Popular
Liceu Sagrado Coração de Jesus	1908	1902, 1905, 1906, 1907, 1908, 1909	1898, 1899, 1921	1889, 1905, 1906, 1907, 1913		Salesianos
Asilo de Expostos da Santa Casa de Misericórdia		1908, 1909		1889		Irmandade da Misericórdia
Seminário da Glória	1908			1889 a 1930		Estado – Irmãs de São José
Orfanato Cristóvão Colombo		1905, 1906, 1907, 1909	1919			-
Abrigo Santa Maria		1906				-
Casa Pia São Vicente de Paulo		1906, 1908, 1909				-
Orfanato Santana	1908	1906, 1909				-
Asilo de Órfãos Desamparados Nossa Senhora Auxiliadora do Ipiranga	1908	1908, 1909	1892			-
Asilo do Bom Pastor	1908	1908, 1909		1927		-
Casa da Divina Providência	1908	1908, 1909				-
Instituição da Sagrada Família		1908, 1909				-
Maternidade de São Paulo		1911				Irmandade da Misericórdia

Fonte: Quadro elaborado pelos autores a partir de apuração nos relatórios de presidentes de província de São Paulo.

Parte II: Repensando a formação pelo prisma da interiorização

Felipe Ziotti Narita

Com a organização do Estado nacional brasileiro no século XIX, projetos políticos de colonização e de ocupação do território coexistiram, nos relatórios provinciais, por exemplo, com marcadores socioculturais associados ao interior como *limite* do desenvolvimento – a “civilização dos índios bravos”, os “sertões”, as “populações estacionárias” etc. (Sousa Neto, 2012; Narita, 2020). Essa imagem estruturava o projeto estratégico de Varnhagen (1849, p. 11), que defendia um “um centro de civilização nos elevadíssimos chapadoens do interior”, de modo que “os governos cuja sede está no interior do paiz tratam mais que os outros em cuidar de facilitar as communicações, que são as veias e arterias do Estado, que sem ellas declina e morre”. Couto de Magalhães (1874, p. 153) apresentava o “grande sertão interior” que se impunha sobre as curtas franjas povoadas do litoral, ressaltando suas viagens do interior do Amazonas e do Pará, descendo até o estuário do Prata via Cuiabá e Paraguai: já que a ocupação avança “dia a dia apertando mais para os sertões”, em registro evolucionista torneado pela ideologia da assimilação de grupos selvagens, “temos o dever, como christãos, de arralcal-os [os *indígenas*] da barbaria sanguinolenta em que vivem, para trazel-os á communhão do trabalho e da sociedade”. A tônica civilizadora pressuposta no plano de Varnhagen e na perspectiva assimilacionista de Couto de Magalhães indicava, na conjuntura de afirmação do Estado e de construção da nação, a imagem da interiorização como preocupação com a estruturação de comunicações, comércio, governo e população do interior do país.

Nos anos 1940, à luz da nova musculatura institucional do Estado republicano e novas frentes de interiorização (vide as missões de Rondon), imbuída do tom nacionalista de ocupação do Oeste (motivada pela própria direção política do governo de Getúlio Vargas), a obra de Cassiano Ricardo (*Marcha para Oeste*, 1940) exaltava a interiorização como conquista da “organização nacional” capaz de atualizar o “espírito bandeirante no século XX”. Em 1954, o estudo de Clodomir Vianna Moog, intitulado *Bandeirantes e pioneiros*, comparava dois modos de conquista do novo mundo (as colonizações portuguesa e britânica) para assinalar a destinação histórica da interiorização a partir do colono (em curioso paralelismo com os pioneiros das treze colônias inglesas): se o bandeirismo, o vaqueiro e o estancieiro teriam lançado as bases da ocupação, o seringueiro atualizaria, sob as pressões do capitalismo industrial do final do oitocentos, o imaginário bandeirante:

Depois, ninguém mais bandeirante que o seringueiro. No caso, dir-se-ia até que a cópia saiu mais apurada que o original. Enquanto o bandeirante ainda mantém, no seu avanço rumo ao sertão, uma forma precária de sociedade, o seringueiro, contra uma natureza que se concentra para resistir, rifle a tiracolo, facão à ilharga, carregando o balde e, dentro do balde, as tigelinhas de aparar o leite das seringueiras, avança só. Em torno, apenas o silêncio e a solidão, uma solidão povoada pelos rugidos da ouça e os estertores da floresta (Moog, 1954, p. 241).

A temática da interiorização, aliás, ecoou na literatura, como Hugo de Carvalho Ramos e, duas gerações depois, o sertão de Guimarães Rosa e seus vazios (“sertão: estes seus vazios”). Talvez não seja exagero falar de “imaginários da interiorização” movidos, sobretudo, pela conquista e pela unidade socioeconômica e populacional da ocupação. Não à toa, aos marcadores mencionados somavam-se tópicos como uma “terra nova” e falta de povo, portanto inacabada e sempre aberta à conquista e à dominação

colonial (Naxara, 1998). Considerando a presença da interiorização na produção cultural brasileira, pode ser oportuno pensá-la à luz de outro conceito-chave: a *formação*.

O conceito de formação, que pelo menos desde as obras de Oliveira Lima e Pandiá Calógeras marcou as grandes narrativas sobre os sentidos e as linhas de força que estruturam o Brasil, abarca a passagem da colônia ao país independente e, sobretudo, destaca a superação das heranças coloniais. Trata-se, portanto, de um conceito que sintetiza diversas variáveis referentes aos grandes impasses das questões locais (mercado interno, patrimonialismo, o “sentido da colonização”, agrarismo, literatura nacional, cultura brasileira etc.). Essa preocupação é explicitamente marcada por entonação nacionalista (Arantes; Arantes, 1997), pois amarrada, sobretudo, por aspectos endógenos que explicam os sentidos históricos da constituição da nação. A retomada da discussão sobre a formação, em uma época de descompartimentação e de transnacionalização das ciências sociais, pode parecer despropositada - especialmente no rescaldo da “crise” das grandes narrativas nos anos 1990, sob influxo das teorias pós-modernas, e da superespecialização da divisão do trabalho intelectual nas universidades. O argumento aqui apresentado, contudo, explora outro caminho: repensar o conceito de formação adicionando-lhe uma noção de *interiorização* capaz de articular, a um só tempo, a estruturação da dinâmica sociocultural e econômica interna do país sem abrir mão dos processos extraterritoriais e transnacionais que igualmente sobrepesam na formação.

A convergência entre os dois conceitos, portanto, pode ser útil para o entendimento da formação à luz dos processos de interiorização. A interiorização abrange um conjunto de diversas camadas socioculturais e uma densidade de experiências da formação. Seja assumindo como parâmetro o desenvolvimento de regiões deslocadas dos grandes centros urbanos ou a expansão de zonas de ocupação e colonização para além das faixas litorâneas, espaços primeiros do assentamento colonial moderno, a interiorização implica um feixe temático em que pressões culturais,

relações sociais, projetos de desenvolvimento econômico e configuração de políticas para a capilaridade estatal e o governo da territorialidade estão dinamicamente inter-relacionados.

Os difusos movimentos de expansão das franjas de ocupação social, especialmente a partir da construção da sociedade nacional no século XIX, originaram matrizes interpretativas da estruturação sociocultural brasileira. A fim de compreender os parâmetros que norteiam o debate, o presente texto destaca quatro dimensões da interiorização pressupostas nas interpretações sobre a formação, a saber: as fronteiras da colonização, o desenvolvimento socioeconômico, a instituição de laços sociais e os esforços de modernização e ocupação dos “vazios” territoriais. Em diálogo com o sintético mapeamento do debate sobre interiorização nas ciências sociais brasileiras, indicamos uma proposta que consiste em delinear balizas capazes de sustentar o papel da interiorização na discussão sobre formação, expandindo a discussão conceitual aos processos transnacionais que, especialmente a partir do século XIX, articularam o Brasil ao capitalismo internacional.

A interiorização como fronteira

Nos anos 1920, para além de relatos de viagens e de expedições sobre os “sertões” e mesmo da erudita *História das bandeiras paulistas* de Afonso Taunay (cujo tom regionalista, não à toa, ajudou a construir uma identidade paulista em torno dos bandeirantes), as obras de Capistrano de Abreu representam um dos esforços pioneiros de sistematização – unindo crítica documental a uma visão de conjunto de país – dos dilemas da expansão territorial brasileira como processo de interiorização. Mais do que narrativas ou descrições fragmentadas sobre regiões, trata-se de uma visão de conjunto da formação nacional em que as frentes de colonização do território difundiram assentos para além do litoral e das grandes povoações. Um ângulo sugestivo para a interpretação das questões apresentadas pelo historiador cearense talvez seja justamente o tema da interiorização – sempre articulado, em sua argumentação,

aos esforços de ocupação do território e de sua formação a partir da colonização.

Povoações, estradas e rotas não apenas viabilizavam a definição do território, mas constituíam *fronteiras* de ocupação, ou seja, deslocamentos populacionais de regiões já ocupadas rumo aos interiores (os “sertões”). A interiorização, como fronteira, indica sobretudo uma marcação socioantropológica, ou seja, trata-se menos da delimitação diplomática do que de um limite de instituição de vida social. Nesse sentido, a diversificação de caminhos terrestres

[...] zombando dos ventos e correntes, resolvia o problema das comunicações pela única maneira eficaz antes de descoberta a navegação a vapor; resolvia-o ainda por outro modo, proporcionando logo fretes, isto é, movimento, vida e animação (Abreu, 1930, p. 224).

Como as franjas de colonização foram estruturadas a partir das primeiras povoações litorâneas, Capistrano de Abreu sublinhou um dilema sociológico da formação à luz da interiorização da ocupação acelerada a partir do século XVII: a dualidade litoral-sertão. Em função das dificuldades de comunicação e da expansão das fronteiras, criando diferenciações regionais (tanto socioprodutivas, quanto étnicas e culturais), a formação de povoados no interior e no litoral implicava também problemas de coesão social e hierarquias territoriais. Por um lado, no caso da ocupação de Piratininga, no interior da capitania de São Vicente, “as asperezas do caminho dificultavam o trato entre o interior e o litoral” (Abreu, 1930, p. 64). Por outro lado, a partir dos caminhos antigos traçados a partir de Salvador, a dualidade litoral-sertão realçava modos de vida assimétricos, pois “a gente não trocaria de boa vontade as vantagens da marinha pelas asperezas e desconfortos das brenhas do interior” (Abreu, 1930, p. 76). Nas regiões do antigo Norte, para o autor, o quadro era ainda mais complexo:

Póde-se desde já antecipar que grande parte delles será preenchida pela luta entre a marinha e o sertão. É este um facto commum a todas antigas capitánias, occupadas na criação do gado, e povoadas por gentes idas do rio de S. Francisco, isto é, do interior para o litoral. Talvez Parahiba e Rio Grande do Norte constituam excepção, devido á sua menor extensão territorial, ou á maior facilidade de repressão. Em Piauí, o sertão foi vencido só depois de mudada a capital de Oeiras para Theresina e regularizada a navegação do Parnahiba. Na Bahia, ainda em 1875 se discutia a conveniência de constituir em província separada os terrenos marginaes do S. Francisco. Em Pernambuco. muito deram que fazer Pajehu de Flores e adjacências. Como no Ceará o sertão investiu contra o litoral, chegando a domina-lo na Confederação do Equador; como o litoral resistiu ao sertão e por fim domou-o; como estes dois elementos unidos se amalgamaram e conciliaram, formando hoje uma população homogênea e entusiasta de sua terra, é a historia que nos contará (Abreu, 1930, p. 231).

A interpretação dos processos de interiorização de Capistrano de Abreu permite captar não apenas a historicidade do povoamento, mas sua intrincada relação com o meio geográfico e com os ecossistemas. Se a conquista do Amazonas dependeu decisivamente de fortins margeando as vias fluviais a partir do século XVII e no antigo Norte, a partir da Bahia, Pernambuco e Ceará, a conquista foi estabelecida por vaqueiros que estenderam as fronteiras de interiorização até o Maranhão (“o contrario da via marítima, o caminho terrestre da Bahia ao Maranhão trazia logo comsigo o frete e o meio de transporte”), “no Sul o meio physico impellia o hemem para o sertão, para assim dizer aberto”, de modo que

Do ponto de vista da exploração sertaneja, o valle do Paraná offerece uma série de extensissimas campinas, que as baixadas dos afluentes apenas interrompem sem, comtudo, isolar totalmente; o estas campinas começam quasi na crista das montanhas à beira mar e vão fundo no interior do continente (Abreu, 1930, p. 77).

A análise dos eixos de expansão da fronteira e de interiorização foi sofisticada e mais nuançada a partir da importante pesquisa de Sérgio Buarque de Holanda, concluída em 1956, que destacou, a partir do caso paulista, as condições de mobilidade que favoreceram a colonização do território, na medida em que propiciaram a interiorização da ocupação. Mais do que descrições episódicas ou pautadas em um suposto “exclusivismo paulista”, a pesquisa destaca “o complexo de atitudes e condutas” que orientaram o povoamento e a socialização articulados pelas mediações da civilização material urdidadas por técnicas de cultivo e transporte, rotas comerciais, interesses econômicos e amálgamas entre técnicas europeias e incorporação de saberes tradicionais ameríndios em sínteses criativas que moldaram as formas de vida sertanistas. O estabelecimento físico, assim, reorganiza lugares antropológicos delimitados pela fronteira: “fronteira, bem entendido, entre paisagens, hábitos, instituições, técnicas, até idiomas heterogêneos que aqui se defrontavam, ora a esbater-se para deixar lugar à formação de produtos mistos ou simbióticos” (Holanda, 1994, p. 12).

Acompanhando as ocupações do planalto paulista, a difusão do bandeirismo e, já no século XVIII, das monções rumo ao centro-oeste (momento decisivo para a formação comercial e sociocultural da interiorização), Holanda destaca as mentalidades como um móvel cultural decisivo na interiorização. Nesse sentido, subsidiado pelo afã mercantil da colonização, baseado na busca por ouro, diamantes, escravaria e comércio, a interiorização estruturou, *pari passu* a um sistema cultural de fronteira, valores morais que, mesclando a nascente ética do acúmulo capitalista a códigos de honra tradicionais, condicionaram:

Para a análise histórica das influências que podem transformar os modos de vida de uma sociedade é preciso nunca perder de vista a presença, no interior do corpo social, de fatores que ajudam a admitir ou a rejeitar a intrusão de hábitos, condutas, técnicas e instituições estranhos à sua herança de cultura. Longe de representarem posições

externas, as sociedades, inclusive e sobretudo entre povos naturais, dispõem normalmente de forças seletivas que agem em benefício de sua unidade orgânica, preservando-as tanto quanto possível de tudo o que possa transformar essa unidade. Ou modificando as novas aquisições até ao ponto em que se integram na estrutura tradicional (Holanda, 1994, p. 55).

No caso da formação brasileira, os movimentos de interiorização constituíam o imaginário por excelência da construção nacional. Nesse sentido, como afirmação histórica do movimento sobre a fixidez, a fronteira delimita não apenas os fatores sociológicos que viabilizaram a ocupação – frotas de comércio, rios navegáveis, embarcações etc. –, mas uma condição que,

[...] em acepção mais ampla, talvez um pouco arbitrária, que procure envolver, sob o mesmo rótulo, os vários movimentos tendentes, em parte, à dilatação das nossas fronteiras e ao aproveitamento de nosso território, cabe-lhe um lugar definido, e um lugar - acrescente-se - que não pode ser pequeno e nem irrelevante. As monções representam, em realidade, uma das expressões nítidas daquela força expansiva que parece ter sido uma constante histórica da gente paulista e que se revelara, mais remotamente, nas bandeiras. Força que depois impeliria pelos caminhos do sul os tropeiros de gado, e que, já em nossos dias, iria determinar o avanço progressivo da civilização do café. Tomadas no seu conjunto, o historiador de hoje poderia talvez reconhecer, nessas formas, uma só constelação (Holanda, 1994, p. 160).

O substrato cultural das fronteiras desvela um conteúdo subjetivo associado à interiorização. Nos anos 1950, em um texto clássico da etnologia, Claude Lévi-Strauss sugestivamente argumentava que a própria noção brasileira de *sertão* já implicava a mobilidade das fronteiras: trata-se de uma relação construída em referência à ocupação humana da paisagem, ou seja, dependente de uma perspectiva relacional entre os vazios e as terras cultivadas ou habitadas (Lévi-Strauss, 2022, p. 185). Como sinal da *falta*, a

interiorização é sempre a perspectiva sobre uma ausência – no caso da passagem de Levi-Strauss por Goiás, logo durante a expansão da capital nos anos 1930, essa percepção era traduzida como a figuração de uma “empresa sobre o deserto”, pois “sem história, sem duração, sem hábitos capazes para preencher o vazio” (Lévi-Strauss, 2022, p. 141). Esse contraste, portanto, é menos a caracterização física do espaço do que *uma perspectiva sobre uma terra em formação*, cujo movimento de interiorização rearranjava as hierarquias territoriais, tornando móvel, aliás, a própria noção de “sertão” – utilizada para designar, a um só tempo, os “vazios” de povo do centro-oeste ao interior do Amazonas, do interior paulista aos arraiais do interior da Bahia.

Dois problemas da formação: unificação socioeconômica e a história transnacional dos interiores

A obra de Caio Prado Junior (2011), de 1942, é muito discutida, sobretudo, em função do “sentido da colonização” e de sua peculiar incorporação do materialismo dialético para o entendimento da formação. Os fatores socioeconômicos subjacentes à integração brasileira nos quadros do capitalismo mercantil assinalam uma dimensão que, embora relativamente marginal ao esquema do autor, repousa também sobre uma proposta explicativa referente à interiorização:

Concorrem em seguida, para a expansão interior, dois fatores essenciais: o bandeirismo preador de índios e prospector de metais e pedras preciosas, que abriu caminho, explorou a terra e repeliu as vanguardas da colonização espanhola concorrente; mais tarde, a exploração das minas, descobertas sucessivamente a partir dos últimos anos do séc. XVII, e que fixou núcleos estáveis e definitivos no coração do continente (Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso). No Extremo-Norte, na bacia amazônica, intervém outro fator, de caráter local: são as missões católicas catequizadoras do gentio, sobretudo os padres da Companhia de Jesus; seguidas de perto pela colonização leiga, provocada e animada pela política da metrópole,

tão ativa neste setor, e sustentada pela exploração dos produtos naturais da floresta amazônica: o cacau, a salsaparrilha e outros (Prado Junior, 2011, p. 37).

A partir dos três vetores assinalados (bandeirismo, mineração e bacia amazônica) e da pecuária que margeava o São Francisco e viabilizava a ocupação do Sul, ao assinalar as assimetrias entre litoral/interior, a perspectiva de Prado Junior acerca da interiorização sublinha a desarticulação econômica, com povoados que “ficaram restritos a uma vida local e vegetativa, com escassas comunicações para o interior” (Prado Junior, 2011, p. 51). O “sentido da colonização” tornava a existência da colônia dependente das finalidades mercantis nucleadas em Portugal e indiretamente subsidiadas pelo capital inglês (especialmente a partir do século XVIII), de modo que a parca integração socioeconômica territorial, por meio da interiorização, desenvolvida em ritmo vacilante pois represada pela transposição de geografia pouco favorável e pela dificuldade de povoamento fora dos quadros do acúmulo mercantil, “terá tido com toda segurança unia boa dose de responsabilidade neste tom geral de vida frouxa que caracteriza o país” (Prado Junior, 2011, p. 237).

A precariedade da infraestrutura incapaz de unificar o desenvolvimento nacional, construída sobre uma “trafegabilidade muito mais entregue aos azares da natureza que às artes do homem” (Prado Junior, 2011, p. 270), é menos a causa material da desarticulação socioeconômica da formação do que a expressão de uma antiga região colonial onde as vias de comunicação do interior ficavam reduzidas “ao limite extremo do justo trafegável”, considerando não apenas as dificuldades geográficas e a economia de recursos, mas um território cuja interiorização foi determinada, sobretudo, pela exploração mercantil. No limite, a desarticulação da formação, em registro socioeconômico, é o signo de um país periférico no sistema mundial moderno. A precariedade da integração territorial, dependente dos motivos econômicos da ocupação, indica a subordinação e a completa dependência dos

parcos núcleos do interior às poucas capitais relativamente desenvolvidas. Essa hierarquia territorial, sobreposta ao colonialismo, estruturou um mercado interno baseado, até meados do século XIX, em gêneros rudimentares providos pelas “bocas dos sertões” dependentes das povoações:

Outras áreas particulares em que a agricultura de subsistência encontra condições propícias é ao longo das grandes vias de comunicação, freqüentadas pelas numerosas tropas de bestas, que fazem todo o transporte por terra na colônia, e pelas boiadas que das fazendas do interior demandam os mercados do litoral. Sobretudo as primeiras, que no sentido que nos interessa aqui mais se destacam: é preciso abastecer estas tropas durante a sua viagem, alimentar os condutores e os animais. Não se julgue que este trânsito é pequeno, e quando forem analisadas as comunicações e transportes da colônia, procurarei dar uma idéia dele. Por ora, basta-nos adiantar que é largamente suficiente para provocar o aparecimento, sobretudo nas grandes vias que articulam Minas Gerais, Goiás, São Paulo e Rio de Janeiro entre si, de uma atividade rural que não é insignificante. O consumo de milho pelas bestas, em particular, é tão volumoso e constitui negócio de tal modo lucrativo para os fornecedores, que estes, para atrair os viajantes, não só lhes põem à disposição ranchos onde pousem na jornada, mas dão ainda mantimentos gratuitos para o pessoal das tropas e pasto para os animais. As boiadas também contribuem, embora em menores proporções, para o povoamento e uma certa atividade agrícola em zonas que de outra forma teriam sido desprezadas (Prado Junior, 2011, p. 163).

A análise de Caio Prado Junior assinala uma dimensão estrutural que amarra os diferentes momentos históricos da interiorização brasileira na formação do país: o colonialismo como determinante não apenas para a insularidade socioeconômica de muitas regiões, mas para a *desassistência* das populações interioranas. Seja estruturado pela política mercantil (apoiada em monopólios régios e, já no século XVIII, companhias de comércio estatais) ou pela acumulação nucleada em associações privadas de uma nascente sociedade civil, o colonialismo, lastreado pela expansão de relações

de mercado, foi incapaz construir mecanismos e instituições estatais de apoio e assistência às populações.

A dinâmica do interior, marcada pela rusticidade de estalagens e pelas dificuldades técnicas com as condições de marcha e (no século XIX) de rodagem, construiu “disposição fragmentária de comunicações em que cada qual, por si e sem conexão direta com as demais, forma um pequeno sistema autônomo, constituído de seus dois extremos, núcleos litorâneo e interior, ligados pela via e levando uma vida mais ou menos à parte” (Prado Junior, 2011, p. 237). Lastreadas pela exploração mercantil, as dificuldades de unificação socioeconômica esbarram, portanto, na tibieza dos processos de interiorização incapazes de subsidiar grandes frentes de ocupação. Mesmo a integração brasileira à sociedade industrial, por ser periférica, teria contado com uma infraestrutura muito mais discreta do que a ocupação do oeste norte-americano ou o desenvolvimento ferroviário de países centrais como a Inglaterra e a França. Este argumento, aliás, fundamenta a tese de Caio Prado Junior, esposada anteriormente em *Evolução política do Brasil*, a respeito do primeiro grande giro modernizador nacional, nos anos 1850, considerando o significado do fim do tráfico de escravos no Atlântico Sul para a disponibilização de inversões capazes de fundamentar os primeiros grandes projetos ferroviários e de comunicação (linhas telegráficas) que precariamente conectavam o interior ao mercado internacional.

Ao passo que o esquema de Prado Junior estrutura os móveis materiais da interiorização (entendidos não apenas como a ocupação do meio físico, mas a produção da vida, ou seja, as dinâmicas socioprodutivas que instituem o povoamento), a determinação mercantil da exploração parece obliterar que, apesar de sustentada em infraestrutura precária, os processos desvelam, em vez de um alheamento às grandes transformações da modernidade, uma condição transnacional dos interiores. Talvez a primeira grande tentativa de compreensão da interiorização não como projeto incompleto, mas como caminho específico da modernização, tenha sido desenvolvida por Euclides da Cunha. A abordagem do autor, aliás, adicionou outro componente ao

problema: o significado transnacional da ocupação dos interiores, estruturada pela infraestrutura moderna em contato com ambientes de precária ou nenhuma ocupação humana.

Ao analisar a ocupação da região amazônica, conduzida pela “sinistra catequeze a ferro e fogo que vai exterminando naquelles sertões remotíssimos os mais interessantes aborijenes sul-americanos” (Cunha, 1909, p. 80), Cunha sublinha a articulação de práticas arcaicas dos seringais e violência (encobrendo a faina de brasileiros, peruanos, bolivianos e companhias norte-americanas e inglesas), necessidades de abastecimento de um mercado industrial (borracha) e projetos ferroviários (como a Madeira-Mamoré e as linhas de navegação a vapor cortando o Juruá, Purus, Yaco, Acre etc.). Trata-se de ressaltar as conexões transnacionais no interior em um duplo movimento. Por um lado, considerando a espacialidade regional e a vasta região margeada pelo Rio Amazonas e seus afluentes,

Na realidade, esta se reconstitue mui lonje das nossas plagas. Neste ponto, o rio, que sobre todos dezafia o nosso lirisino patriótico, é o menos brasileiro dos rios. É um estranho adversario, entregue dia e noite á faina de solapar a sua própria terra [...] Naquelles lugares, o brasileiro salta: é estrangeiro: e está pizando terras brasileiras. Antolha-se-lhe um contrasenso pasmozo: à ficção de direito estabelecendo por vezes a exterritorialidade, que é a patria sem a terra, contrapõe-se uma outra, rudemente fizica: a terra sem a patria. É o efeito maravilhoso de uma especie de imigração telúrica. A terra abandona o homem (Cunha, 1909, p. 13-14).

Por outro lado, o desenvolvimento técnico que articulava o interior ao capital internacional (via projetos ferroviários, entrepostos comerciais de caucheiros e navegação fluvial), era um “combate com o deserto” (Cunha, 1909, p. 129). Ironicamente, a ocupação amazônica, especialmente a conquista de Iquitos e dos afluentes do Ucayali (que se estende pelo lado peruano), ocorreu em um ecossistema cortado por importantes rios, diferenciando-se geograficamente, portanto, de um deserto. No entanto, a referência

confere conteúdo à imagem de sertão pressuposta nos processos de interiorização brasileiros: um deserto de ocupação e de cultura, ou seja, de história. Mais do que uma fronteira ou da necessidade de produção/reprodução material da vida, para Euclides da Cunha, a interiorização supera a dicotomia civilização/barbárie, como se fossem dois polos irredutíveis e antinômicos, ao demonstrar a necessidade histórica de modernização em uma terra de conquista. Dirigido especialmente ao caso paulista, cuja ocupação do interior foi acelerada a partir dos anos 1850, “atentos aos empedimentos naturaes, que a dous passos da costa nos repeliam, era-nos impossivel o avançar pelos sertões em fóra, levando a civilização no limpatrihos” (Cunha, 1909, p. 166-167), o autor sublinha que a interiorização atualiza o tema da formação na medida em que a dialética homem/meio é traduzida como um esforço de civilização da terra nova. A infraestrutura de comunicação, assim, representava uma necessidade da modernização nos sertões a fim de unificar, como nação, uma história fragmentada de regiões interioranas parcamente habitadas:

Destarte, insulados no paiz vastissimo em que se perdiam, os nossos patricios de ha cem anos tinham frajeis laços de solidariedade. Distanciava-os o meio: izolavam-nos destinos diverjentes; separavam-nos profundamente as discordancias étnicas. A diretriz da nossa historia retorcia-se sem uma caraterização precisa, em movimentos parcelados, estritamente locais. E punha-se de manifesto um corolário único; a formação de algumas republicas turbulentas, sem a afinidade fortalecedora de uma tradição secular profunda (Cunha, 1909, p. 259).

A dinâmica econômica dos seringais, ditando a modernização no Norte, conformava uma estrutura de comportamento desterritorializada, espelhando a própria mobilidade do capital e da riqueza. Nesse sentido, Euclides da Cunha (1909, p. 94-95) indica como o “viver oscilante” do caucheiro, que “atira-se ás florestas, enterreira e subjuga os selvajens” e, acumulando riqueza, entrega-

se “ao espetáculo das cidades vastas, onde brilhará um dia transformando em esterlinos o oro negro do caucho”, em vez de uma antinomia ou descompasso entre repiques de modernidade subjugados pela selvageria e pelo atraso, desdobra nexos cifrados pelos comportamentos em contextos de transformação estrutural da sociedade. A partir dos caucheiros que passavam por Manaus (em uma década transformada na maior metrópole de navegação fluvial da América do Sul), trata-se da exposição de uma síntese empírica dos processos de interiorização entrecortados por questões locais e transnacionais: o caucheiro “surje em Pariz; atravessa em pleno esplendor dos teatros ruidosos e dos salões, seis meses de vida delirante, sem que lhe descubram destoando da correção impecável das vestes e das maneiras o mais leve resquício do nomadismo profissional”.

Euclides da Cunha (1909, p. 94), detido especialmente sobre a ocupação do vasto espaço amazônico, considerava os sertões “uma terra melancólica e empantanada que parece não ter solidez para agüentar o proprio pezo material de uma sociedade”. Uma questão, portanto, é salientada, mas não resolvida: a produção de laços sociais nas franjas de ocupação territorial. Se o autor indica uma abordagem inovadora para as pesquisas sobre a interiorização, na medida em que realça as conexões transnacionais urdidadas pelo capital e pelo discurso da civilização, pouca atenção é direcionada à produção de laços sociais nos núcleos de ocupação distantes das grandes capitais.

A interiorização como falta: os laços sociais e a instituição da sociedade

Uma abordagem sistemática a respeito da relação entre interiorização e laços sociais pode ser encontrada na obra de Oliveira Viana, especialmente em seus estudos dos anos 1930 e 1940, sublinhando a dispersão da população como o dado sociológico fundamental da formação brasileira (Oliveira Vianna, 2005, p. 336). Em outras palavras, no centro de suas obras é possível

mapear o papel das estruturas de solidariedade social e o problema da rotinização de tradições e vínculos nacionais capazes de unificar o território e instituir A Sociedade Em Torno De Valores Comuns (Oliveira Vianna, 2019, p. 137). Contrariamente ao efeito de “concentração das massas humanas” em territórios e núcleos urbanos compactos, integrados à canais fluviais e/ou sistemas de comunicação (estradas e ferrovias), o destino histórico da sociedade nacional implicava lidar com os imensos vazios interiores e, sobretudo, suas condições de racionalização produtiva. A expansão das “fronteiras interiores”, então, esbarra menos na precariedade das condições de comunicação do que na tibieza da forma social, ou seja, na intangibilidade de estruturas de coesão infraestatais. Para Oliveira Vianna, a ausência do “sentimento de solidariedade dos interesses interindividuais” e a desarticulação entre os movimentos de interiorização para além das capitais implicam a precariedade dos vínculos interpessoais:

Desses pequenos grupos sociais, que têm como base física as vastas sesmarias, os vastos domínios, os vastos campos cerealíferos, os grandes engenhos açucareiros e as grandes fazendas cafeeiras, e que são os elementos estruturais e anatômicos da sociedade brasileira; desses pequenos grupos, estáveis, coesos, organizados, vivazes, e não dos municípios e das cidades, é que depende todo o maquinismo da nossa vida pública (Oliveira Vianna, 2005, p. 344-345).

O esquema de Oliveira Vianna reforça a tese do insolidarismo como fardo da formação social. No limite, para o autor, a precariedade de instituições de “cooperação social” é materializada em uma precária incorporação de redes de assistência ao espaço público, tornando praticamente inexistentes os “agentes de síntese social” e a função integralizadora da dinâmica institucional nas camadas mais objetivas da socialização (Oliveira Vianna, 2005, p. 233). A paisagem cindida da sociedade nacional, entre os repiques modernos dos principais centros urbanos e os vastos interiores parcamente povoados, repousa sobre a opacidade de uma

gramática moral pouco capaz de sedimentar vínculos e dinâmicas intersubjetivas de auxílio mútuo e assistência, já que “cada domínio avançando no deserto é uma vedeta contra a selvageria” (Oliveira Vianna, 2005, p. 247). Para o autor, a construção de um sentido comum para a ação coletiva como povo, base para a integração da nação (tema igualmente presente nos *Pequenos estudos de psicologia social* do autor), diz respeito à capacidade de organização nacional para superar “a inexistência de fatores de integração social que levassem os clãs fazendeiros a um sistema de tradições permanentes e estáveis de solidariedade ou associação” (Oliveira Vianna, 2019, p. 295).

A instituição da sociedade nacional é marcada pela expansão de grupos familiares, ou seja, trata-se de uma forma de solidariedade construída de modo não-institucional, pois fora dos quadros do Estado e incapaz de sedimentar uma ideia de nação. As associações entre proprietários, travejadas por sesmarias, fazendas e currais, organizaram a interiorização a partir de “solidariedades clônicas” que dispersaram o próprio poder do Estado nacional nas mãos de potentados locais. Além da incompletude da formação nacional, portanto, uma segunda consequência teórica da interiorização pode ser destacada deste esquema: a incapacidade de institucionalização de uma comunidade política, considerando a vigência, como herança da formação colonial, de uma estrutura social fraturada pelo privatismo. Nesse sentido, Oliveira Vianna (2019, p. 227) argumenta que “em face dos perigos iminentes dos índios, sempre imprevistos e insidiosos, os membros destas famílias, isoladas em solidões desamparadas e desassistidas da autoridade pública, eram forçados a se unirem e a se apoiarem mutuamente”.

O diagnóstico dos problemas da formação, em Oliveira Vianna, possui uma implicação política e ideológica: a incapacidade de institucionalização da democracia liberal no país. As pesquisas foram produzidas justamente em uma conjuntura de crise do liberalismo, nos anos 1930 e 1940 (*y compris* o colapso do federalismo liberal da Primeira República após Vargas), em diálogo com uma forte tradição de teóricos brasileiros preocupados com as

condições de unidade nacional (como Alberto Torres e Rui Barbosa), de modo que desdobram suas implicações políticas a partir do dualismo que sustenta a obra de Oliveira Vianna (2019, p. 348-349), a saber, a relação entre “lei estrita” (institucionalização do Estado nacional) e “sociedade viva” (estruturas socioculturais herdadas da formação). Esses polos antitéticos se contradizem, na medida em que as ideias políticas modernas soam sempre impróprias diante dos “fatos naturais da vida social e orgânica” de uma formação social estranha aos modos de institucionalização da democracia. Em outras palavras, a tibieza de laços sociais para a construção nacional implicava não apenas um desajuste institucional entre poderes locais e poderes nacional (Vianna, 2019, p. 169), mas demandava um Estado capaz de reconhecer a dispersão dos poderes locais e das solidariedades restritas do interior – “o determinismo brutal da nossa realidade” – e instituir a sociedade pelo alto.

A indagação sobre a qualidade e a consistência dos laços sociais no interior, em regiões deslocadas dos principais centros urbanos, reafirma a formação como falta. A ausência de amplas estruturas de solidariedade torna o entendimento da interiorização refém do privatismo de poderes locais e opaco em relação aos laços sociais desenvolvidos localmente que, embora – em parte – a partir de mecanismos infraestatais, instituíram a ocupação e o desenvolvimento da vida social fora dos grandes núcleos urbanos. A proposta de Oliveira Vianna talvez possa ser questionada a partir de perspectivas que consigam qualificar os laços sociais para além da opacidade à qual as formas de solidariedade do interior ficam reduzidas no esquema do autor.

Antonio Candido, nos anos 1950, estudando o município de Botucatu e arredores (Bofete, Itatinga, Anhembí e Conchas), demonstrou a instituição de laços sociais subjacentes ao regime de parceria, uma tentativa, para o caipira, de estabilidade em uma sociedade em transformação (pressionada pela urbanização e pelo mercado), oscilando entre o tornar-se assalariado no campo ou um proletário urbano diante da condição de colono ou de assalariado

(Candido, 2015, p. 252). Embora os parceiros possuíssem vínculos de dependência com as fazendas, tolhendo sua autonomia, eles eram fixados localmente a partir de um jogo de intercâmbios socioculturais e econômicos baseados em vínculos de solidariedade interfamiliar e entre o campo e as cidades (Candido, 2015, p. 72) e instituições de coesão ritmadas por cooperação vicinal (Candido, 2015, p. 84), festas religiosas (Candido, 2015, p. 88), divisão do trabalho, compadrio etc. De modo complementar, qualificando os laços sociais no interior a partir das conexões entre Guaratinguetá e o mercado internacional no século XIX, Maria Sylvia de Carvalho Franco (1996, p. 93) sublinhou como a dominação dos proprietários da velha área do café, ao passo que suprimia a autonomia de agregados e homens livres sob as dependências dos senhores, estruturava uma nuançada lógica de reconhecimento entre sitiantes e fazendeiros, de modo que a dominação pessoal repousava sobre atributos de uma associação moral baseada na confiança, fidelidade, gratidão, hierarquia etc. Subsidiariamente aos argumentos sintetizados, com Oliveira Viana, a redução da análise da sociedade nacional à falta implica uma *démarche* que não explica, por exemplo, a viva dinâmica de interiorização da vida urbana à luz do complexo cafeeiro paulista entre os anos 1860 e 1870 e as primeiras décadas do século XX (Lanza; Lamounier, 2015; Doin *et al.*, 2007; Tosi, 1998).

Perspectivas para o estudo da interiorização paulista

O estudo do desenvolvimento do interior paulista, a partir dos trabalhos clássicos de Pierre Monbeig e Sérgio Milliet, assume os anos 1840 e 1850 como marcos temporais para o arranque socioeconômico regional. Dois fatores preponderantes são mobilizados para a explicação da transformação, em menos de um século, de um espaço pobre e parcamente povoado (ainda no império, muitos relatórios provinciais dos anos 1850 marcavam o interior como os “sertões” ocupados por “índios bravos”) a um estado dinâmico: (1) a estruturação de sistemas de cidades a partir

do complexo cafeeiro; e (2) a malha ferroviária e seus efeitos sobre a mobilidade (imigração e deslocamentos populacionais internos) e diversificação econômica. No presente livro, a primeira dimensão será privilegiada, considerando, sobretudo, as mudanças sociais e institucionais atravessadas pelo interior paulista.

Nesse sentido, algumas variáveis podem ser consideradas para a ponderação de perspectivas sobre os processos de interiorização:

(1) *A redefinição de laços sociais e da urbana por meio da difusão de instituições de assistência e de educação.* A vida urbana no interior, fortemente ritmada pelos traços da ruralidade ainda presentes nas principais cidades entre 1850 e 1930, introduziu os elementos da sociedade industrial de massas em espaços parcamente habitados. O crescimento demográfico das cidades exigiu, portanto, a definição do social como esfera de intervenção do poder público e da sociedade civil (via associações filantrópicas) a fim de administrar a população. Além de escolas, asilos e institutos correccionais estruturaram um diversificado cenário de atuação e capilaridade de instituições. Assim, para além das teses sobre o insolidarismo ou a fragilidade de formas associativas, essas dinâmicas conferiram conteúdos importantes aos laços sociais construídos em terras distantes das grandes capitais (como Rio de Janeiro ou mesmo São Paulo), instituindo significativos mecanismos de integração social.

(2) *As conexões transnacionais do interior paulista viabilizadas pelo desenvolvimento das estruturas de comunicação (impressos, tipografias etc.) e mobilidade.* Em uma conjuntura de transformações estruturais no interior paulista, entre 1850 e 1930, talvez convenha questionar as teses sobre o caráter “estacionário” ou tradicional da formação social – como se as relações socioculturais fossem refratárias às mudanças da modernidade. Com a vida urbana, além da ampla circulação cultural que reestruturou valores e mesmo espaços de sociabilidade (como clubes, jockey, autódromos, cafés, ruas etc.) nos municípios do interior, importantes cidades do antigo oeste paulista – como Campinas, Piracicaba, Ribeirão Preto, etc. –

estavam efetivamente inseridas em intercâmbios globais. O campo educacional, como elemento-chave para a reprodução sociocultural e a circulação de ideias, é sintomático nesse sentido: a partir dos anos 1870, a predominância da moral católica cedia espaço à crescente presença de grupos protestantes, de modo que escolas e associações metodistas norte-americanas traziam uma nova moral para as cidades do interior (Santos *et al.* 2019).

(3) *As frentes de ocupação (ou as “franjas pioneiras” de Monbeig), apoiadas sobretudo na malha ferroviária, construíram novos espaços de fronteira.* Como espaços de interface entre a ruralidade dos antigos sertões e o *dernier cri* da vida moderna, os processos de interiorização paulistas redefiniram novas condições de fronteira na formação nacional. Novos referenciais socioculturais foram incorporados, subsidiados pela recomposição étnica da população à luz das dinâmicas migratórias. Nesse sentido, a circulação de modas, impressos, mercadorias e ideias demarcou a possibilidade de construção de novos complexos culturais, transformando, em menos de meio século, antigas áreas rurais em espaços de interface com a vida moderna.

(4) *Reconsideração das relações capital-interior.* Na medida em que permite uma abordagem detida sobre as especificidades do interior, sem ignorar as conexões com processos transnacionais, a interiorização paulista pode matizar o entendimento das relações comerciais e culturais estabelecidas entre a capital e as demais regiões. Essa premissa permite, a um só tempo, contornar o determinismo unilateral da influência (como se os modelos partissem da capital e determinassem o interior) e compreender as mediações e as especificidades da formação sociocultural do interior, privilegiando fluxos socioeconômicos e circulações culturais articulados com a capital e mesmo regiões portuárias (no caso paulista, o porto de Santos, importante referência para a economia cafeeira do antigo Oeste).

Talvez seja oportuno, portanto, questionar a interiorização como uma história de faltas, ou seja, um interior tradicional e atrasado oposto ao brilhantismo das grandes capitais. Se as

interfaces entre interiorização e formação são relevantes para a teoria social brasileira e para a historiografia, argumentamos que o entendimento dessa correlação pode ser matizado se a pesquisa histórico-social considerar, sobretudo, as mediações que cadenciaram os nexos entre o interior e o capitalismo industrial.

A reflexão sobre a interiorização oferece subsídios para a consideração de problemas ainda hoje de grande impacto no Brasil, considerando a efetivação de políticas de desenvolvimento e de bem-estar em regiões que historicamente estiveram desassistidas dos poderes públicos. Ainda que asilos, hospitais de caridade, escolas, rodovias (especialmente a partir dos anos 1950) e centrais de abastecimento (especialmente a partir dos anos 1960) tenham desempenhado funções relevantes para o alcance de políticas de bem-estar do Estado junto a municípios do interior desde os anos 1820 e 1830, a precariedade das ações do poder público impõe entraves ao desenvolvimento regional. Se políticas de desenvolvimento setorializadas contemporâneas privilegiam a cooperação entre agentes públicos e privados para a interiorização de cadeias produtivas (um bom exemplo, nesse sentido, é o Programa SP Produz, de 2024, do governo paulista), o equilíbrio das funções públicas e privadas precisa ser muito bem ponderado, considerando as diferentes naturezas de seus papéis no desenvolvimento histórico do interior. Em uma época de robustecimento de relações de mercado, a ausência do poder público e a delegação de funções ao setor privado, cuja *raison d'être* é menos o bem-estar social do que a acumulação, podem ser sinais preocupantes para a coesão social. Em situações extremas, como uma emergência sanitária (vide a carência de equipes de saúde no interior do país ou de condições de trabalho durante a pandemia de covid-19) e desastres socioambientais (por exemplo, durante as enchentes do Rio Grande do Sul em 2024), se o apelo à sociedade civil pode até ser relevante para o estabelecimento de linhas de solidariedade e apoio, o poder público é indispensável para a musculatura institucional e a assistência às regiões do interior.

Missão metodista e os vetores transnacionais da interiorização paulista¹

Vitor Queiroz Santos

Os primeiros trabalhos de missionários metodistas norte-americanos tiveram início em São Paulo com a chegada de imigrantes estadunidenses ao interior da província durante a década de 1870. Mais que a incorporação de um novo elemento na complexa formação do tecido social das cidades do interior, a instauração dos trabalhos religiosos revela que os vetores da interiorização institucional também foram determinados por iniciativas transnacionais, nesse caso, alocadas nos Estados Unidos e articuladas a um amplo movimento que espalhou atuações globalmente. Ao serem enviados por uma Igreja protestante, no caso aqui estudado a Igreja Metodista Episcopal, Sul (IMES) cuja sede missionária estava localizada em Nashville, Tennessee, os religiosos foram capazes de identificar os movimentos de ocupação do interior paulista e intencionalmente se inserir no processo, a partir do suporte proveniente da igreja-mãe norte-americana. Essa ocupação era viabilizada especialmente pela fundação de escolas, fato que se alinhava às demandas de filantropos e reformadores sociais locais que, a despeito das diferenças teológicas que contrapunham catolicismo local e protestantismo estadunidense, compreendiam a presença desses religiosos como sinônimo da territorialização de formas modernas de ensino que poderiam contribuir para a regulação moral da população.

O presente capítulo discute de que forma os missionários metodistas se inseriram na interiorização da institucionalização

¹ Este texto sintetiza parte das ideias discutidas em trabalhos previamente publicados. Ver: (Santos; Fonseca; Narita, 2019, p. 337–363); (Santos, 2021).

escolar em São Paulo acompanhando a franja pioneira na medida em que assentavam trabalhos religiosos. Ao utilizar os documentos oficiais da organização norte-americana que eram editados e impressos em Nashville e continham informações enviadas dos campos de missão, demonstraremos como os metodistas construíram uma rede de colégios a partir de conexões tecidas no plano transnacional, viabilizando uma ampla circulação que contribuía para a configuração sociológica do interior paulista.

Antes de começar a análise é preciso mencionar que as primeiras experiências do metodismo no Brasil ocorreram na década de 1830, lideradas por missionários como Fountain Elijah Pitts, Justin Spaulding e Daniel Parish Kidder². Embora tenham atuado em pequenas comunidades e distribuído materiais impressos, esse primeiro esforço se caracterizou mais como um movimento de reconhecimento que se estendeu até meados da década de 1840 (Sledge, 2005). A consolidação da presença metodista ocorreu cerca de 25 anos depois, impulsionada pela chegada de imigrantes norte-americanos, especialmente no interior de São Paulo, após a Guerra Civil nos Estados Unidos (1861-1865). Uma publicação religiosa descreve o processo:

Após a Guerra Civil de 1861-65 nos Estados Unidos da América, cerca de mil pessoas, lideradas por sulistas fervorosos e intransigentes, emigraram em intervalos para o Brasil, a maioria delas se instalando na província de São Paulo, perto da vila de Santa Bárbara, a cidade de Limeira e as cidades de Campinas e Piracicaba. [...] Entre esses imigrantes estavam membros das Igrejas presbiteriana, metodista e batista (Ransom, 1914, p. 3).

Um desses imigrantes era Junius Estaham Newman, um ex-capelão metodista que chegou ao Brasil em 1867. Sem vínculo formal com a IMES ou suporte institucional, Newman destacou-se

² Esses missionários vieram em nome da Igreja Metodista Episcopal. Em 1844, essa instituição norte-americana passou por uma divisão, resultando na formação de uma ramificação sulista chamada Igreja Metodista Episcopal, Sul.

como pregador nas recém-formadas comunidades de norte-americanos em Santa Bárbara, Limeira e Piracicaba, continuando espontaneamente as atividades religiosas que realizava em seu país de origem. Em 1871, Newman organizou a primeira igreja metodista depois dos trabalhos iniciais de Pitts, Spaulding e Kidder, retomando as pregações no Brasil (Kennedy, 1928). A IMES reconheceu seus trabalhos como pregador em 1875, após diversas comunicações solicitando apoio financeiro e logístico.

Foi nesse ínterim que a instituição religiosa enviou oficialmente o primeiro missionário ao Brasil. John James Ransom chegou em fevereiro de 1876, estabelecendo-se em Piracicaba com o objetivo de dar suporte ao desenvolvimento dos trabalhos iniciados por Newman. Em relatório enviado à sede norte-americana e publicado no 33º Relatório Anual da Junta Missionária³ da IMES de 1879, Ransom analisa e quantifica o alcance metodista no interior de São Paulo.

Na província de São Paulo, o Rev. J. E. Newman continua realizando o trabalho ao qual tem se dedicado nos últimos dez anos. Seu relatório mostra 38 membros restantes de um total de 51 recebidos nos nove anos desde a organização da igreja; 10 foram perdidos por mudança, 2 por morte e 1 por expulsão. O irmão Newman mudou com sua família de Limeira para Paracicaba, onde suas filhas abrirão uma escola com boas promessas de sucesso. Ele possui três congregações regulares e dois locais onde realiza serviços ocasionais [...] O interesse por questões religiosas geralmente permeia as congregações que ele serve; e o maior avanço na vida religiosa tem sido observado nas famílias onde os periódicos da nossa Igreja são lidos, com as pessoas mais pobres lendo os jornais de seus vizinhos mais favorecidos. [...] Em ambos os encargos desta missão, é feito um esforço adequado para se tornar autossustentável, e os fundos são de tempos em tempos enviados para suprir necessidades incidentais (Thirty-Third Annual Report..., 1879, p. 37-38).

³ A Junta Missionária era o órgão responsável por coordenar e apoiar o trabalho missionário da IMES, incluindo o envio e o financiamento de missionários em campos domésticos e estrangeiros.

Três aspectos importantes são revelados pelo documento. O primeiro está relacionado ao protagonismo religioso na dinâmica de circulação de informações através de periódicos que eram produzidos nos Estados Unidos e distribuídos em diversos locais do mundo e também no interior paulista. O fluxo transnacional de mercadorias, determinado pela infraestrutura técnica edificada na modernidade capitalista através de casas de impressão, telégrafos, correios e tecnologia à vapor empregada em navios e ferrovias, contribuía para que os periódicos mediassem a construção de subjetividades em solo brasileiro. A moral protestante galvanizava formas de vida, complexificando a formação do interior na medida em que capilarizava um repertório cultural responsável por diferenciar a configuração sociológica do interior paulista (Santos, 2021).

O segundo aspecto se relaciona à iniciativa de fundação de uma escola pelas filhas de Junius Newman. Em 1879, Annie Newman fundou o primeiro colégio metodista do Brasil, dando origem ao Colégio Piracicabano. Essa iniciativa refletia o compromisso educacional metodista como uma estratégia para a expansão da fé e a formação de uma comunidade protestante. Annie, que havia estudado no Colégio Internacional em Campinas, instituição presbiteriana, aplicou sua experiência educacional no novo projeto. A presença do colégio metodista em Piracicaba não deixava de responder às demandas pela institucionalização do ensino, passando, paulatinamente, a atrair imigrantes norte-americanos e membros da comunidade local. Entre os nomes mais destacados que confiaram suas filhas à educação oferecida pela instituição estava Manoel José de Moraes Barros, irmão de Prudente de Moraes Barros que viria a ser o primeiro presidente civil eleito pela República brasileira em 1894.

O terceiro ponto que se destaca na documentação diz respeito ao impacto da dinâmica dos movimentos da franja pioneira na medida em que, dos 51 membros da congregação, 10 haviam se mudado da região, demonstrando que a consolidação das atividades religiosas era dificultada pois muitos dos imigrantes

norte-americanos acabavam acompanhando a ocupação de novos territórios em busca de oportunidades econômicas mais promissoras. Essa circulação da população complicava a estrutura dos trabalhos religiosos e dificultava a criação de uma base comunitária estável para os missionários. O relatório anual de 1880 produzido por Ransom corrobora o processo.

No interior, Irmão Newman encontra as dificuldades do seu trabalho ampliadas pelas mudanças de residência da população que fala inglês, deixando seus ministros sozinhos. Nos anos anteriores ao seu ministério eles estavam estabelecidos juntos, agora eles se espalharam. Os números nas duas ou três principais localidades, onde anteriormente ele foi capaz de alcançar todos de perto, foram reduzidos pela remoção de muitas famílias para o interior, e o engajamento dos homens jovens em várias atividades de vida (Thirty-Fourth Annual Report..., 1880, p. 53).

Ao longo da década de 1880, novas regiões paulistas foram sendo incorporadas pelas atividades missionárias, na medida em que a sede norte-americana respondia aos pedidos por mais trabalhadores. O crescente interesse mobilizou várias Conferências⁴ nos Estados Unidos, como a de North-west Texas, Tennessee, Kentucky e Carolina do Sul, que comprometeram-se com o suporte necessário para o envio dos reverendos James William Koger e James Lillbourne Kennedy e da missionária Martha Watts, representante da Sociedade Missionária da Mulher da IMES (Thirty-Fifth Annual Report..., 1881). A empreitada ganhou destaque na imprensa estadunidense, como mostra a notícia do embarque dos metodistas publicada pelo *Chicago daily tribune* de 3 de abril de 1881.

⁴ As Conferências eram jurisdições geográficas da Igreja Metodista Episcopal, Sul que, na maioria dos casos, correspondiam aos limites territoriais dos estados. Essas conferências eram divididas em Distritos, os quais, por sua vez, se subdividiam em Circuitos, geralmente organizados em torno de uma cidade principal que agrupava outras menores ao seu redor.

Os seguintes missionários embarcaram semana passada de New York para o Brasil. O Rev. J. J. Ransom, do Tennessee, que, após passar cinco anos na América do Sul, retornou para casa no último verão, tendo viajado extensamente através de cidades sulistas levantando interesse naquelas missões. O Rev. James L. Koger, esposa e criança, da Carolina do Sul, que vai até Piracicaba, 500 milhas ao interior a partir do Rio de Janeiro, onde o senhor Ransom está fixado. Senhorita Mattie H. Watts, do Kentucky, desistiu de sua posição como professora na Escola de Louisville para assumir uma escola para meninas em Piracicaba. O Rev. James L. Kennedy, do Tennessee, acompanha o senhor Ransom até o Rio. A senhorita Watts segue sob os auspícios da Sociedade Missionária Estrangeira da Mulher e os outros são enviados pela Sociedade Missionária da MECS (Chicago Daily Tribune, 3 abr. 1881, p. 18).⁵

Os missionários e missionárias ligados à IMES que vieram ao Brasil após a chegada de John J. Ransom observaram a movimentação da franja pioneira e as profundas mudanças trazidas pelo processo de interiorização. A presença dominante do credo católico no interior reforçava a visão metodista de que a expansão de seus trabalhos missionários era condição de possibilidade para o progresso local. Além disso, a miscigenação e a diversidade racial do país alimentavam um amplo imaginário associado à cultura do imperialismo (Said, 1995), legitimando a necessidade de as missões alcançarem essas populações para civilizá-las segundo os valores protestantes. De acordo com a percepção religiosa, a missão não apenas visava converter, mas também reformar o modo de vida das comunidades do interior. Uma publicação de dezembro de 1880 que circulou pelo periódico metodista *Woman's Missionary Advocate*, editado e impresso em Nashville pela organização missionária feminina da IMES, evidencia a interpretação feita à época, demonstrando as contradições do processo de institucionalização escolar de fim de século no Brasil:

⁵ Há um equívoco na publicação do periódico norte-americano. O nome completo do Reverendo Koger é James William Koger, enquanto J. L. são as iniciais de James Lillbourne Kennedy.

O sistema de escolas públicas ainda está em um estado muito primitivo, com apenas três ou quatro mil escolas estabelecidas nas diferentes províncias. Algumas escolas particulares e denominacionais foram fundadas. Estas são frequentadas pelas classes mais instruídas da sociedade e têm se mostrado bem-sucedidas. Esforços especiais foram feitos pelo Imperador e pelo Governo para atrair a imigração alemã ao Brasil, com um considerável grau de sucesso. Terras são oferecidas aos imigrantes em termos muito liberais, e parte do custo da passagem é paga para eles. Além das três raças – brancos, negros e índios – há uma vasta multidão de mestiços – descendentes, por meio da miscigenação, das três raças mencionadas – uma excrescência moral horrenda no sistema social.

O Brasil foi descoberto e colonizado por católicos e, posteriormente, tornou-se parte integrante de uma nação católica; e, embora agora seja um império independente, ainda permanece fiel à religião da sua metrópole. O terrível poder de um clero corrupto manifesta sua influência corrosiva tanto na vida privada quanto na pública, e nenhuma pessoa ou lugar nesta bela terra está isento de seu toque nefasto. [...] Os padres são extremamente ignorantes e corruptos. Todas as formas de pecado e vício se exibem e proliferam descaradamente, afundando o povo cada vez mais na escala moral (WMA, dez. 1880, p. 15).

A missão metodista buscou criar condições para que ocorresse nos espaços urbanos do interior um avanço religioso e moral uma vez que a evangelização e a instrução atuariam como pilares do desenvolvimento local. As práticas missionárias eram mediadas pelas oportunidades proporcionadas pela modernidade técnica construída no capitalismo oitocentista, que permitia a aceleração de amplas redes de circulação, integrando o Brasil ao fluxo do progresso urbano e econômico que se desenvolvia em escala global (Osterhammel, 2014). Nesse sentido, quando as missões metodistas se estabeleceram nas cidades, foi como se expressassem uma vontade localmente articulada de não deixar à margem uma parte da população, incluindo-a nos processos de moralização transnacionalmente articulados.

Essas percepções ajudam a explicar a dinâmica dos trabalhos. O 40º Relatório Anual da Junta Missionária da IMES publicou um balanço da empreitada em 1886 a partir de uma missiva escrita por James William Koger – uma década depois do início oficial das missões no país. Segundo o documento, naquela época as atuações já alcançavam Circuitos⁶ em São Paulo, Santa Bárbara, Campinas, Piracicaba, Rio de Janeiro e no Vale do Paraíba. Além disso, havia trabalhos escolares desenvolvidos em Capivari e no Rio de Janeiro, além do iniciado em 1879 em Piracicaba. Koger ainda demonstra o pedido de ajuda à igreja-mãe norte-americana para a extensão da institucionalização escolar:

Precisamos de reforços em nosso campo e queremos que nossos planos educacionais estejam plenamente à disposição do povo. Acho que, se a Junta de Missões achar adequado me conceder a licença do campo pela qual pedi, eu poderia fazer algo pela causa em cada uma dessas duas direções. O trabalho pioneiro neste país – pregação e educação evangélica – deve ser realizado por estrangeiros, por várias razões (Fortieth Annual Report..., 1886, p. 109).

A circulação de informações no campo transnacional permitiu a sensibilização dos quadros diretivos da instituição. Entre 10 e 26 de maio de 1886, a Junta Missionária se reuniu na Igreja Centenária, em Richmond, Virgínia, e deliberou sobre o apoio financeiro das atividades globais metodistas entre as quais estava a missão em São Paulo:

As verbas para o apoio ao nosso trabalho missionário e as contribuições obrigatórias cobradas das Conferências para esse apoio estão entre os itens mais importantes dos negócios apresentados à Junta. Após uma análise cuidadosa do campo e das perspectivas financeiras, as seguintes verbas e contribuições foram estabelecidas:

⁶ A divisão de Conferências, Distritos e Circuitos utilizada na organização da IMES foi reproduzida no Brasil para facilitar a gestão da missão local.

Brazil Mission	\$18,750 00
Central Mexican Mission	34,200 00
China Mission	21,896 68
Mexican Border Mission	30,638 88
Japan Mission	5,350 00
Indian Mission	8,000 00 [...]

(Fortieth Annual Report..., 1886, p. 166).

Esse fluxo de capital, oriundo da contribuição das Conferências e de doações nos Estados Unidos, possibilitava o fortalecimento das missões e a expansão das atividades religiosas em regiões estratégicas, destacando o papel da Junta na gestão financeira do movimento. Parte dessa verba ajudou na consolidação do primeiro periódico metodista editado e publicado no Brasil. O *Methodista Catholico*⁷ foi fundado por John J. Ransom em 1886, como uma iniciativa missionária para ampliar a propagação religiosa na medida em que repercutia ensinamentos doutrinários e incluía artigos religiosos e traduções para o português de lições dominicais internacionais, afirmando-se, assim, como um veículo de transferências culturais (Espagne, 2013).

Cinco anos depois, o 45º Relatório Anual da Junta Missionária da IMES publicado em 1891 revela a extensão dos trabalhos, que alcançara, no estado de São Paulo, os Circuitos de Jaú, São José dos Campos, Taubaté e Pindamonhagaba, onde os metodistas haviam conseguido um “considerável número de assinantes do *Expositor*” (Forty-fifth annual report..., 1891, p. 98). A propósito, em 1891 o periódico religioso contou com uma tiragem de 1000 exemplares. Demarcando o avanço da marcha missionária pelo interior paulista, o relatório demonstra que o movimento de ocupação estava sendo irradiado a partir de Piracicaba na medida em que era aberta a expansão ferroviária.

⁷ O periódico *Methodista Catholico* posteriormente foi renomeado como *Expositor Cristão*.

Jaú, uma próspera cidade do interior, a um dia inteiro de viagem de trem a partir de Piracicaba ou Santa Bárbara, recentemente chamou nossa atenção. Alguns de nossos leigos se mudaram para essa cidade no último ano. Outros foram trazidos para a Igreja lá. Recentemente, foi iniciado um movimento por esses mesmos leigos para construir uma igreja. Um terreno e cerca de 150 dólares foram garantidos até agora, e tudo isso, além de outras iniciativas, foi feito sem a presença de um pastor. É um campo promissor e, em certo sentido, ocupado pelos presbiterianos; mas surge a questão de se não deveríamos investir com toda a nossa força na causa do Mestre nesse campo, onde alguns de nossos leigos espontaneamente realizaram um trabalho tão nobre (Forty-Fifth Annual Report..., 1891, p. 98).

Cidades como Vassouras e Juiz de Fora também se tornaram destino dos religiosos, esta última, inclusive, com trabalhos educacionais que projetaram a fundação de uma escola: o Colégio Granbery, em 1889. A marcha missionária, nesse contexto, já estava sendo intencionalmente posicionada sobre o desenvolvimento do interior, como demonstra o próprio relatório de 1891:

O Distrito do Rio de Janeiro entrou na parte sul do Estado de Minas. Este é o estado mais populoso e rico da República. As regiões central, norte e leste estão completamente desocupadas. No extremo oeste, os presbiterianos estão realizando algum trabalho. Aqui, temos centenas de cidades e vilarejos onde o evangelho nunca foi pregado. Bíblias foram vendidas em grande parte do território. Desejamos iniciar no próximo ano uma campanha ativa nesse estado, sempre em movimento, a cavalo e com alforjes. As ferrovias estão penetrando no estado por vários lados e avançando cada ano mais para o interior. Gostaríamos de nos antecipar às ferrovias nesse movimento. Além disso, dentro dos limites atuais dos dois Distritos, há várias cidades e vilarejos onde o evangelho ainda não foi pregado (Forty-Fifth Annual Report..., 1891, p. 97).

Na medida em que a tecnologia moderna conectava o interior paulista à economia global, as lideranças da IMES no Brasil identificavam as potencialidades abertas à expansão missionária. É

por isso que os religiosos estavam atentos à dinâmica econômica emergente na região, como demonstra a seção “Novo Trabalho” do 48º Relatório Anual da Junta Missionária publicado em 1894:

Existem vários pontos que podem ser ocupados com vantagem. Jundiá é uma cidade importante e em crescimento, a cerca de duas horas de trem de São Paulo. Uma importante empresa ferroviária está montando grandes lojas e a cidade oferece um grande centro de fabricação. Deveríamos inaugurar o trabalho neste momento o mais rápido possível (Forty-Eighth Annual Report..., 1894, p. 91).

O mesmo documento descreve Campinas como “uma cidade em crescimento com cerca de 25 ou 30 mil habitantes”, caracterizada como um “centro de negócios muito importante”, onde a atuação missionária deveria ser estruturada para “entrar e tentar sua evangelização” (Forty-Eighth Annual Report..., 1894, p. 91).

O relatório revela que a expansão religiosa era impulsionada também pela instalação de escolas. Entre 1891 e 1894, houve um crescimento expressivo no número de crianças atendidas pelos metodistas no país. De acordo com dados divulgados pela IMES, esse número mais que dobrou, passando de 173 para 414 estudantes em instituições de ensino localizadas no Rio de Janeiro, Piracicaba, Juiz de Fora, Taubaté e Capivari (Forty-Eighth Annual Report..., 1894, p. 85).

A legitimidade para esse processo também pode ser encontrada no relatório de 1894, na medida em que repercutia uma interpretação sociológica que justificava a suposta condição de rebaixamento da população brasileira. Ao deslocar o argumento racial para os problemas do repertório cultural através da referência ao economista Émile de Laveleye (1822–1892), os metodistas sustentavam que o catolicismo romano era o principal responsável pelo atraso das “raças latinas”.

O sistema falso chamado Romanismo tem sido e é a maldição das raças latinas, e elas nunca serão prósperas até que se livrem desse jugo e aceitem o evangelho de nosso Senhor Jesus Cristo em toda a

sua gloriosa simplicidade. Um panfleto poderoso, intitulado 'O Futuro dos Povos Católicos', traduzido do francês, tem sido amplamente circulado no Brasil. É um estudo de economia social e foi escrito pelo célebre economista político Laveleye, recentemente falecido. Ele prova de forma muito conclusiva que o declínio das raças latinas não se deve a peculiaridades raciais, mas ao Romanismo. Se estão muito atrás das outras nações em progresso, etc., isso não se deve à sua origem latina, mas à sua religião (Forty-Eighth Annual Report..., 1894, p. 88).

A circulação transnacional de informações determinava a percepção dos missionários na medida em que nutria a ideia de que progresso e civilização eram carregados a reboque pela moral protestante galvanizada na sociedade do interior pelas atuações educacionais. As descrições dos trabalhos nos colégios de Piracicaba e Capivari são emblemáticas nesse sentido. Especialmente em Capivari, a validação local que o Inspetor Escolar conferiu ao trabalho metodista reforça a sincronia dos interesses para formação social através da moralização da esfera pública construída transnacionalmente⁸.

Piracicaba – Aqui, como você sabe, temos uma escola sob o controle da Junta de Mulheres. Está fazendo um bom trabalho e ajudou maravilhosamente as crianças de nossa Igreja. O número de alunos não é tão grande quanto antes, mas sem dúvida crescerá. A Bíblia é ensinada, e esforços são feitos para levar as crianças a Cristo.

Capivari – O irmão Dickson, contra grandes dificuldades, conseguiu manter uma pequena escola agradável. Acredito que ele encerrou o ano com quarenta alunos. O Inspetor Escolar compareceu e participou dos exames, expressando-se de forma muito favorável em um dos jornais locais (Forty-Eighth Annual Report..., 1894, p. 90).

A documentação oficial da IMES demonstra que foi especificamente entre 1894 e 1895 que os quadros de liderança da missão no Brasil articularam uma comunicação mais intensiva com

⁸ Em 1895, a escola de Capivari foi transferida para a cidade de São Paulo.

a sede norte-americana acerca do processo de interiorização. O 49º Relatório Anual da Junta Missionária publicado em 1895 traz diversas referências sobre a necessidade de “esforços evangelísticos no crescente Oeste” (Forty-Ninth Annual Report..., 1895, p. 58). Partindo do Rio de Janeiro com sentido ao Sul de Minas Gerais, por exemplo, os vetores da marcha religiosa dinamizavam-se a partir da identificação da relação entre o fenômeno da população e a conseqüente especulação imobiliária, fato que elevaria o custo de vida e tornaria os gastos para manutenção dos trabalhos mais elevados. Os desdobramentos da interiorização colocavam desafios ao avanço metodista, cujas respostas eram articuladas em comunicação com a sede da IMES em Nashville:

Paraíba do Sul e Barra Mansa são cidades de alguma importância. Nosso trabalho é promissor, e devemos começar imediatamente nossos planos para adquirir terrenos e construir uma igreja em cada lugar. Além de estarem nas duas ferrovias centrais que entram no interior, em breve será concluída uma nova ferrovia do litoral até cada uma dessas cidades. Elas já estão começando a sentir o novo impulso, e devemos garantir lotes antes que os preços dos imóveis fiquem muito altos (Forty-Ninth Annual Report..., 1895, p. 53).

Dentro do território mineiro, a presença de religiosos partiu de Juiz de Fora em direção ao Norte, instalando cultos em Leopoldina, Cataguases, Ouro Preto e Sabará, locais que começavam a exigir “a organização de um novo Distrito” (Forty-Ninth Annual Report..., 1895, p. 54). A propósito, como desdobramento do processo, os metodistas fundaram o colégio Izabela Hendrix, em Belo Horizonte, em 1904. No estado paulista, a presença religiosa em Serra Azul, realizada “devido aos esforços dedicados de um leigo humilde, membro da igreja de São Paulo” (Forty-ninth annual report..., 1895, p. 57), ajudava a desvelar a estratégia: “Estamos agora planejando um movimento de expansão na parte Oeste do estado” (Forty-ninth annual report..., 1895, p. 57). De maneira explícita, sobrepor o movimento missionário aos desdobramentos

da franja pioneira parecia potencializar a expansão dos trabalhos religiosos em São Paulo. O mesmo 49º Relatório Anual repercutiu a leitura da situação:

Há uma maré de migração em direção à parte ocidental próspera e crescente do Estado. Temos desejo em segui-la, muitos de nossos membros tentaram, mas o caminho não estava claro. Assim que o irmão Kennedy foi liberado do trabalho escolar, decidimos ocupar esse campo de uma vez, e assim ele foi como nosso missionário pioneiro no Oeste de São Paulo. Isso, em minha opinião, é o movimento mais esperançoso que fizemos há muito tempo e olho com confiança para os possíveis resultados (Forty-Ninth Annual Report..., 1895, p. 58).

Estava evidente que a “influência se estenderia muito para o interior”, contribuindo “poderosamente na evangelização do Brasil” (Forty-Ninth Annual Report..., 1895, p. 60). O irmão Kennedy referido era o reverendo James L. Kennedy, cujo relatório sobre a viagem pioneira pelo Oeste paulista reproduz quase integralmente.

Por muitos anos os presbiterianos ocuparam uma pequena porção do Oeste, mas por força das circunstâncias, ao invés de terem sido agressivos sobre suas linhas, foram compelidos a desistir e abandonar algumas partes. O campo é vasto e aberto; muitos estão prontos para ouvir. A importância desse campo no Oeste é notada por se tratar da chave para dois dos maiores estados do interior do Brasil – Goya e Matto Grosso – que foram pouco tocados pela influência do evangelho. É nosso dever penetrar essas regiões, mas precisamos primeiro preparar o caminho para entrar. Devem existir muitas chaves para abrir esse vasto país, mas o mais imediatamente eficaz e evangélico é pressionar o trabalho no Oeste de São Paulo. Nosso trabalho na capital e em cidades adjacentes do ótimo Estado de São Paulo está firmemente estabelecido, aumentando seus números de Escolas Dominicais, congregações e trabalho educacional. Nesse Distrito está a mais antiga e talvez mais bem sucedida escola da Junta de Missões da Mulher no Brasil. Sob os

auspícios da nossa Igreja, nós tivemos uma florescente escola para ambos sexos em Taubaté por cinco anos. No Distrito nós ainda temos poucas pequenas escolas fora da cidade. Nossa casa de publicação, embora em sua incipiência, começou bem, e foi estabelecida em São Paulo. Por assim dizer, nós estamos enraizados em um território já ocupado. Daqui nós estamos preparados para ir adiante e o caminho está aberto para fazermos um trabalho mais agressivo no Oeste de São Paulo. Isso feito, nós teremos uma grande estrada preparada da costa até uma vasta e ampla extensão ainda inexplorada do interior do Brasil.

Já, como nos Estados Unidos, o centro da população está mudando para o Oeste. Das cidades mais antigas existe uma grande migração de pessoas que estão procurando ampliar suas fortunas no novo país. Entre essa ampla classe de pessoas são encontrados numerosos cristãos que carregam consigo a luz, formando, assim, novos círculos de influência evangélica. Entre eles devem ser estabelecidas novas igrejas, preservando assim os elementos já adquiridos, através dos quais, aumentaremos o ímpeto da nossa causa comum.

Quando, com esta corrente de pessoas migrando para o Oeste, em muitos lugares não se encontram aqueles que são realmente convertidos, acontece que dos centros orientais e mais polidos da costa há um número considerável que, acostumado à liberdade religiosa e com algum conhecimento do evangelho, carregue uma influência e poder que tornem mais fácil para capturarmos um novo território para o Senhor. Eles ajudam a derrubar barreiras que, caso contrário, atrapalhariam muito para esse grandioso trabalho.

Nós fizemos uma viagem pelo território do Oeste e estamos felizes em dizer que nos causou ótima impressão as grandes possibilidades que nos aparece naquela direção. Percebemos quantos estão prontos para ouvir o evangelho. Parece que agora é nosso tempo em penetrar nessa direção mais vigorosamente, mesmo se não obtivermos sucesso em tudo o que desejamos. Não entrar logo, ao menos que por falta de habilidade, é provar que somos indignos da confiança depositada em nós. Deixe 'para frente' ser nosso lema! (Forty-Ninth Annual Report..., 1895, p. 61-62).

O relatório do reverendo Kennedy demonstra que a visão expansionista dos missionários metodistas se alinhava à dinâmica de

interiorização, que viam o território de São Paulo como promissor para a difusão dos valores protestantes. Nesse contexto, o Oeste paulista é descrito como uma região que, apesar de apresentar sinais de desenvolvimento, ainda necessitava de uma intervenção moral e religiosa. Tal perspectiva revela uma interpretação segundo a qual a fronteira sociológica deveria ser conformada ao paradigma civilizatório protestante, no qual progresso e fé cristã eram indissociáveis. A comparação com a “marcha para o Oeste” nos Estados Unidos reforça a ideia de que a evangelização deveria acompanhar o avanço econômico e a ocupação territorial, aproveitando-se da infraestrutura ferroviária que conectava o local ao global. Dessa forma, Kennedy e seus pares interpretavam a expansão do metodismo como parte de um processo mais amplo de modernização, cujo objetivo era a moralização da esfera pública através de ações como a instalação de escolas.

No ano seguinte, como evidencia o 50º Relatório Anual da Junta Missionária, as iniciativas metodistas abriram os trabalhos em Ribeirão Preto. Além de identificar as possibilidades abertas em função do desenvolvimento econômico regional e a expansão da malha ferroviária, o documento não deixa passar despercebido, novamente, os problemas que a especulação imobiliária poderia trazer à marcha religiosa.

Esse trabalho, já iniciado como mencionado no nosso último relatório anual, é uma grande promessa. Depois de uma longa e cuidadosa deliberação com todos os irmãos, o bispo nomeou o senhor Manoel Camargo para o comando desse trabalho, com sede em Ribeirão Preto, uma das futuras grandes cidades do estado. Acredito que nossa ocupação nesse centro seja um sábio movimento. Temos os homens e os meios para desenvolver esse campo, o qual seria em poucos anos o mais forte na missão. Como um irmão bem disse ano passado, ‘A importância desse campo no Oeste é notada por se tratar da chave para dois dos maiores estados do interior do Brasil – Goyaz e Matto Grosso’. A nova capital brasileira está para ser construída em Goyaz. Os engenheiros do governo já estão trabalhando no projeto. De Ribeirão Preto uma ferrovia já está em

operação em boa parte do caminho e está sendo projetada ainda mais longe, o objetivo é conectar com a nova capital proposta. Os jesuítas, olhando em direção ao futuro, já garantiram bons locais e estão se estabelecendo firmemente nas principais cidades do Oeste. Nossa Igreja deveria investir amplamente nessa seção, tendo em vista as futuras possibilidades. Estamos geralmente atrás em tais movimentos. Tivesse nossa Igreja, por exemplo, investido poucas centenas de dólares nacionais (o que seria muito barato) quando seu trabalho começou na cidade de São Paulo, hoje nós teríamos nossa própria Igreja e teríamos economizado exorbitantes aluguéis todos esses anos. Duzendo dólares agora provavelmente compraria um lote em Ribeirão Preto grande o suficiente para uma igreja, um presbitério e uma escola. Daqui há alguns anos, quinhentos dólares dificilmente comprará (Fiftieth Annual Report..., 1896, p. 57).

O Distrito de Ribeirão Preto era composto pelos Circuitos de Serra Azul, Uberaba, Santa Rita e Franca. Durante suas missões no interior paulista, os religiosos notaram que muitas dessas cidades já não eram completamente rurais, com características arcaicas, ao mesmo tempo em que também não se identificavam integralmente às grandes metrópoles industriais europeias e do nordeste norte-americano. Essas localidades estavam em transformação, deixando para trás formas tradicionais de vida e adotando, paulatinamente, modelos ligados à modernidade. Os religiosos entendiam que suas atuações educacionais eram instrumentos que viabilizariam a dinamização desse movimento, sobretudo através do progresso moral.

Foi nesse sentido que, após a fundação da igreja em Ribeirão Preto, os metodistas inauguraram um colégio na cidade, em 1899. A missionária responsável pela empreitada foi Leonora Dixon Smith Meriwether, filha de norte-americanos que emigraram para o interior paulista após a Guerra Civil. Como ex-aluna do Colégio Piracicabano, sua descrição ao retornar ao país após um período de estudos nos Estados Unidos dá objetividade à dinâmica interiorizadora aqui analisada:

Durante os doze anos (1884 – 1896) da minha ausência, houve grande mudança em tudo; notava-se muito melhoramento e progresso. E a Igreja Methodista não falhara em acompanhar este movimento. De especial interesse para mim foi a maravilhosa aceitação do Evangelho pelo povo no oeste, onde o revdo. Manuel Camargo (o aluno crente e assíduo na Escola Dominical do Bairro Alto de Piracicaba em 1879) organizou diversas igrejas, deixando-as (quando removido para outro cargo) animadas e activas (Meriwether, s/d, p. 2).

Ao dar publicidade global à ocupação do interior (incluindo regiões do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás e Rio Grande do Sul), os religiosos permitiam que outros quadros observassem as condições oferecidas nesse campo. No detalhe do Oeste paulista, algumas das linhas desenhadas correspondem aos trajetos ferroviários da época, abrangendo os ramais da Sorocabana, São Paulo Railway e Mogiana. Essas conexões ligavam o Porto de Santos a cidades como Sorocaba, Piracicaba, Santa Bárbara, Jundiá, Campinas, Mogi-Mirim, Casa Branca, Ribeirão Preto, Batatais e Franca. Além disso, as rotas de navegação a vapor também estão representadas, indicando conexões partindo do Rio de Janeiro.

O 52º Relatório Anual da IMES demonstra a interpretação metodista após algumas lideranças percorrerem essas cidades do interior: “A terra está se abrindo para nós, e terrível é nossa responsabilidade” (Fifty-second annual report..., 1898, p. 6). A ideia de uma “terra que se abria” estava diretamente ligada às conexões viabilizadas pela interiorização ferroviária. Em contrapartida, as regiões “fechadas” eram vistas como carentes de progresso devido à ausência de tecnologia moderna. A velocidade das transformações promovidas pela interiorização criou condições de possibilidade para os metodistas se sobreporem ao movimento da franja pioneira, utilizando-o como meio através do qual suas missões seriam expandidas.

Os relatórios enviados à sede episcopal nos Estados Unidos retratavam o interior brasileiro como um lugar “carente de

civilização”. Ao comparar a interiorização no Brasil com a experiência norte-americana, os missionários analisaram que

[...] a diferença que se nota ao ir do Rio para o interior é maior do que aquela encontrada entre as nossas grandes e movimentadas cidades e os locais do interior dos Estados Unidos. As pessoas, seu modo de vida e estilo de arquitetura são todos antigos e primitivos (WMA, jul. 1905, p. 29).

Essa visão dualista associava o “progresso” aos elementos materiais da modernidade, enquanto o “antigo” e “primitivo” eram atribuídos às formas de vida tradicionais, vistas como arcaicas e culturalmente limitadas. Como argumenta Felipe Ziotti Narita (2020), esse ponto de vista refletia o impasse sociológico da modernização latino-americana e a divisão entre litoral e sertão/interior. Nesse caso, a sociedade marcada pela “falta” era interpretada como desconectada dos grandes centros urbanos modernos litorâneos e, por isso, demandava um conjunto de intervenções para a superação da condição supostamente limitada, que se expressava, sobretudo, em um rebaixamento moral. Em uma publicação veiculada pelo periódico *Woman’s Missionary Advocate* em 1900, Leonora Smith descrevia a abertura do colégio em Ribeirão Preto, demonstrando as contradições do processo de interiorização e a interpretação acerca da urgência da institucionalização escolar dos trabalhos religiosos:

Deixei Piracicaba no dia 30 de agosto e cheguei a Ribeirão Preto no dia seguinte, após uma longa e exaustiva jornada. Eu tinha ouvido muito pouco sobre este lugar, exceto sobre a poeira vermelha, que é indescritível. Há cerca de 16 mil habitantes dentro do município, além de vários vilarejos suburbanos. A cidade foi construída rapidamente e tem uma aparência apressada e inacabada. A moralidade está em um nível baixo. O trabalho a ser feito é imenso. No dia 5 de setembro, pela manhã, vários membros da nossa igreja, incluindo os irmãos Joiner e Jovilino, e M. Camargo (nosso pastor), foram à pequena igreja para os exercícios de abertura de nossa

escola. [...] Após muitas expressões de bons desejos, todos partiram, exceto os onze alunos que permaneceram para serem matriculados como os primeiros estudantes da 'Escola Metodista'. Na semana seguinte, o número aumentou para quinze, que é nosso atual número. Outros alunos irão ingressar mais tarde. Considerando tudo, a escola está indo bem. As crianças não têm conhecimento sobre ordem ou estudo sistemático, mas mostram disposição para seguir as orientações e estão melhorando diariamente (WMA, fev. 1900, p. 243).

Nas primeiras décadas do século XX, a ocupação do território de São Paulo avançava cada vez mais para o interior, especialmente na direção do Planalto Ocidental Paulista, acompanhando o movimento da frente pioneira. Esse processo estava diretamente relacionado à expansão da agricultura cafeeira latifundiária, fortalecida pelos vínculos econômicos do estado com o mercado internacional. Retratando com precisão essa nova etapa do processo de interiorização, a publicação da metodista Leila F. Epps, intitulada "Grande Oeste do Brasil", descreve a região ainda não ocupada do interior paulista associando-a ao imaginário do *wilderness* norte-americano. A percepção vinculava o vazio do interior à existência de grandes florestas, cuja transformação e "preenchimento" só eram concebidos a partir da territorialização da infraestrutura técnica. Sob essa perspectiva, o caráter estacionário do interior era interpretado através de lentes socioculturais que viam o progresso técnico como um motor essencial para a modernização (Narita, 2020).

Vinte e cinco anos atrás a grande e rica seção do estado de São Paulo, Brasil, agora conhecida como 'Noroeste' era uma densa floresta. Naquele tempo, as pessoas do Brasil começaram a perceber a importância de se estabelecer e cultivar essa maravilhosa rica seção do interior do seu país. Havia uma corrida poderosa para o 'Noroeste'. Uma ferrovia foi construída a partir da cidade de São Paulo até o coração desse vasto interior. No exato ponto onde agora fica a próspera cidade de Birigui, havia, naquele tempo, índios

selvagens escondidos no alto das árvores na floresta e com suas flechas envenenadas atiraram e mataram homens brancos que estavam construindo a primeira ferrovia que eles já tinham visto. Grande foi o espanto e a perplexidade deles que não conheciam limites quando o primeiro trem ferroviário percorreu a nova estrada e entrou no coração de sua amada floresta. Assim, o portão foi aberto para aquela enorme e rica seção que, durante todos os séculos, foi desconhecida e não apreciada pelo homem civilizado. Em um período incrivelmente curto, grandes plantações de café foram iniciadas e milhares de brasileiros, italianos, japoneses e muitos outros povos fizeram uma corrida repentina para o 'Noroeste'. Dezenas de cidades prósperas surgiram ao longo da ferrovia; as datas nas estações ferroviárias bem construídas e modernas mostram que essas cidades surgiram desde 1910. A 'floresta primitiva' do Brasil está sendo rapidamente eliminada, e talvez não haja lugar na face do globo com solo mais rico e terras agrícolas mais favoráveis. Milhões e milhões de jovens cafezais bem cultivados, carregados com bagas vermelhas ricas da melhor qualidade, milho tão fino quanto qualquer um que já tenha crescido em nosso próprio vale do Mississippi, algodão que lembra nossa própria região Sul, batatas, amendoins, abóboras, frutas e legumes, todos mostram as ricas possibilidades do país. [...]

Não encontramos nenhuma igreja lá e nenhuma escola. Nem um pouco de tempo, energia ou dinheiro estavam sendo gastos na educação ou na religião das centenas de seres humanos que estavam trabalhando todos os dias para tornar o homem rico mais rico. [...]

Nossos corações se alegraram quando descobrimos que a religião cristã não foi deixada para trás quando milhares de colonos foram morar no 'Noroeste'. Sentimos que certamente o Espírito Santo havia dirigido o bispo quando, cerca de um pouco mais de dez anos antes, ele nomeou o Sr. C. B. Dawsey para começar o trabalho pioneiro nessa vasta nova seção. [...]

Os missionários e trabalhadores nativos estão trabalhando para levar todo o 'Noroeste' a um conhecimento pessoal e inteligente de Jesus Cristo. Essa é uma tarefa tão grande, no entanto, um campo tão vasto de serviço que são necessárias centenas de trabalhadores pioneiros. A porta está aberta e o chamado é muito claro (TMV, abr. 1928, p. 28-29).

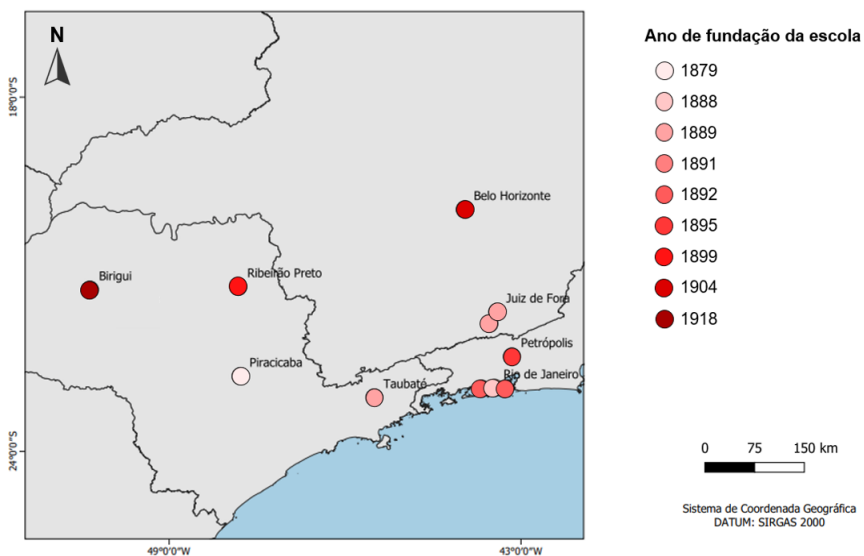
A visão de incompletude do interior, descrito como “desconhecido e não apreciado pelo homem civilizado”, determinava a interpretação sobre a “falta” como um problema a ser resolvido. Nesse processo de modernização, em que diferentes temporalidades se sobrepunham, a eliminação dos grupos nativos tornou-se uma consequência direta da expansão capitalista e da ocupação territorial. As categorias binárias oitocentistas de civilização e barbárie referenciavam a interpretação acerca da configuração sociológica da fronteira de ocupação da marcha missionária. Essa dinâmica é coerente com a descrição de Pierre Monbeig, segundo a qual “a marcha pioneira moderna acabou a obra de destruição dos índios, encetada na época colonial” (Monbeig, 1984, p. 132).

Acompanhando os movimentos de interiorização, os metodistas estabeleceram uma igreja e um colégio na cidade de Birigui, respectivamente em 1915 e 1918. A partir dessa base, a missão metodista se expandiu para outras localidades da região, alcançando, na época, cidades como Araçatuba, Penápolis, Promissão, Lins e Presidente Alves. Em 1917, Birigui, juntamente com Bauru, fazia parte de um dos circuitos do Distrito de São Paulo. Esse distrito também abrangia cidades como Piracicaba, Capivari, São Paulo, São Roque, Porto Feliz, Campinas, Amparo, Itapeverica, São Lourenço, Taubaté (Norte), Cunha e Ourinhos.

Cyrus Basser Dawsey foi o missionário metodista responsável pela atuação no Noroeste paulista, sendo “apoiado pelo Distrito de Spartanburg no *Upper South* da Conferência da Carolina do Sul” (The Laurens Advertiser, 4 out. 1922, p. 5). Após quatro anos de trabalho, Dawsey escreveu ao periódico *The Missionary Voice*, mencionando indícios de “um grande despertar espiritual” e enfatizando que estava “abrindo novos caminhos no Brasil” (TMV, jul. 1920, p. 206). Em um relato sobre suas atividades em Birigui, Dawsey destacou: “As pessoas aqui são progressistas e aceitam o evangelho. Quase todas as semanas, estou pregando” através de viagens “a pé, a cavalo e por 373 milhas rodadas”, em “lugares e

para pessoas onde a verdade nunca foi conhecida e pregada antes” (TMV, mar. 1918, p. 84).

Figura 1: Mapa da interiorização escolar metodista entre o final do século XIX e início do XX



Fonte: Elaborado por Caio Bernardo Gomes a partir dos dados analisados por Santos (2021).

A Figura 1 sintetiza a argumentação desse texto ao demarcar cartograficamente a expansão das escolas metodistas dinamizada por seus vetores transnacionais simultaneamente ao processo de interiorização entre os anos de 1879 e 1918.

Desta forma, a interiorização paulista, marcada pela expansão da cafeicultura e pela modernização técnica, ofereceu um cenário de transformações profundas no qual a missão metodista desempenhou um papel estratégico. Por meio da instalação de escolas e igrejas, os missionários não apenas viabilizaram a propagação de valores protestantes, mas também se integraram ao movimento de construção de uma sociedade em transição, territorializando suas próprias marcas de modernização. Essa atuação, fundamentada em uma organização transnacional e

orientada por interesses religiosos e civilizatórios, consolidou a presença metodista como agente pretensamente conformador da moral nas localidades do interior paulista, reafirmando o protagonismo das conexões globais nesse processo de reconfiguração sociológica.

Vetores da interiorização em São Paulo

Rafael Cardoso de Melo

Sérgio C. Fonseca

Felipe Ziotti Narita

População, ocupação, infraestrutura e expansão econômica

A interiorização do desenvolvimento socioeconômico paulista, especialmente a partir dos anos 1850, mais do que a integração regional às cadeias globais de produção e circulação de mercadorias e capital, via infraestrutura, encontrou, nos rastilhos da vida urbana em torno da malha ferroviária, indícios fundamentais do substrato social direcionado à assistência e à educação. Trata-se de uma transformação material que também implicou uma reestruturação de laços sociais e instituições à luz do surgimento de instâncias de integração e vetores/agentes de difusão institucional e práticas dirigidas ao desenvolvimento da vida urbana.

O móvel socioeconômico do movimento de interiorização, conforme notou Pierre Monbeig (1984, p. 97), é indissociável da “cultura comercial” ensejada pelo café e pelo deslocamento de população e das forças produtivas. Nesse sentido, o processo de interiorização implica um desdobramento material da “expansão da civilização capitalista” (Monbeig, 1984, p. 105) nos quadros do sistema de sociedades produtoras de mercadorias, em que a dinamização das atividades produtivas corresponde a um revolvimento das antigas formas de vida e relações sociais. Afinal, se a interiorização é condicionada pelas vias de comunicação, pela vida sanitária e pela diferenciação da produção social (Monbeig, 1984, p. 347), o estabelecimento de vínculos sociais nos contextos

urbanos é igualmente dependente dos laços de solidariedade e de assistência construídos para a integração social.

Por isso, mais do que a ocupação física e a racionalização dos espaços interioranos em redes singradas pelo capital, o processo de interiorização corresponde também a uma rearticulação sociocultural nutrida pelos ambientes urbanos. Monbeig (p. 354), a bem da verdade, ao tematizar os “fatores psicológicos” e socioculturais dos núcleos da franja pioneira, fica restrito a dinâmicas derivadas do campo econômico, como o “espírito empreendedor”, a construção da lógica contábil, a acumulação e a crescente financeirização. Os comportamentos sociais vinculados ao novo *milieu* em transformação nas franjas de ocupação do antigo oeste paulista, contudo, implicam um conjunto muito diverso de instituições sociais. Os impactos da mudança material nos modos de socialização podem ser percebidos, por exemplo, na diversificação institucional de práticas dedicadas à assistência e ao governo da população nas novas localidades. A partir dessas questões, portanto, o presente capítulo, delimita os vetores pelos quais mapeamos o processo de interiorização regional a partir de subconjuntos temáticos: (1) ocupação populacional; (2) expansão da atividade econômica; (3) difusão das cidades; (4) papel da infraestrutura de circulação (sobretudo a rede ferroviária); e (5) construção do campo da assistência. Esses processos sociais são interrelacionados, de modo que pretendemos sublinhar o campo da assistência como um núcleo da dinâmica social nas cidades e elemento de apoio para a efetivação da ocupação do interior.

Na conjuntura de construção da sociedade nacional no século XIX, os números de povoamento de São Paulo são importantes para o mapeamento da interiorização, tendo em vista a distribuição de cidades e vilas pelas várias zonas de atividade econômica do território. Nessa perspectiva e com o objetivo de reunir números consolidados a esse respeito, este capítulo conta com informações extraídas de diversos censos estudados por Rafael Cardoso de Mello (2023), em sua tese de doutoramento desenvolvida na Universidade de São Paulo, intitulada *Nos limites da civilização:*

interiorização dos processos de educação na região de Ribeirão Preto/SP (1889-1930). Dessa forma, a presente análise recorre a censos e obras de natureza semelhante, com destaque para os dados sistematizados por Maria Silvia Bassanezi (1998), assim como o quadro estatístico da província de 1836, de Daniel Pedro Müller, o quadro estatístico de 1854 organizado por José Joaquim Machado de Oliveira, incluindo o recenseamento geral de 1872 e o relatório provincial de 1886. Cruzamos os dados de Bassanezi (*et al.*, 1998) com a obra publicada em 1827, por José Antônio Teixeira Cabral (2009), além da produção de 1836 de Daniel Pedro Müller (1978). O contorno dos movimentos de interiorização mediante os censos, bem entendido, não é tomado como percepção fidedigna do passado, uma vez que erros de transcrição, somatórias e precariedade de mapeamentos são indicados por muitos historiadores (Bassanezi; Bacellar, 2013). Por isso, o aporte quantitativo e demográfico da população é complementado com o relato de Auguste Saint-Hilaire (1976), originalmente redigido em 1816, com o trabalho de Pierre Monbeig (1984), com o livro de Juergen Richard Langenbuch (1968) e com a sistematização cartográfica de Taís Schiavon (2016; 2018), responsável pelo mapeamento dos dados de população.

Maria Odila Dias (2005) considera que a interiorização do Centro-Sul do país, na transição dos séculos XVIII–XIX, está relacionada à chegada da corte em 1808 e ao processo de independência, transformando a colônia em metrópole interiorizada sob novas condições para o desenvolvimento das relações e hierarquias políticas, econômicas e sociais entre a corte (litoral) e as populações interioranas. Conforme a autora, este movimento de interiorização respeitou a “dispersão e a fragmentação do poder”, bem como a “fraqueza e instabilidade das classes dominantes” (Dias, 2005, p. 18), elementos que demandavam do Estado uma imagem forte para a nova corte nacional. O território assistiu ao “enraizamento de novos capitais e interesses portugueses, associados às classes dominantes nativas e também polarizadas em torno da luta pela afirmação de um poder

executivo central”, ao passo que as elites políticas regionais paulistas estruturavam dispositivos de poder na província junto às câmaras municipais e à assembleia provincial (Leme, 2008), cuidando também da afirmação simbólica da ordem por meio de monumentos e de construção de infraestrutura pública (ruas, pontes, controle higiênico etc.) nas cidades (Mantovani, 2015). A interiorização paulista é construída sobre a sedimentação do processo de dominação política e sobre as fibras da atividade econômica, “cimentada pela dependência e colaboração dos nativos e forjada pela pressão dos ingleses que queriam desfrutar do comércio sem ter que administrar” (Dias, 2005, p. 32).

A visualização da província entre os anos 1830 e 1850 indica a ocupação da área litorânea e a nascente urbanização da capital, contando com áreas “vazias”, chamadas de sertão, principalmente ao Norte, rumo a Minas Gerais, e a Oeste, na direção do Mato Grosso.

Quadro 6: Comparação da população geral paulista segundo dados recolhidos das obras: *Estatística da Imperial Província de São Paulo*, por José Antônio Teixeira, de 1827; *Ensaio d'um quadro estatístico da Província de S. Paulo, ordenado pelas leis provinciais de 11 de abril de 1836, e 10 de março de 1837*, por Daniel Pedro Müller; e as séries *São Paulo do passado: dados demográficos de 1854, 1872 e 1886*, organizadas por Maria Sílvia Bassanezzi

MUNICÍPIOS	1827	1838	1854	1872	1886
Águas de Santa Bárbara	-	-	-	-	3.218
Amparo	-	-	-	11.756	17.325
Angatuba	-	-	-	-	4.083
Antonina (Estado do Paraná)	3.714	9.396	-	-	-
Apiáí (Apiahy)	1.822	2.423	3.493	7.603	7.531
Araçariguama	-	-	-	-	2.465
Araçoiá da Serra	-	-	-	5.144	6.375
Araraquara	-	2.764	7.850	7.128	9.559
Araras	-	-	-	5.495	9.519
Areias	11.104	9.469	8.914	5.717	6.788
Atibaia	8.126	10.211	4.238	6.146	9.034
Avaré	-	-	-	-	8.706
Bananal	-	6.708	11.482	15.606	17.654
Batatais	-	-	3.682	11.255	19.915
Bofete	-	-	-	-	3.661
Bom Sucesso	-	-	-	-	3.076
Botucatu	-	-	-	14.051	15.985

Bragança Paulista	11.875	11.618	14.556	19.495	16.214
Brotas	-	-	-	9.941	6.546
Cabreúva	-	-	-	2.968	3.606
Caçapava	-	-	-	10.883	11.616
Cachoeira Paulista	-	-	-	-	4.412
Caconde	-	-	-	3.912	9.177
Cajuru	-	-	-	7.603	6.497
Campinas (**)	-	-	14.201	31.397	41.253
Campos Novos Paulista	-	-	-	-	3.205
Cananéia	1.532	1.627	2.664	3.945	10.494
Capão Bonito	-	-	-	7.063	8.084
Capivari	-	3.437	5.979	8.197	10.494
Caraguatatuba	-	-	-	1.668	1.951
Castro (Estado do Paraná)	5.565	6.190	-	-	-
Casa Branca	-	-	16.704	8.649	7.748
Cotia	-	-	-	5.024	7.517
Cruzeiro	-	-	-	4.931	5.421
Cunha	3.417	3.403	-	7.873	10.856
Curitiba (Estado do Paraná)	12.399	16.157	-	-	-
Descalvado	-	-	-	5.709	8.257
Dois Córregos	-	-	-	-	8.264
Eldorado	-	-	3.820	5.464	6.823

Franca (Franca do Imperador)	2.394	10.664	2.964	21.419	10.040
Guaratinguetá	6.550	7.658	-	20.837	25.632
Guaratuba (Estado do Paraná)	1.017	-	-	-	-
Guareí	-	-	-	-	3.346
Guarulhos	-	-	-	-	7.009
Ibiúna	-	-	-	5.545	8.109
Igarapava	-	-	-	-	7.638
Igaratá	-	-	-	-	4.889
Iguape	7.948	9.396	15.211	16.005	17.638
Ilhabela (Bella da Princeza)	3.676	4.295	10.769	6.740	6.833
Indaiatuba	-	-	-	3.749	4.655
Iporanga	-	-	-	-	2.847
Itanhaém (Itanhaen)	1.048	1.046	1.254	1.566	2.741
Itapecerica da Serra	-	-	-	-	6.413
Itapetininga	8.195	11.510	24.207	21.426	11.362
Itapeva	3.125	4.039	13.671	14.612	16.353
Itapira	-	-	-	5.895	9.709
Itaporanga	-	-	-	5.343	10.091
Itatiba	-	-	-	6.660	9.335
Itu (Ytú)	5.520	11.146	7.353	10.821	15.840

Ituverava	-	-	-	-	4.585
Jaboticabal	-	-	-	7.898	26.224
Jacareí	8.308	8.245	9.861	10.203	10.545
Jambeiro	-	-	-	-	4.714
Jaú	-	-	-	6.406	18.341
Jundiaí (Jundiahy)	5.471	5.885	8.689	7.805	10.254
Lagoinha	-	-	-	-	5.020
Lavrinhas	-	-	-	-	5.348
Lençóis Paulista	-	-	-	13.391	10.111
Limeira	-	-	5.045	14.283	15.879
Lorena	8.274	9.384	9.681	9.081	10.333
Mococa	-	-	-	3.934	5.255
Mogi das Cruzes	9.576	10.472	13.126	15.011	19.454
Mogi-Guaçu	-	-	-	-	4.768
Mogi-Mirim	15.231	9.677	24.932	21.468	14.935
Monte Mor	-	-	-	3.318	4.656
Monteiro Lobato	-	-	-	-	4.796
Natividade da Serra	-	-	-	5.281	6.524
Nazaré Paulista	-	-	8.130	5.280	6.710
Nova do Príncipe (Lapa, Estado do Paraná)	3.092	4.667	-	-	-
Paraibuna	-	3.169	9.493	10.132	11.159

Paranaguá (Estado do Paraná)	6.429	8.891	-	-	-
Patrocínio Paulista	-	-	-	-	2.248
Piedade	-	-	-	4.812	7.068
Pindamonhangaba	5.636	7.915	14.645	14.636	17.811
Piracaia	-	-	-	6.160	8.134
Piracicaba	6.879	10.291	6.228	18.980	22.150
Pirajú	-	-	-	-	10.238
Pirassununga	-	-	-	9.531	15.913
Porto Feliz	8.652	11.293	4.437	7.669	5.781
Queluz	-	-	2.749	8.857	6.455
Redenção da Serra	-	-	-	-	7.445
Ribeirão Preto	-	-	-	5.552	10.420
Rio Claro	-	-	10.848	15.552	20.133
Salesópolis	-	-	-	4.103	6.195
Santa Bárbara D'Oeste	-	-	-	2.589	5.110
Santa Branca	-	-	-	5.515	6.020
Santa Cruz das Palmeiras	-	-	-	-	5.650
Santa Cruz do Rio Pardo	-	-	-	-	9.655
Santa Isabel	-	2.860	7.808	10.389	6.441
Santa Rita do Passa Quatro	-	-	-	-	6.459

Santana do Parnaíba (Paranaíba)	6.983	4.196	2.603	3.338	4.931
Santo Amaro	-	5.431	7.334	10.366	6.259
Santos	5.102	5.863	7.033	9.191	15.605
São Bento do Sapucaí	-	-	-	6.060	17.273
São Carlos	8.595	6.689	-	6.897	16.104
São João da Boa Vista	-	-	-	7.575	9.555
São José do Barreiro	-	-	-	5.669	7.070
São José do Rio Pardo	-	-	-	-	4.255
São José dos Campos	5.256	3.909	6.935	15.154	17.906
São Luís do Piratininga	4.050	6.296	8.161	13.894	12.348
São Manuel	-	-	-	-	5.328
São Paulo (capital)	25\$321*	21.933	25.253	31.385	47.697
São Pedro	-	-	-	-	5.795
São Roque	-	5.417	9.964	6.396	5.448
São Sebastião	4.155	4.230	5.717	4.712	5.132
São Simão	-	-	-	3.507	6.367
São Vicente	735	745	699	1.593	1.095
Sarapuí	-	-	-	4.371	5.500
Serra Negra	-	-	-	4.756	9.148
Silveiras (*)	-	-	-	11.973	12.621
Socorro	-	-	-	-	8.695
Sorocaba	10.441	11.133	19.127	13.999	20.166

Tatuí	-	-	8.016	15.039	24.936
Taubaté	9.782	11.833	4.607	18.933	19.501
Tietê	-	-	4.876	10.007	12.972
Ubatuba	4.106	6.032	-	7.565	7.803
Total original da Província de São Paulo	258\$901* [ou 235.780, conforme o novo cálculo elaborado por Mello (2023)]	326.902 (ou 327.202, conforme o novo cálculo elaborado por Mello (2023)]	419.009	837.354 [ou 835.457, conforme o novo cálculo elaborado por Mello (2023)]	1.221.394 [ou 1.102.883, conforme o novo cálculo elaborado por Mello (2023)]

Fonte: Quadro elaborado pelos autores a partir de Cabral (2009), Müller (1978) e Bassanezi (1998). *(sic).

Os dados do Quadro 6 são importantes para o entendimento dos diferentes fluxos de avanço da interiorização paulista entre 1827, 1838, 1854, 1872 e 1886. De um período a outro durante todo o século XIX, considerando o primeiro esforço de apuração de dados da província, a população passou de 258.901 para 326.902, 419.009, 837.354 e, por fim, 1.221.394 habitantes. Entre 1827 e 1886, percebemos velocidades de crescimento populacional distintas, tendo em vista que, nos 11 anos que separam os dois primeiros censos (1827 e 1838), a província de São Paulo contou com um incremento de 68.001 habitantes; já entre 1838 e 1854 (16 anos), o crescimento foi de 92.107 habitantes; de 1854 a 1876 (22 anos), nota-se o aumento de 418.345 habitantes; de 1877 a 1886 (9 anos), de 384.040 habitantes.

A relação capital-interior também deve ser avaliada. Conforme Cabral, em 1827, a cidade de São Paulo possuía 25.321 habitantes. Em 1838, Müller sinaliza uma diminuição da população para 21.933, ao passo que Bassanezi indica que este número cresceu apenas para 25.253 em 1854, saltando para 31.385 em 1872 e para 47.697 em 1886. Dois processos podem ser destacados: (1) entre 1827 e 1838, expressa-se a diminuição de pessoas na capital, retomando o crescimento em momento posterior, e (2) o crescimento populacional dos paulistas se deu notoriamente no interior, ambiente ainda determinado pela ruralidade e de povoamento esparso. No caso das cidades do interior, este crescimento é bem maior. Observando os não-residentes da capital, os paulistas do interior tiveram um ritmo de crescimento bem diferente, de modo que chegaram a 233.580 em 1827, a 304.969 em 1838, a 393.756 em 1854, a 805.969 em 1872 e a 1.173.697 em 1886. Os dados reforçam que, na conjuntura em tela, a população paulista era majoritariamente interiorana.

Quanto ao primeiro ponto, os números corroboram este delineamento de um lento processo de crescimento populacional da província de São Paulo, com arquipélagos de população até os idos dos anos 1850. Além da presença da feira de muares de Sorocaba e suas cifras consideráveis para os cofres da província, a exportação de

açúcar (e depois, o café) pelo porto de Santos articulava núcleos importantes (Curitiba, São Paulo, Santos, Taubaté e Itu) (Gregório, 2012; Barbi, 2016). Alimentada pelo circuito de mercadorias - que contribuiu decisivamente para a ocupação do interior - a província também era revestida por marcadores civilizatórios, construindo a contraposição cultural entre espaços ocupados, os “terrenos despovoados”, os sertões e os vazios sujeitos aos “índios ferozes” (Beier, 2018), conforme a referência da documentação oficial aos grupos populacionais não integrados às malhas do Estado nacional em formação (Azevedo, 2015).

Quanto ao peso da capital, a cidade computava menos de 25 mil habitantes, sendo, aliás, menos populosa em relação a diversas capitais costeiras, como Rio de Janeiro (166 mil habitantes), Recife (70 mil habitantes) e Salvador (beirando os 60 mil habitantes) (Luna; Klein, 2019, p. 23-24). Apenas em 1844, a cidade de São Paulo recebeu seu primeiro esboço de planejamento urbano, sendo que, no princípio da década de 1850, a urbe contava com duas fábricas - a mesma quantidade de Sorocaba e uma a mais do que Bananal, Ubatuba e Campinas. Os conhecidos relatos do francês Auguste de Saint-Hilaire, elaborados entre 1816 e 1822, corroboram nossa perspectiva. Em sua passagem pelo território paulista, o viajante observa, em relação à capital, que

A cidade não passa de um grande depósito das mercadorias que vem da Europa e de um local de trânsito dos produtos da região. O porto de Santos lhe é absolutamente indispensável, ao passo que este poderia passar sem ela. São Paulo jamais se teria tornado mais florescente do que Santos se não tivesse transformado em sede da província e não se localizasse nela a residência de todas as autoridades civis e eclesiásticas (Saint-Hilaire, 1976, p. 132).

O número de cidades registradas nos censos também é revelador. Segundo os dados coligidos na *Estatística da Imperial Província de São Paulo* de 1827, percebemos 39 cidades e vilas e mais 41 “freguezias” (números que levam em conta a capital e

consideram os núcleos urbanos registrados). A partir do trabalho de Daniel Pedro Müller, de 1837, 46 municípios e 42 “freguesias”; e, em 1872, por meio da pesquisa de Bassanezi, é possível notar 89 municípios e 142 “paróquias”. Quanto ao termo paróquias (que designa um tipo de circunscrição administrativo-eclesiástica), vale ressaltar que elas deram origem a municípios ou distritos, cujos territórios foram desmembrados de outros municípios diferentes dos que foram alocadas no censo de 1872 (Bassanezi, 1998).

Assim, registrados alguns vetores da interiorização em São Paulo, como os contornos da população paulista e o número de cidades, importa destacar que o contexto socioeconômico da segunda metade do século XIX ofereceu condições adicionais para esse movimento: as leis de controle e de proibição do tráfico negreiro, efetivadas em 1850, e a conseqüente rearticulação do tráfico e aplicação da mão-de-obra escravizada; a lei de terras de 1850; o movimento da franja pioneira ao antigo Oeste e as fazendas de café pululando no interior; a revolução industrial na Europa Ocidental e nos Estados Unidos e a vinda de imigrantes. O desenvolvimento paulista foi acelerado justamente na conjuntura em que a monocultura cafeeira parecia assumir o protagonismo econômico no país. Podemos reafirmar esta relação em porcentagem. A população interiorana de 1838 correspondia a 93,29% de toda a população da província de São Paulo e apenas 6,71% residiam na capital. Já em 1872, a relação fica mais evidente, posto que o número de habitantes no interior corresponde a 96,25%, enquanto 3,74% residem na capital. Estes dados são ainda otimistas em relação ao número de paulistanos, se pensarmos a observação do geógrafo Juergen Langenbuch (1968, p. 4) ao citar a cidade de São Paulo, em 1875, como um “modesto burgo com menos de vinte mil habitantes”.

O desenvolvimento do interior paulista no século XIX, conforme Monbeig (1984), está articulado com a própria história do ciclo cafeeiro. Para o autor, exemplos desta mudança podem ser percebidos por comparações entre o princípio do século XIX e o avançar de poucas décadas. Em 1811, a população paulista contava

com mais de 165 mil habitantes e, em 1852, o número ultrapassava 468 mil. Para o fim do século, Monbeig (1984, p. 24) contabilizou 2.282.279 habitantes a partir dos censos federais. O número de povoadamentos também chama a atenção, contando com 15 municípios em 1832 e 40 municípios em 1872 (Monbeig, 1984, p.25). Tais transformações, motivadas pela estruturação do complexo cafeeiro, não desaceleraram com o fim do século XIX: esse aumento significativo de pessoas, mercadorias e vilas sofreu mais mudanças diante da crescente produção de café, se em 1836 a província produzia mais de 147 mil sacas de café, Monbeig (1984) informa que, em 1870, o crescimento da produção alcançou 1.043.112 em 1870. Para Monbeig, esses novos territórios foram incorporados a uma nova temporalidade e cultura, marcada notadamente pelas negociações efetuadas pelos agentes do capital – os fazendeiros, uma vez que a “riqueza, os laços com a corte, a política, impeliram os grandes fazendeiros a relação de negócios e uma vida mundana que os punham em contato com os europeus: com os representantes diplomáticos, os financistas e os pequenos comerciantes do Rio de Janeiro, primeiramente; com a própria Europa em seguida” (Monbeig, 1984, p. 96-97).

As regiões delimitadas por Monbeig revelam temporalidades distintas da interiorização: em 1860, houve o significativo crescimento de cidades como Campinas, Sorocaba e Jundiaí; em 1870, municípios como Botucatu; em 1890, Rio Claro, Araraquara e Ribeirão Preto; enfim, a partir de 1900, a franja completou o avanço para Oeste, atingindo São José do Rio Preto e Araçatuba, descendo também até Presidente Prudente e Marília. Os dados citados confirmam a pesquisa de Thaís Schiavon (2012), que indicou como o crescimento populacional paulista cresceu exponencialmente no censo de 1886, paralelamente à formação de novos municípios. Em termos numéricos, o crescimento em relação ao censo de 1872 é significativo, posto que, em um intervalo de 14 anos, a população cresceu de 837.354 para 1.221.394 habitantes.

Quanto aos vetores do crescimento e à forma da interiorização, os anos finais da escravidão e da monarquia brasileiras são marcos

significativos para avolumar esse processo. Segundo Pierre Monbeig, um debate importante para pensarmos a relação de interiorização da população e dos capitais é a escravidão. Desde 1845 (Bill Aberdeen) e 1850 (Eusébio de Queirós), as leis que impediam o tráfico de negros escravizados no Atlântico dificultavam o acesso de mão-de-obra escrava na província. Para Monbeig (1984, p. 101), a cultura da cana-de-açúcar em São Paulo “jamais tinha comparado à de Pernambuco ou da Bahia” e, por isso, “possuía estoque servil muito limitado”.

O avanço da interiorização pós-1860 acompanhou, sobretudo, os fluxos da mão-de-obra livre, muitas vezes imigrante e articulada ao complexo cafeeiro (Bassanezi; Scott; Bacellar; Truzzi, 2008). O substrato produtivo, aliás, estava diretamente relacionado à transformação na infraestrutura do interior à luz da incorporação da malha ferroviária e do desenvolvimento urbano que margeava os entroncamentos ferroviários (Ghirardello, 2001; Tosi, 2003). O zoneamento das franjas pioneiras, além da discreta presença de linhas fluviais a vapor pelos rios Rio Mogi-Guaçu, Ribeira, Tietê, Paraíba, Piracicaba, Grande e Paranapanema, era urdido pelas fibras da ferrovia. Intensificando os fenômenos circulatórios de trabalho, ideias e mercadorias entre os polos urbanos, a infraestrutura ferroviária foi um dos vetores de interiorização na medida em que estruturou o complexo socioeconômico (pós-1865) e alavancou o crescimento demográfico paulista, a partir dos anos 1880 em eixos de ocupação cortados pela Santos-Jundiaí (139 km), Paulista (243 km), Sorocabana (200 km), Mogiana (638 km), Rio Claro-Araraquara (266 km), Ituana (162 km), Bragantina (52 km), Taubaté-Tremembé (9 km) e São José do Rio Pardo (12 km) (São Paulo, 1886).

Quanto à relação capital-interior, no censo de 1886 podemos verificar que dos 1.221.394 habitantes paulistas apenas 47.697 foram indicados como moradores da capital, ou seja, apenas 3,9% da população da província. Por extensão, os outros 96,1% da população continuavam distribuídos pelas áreas de ocupação tanto antigas quanto nas novas e até mesmo naquelas reanimadas pelos novos

fluxos populacionais. Portanto, o censo de 1886 demonstra a diminuição do percentual de habitantes na capital em relação às novas cidades do interior, confirmando a interiorização explicada por Pierre Monbeig impulsionada pelo ciclo cafeeiro baseado na formação de extensas áreas de cultivo estruturadas nas fazendas, com o conseqüente acúmulo de rendas pelos capitalistas-fazendeiros, sendo parte dos ganhos acumulados convertida em melhoramentos da infraestrutura aglomerados urbanos das zonas mais prósperas, ou em investimentos imobiliários, em ferrovias e na diversificação da aplicação de capitais excedentes em negócios do mercado de abastecimento alimentício das cidades (Beiguelman, 2005). À luz dos dados sobre população ora apresentados e das interpretações sobre o avanço da cafeicultura e da interiorização na província, entendemos que o desenvolvimento ferroviário, a chegada de imigrantes, a proclamação da república, a introdução de valores republicanos e as marcas da modernidade (luz elétrica, bondes, cinema, bulevares, moda, clubes, cafés etc.) são vetores de transformação que sublinham uma transformação estrutural na antiga ruralidade para um modo de organização da vida no espaço urbano, racionalizando as condutas individuais e redefinindo os laços sociais em novas redes de socialização nas cidades.

Nesse contexto, a difusão de instituições escolares corrobora a interiorização de movimentações político-administrativas que conectavam a capital São Paulo às vilas e cidades da região. Desde a fundação da escola pública de estado no Brasil em termos formais, a partir da Constituição de 1824 e, sobretudo, em razão da previsão de criação de escolas de primeiras letras pelas vilas e cidades brasileiras pela lei de instrução pública de 1827, somado ao espírito de “descentramento” do Ato Adicional de 1834, que atribuiu às assembleias provinciais a capacidade de legislar sobre ensino (e, conseqüentemente, a responsabilidade pela primeira instrução escolar de seus habitantes), a interiorização da malha escolar - expressão definida por Gondra e Schueler (2008) - é perceptível em São Paulo durante o século XIX. Em relação à escola pública, se considerarmos as notícias reportadas nos relatórios da

administração da província, e depois estado, sobre a criação de escolas de primeiras letras em cidades do interior, a frequente demanda por nomeação de docentes para as cadeiras de primeiras letras, a necessidade de inspeção de aulas e escolas espalhadas pelas diferentes regiões ocupadas do interior e a reunião dessas informações em documentos que reportam tais processos temos, então, evidências de que conforme a sucessão de atos que pontuam essa dinâmica a escolarização seguia movimentos ora expansivos e ora quase estacionários, porém apresentando uma linha intermitente de difusão pelo território de São Paulo.

A esse respeito, Mello (2023) explica que a criação da Inspetoria de Instrução Pública, em 1851, fez aumentar a demanda por produção e organização de informações, como medida permanente a fim de apresentar o andamento dos trabalhos da instrução em todas as localidades alcançadas pelas escolas, além, é claro, de estabelecer uma precária burocracia incumbida de administrar uma primitiva estrutura que reunia as escolas espalhadas pelo interior (Mello, 2023). Como marca permanente dos trabalhos dessa repartição, desde a sua fundação foram produzidos relatórios assinados pelo Inspetor Geral de Instrução Pública, Diogo de Mendonça Pinto, entre 1851 e 1866, e por seu substituto, Francisco Aurélio de Souza Carvalho, entre 1873 e 1880 (Mello, 2023, p. 338). Quanto aos quadros numéricos e a situação geral das escolas formulados nesses relatórios, um ponto a ser destacado a partir dos números anuais entre os dados reportados são as flutuações dos totais de alunos presentes nas escolas das cidades da província, pois, segundo Mello (2023, p. 341):

Apesar de algumas lacunas, os relatórios oportunizam a percepção de um paulatino, inconstante e crescente número de alunos na Província de São Paulo a partir de sua organização em 1851 [da Inspetoria de Instrução Pública - grifo nosso]. Se em 1851 existiam 4.698 alunos no território, o número cresceu para 13.210 em 1880. Em alguns contextos, por exemplo, nas transições dos anos de 1852-1853, 1855-1856, 1861-1862, 1865-1866 e 1878-1879 os dados indicam leves

retraimentos – o que implica em reconhecer a instabilidade da presença e frequências dos alunos nas instituições de ensino.

A partir do movimento de altas e baixas nos números de alunos vinculados às escolas na província é possível deduzir, pelos menos, dois fatos: 1) por menos planejada que fosse, a distribuição de escolas pela província produzia demandas por suprir um instável aparato escolar e requeria, conseqüentemente, providências políticas e administrativas para manter ativo um corpo escolar constituído por unidades esparsas; 2) no que tange a essa segunda ordem de necessidades, a criação de cadeiras de primeiras letras (base para nomear professores para as aulas, o que era fundamental para estabelecer uma escola em qualquer localidade), os concursos de admissão, a elaboração e supervisão do currículo e dos estudos e estudantes da escola normal, a nomeação de professores, seus afastamentos, licenças, remoções, a extinção de escolas por baixa frequência de alunos ou por supressão de demanda entre a população escolarizável das localidades, o atendimento dos reclamos das comunidades por aulas em suas regiões de habitação, o pagamento dos salários, a contabilidade de recursos para custear as remunerações e prover de recursos cada escola e a aferição da frequência às aulas em todas as áreas providas por cadeiras de primeiras letras (o que era fundamental para atestar quais cadeiras seriam mantidas e quais seriam extintas), entre outras ocupações, compunham a rotina de trabalhos da circunscrita burocracia da Inspeção de Instrução Pública da província. Por extensão, todas essas demandas eram parte das rotinas político-administrativas de uma repartição pública cuja natureza era a de conduzir uma malha escolar sendo conformada de modo a abranger as áreas habitadas e mais populosas da província em meio à exiguidade de recursos e à fragilidade de condições institucionais e políticas que pudessem dar suporte a um sustentando esforço de difusão da escola. Para fazer frente à tarefa de escolarizar uma população dispersa pela província, o custeio da operação das escolas era sempre insuficiente, uma vez que o subfinanciamento da educação pública durante o século XIX

imperial foi um problema constante. Como expressão-síntese do impacto dessa evasão política do problema do custo econômico da instrução pública, Mello (2023) retoma uma fala certa do Inspetor da Instrução Pública de São Paulo, Francisco Aurelio de Souza Carvalho, em relatório publicado em 1878:

A instrução pede dinheiro, sim, muito dinheiro é verdade.
Mas o que é que não pede dinheiro n'este mundo?
A guerra é por acaso cousa barata? faz-se guerra de graça? não trazem despesas enormes essas peças monstruosas, esses formidaveis vasos marítimos?
A guerra, porém, consome, e não restitue; a instrução é como toda a semente – paga muito liberalmente que recebe..
Em instrução publica a maxima deve ser esta: E' preciso, faça-se.
Mas d'onde sahirá o dinheiro? Inquirem. Saia d'onde sair.
N'este ramo do serviço, em vez de se ter primeiro o dinheiro para decretar depois a despesa, deve-se ter a despesa como decretada para depois ver por que meios ella hade ser satisfeita:
A instrução publica aproveita ao individuo, ao município, á provincia, ao Estado: concorram todos (São Paulo, 1879, p. 9).

Ademais, se as oscilações no número geral de alunos indicam possíveis resistências à adesão à permanência na escola e à incerta utilidade da instrução formal para a vida produtiva e prática de uma sociedade ruralizada (como preferiam protestar os Inspetores da instrução em seus relatórios contra o suposto desinteresse da população) e afeita a ofícios aprendidos pela socialização direta (realizada na vida cotidiana, sem a mediação de instituições e processos formas de ensino), não é menos importante reconhecer que a inconstância das medidas para prover as escolas de professores, de recursos materiais (problemas provocados pela limitada capacidade provincial de financiar a educação pública) e de alcançar uma situação de estabilidade no oferecimento constante de educação formal nas vilas e cidades mais povoadas (conforme o vago critério demográfico de distribuição escolar da Lei de instrução de 1827) pesava muito mais como fator de

inconstância na difusão da escolarização pela população e pelo território do que um possível espírito refratário à educação formal manifestado pelas famílias das classes populares.

A partir da instauração do regime republicano, o problema da difusão da escola foi atualizado em razão da elaboração de um consenso político que contribuiu para dar forma à criação de um sistema escolar público no estado. A esse respeito, há considerável consenso na literatura dedicada à história da educação escolar em São Paulo quanto à notável mudança no compasso da expansão escolar pública em São Paulo a partir da República. Desde os títulos mais antigos, como Primitivo Moacyr (*A instrução pública em São Paulo*, 1942), incluindo o trabalho basilar de Casemiro dos Reis Filho (*A educação e a ilusão liberal*, 1981) e até as pesquisas referenciais de Rosa Fátima de Souza (*Templos de civilização*, 1998) e de Esther Buffa e Gerson Almeida Pinto (*Arquitetura e educação*, 2002), existe o reconhecimento de que a Reforma da Instrução Pública de 1892, em São Paulo, estabeleceu as bases institucionais, econômicas, políticas e pedagógicas para impulsionar um ciclo consideravelmente sustentado de expansão da escola pública, por sua vez, baseado num conjunto de protótipos escolares definidos (grupos escolares, escolas complementares, escolas normais e ginásios secundários) e planejados para serem estabelecidos em diferentes regiões do território paulista. Cada uma dessas unidades escolares estava estruturada conforme currículos enciclopédicos, organizados na forma de anos escolares específicos (a base da escola seriada), abrigados em construções concebidas e concretizadas precipuamente para fins escolares tendo ingressado em cidades e regiões em diferentes marchas de desenvolvimento, como as áreas de urbanização mais antiga, e em outras zonas revolvidas pelo avanço das frentes de ocupação agrícola (cafeicultura), pela expansão das ferrovias, pela injeção de população imigrante, entre outros vetores associados ao avanço das frentes de ocupação do interior.

Algumas amostras da assistência à infância pelas cidades paulistas

Os paralelos entre a (re)ocupação do interior e a fundação de organizações e estabelecimentos assistenciais nas cidades são perceptíveis, por exemplo, por meio das indicações encontradas em documentos oficiais, que apresentam nomes, listagens de instituições, tipos e localizações que tornam possível reconstituir parte da malha institucional que estava em produção de forma simultânea ao franco processo de interiorização da atividade econômica em São Paulo. Como fonte bastante informativa a esse respeito, os relatórios dos presidentes de província produzidos durante o século XIX contêm algumas amostras das organizações que prestavam assistência aos pobres, enfermos e crianças em São Paulo. Apesar de a cautela mandar desconsiderá-los como suficientes para dar a palavra final nesse assunto, capaz, por exemplo, de oferecer suporte a um necessário recenseamento das instituições filantrópicas e caritativas espalhadas pelo território provincial, não custa apurar deles menções que assegurem a localidade, a possível longevidade, os serviços prestados, se recebedores de subvenções do erário público, qual público atendiam e os tipos institucionais existentes. Se determinados estabelecimentos e organizações caritativas e filantrópicas podem ter passado sem qualquer referência, nem por um ano que seja, nos relatórios das administrações provinciais, aqueles que lograram um lugar no balanço periódico dos feitos dos sucessivos governos da província levam a observar que seminários, liceus, colégios, hospitais de caridade e uma companhia de aprendizes estavam presentes em cidades como Guaratinguetá, Taubaté, Itu, Sorocaba, Bananal e Santos.

Entre as mais antigas formas de assistir os desvalidos que se concretizaram em casas para dar abrigo aos doentes e outras para os abandonados ao nascer, temos os hospitais de misericórdia e as casas de expostos. Vários hospitais de caridade são registrados no relatório da administração provincial para o ano de 1858 em São

Paulo, Bananal, Ubatuba, Santos, Jacareí, Itu, Sorocaba e Constituição (renomeada em 1877 como Piracicaba).

Assim como na capital da província, as casas de educação e criação de crianças aparecem nas cidades paulistas durante o século XIX. Não muito distante da cronologia de fundação de estabelecimentos em São Paulo, outros surgem com esse mesmo nome em Itu, ainda nos anos 1830, além de congêneres em Taubaté e Guaratinguetá, além de uma companhia de aprendizes marinheiros em Santos, todos fundados entre 1868 e 1888. A situação manteve-se estável durante o século XIX se observados somente os relatórios provinciais: as mesmas cidades e os mesmos estabelecimentos para meninos e meninas são citados intermitentemente anos a fio num período que se estende de 1838 a 1888.

Em contraste com a escola, a instituição por excelência para crianças, as casas de recolhimento e educação inequivocamente perdem em número quanto à sua presença nas cidades. Com a reorganização da instrução na província em 1851 – cuja primeira providência foi criar a Repartição de Instrução Pública – a estatística e o trabalho de mapeamento da distribuição das escolas, da população atendida e dos professores e professoras empenhados em cada cadeira e localidade tornaram-se mais acurados (Giglio, 2017). Ao longo dos relatórios anuais apresentados pelo Inspetor da Instrução Pública (posição ocupada longamente por Diogo de Mendonça Pinto até 1873), os números concernentes à quantidade de escolas pelo território da província não chegam a dar saltos vultosos em termos de crescimento, embora indiquem que a escola alcance as povoações do interior num paulatino movimento de interiorização. No relatório de 1861, uma das razões aludidas para explicar por que a instrução não prosperava conforme o desejado era o fato de a população da província estar dispersa pelo território, ressaltando a dificuldade de levar e de manter escolas em tantas vilas:

Visto ser sua população tão esparsa, residem fora do alcance das escolas muitas famílias destituídas dos recursos para estabelecer em

seo seio Mestres particulares lhes ensinarem os filhos, e nas próprias povoações onde existem cadeiras públicas não recurtão ellas todos os meninos em idade de aprender as primeiras letras, e os que as frequentão se despedem embora muito se lhes reste ainda aprender (São Paulo, 1861, p. 4)

As freguesias da capital e as cidades mais povoadas da província foram vinculadas a inspetorias que alimentavam a Repartição de Instrução Pública com dados sobre a interiorização da instrução escolar. Considerando o encaminhamento da escolarização em direção ao interior e sua conseqüente territorialização pelas urbes interioranas, certamente a delimitação de parâmetros mínimos para o currículo, a idade do alunado e os tempos de duração dos estudos são vetores para um núcleo comum de referência para as escolas. Mesmo que as escolas vivessem penúrias, em muitas as cadeiras não eram ocupadas e em outras mal havia aulas oferecidas, ainda assim, as autoridades públicas brasileiras e provinciais se moveram durante o século XIX a fim de organizar estruturalmente o corpo escolar a partir da determinação de elementos curriculares, de níveis de ensino e da fixação da duração dos estudos. É bem verdade que os esforços nessa direção muitas vezes ficaram concentrados na produção de legislação, especialmente na primeira metade do século XIX, quando o legado das aulas régias não havia desaparecido das práticas escolares. Na província de São Paulo as providências de maior influência no corpo escolar datam da década de 1850 por ocasião da criação da Repartição de Instrução Pública.

À diferença da escola de primeiras letras, aonde as crianças iam e voltavam no mesmo dia, para as casas de recolhimento e criação o claustro religioso era uma referência significativa, além de presente no acervo de experiências das sociedades urbanas paulistas e do Brasil entrante no século XIX, pois largamente conhecido em algumas cidades, entre as quais se destaca Itu – verdadeiro centro religioso na província (Barbi, 2016). A prática de isolamento e a vida regrada e dedicada às ocupações, estruturante

aos seminários para meninos e meninas, encontravam similaridade com a vida monástica. Não por acaso, um dos seminários de Itu foi fundado por um religioso.

Quadro 7: Estabelecimentos de instrução e assistência à infância na Província de São Paulo mencionados nos Relatórios dos Presidentes de Província (RPP) entre 1838 e 1884

Cidade	Estabelecimento	Ano da primeira citação nos RPP	Fundação	Mantenedor
Itu	Seminário de Meninos de Itu	1838	-	Governo da Província
	Colégio Ytuano (o anterior seminário foi refundado com este nome)	1842	-	Governo da Província
	Seminário de Educandas	1848	-	
Taubaté	Liceu de Taubaté	1848	-	
	Instituto Taubateano de Agricultura, Artes e Ofícios	1888	1888	
Guaratinguetá	Liceu Guaratinguetaense	1880	1876	
Santos	Companhia de Aprendizes Marinheiros da Província	1884	1868	Governo da Província

Fonte: Quadro elaborado pelos autores a partir dos relatórios dos Presidentes de Província produzidos entre 1838 e 1884.

Por um lado, o claustro e os conventos que o praticavam eram conhecidos na província; por outro lado, as regras emanavam do Estado, a exemplo do Seminário da Glória e o seu regulamento de 1845, dotado de prescrições que irradiaram referências para o arranjo normativo e o desenho institucional para o gênero de estabelecimento que ele representava. Mesmo nos estabelecimentos não completamente religiosos havia forte cultura cristã, o que se explica mais pelo fato de o sistema moral cristão ser apropriado, no século XIX e início do XX, como uma plataforma transversal (cortando diversas disciplinas do currículo escolar) para a produção de uma gramática moral aplicada à coesão social (Narita, 2017).

O liceu, tal como foi estabelecido em São Paulo, é uma forma representativa da escola de ofícios, nem totalmente internato, porquanto reunia alunos tanto externos quanto órfãos pensionistas em alguns casos e que apresentava um programa instrutivo geral baseado na iniciação à trabalhos equivalentes a profissões semelhantes àquelas exercidas por trabalhadores autônomos ou remunerados por contratos e jornadas, como por exemplo artesãos, escultores, sapateiros, alfaiates, ourives, jardineiros, tanoeiros, impressores tipógrafos, entre outros e que compunham o núcleo do currículo dos liceus paulistas desse do século XIX. A assistência a crianças pobres era praticada incidentalmente também em colégios que, a considerar a nomenclatura e suas feições escolares, ofereciam adicionalmente o auxílio a crianças pobres, franqueando a elas a frequência às aulas, a exemplo de apelos de colégios de Itu, Taubaté e Guaratinguetá.

Do lado da assistência à infância, em comparação com o avanço da escolarização rumo ao interior, a disseminação de estabelecimentos pela província é muito mais lenta, para não dizer quase estacionária até fins do século XIX. Quando considerados os registros e referências a estabelecimentos assistenciais para a infância nos relatórios dos presidentes de província as menções a outras cidades e às instituições desse gênero sediadas nelas alude a poucas em termos numéricos. À medida que os registros

pertencem à administração pública do regime republicano em São Paulo – precisamente na entrada do século XX – o rol de instituições com as quais o governo se relacionava é mais abrangente.

De acordo com as listas de estabelecimentos citados nos relatórios de presidentes de estado e nos anuários estatísticos e do ensino, a totalidade deles (liceus, escolas de ofícios, creches, asilos, orfanatos e institutos de puericultura) é particular. Os estabelecimentos não eram apenas particulares em sua totalidade como também produzidos em sua grande maioria a partir de atores e iniciativas locais e, por isso, concebidos para responder a problemas locais do governo da infância desvalida. À semelhança da distribuição do povoamento da província, os estabelecimentos citados entre 1838 e 1884 nos relatórios dos presidentes de província estão em zonas mais antigas quanto à ocupação e à atividade econômica em São Paulo.

A diferença fica por conta da influência da Associação Feminina Beneficente e Instrutiva que foi capaz de firmar redes de colaboração capazes de combinar tanto o aspecto localista das instituições quanto a sua participação em uma cadeia de escolas maternas e creches articulada com um núcleo de influência baseado na capital paulista e liderado por Anália Franco.

A territorialização é uma característica forte da interiorização porque as instituições têm sua vitalidade a partir das localidades onde realizam seu trabalho. Nas cidades está o público atendido e a sociedade para quem se apela por contribuições e formas variadas e de apoio, além dos poderes públicos locais, destinatários de pedidos de subvenção e favorecimento. Os estabelecimentos são locais, o que significa que a interiorização da assistência também é sinônimo de localização, ou mais tarde, de circunscrição municipal das formas de assistir a infância das classes populares articuladas entre agentes da sociedade local e as representações do estado. Considerando a peculiaridade de Ribeirão Preto como caso de estudo da interiorização, as ações assistenciais costumaram ter articulação e abrangência localizadas a partir da apropriação pelos artífices locais de referências institucionais experimentadas e

vigentes em outras partes. Nesse movimento de apropriação e aplicação de soluções institucionais sobressai um conjunto de agentes da interiorização das formas assistenciais, que formam os nexos desse processo, entre os quais destacamos: (1) as obras de caridade católicas liderados por religiosos ou por leigos; (2) os filantropos e organizações civis locais que, devido aos esforços e capacidade de mobilização, fundam obras e estabelecimentos locais e, com isso, conferem certo caráter autóctone às iniciativas assistenciais; (3) a Associação Feminina Beneficente e Instrutiva (AFBI) liderada por Anália Franco; (4) os espíritas e suas obras de caridade; (5) os missionários e escolarizadores metodistas, presbiterianos e batistas; (6) os modelos institucionais médico-higienistas baseados no original do Instituto de Proteção e Assistência à Infância (IPAI), fundado em 1901 por Moncorvo Filho no Rio de Janeiro.

De modo geral, em que pesem as várias diferenças entre esses atores do campo assistencial e escolar, existe alguma simultaneidade entre os vários (e diferentes, em alguns casos) processos de interiorização, a considerar os tempos e os agentes, uns integralmente identificados com o campo assistencial e outros, religiosos ou próximos desta posição, tendo em comum o fato de que todos esses entes e atores citados são da sociedade e se relacionam com o Estado, mas não pertencem a ele, o que, por sua vez, confere uma característica extra-estatal à interiorização da assistência.

Quadro 8: Estabelecimentos assistenciais e de ensino de ofícios para crianças existentes no estado de São Paulo entre 1889 e 1930 segundo os Anuários Estatísticos, Anuários do Ensino e Relatórios dos Presidentes de Estado

Cidade	Estabelecimento	Anuário do Ensino	Anuário Estatístico	Congresso Legislativo	Relatórios dos Presidentes de Estado	Mantenedor
Amparo	Escola de Artes e Ofícios				1913, 1916, 1917, 1918, 1919	
	Asilo de Órfãos	1908	1902-1912	1892		
	Liceu de Artes e Ofícios			1896 1897		
Campinas	Liceu Salesiano Nossa Senhora Auxiliadora	1908		1917		
	Sociedade Feminina de Assistência à Infância			1919		Mantinha uma creche e pretendia fundar uma policlínica
Jacaréí	Liceu de Artes e Ofícios				1913	
Piracicaba	Asilo de Órfãos “Coração de Maria Nossa Mãe”	1908	1902-1912	1902		
Itu	Orfanato do Colégio São José			1902		
	Orfanato do Colégio São Luiz		1902-1912	1902		

Ribeirão Preto	Asilo Anália Franco			1920		Loja Maçônica “Estrela D’Oeste”
	Instituto de Proteção e Assistência à Infância (com dispensário e policlínica)			1923		Associação de Assistência e Proteção à Infância
	Associação Protetora da Infância Desvalida			1907		
	Liceu Feminino Santista			1906		Associação Feminina Santista
Santos	Escola Maternal “Anália Franco”			1906		Associação Feminina Santista
	Escola Maternal “Julio Conceição”			1906		Associação Feminina Santista
Descalvado	Asilo de Órfãos da Imaculada Conceição		1908			
Rio Claro	Liceu de Artes e Ofícios de São João do Rio Claro			1892		
São Manoel	Jardim da Infância			1919		Mantido pela Casa Pia São Vicente de Paulo
	Asilo de Órfãos			1917, 1919		Associação das Pias Damas de Caridade

Fonte: Quadro elaborado pelos autores.

Anália Franco e a Associação Feminina Beneficente e Instrutiva levam um modelo de assistência ao interior¹

Sérgio C. Fonseca
Carla Cristina Johansen

Anália Franco seguramente é uma referência na história da educação infantil em São Paulo e no Brasil. Nascida em 1856, em Resende-RJ, conheceu desde muito jovem o trabalho na sala de aula: nem era bem adolescente, em 1868, e auxiliava sua mãe, professora, na capital da província de São Paulo. Por anos, durante a segunda metade do século XIX, ela foi professora primária, bem como se aplicou, conforme sua opção de vida, ao amparo dos pobres, especialmente das crianças. Não bastasse colecionar os anos dedicados ao ensino, logo no início do século XX, sua participação foi decisiva para a fundação, em 1901, da Associação Feminina Beneficente e Instrutiva (AFBI), uma organização dedicada à educação de mulheres, preferencialmente das pobres, da qual foi presidente até seu falecimento, em 1919.²

Para criar a AFBI, Anália contou com o apoio de membros da comunidade espírita da capital e de sua ligação com a maçonaria, além de se somar à algumas figuras reconhecidas pela dedicação à filantropia, caso de Genebra de Aguiar Barros, cofundadora e vice-

¹ A presente seção foi composta a partir do artigo de Fonseca e Johansen (2019, p. 60-76).

² Muito do se que sabe da biografia de Anália Franco tem por fonte o livro de Eduardo Carvalho Monteiro (2004) que, a rigor, não se enquadra *stricto sensu* num trabalho acadêmico. Em termos complementares, as pesquisas de Eliane de Christo Oliveira (2007) e de Samantha Lodi-Corrêa (2009) tiveram por objeto aspectos da biografia de Anália Franco e, em razão da leitura da documentação produzida por ela e pela AFBI, iluminaram pontos importantes de sua obra enquanto escritora, elaboradora de ideias sobre educação e filantropia e sobre seu papel como mulher e liderança da AFBI.

presidente da AFBI desde a primeira diretoria, e Maria Renotte, médica, belga de origem, radicada no Brasil e militante das causas da saúde pública, da assistência às mulheres e crianças e fundadora da sucursal da Cruz Vermelha no país (Mott, 2005). Várias outras componentes da diretoria da AFBI, a exemplo de Emília Silva, Julia Andrade, além de formarem o corpo dirigente, atuavam também nas escolas e creches da associação, fazendo as vezes de professoras e diretoras, sendo que, pelo fato integrarem algumas delas o conselho fiscal, cuidavam ainda da gestão das finanças e bens da entidade³.

Desde o momento inaugural de seu engajamento na presidência da AFBI Anália Franco aplicou-se intensamente a um projeto de assistência que, logo nos primeiros anos da década de 1900, mostrava estar baseado: (1) *na publicidade*, vez que era fato comum para a presidente da AFBI (e à própria associação) a elaboração e a divulgação de ideias pedagógicas que, embora não fossem estritamente autorais, representavam escolhas nítidas quanto à preferência pela escolarização que tão somente pelo asilamento das crianças atendidas nas creches e asilos da AFBI; (2) *no hibridismo entre asilo, residência e escola*, pois essa combinação também compunha os propósitos desse projeto a fim de levar a escolarização aos pobres e às mulheres conforme uma imagem ideal de sujeito baseada no trabalho e em seus efeitos moralizantes; (3) *na oferta de educação escolar, instrução de ofícios e assistência asilar às classes populares*, na forma de creches, asilos, escolas maternais e oficinas de instrução de ofícios; (4), *na operação de uma rede*, afinal, as ações assistenciais lideradas por Anália Franco com o tempo passaram a explicitar o intento de expandir o modelo das obras da AFBI, o que indica que ela e a associação tratavam com variados apoiadores e, por isso, influenciavam diversas cidades e os seus benfeitores locais a ponto de, dado o número de asilos, creches e

³ Outra categoria de apoiadores eram os membros contribuintes, entre os quais figurava Washington Luiz, cuja carreira política galgou postos de mando em São Paulo, como a posição de Secretário das pastas do Interior e da Segurança Pública e também a presidência do estado, sendo mais tarde presidente da República, o último antes da derrocada da República Velha.

escolas fundados conforme essa tendência, ficar certo para as lideranças da associação que havia sim uma rede de estabelecimentos tocados direta ou parcialmente pela influência de seus princípios, escolhas institucionais e propósitos.

Faz sentido, nessa lógica, incluir Anália Franco como artífice (ladeada nesse intento por outras figuras também cardinais dentro da associação⁴) da produção de um projeto de assistência (que, até fins da década de 1910, formaria um legado), cujas bases seguiram mantidas pela AFBI na década de 1920 e até para além. Nos documentos produzidos depois do falecimento de Anália⁵, os princípios básicos que haviam sido afirmados como orientadores das ações e obras da AFBI seguiram cristalizados, porquanto os objetivos da assistência, em essência, pouco se alteraram nos quatro estatutos da AFBI, sucessivamente reeditados em 1901, 1909, 1919 e 1923. A versão de 1919 seguia afirmando os fins “essencialmente laicos”, bem como a expansividade enquanto características da AFBI no pós-Anália Franco. Criar e “manter, neste Estado e em outros da Federação” assinalavam os “fins imediatos” da AFBI e

⁴ Entre as apoiadoras e partícipes da direção da AFBI e/ou de suas variadas escolas havia muitas mulheres. Era fato comum que elas ocupassem mais de uma posição ou função na associação. Nomes listados nos relatórios de 1908 e 1912, a exemplo de Julia Andrade e Emília Silva (fiscais dos estabelecimentos da associação), ou Maria Ferraz, tanto auxiliar na escola noturna quanto instrutora na oficina de costuras, atuavam em mais de um mister na associação. Nos citados relatórios, Julia Andrade, Emília Silva e Maria Ferraz, vale destacar, alternavam-se em variadas atividades por serem também integradas organicamente aos trabalhos cotidianos e à direção da AFBI, ora lecionando, tocando escolas e oficinas, ora constando entre as posições formais assessoras ou dentro da diretoria. Merece ser citado o nome de Eunice Caldas que, em 1901, colaborou na fundação da AFBI e, pouco tempo depois, no ano de 1903, pelo fato de atuar e viver em Santos, ela fundou nessa cidade o Liceu Feminino Santista, filiado à associação presidida por Anália Franco. Ainda nesse ano o grupo que atuou com Eunice Caldas na fundação do liceu rompeu com a AFBI e fundou em Santos a Associação Feminina Santista, segundo Magda Fernandes Ventura (2016).

⁵ Após seu falecimento, em 1919, a Associação passou a contar com nova diretoria e teve o nome alterado para “Associação Feminina D. Anália Franco”. Em 1923 voltou a se chamar “Associação Feminina Beneficente e Instructiva”.

seriam realizados conforme ocorresse a criação de “crèches, escolas maternas, escolas profissionais, colônias regeneradoras, e assim que seja possível, Lyceos, Asyls e outras instituições que forem julgadas convenientes para o maior progresso desta Associação” (Associação, 1919, p. 1).

Da versão de 1919, do Estatuto da AFBI, pode-se apurar o caráter e o alcance pretendido pela associação em alguns pontos: (1) *laicismo e assistência extensiva a todos sem discriminação*: a despeito das idiosincrasias religiosas abrigadas no interior da associação e assumidas por várias de suas diretoras e professoras, a afirmação regimental dos fins laicos da AFBI segue mantida; (2) *uma organização expandida*: a AFBI se pensava para além da capital paulista, sua sede, afinal, tinha seguro como um de seus propósitos aquele de criar e manter no estado e pelo Brasil uma série de instituições, de creches, de asilos e escolas maternas a liceus e instituições que comportassem seções “regeneradoras para menores” de “ambos os sexos” como objetivos assumidos; (3) *posição de influência*: o corolário de se projetar como articuladora de uma rede institucional é que o estatuto deixa certo que a AFBI se colocava como influenciadora, ou até mais que essa posição, de vários estabelecimentos no interior, os quais, junto dos que viessem a ser criados, estariam sob a sua autoridade, quer na forma de “superintendência e fiscalização”, como também com o compromisso de prestação regular de contas.

O Estatuto, na versão de 1919, registra em seu conteúdo a posição da AFBI – progressivamente consolidada desde a fundação – de irradiadora de influências no campo assistencial paulista. Além das obras próprias na capital havia inúmeras instituições no interior modeladas pelos princípios institucionais e pedagógicos normatizados pela associação. Uma das regras estatutárias, por exemplo, mantida no documento de 1919, determinava que os estabelecimentos tivessem o nome de Anália Franco, bem como estariam sujeitos à fiscalização e prestação de contas mensais à diretoria da associação.

A opção pelo laicismo, ao menos em termos formais, no citado estatuto, lembra que a obra da AFBI, criada com sua participação, gerida conjuntamente com as demais partícipes da diretoria e liderada por Anália, não reverenciava uma confissão religiosa exclusiva: aqueles e aquelas a serem atendidos podiam pertencer a qualquer segmento religioso ou expressar qualquer fé, algo que, certamente, resultou da influência do cariz ecumenista originário da religião espírita à qual Anália Franco era fortemente vinculada (Oliveira, 2007; Lodi-Corrêa, 2009).

Quadro 9: Estabelecimentos ligados à AFBI na capital e no interior de São Paulo

Cidades	Estabelecimentos
São Paulo	Escola maternal “D. Paulina” Liceu Feminino Escola noturna para analfabetos Asilo e creche Escola maternal para meninos Creche “Dr. Antonio Prado” Albergue diurno para filhos das mães empregadas
Bebedouro	Escola maternal
Dois Córregos	Escola maternal
Itapetininga	Escola maternal
Jaboticabal	Escola maternal
Jaú	Escolas maternais (Quatro escolas) Escola primária Creche
Limeira	Escola maternal
Ribeirão Preto	Asilo infantil
Rio Claro	Escola maternal
Santos	Liceu Feminino Santista (fundado em 1903 e ainda nesse mesmo ano assumido pela Associação Feminina Santista)
Sertãozinho	Escola maternal

Fonte: Quadro organizado pelos autores a partir dos relatórios da AFBI de 1908 e 1912, das edições d’a *Voz Maternal* e do jornal *O Estado de S. Paulo*.

Em parte, guiada pelos princípios cristãos que assumia publicamente, por isso, as alusões frequentes à caridade como

prática, como sentimento de compaixão para com o sofrimento do outro, a presidente da AFBI também teve de atender às exigências da obra que conduzia a partir de respostas ancoradas na extração de elementos provenientes das ideias pedagógicas inovadoras em matéria de Educação Infantil e circulantes no Brasil desde a década de 1870. Como resultado, o conteúdo substancial dessas respostas teve por via de expressão a produção de livros e manuais de orientação para as escolas, todos publicados pela AFBI, muitos dos quais com a assinatura de sua primeira presidente. Acrescente-se, ainda, que o recurso ao papel político de sua liderança (dotada de capacidade de mobilizar apoios na sociedade civil e no governo estadual) e a sua participação na administração de uma mantenedora que tinha responsabilidade direta sobre estabelecimentos próprios e influência sobre outros tantos com vínculos de compromisso pelo estado afora, preenchem o rol de demandas que impeliam Anália a enfrentar questões institucionais e políticas nem sempre previstas pelas ideias caritavo-cristãs que a inspiravam.

Se considerada sua trajetória no campo assistencial desde fins do século XIX, Anália Franco expressou a simbiose entre caridade e filantropia, com prevalência evidente da segunda, a observar, por exemplo, no intento assumido por ela e também pela AFBI de edificar e manter uma obra grande, distribuída pelo estado, que abrangia de creches a escolas de formação de professoras, orientada, por sua vez, por formatos institucionais adotados pela associação (com destaque para a creche e o asilo infantil) e pela formulação de um corpo de ideias pedagógicas elaboradas para influenciar as práticas e definir fins a alcançar. Nesses termos, logo nos primeiros anos de atuação da AFBI, estava claro que essa organização mantinha relação com uma rede de instituições, tanto próprias quanto associadas, para as quais devolvia, entre várias respostas, notícias do andamento das obras numa espécie de imprensa própria, cuja expressão era o jornal *Voz Maternal*. Publicado mensalmente e sempre com textos assinados por Anália Franco, o periódico a *Voz*

*Maternal*⁶ era entregue aos sócios como forma de divulgar as atividades e movimentações financeiras da AFBI e, bastante importante, para noticiar o trabalho realizado nas diferentes cidades nas quais havia creches, asilos e escolas maternais.

Devido à periodicidade do jornal, ao cotidiano dos trabalhos educativo-assistenciais e à extensão da associação às cidades do interior havia muito a noticiar. A influência de Anália e da AFBI, já nos anos 1900, ecoava para além da cidade de São Paulo. Embora a *Voz Maternal* tivesse por conteúdo majoritário de suas edições o cotidiano de uma obra assistencial irradiada a partir do assentamento na capital, não é menos importante o fato de que estava em processo de formação uma rede institucional em parte operada pela AFBI e de outra parte por agentes locais. Por isso, a agenda de visitas, de supervisão, de matrículas, de escolas existentes, recém-fundadas e com previsão de criação dê o tom das notícias da *Voz Maternal*, porquanto os indícios de que a AFBI influenciava e procurava se colocar como o ente que supervisionava uma rede não são pequenos se considerado o noticiário de seu periódico oficial. Na edição de dezembro de 1903 d'A *Voz Maternal*, por exemplo, há um balanço financeiro de viagens realizadas por "D. Emília Silva" – colaboradora próxima da diretoria da AFBI - que, na nota, recebeu a denominação de "Fiscal das Escolas Maternaes" (*Voz Maternal*, 1903, n° 1, p. 7). A citada fiscal visitou escolas localizadas nos municípios do interior do estado de São Paulo: Campinas, Jaguari, Dois Córregos, Jaú e Jaboticabal, fato indicativo da supervisão das instituições interioranas realizadas por pessoa com função delegada pela AFBI.

Na edição de janeiro do ano seguinte da *Voz Maternal*, aparece reproduzida uma notícia do Jornal *O Diário do Jahu*, com o título

⁶ As edições de 1903, 1905, 1907 e algumas de 1904 estão disponíveis para consulta no Arquivo Público do Estado de São Paulo (consulta física ou por meio de seu Repositório Digital, acessado pela Rede Mundial de Computadores) e os exemplares do ano de 1904 estão disponíveis no acervo digital da Fundação Carlos Chagas, no sítio relacionado à História da Educação e da Infância, também de possível acesso pela Rede Mundial de Computadores.

“Escolas Maternaes da Associação Feminina Beneficente e Instructiva de S. Paulo”, dando conta da realização do exame final da escola maternal de Jaú, com posterior festa oferecida às crianças (*Voz Maternal*, 1904, n. 1, p. 8). Em maio do mesmo ano, o periódico da AFBI informava sobre a instalação de uma escola maternal em Itapetininga, que já contava com a matrícula de 50 crianças, cuja turma seria assumida por uma professora que cursava o 3º ano do “Lyceu Feminino”, também dos quadros da associação (*Voz Maternal*, 1904, n. 2, p. 3). Nesse caso, a própria associação foi a responsável pela formação da professora que assumiria a turma. A notícia finaliza assim: “A aceitação que as escholae maternaes vão tendo em todo o Estado é uma prova assas (*sic*) convincente de sua palpitante necessidade” (*Voz Maternal*, 1904, n.2, p. 3).

Ainda no ano de 1904, em setembro, a *Voz Maternal* avisava sobre a instalação da primeira escola maternal da AFBI em Campinas, contando com a matrícula de 100 crianças, entre meninos e meninas. Para a organização da escola, foi enviada à cidade uma auxiliar da diretoria da Associação, “D. Julia de Andrade” (*Voz Maternal*, 1904, n. 4, p. 7). Quanto ao número e frequência das instituições, é possível obter ainda outros dados nas edições de 1904. No mês de junho constam 27 escolas vinculadas à AFBI na capital e no interior de São Paulo (não são especificadas as cidades), frequentadas por 1.014 crianças (*Voz Maternal*, 1904, n. 5, p. 2).

Já em agosto do mesmo ano, a descrição é mais precisa, contando o “Lyceu 80 alumnas, ao passo que as “Escholae Maternaes” somavam “tres isoladas no interior”, seguidas de “2 grupos de escholae reunidas na Capital e 14 isoladas, sendo o total de 28, com uma frequência superior a 1000 alumnos de ambos os sexos”; e os números e as demandas pressionavam a AFBI a atender aos reclamos, pois “cada eschola que se abre ocorre logo tao grande número de creanças, que é impossivel ensinar a todos”. Resultado do alcance obtido devido à se interiorizar precocemente, somado ao fato de crescer na capital, as matrículas subiam a “50 creanças” na escola maternal de São Paulo, tendência repetida em

Itapetininga onde a “matricula sóbe a 70 creanças” e com projeções ascendentes na “cidade de Campinas, onde encontramos muito boa vontade na parte mais distincta da sociedade campineira”, localidade na qual “já temos mais de 100 creanças matriculadas para tres escholâs que vão ser instaladas alli a pedido das classes desprotegidas” (*Voz Maternal*, 1904, n. 7, p. 4).

Na *Voz Maternal* dava-se a conhecer o número de escolas e matrículas e também a crescente entrada das escolas modeladas pela AFBI em cidades paulistas. Possivelmente, os atores locais que fundavam creches, asilos ou escolas inspiradas pela obra de Anália Franco e da AFBI, o faziam por vínculos com a comunidade espírita, a essa época bastante estabelecida em várias cidades paulistas; ou, caso também frequente, a representação local da maçonaria assumia o papel de mantenedora, como ocorreu com Ribeirão Preto em 1917, quando da fundação do Asilo de Órfãs “Anália Franco” (Fonseca, 2012). Tanto de modo cumulativo quanto conforme uma só das hipóteses ora aventadas, o fato é que o espiritismo enquanto religião, não custa repetir, por haver alcançado o interior do estado estava suficientemente territorializado a ponto de fornecer à presidente da AFBI e a essa associação a trilha necessária para a interiorização da obra assistencial que ambas representavam. Tal argumento, por extensão, é válido para incluir a maçonaria como coadjuvante especial da interiorização desse modelo assistencial, pois, parte de seu assentamento era local sendo que, ao mesmo tempo, as lojas maçônicas estavam organizacionalmente articuladas em circunscrições regionais e estaduais que se relacionavam hierarquicamente e mantinham frequente comunicação (Barata, 1999).

A maçonaria e os espíritas eram mobilizados, quando não, eram eles os artífices locais nas cidades da criação de estabelecimentos assistenciais, como também outros atores eram buscados por Anália Franco a fim de dar publicidade ao trabalho que ela liderava, como é o caso da imprensa. O relacionamento com a imprensa paulista foi importante para que Anália construísse alguns nós de uma rede de apoio, sendo que, entre os resultados da contrapartida dessa aproximação, sua agenda de visitas e

atividades pelo estado fornecia parte do conteúdo do noticiário impresso onde constava seu nome. No levantamento que realizamos em dois jornais expressivos entre os vários da imprensa paulista do começo do século XX, *O Correio Paulistano* e *O Estado de S. Paulo*⁷, destacamos os vínculos que Anália conseguia estabelecer entre os filantropos e apoiadores das cidades em que fundaria ou já havia influenciado de algum modo no estabelecimento de instituições. As visitas noticiadas são ilustrativas a respeito da validação das obras locais conferida pela sua passagem, a exemplo de quando ela presidiu a assembleia para eleger a diretoria do “Asylo de Orphãos e Créche” na “Villa de Dobrada” (*O Estado de S. Paulo*, 1914, número 12.891, p. 6). Com efeito, a formação dessa rede de apoio permitiu que a AFBI passasse de investidas localizadas a ações mais amplas em termos territoriais, de população atendida e de recursos mobilizados.

Por vezes, a fim de manter esse cerimonial que selava a ligação com a AFBI, quando a própria Anália não estava presente, outros membros iam para inaugurar ou para fiscalizar o trabalho em curso, como quando a associação delegara poderes a uma comissão para fiscalizar as escolas e creches mantidas pela AFBI no município de Jundiaí (*O Estado de S. Paulo*, 1914, número 12.891, p. 6). Não obstante percorrer pessoalmente várias zonas do estado, ou se fazer representar por outros, a extensão da influência da presidente da AFBI se fazia medir também pelas visitas de comitivas ou interlocutores vindos do interior cuja demanda, no geral, era negociar a fundação de um estabelecimento, como foi o caso de um cidadão de Sorocaba que veio para São Paulo a fim de tratar sobre a instalação de um “asylo e creche filiado à Associação Feminina Beneficente e Instructiva” (*O Estado de S. Paulo*, 1917, número 13.955, p. 4).

Até fins da década de 1920 – e mesmo depois de seu falecimento – a líder da AFBI havia consolidado uma posição de

⁷ Disponíveis no portal da Hemeroteca Digital Brasileira, pertencente ao domínio da Biblioteca Nacional Digital, com acesso pela Rede Mundial de Computadores.

destaque no campo assistencial paulista e paulistano e, ao menos dois legados. O primeiro legado resulta da formação de uma organização possuidora de saber fazer em matéria de asilos, creches e estabelecimentos entre assistenciais e escolares, consideravelmente capaz de irradiar sua influência – para esse legado a contribuição em vida de Anália Franco deixou marcas inequívocas. Por sinal, a publicação de um jornal próprio, *A Voz Maternal*, documenta o fato de que a AFBI e sua fundadora e liderança maior produziam um periódico próprio a fim de fazer circular notícias e comunicados com a expectativa de fazê-los chegar ao corpo funcional das obras, aos apoiadores e também aos filantropos situados nos municípios. A repercussão desse trabalho filantrópico-assistencial na imprensa da capital, com destaque para *O Estado de S. Paulo*, e episodicamente nos jornais do interior, fornece sinais da projeção pública de Anália como expoente do esforço de multiplicação de instituições pelas cidades nos moldes experimentados pela associação por ela presidida.

O segundo legado é a posição de elemento modelar da assistência organizada e oferecida ao público por uma entidade representativa da sociedade civil, como reconheceu o presidente interino do estado, Dino da Costa Bueno, em relatório no qual reportava que “diversos asylos particulares – entre os quaes se destacam o do ‘Bom Pastor’, o da ‘Divina Providencia’ e o ‘Anália Franco’ [...] receberam diversas meninas que lhes foram encaminhadas de accôrdo com a lei, para a respectiva internação”, o que em “tudo contribuiu para que o magno problema da protecção e assistência aos menores tivesse parcial solução” (São Paulo, 1927, p. 31). O conjunto dessas instituições e obras da AFBI serviu também de linha auxiliar do estado na assistência à infância. Os relatórios dos presidentes de estado, os anuários do ensino e os anuários estatísticos estaduais, por exemplo, reportam a prática de conceder subvenções às organizações assistenciais particulares e as incluem como elemento decisivo para a extensão de serviços instrutivos-profissionais, escolares e, precisamente assistenciais, às crianças das classes populares.

O trabalho instrutivo/escolar em acréscimo ao modelo asilar

Para superar em parte o modelo asilar, baseado na permanência sem expressivo proveito educativo-escolar, como fora comum na cultura institucional de asilos e orfanatos até então, Anália Franco manteve esforços contínuos a fim de avançar para além das práticas de criação e cuidados elementares. Sua produção escrita e publicada atendia deveras ao intento de enriquecer com conteúdos escolares e com processos formativos baseados na instrutividade do trabalho o programa das instituições que se ocupavam de crianças órfãs e pobres, a começar por aquelas da AFBI. A considerar os livros e manuais que escreveu e fez publicar, ao menos no campo das ideias e projetos, Anália tentava vencer essa querela. A esse respeito, em estudo pioneiro no campo da história da educação infantil em São Paulo, Kishimoto (1986) eleva o caráter *avant la lettre* da obra pedagógica de Anália Franco, vez que foi ela a “a primeira educadora a utilizar termos como creches e escolas maternas para denominar suas instituições destinadas à infância”. Apesar da “grande semelhança de seus estabelecimentos com os asilos infantis ou orfanatos, alguns fatores de ordem pedagógica” assinalavam “uma certa diferenciação dessas organizações” (Kishimoto, 1986, p. 211).

Pela abrangência assumida desde o nascedouro, essa ação assistencial pretendia atender a pessoas de diferentes níveis de idade, com propostas para crianças de três a sete anos, por meio de creches e escolas maternas, escolas para jovens e adultos e oficinas profissionalizantes (Oliveira, 2007, Lodi-Corrêa, 2009). Desde as origens da AFBI, o texto de seu primeiro estatuto é bastante direto nesse ponto no Artigo 3º, § 2º., o qual determina criar,

seguindo o exemplo da França, onde as escolas maternas têm tido amplo desenvolvimento, aulas de ensino infantil, onde as crianças de 2 a 7 anos de ambos os sexos recebem os cuidados que reclamam o seu desenvolvimento físico, moral e intelectual, sem cortar os laços da família (Associação, 1901, p. 2).

Formar professoras, por sua vez, era uma frente de ação importante entre os propósitos da organização, pois, nos quatro Estatutos da AFBI, citados anteriormente, consta sempre neles a previsão de “Lyceus Femininos” para a formação docente, como de fato algumas das professoras das creches e escolas maternais já tinham sido internas em alguma instituição da AFBI: no Asilo “Anália Franco” de Ribeirão Preto, não custa citar, consta no Livro de Matrículas que duas das internas se tornaram professoras: Sebastiana Martins da Silva, que ingressou no asilo com 9 anos de idade em 1925, e Maria Cruz, que se tornou asilada com apenas 4 anos de idade. Nessa tendência, em 1934, a ex-asilada Maria Martins passou a ocupar o cargo de diretora do asilo ribeirão-pretano (Asilo, 1917, p. 6).

Era parte dos planos da AFBI fundar e manter instituições de educação infantil nos moldes das escolas maternais e referenciadas na experiência francesa da época, como deixa claro o seu primeiro estatuto. Nesse ponto, a AFBI expressava o espírito do tempo no que tange à novidade representada pelas instituições de educação infantil, raras no Brasil de início do século XX, porquanto desde fins do século XIX, a começar pelo Rio de Janeiro em 1875⁸, o jardim de infância, primeiro, e a creche a seguir, entraram num ciclo de ingresso e assentamento no país. Em 1896, junto da Escola Normal da Praça da República, entrava em atividade o primeiro jardim de infância público de São Paulo. Mais tarde, em 1899, surgiu a Creche da Companhia de Fiação e Tecidos Corcovado, no Rio de Janeiro, em 1899, seguida em data aproximada, pela Creche da Companhia de Tecidos Aliança, na mesma cidade. Anos depois as primeiras congêneres apareceram em São Paulo, sendo a precursora a Creche da Vila Operária Maria Zélia, de 1918, secundada pela Creche da Companhia Votorantim, na cidade de Sorocaba, inaugurada em 1927 (Kishimoto, 1986; Bastos, 2001).

⁸ Criado em 1875, anexo ao colégio que já mantinha, o Jardim de Crianças, do médico Joaquim José de Menezes Vieira, foi concebido para receber crianças com idade anterior àquela do ensino primário. De início entre três a seis anos.

A simpatia pelas novidades da pedagogia e da renovação da escola que animavam de professores a reformadores no entrante século XX, no Brasil, também está presente no currículo extenso previsto pelo Estatuto da AFBI, de 1901, pois seu conteúdo alinha-se com as experimentações pedagógicas inovadoras dessa época, introduzidas, por exemplo, no meio escolar paulista a partir da Escola Normal e de seu jardim de infância laboratório. A começar pela escola maternal, o Estatuto de 1901 previa um programa pautado pelos seguintes conteúdos e práticas, cujo

fim a attingir na escola maternal não é propriamente dar à creança noções de leitura ou de calculo, mas amparal-a e submettel-a a um conjucto de salutaes influencias, incutindo-lhes bons hábitos intellectuaes, moraes, physicos e maneiras cortezes, e, despertando a sua actividade espiritual, regulal-a gradualmente (Associação, 1901, p. 2).

Se, em termos regimentais, ao menos, a AFBI expressava alinhamento com as novas referências institucionais para a educação infantil, no plano da produção de ideias pedagógicas, Anália Franco fez das publicações o meio para reverberar orientações didáticas, metodológicas e preferências curriculares, também impregnadas de referências nas novidades pedagógicas de então, com respingos das ideias froebelianas e, mais evidente, assumindo abertamente a preferência pelo método das “lições de coisas”. Alguns dos livros que ela assinou visavam objetivamente estruturar as escolas da AFBI conforme essas influências, a começar por seu currículo, o que incluía desde as atividades e exercícios até o arranjo e conteúdo das disciplinas. Um dos produtos deveras expressivos desse empenho data de 1902 (de autoria de Anália e Eunice Caldas), cujo título é *Manual para as Escolas Maternais da Associação Feminina Beneficente e Instructiva*, preparado para “aliviar em parte o labor difficil das directoras das escolas maternaes, visto que dar-se lições as criancinhas não é tão fácil como muitos supõem” (Franco; Caldas, 1902, p. 5).

Os ecos das “lições de coisas”, por sua vez, são perceptíveis e assumidos nas *Terceiras Lições para as Escolas Maternas* (Franco, 1905). A prioridade por ensinar por meio dos sentidos, anunciada desde o título, se aproxima muito da filosofia do método educacional intuitivo, difundido nas últimas décadas do século XIX, vinculado ao que se denominava à época de pedagogia moderna, cujas bases tinham raízes desde as ideias de Rousseau, Pestalozzi, e Froebel, entre outros. Vera Valdemarin e Adriana Pinto (2010) esclarecem que o método intuitivo, em ascensão na educação pública paulista desde fins do XIX, pareceu ser a alternativa capaz de atender às novas demandas da sociedade pelo acesso à escola elementar e garantir que as crianças recebessem o fundamental da educação escolar, especialmente desde o início da República, quando o governo paulista iniciou ciclos sucessivos de estruturação do sistema escolar público, levando, assim, a escola a reiterados momentos de expansão e interiorização⁹.

Da orientação curricular e da sugestão de métodos didáticos, os títulos assinados por Anália e/ou cancelados pela AFBI passavam também a temas dirigidos à educação das crianças pelas famílias (sobretudo pelas mães), a exemplo do *Novo manual educativo para nossos filhos* (com registros de sua publicação na forma de fascículos em 1906 e 1908), ou o *Manual das mães para o 2º ano elementar* (também na forma de fascículos vindos a lume em 1913 e 1914) (Franco, 1913; Franco, 1914). Não surpreende, portanto, que ela tenha se mostrado prolífica ao longo das décadas de 1900 e 1910 em termos de escrita e publicação. Desde antes da fundação da AFBI, Anália Franco já conhecia o que era escrever, publicar e fazer ideias circularem em defesa da educação escolar das mulheres. Assim fora com a revista *Álbum das meninas*, regularmente publicada entre 1898 e 1901 (Lodi-Corrêa, 2009), vez

⁹ A expansão do sistema escolar público de São Paulo – ao menos aquela que combinou arquitetura e orientação pedagógica e introduziu a escola seriada no estado e no Brasil, cujos produtos são os grupos escolares e ginásios – começou coetaneamente à Primeira República e atravessa ciclos, ora com menor ora com maior expansão e construção de escolas durante o século XX (Buffa; Pinto, 2002).

que sua autora era veterana no campo assistencial e escolar paulistano à época em que contribuiu para fundar a AFBI.

Desde a criação da AFBI, para a qual ela contribuiu para ser projetada e se tornar uma organização influente na capital e em várias cidades do estado, até 1919, ano do epílogo de uma impactante epidemia de gripe na capital paulista que determinou seu perecimento em pleno socorro que prestava às vítimas enfermas, Anália Franco tornou-se uma figura marcante no meio assistencial paulistano e, como não considerar, do estado que adotou por seu desde sua mudança do Rio de Janeiro nos idos da década de 1860.

No século XIX Anália Franco já estava engajada em feitos assistenciais, além de ser professora primária e publicar um jornal em defesa da educação das mulheres na escola. Ao se somar aos quadros da AFBI desde a primeira hora, Anália era veterana em matéria de filantropia, com a diferença de, a partir de 1901, contar com uma organização, colaboradoras, apoiadores e com entradas para um campo de há muito povoado pela sociedade civil como artífice de ações dirigidas ao amparo de crianças desvalidas, no qual era natural ter o estado em segundo plano e os expoentes individuais e/ou coletivos da sociedade como os principais mantenedores e promotores de instituições assistenciais infanto-juvenis. Justamente nesse campo Anália se afirmou elaborando ideias que se compunham de referências às inovações pedagógicas de fins do século XIX e início do XX e que deveriam ser aplicadas em ambientes como creches, asilos infantis e escolas maternais que, nesse tempo, estavam mais para o assistencial que exatamente para o escolar. De nome estampado em manuais e livros, marca de sua atividade na escrita e na publicação, ela atuava também numa linha complementar e que rendia fôlego ao trabalho da associação e dos estabelecimentos pelos quais ela respondia na forma de apoio político e material. A exposição pública, a interlocução com autoridades e membros do poder público e as ligações com filantropos assentados nas elites paulistanas e de outras cidades

compunham um circuito de conexões acionadas por Anália a fim de angariar sustento e apoio a uma causa e a uma obra.

A posição de expoente do campo assistencial, por sua vez, produziu-se também em função das incursões de Anália pelo interior, por variadas cidades nas quais fazia de visitas a articulações com os locais a fim de dar andamento a obras iniciadas ou apoiar a criação de asilos e creches onde ainda não existiam. Para tanto, as comunidades espíritas, os maçons, os políticos das localidades, os membros de clãs familiares e pessoas devotadas às causas filantrópicas em geral, quando pretendiam responder às demandas de suas cidades motivadas pelo abandono, orfandade e desvalimento de crianças, podiam encontrar uma entre as respostas institucionais possíveis no início do século XX nos modelos institucionais, nas ideias e nos princípios dos quais Anália era porta-voz, artífice e representante.

Ribeirão Preto: um caso para o estudo da interiorização da assistência¹

Sérgio C. Fonseca

[...] Os areais que as estradas e as ruas cavam, pulverizando um terreno que os disfarçava, dão a imagem do contato do homem com o sertão: vem abaixo a mata, a chuva lava o chão despido, o meio se refaz; esboroa-se a barbaria, desagrega-se a civilização, a sociedade tateia sobre lençóis de terra movediça, anelando por fixar-se. A própria população chega aos aluviões; os 'grileiros', os fazendeiros depois, em seguida, os colonos e, por último, as levas urbanas (Amaral, 1924, p. 121).

Não fosse pelo fato de descrever Jaú, como porta de entrada da região Noroeste de São Paulo, a reportagem de Brenno Ferraz do Amaral – escrita no correr de 1923 quando era editor do jornal *O Estado de S. Paulo* – bem poderia narrar a formação de outras frentes de ocupação do território de São Paulo na primeira metade do século XX. A lógica é a mesma: derrubada da mata, formação de fazendas, migração de famílias inteiras, imigração, concentração em povoações e, bastante importante, a fermentação social e demográfica nas cidades das fronteiras agrícolas do café.

Brenno Ferraz era contemporâneo do avanço da ocupação do território paulista e da consequente formação de fronteiras agrícolas no começo do século XX; tanto que escreveu para *O Estado de S. Paulo* a partir de suas viagens pelo interior nas zonas cafeeiras. O assunto de suas reportagens dava conta da impulsão da cafeicultura que não esgotara seu avanço, iniciado desde o século

¹ O texto da presente seção é composto pela reelaboração de três artigos de minha autoria publicados nos *Cadernos de História da Educação*, em 2009, na revista *Educação em Revista*, em 2012, e nos *Cadernos de História da Educação*, em 2015. Ver: Fonseca (2009, p. 203-220); Fonseca (2012, p. 79-108); Fonseca (2015, p. 461-481).

XIX, em São Paulo. Do Vale do Paraíba, a cafeicultura rumou em direção ao interior do estado, num movimento de abertura de zonas de plantio após a derrubada da vegetação natural e de estabelecimento de toda a estrutura produtiva do café. E como esse fenômeno ainda repercutia em outras regiões do estado e circunvizinhas do Paraná e Mato Grosso do Sul, antes de terminar a segunda metade do século XX, não muito tempo após Breno Ferraz, o geógrafo francês e professor da recém-criada Universidade de São Paulo (USP), Pierre Monbeig, percorreu as terras paulistas para escrever seu literário trabalho acadêmico sobre as frentes pioneiras. *Pioneiros e fazendeiros em São Paulo* – nome do livro de Monbeig resultante de sua tese – é um clássico sobre o movimento humano em direção às terras virgens do sertão e de novas zonas não ocupadas para o estabelecimento da agricultura de exploração. De seu autor vem a expressão “franjas pioneiras” para dizer da fronteira entre a retaguarda da marcha dos pioneiros, onde ficaram as cidades recentes pelo caminho percorrido, ou aquelas mais antigas que adquiriram vitalidade populacional e econômica, e a vanguarda, representada pelas áreas de nova ocupação, onde aconteciam a derrubada da mata e o estabelecimento das primeiras plantações.

A franja pioneira e o que ela explica, entretanto, deixa saber que ela comporta tempos e ações que fazem dela uma expressão cujo conteúdo não se resume apenas a determinar um lugar no mundo onde está o limite entre o sertão e as terras ocupadas, tendo no meio a vanguarda movida pelos pioneiros. O tempo, nessa lógica da franja pioneira, é o do desenvolvimento acelerado, da passagem de núcleos urbanos modestos e provincianos a cidades pujantes econômica e populacionalmente. As ações, por sua vez, são as do movimento de interiorização da agricultura extensiva, como a cafeicultura, da precedente alteração da paisagem, da migração e imigração, da especulação imobiliária, da mudança da estrutura fundiária e do adensamento populacional das cidades. Tempo e ação se conjugam no movimento pioneiro, pois “o que se

levou milênios para fazer na Europa, aqui se fez em um século no máximo” (Monbeig, 1984, p. 23).

É possível que grande parte do processo de formação do Brasil siga várias trajetórias de interiorização num movimento do litoral em direção ao interior, quando não das fronteiras mais antigas para as zonas de ocupação nova. Desde a chegada do colonizador europeu, a primeira área ocupada é litorânea, seguindo-se de explorações rumo ao interior. À medida que a colonização portuguesa alcançou regiões mais distantes durante os séculos XVI e XVII, seguiu-se a territorialização da primeira geração de ocupantes, do que resultou entrementes o relacionamento frequentemente belicoso com os nativos, além do encaminhamento econômico do extrativismo para a agricultura, com destaque para a cultura da cana e o engenho, a pecuária e, fato ligado ao assentamento da população, a formação de povoações. No século XVIII, com o ciclo do ouro em Minas Gerais, há um outro processo de interiorização cuja novidade é o adensamento da população nas zonas mineradoras. Esse fenômeno encorpou os contingentes populacionais que, mais tarde, iniciaram a diáspora na direção das terras cultiváveis (para as roças) e dos campos (para a criação do gado) nas proximidades dos Rios Pardo e Mogi Mirim (Monbeig, 1984; Brioschi, 1999).

Essa diáspora é um tipo de interiorização por dentro, pois os formadores da região de Ribeirão Preto e Franca já haviam participado de um primeiro movimento de ocupação do interior antes de seu segundo deslocamento. Nesse caso, o tempo dessa interiorização passa pelos séculos XVIII e XIX ainda carregando características antigas do trato com a terra, entre elas o aproveitamento dos campos nativos para o gado, de muar a *vacum*, bem como a formação de roças para sustento próprio e venda dos excedentes. Esse modo de tomar para si a terra – geralmente apossada por famílias de entrantes mineiros – plantar roças e criar gado em áreas de pasto natural permaneceu em uso, embora rareando na segunda metade do século XIX, até que a cafeicultura chegasse a Ribeirão Preto (Monbeig, 1984).

A formação de Ribeirão Preto, portanto, conta a história de um grande processo de interiorização, com vários desdobramentos ou, várias interiorizações derivantes. No tempo do Caminho de Goiás – rota dos bandeirantes no correr do século XVII -, a atual área da cidade era sertão desconhecido nos mapas. As primeiras notas oficiais de uma povoação são da época do seu reconhecimento como patrimônio e capela em 1854 (Lages, 1996). Até esse tempo a interiorização tomava a forma do deslocamento dos entrantes mineiros, outrora estabelecidos nas regiões mineradoras, para os campos dos Rios Mogi e Pardo, onde famílias inteiras iniciaram o apossamento e, por extensão, encaminharam as demais relações de doação, legalização, compra e venda dessa terra. Essa forma de ocupação permaneceu nos decênios que se seguiram, até que as primeiras notícias publicadas sobre a qualidade da terra roxa para o cultivo do café, em 1876 e 1877², assinalassem o porvir.

A interiorização por dentro faz frente à noção de sertão desconhecido forjada por mapas e cartas produzidos entre 1836 e 1878 que nomeava principalmente a região noroeste como “sertão desconhecido”, segundo Airtton Cavenaghi (2006, p. 229), pois permanecia no século XIX o cultivo da imprecisão dos mapas em favor da continuidade da narrativa bandeirante e que mostra “o quanto ainda era limitada a divulgação de novos conhecimentos técnicos e administrativos em desenvolvimento no período”. A rigor, a província era composta por arquipélagos de população e atividade produtiva, alguns voltados para atividades econômicas de alcance regional e outros, um tanto mais além, com peso na economia provincial. Cidades como Franca, verdadeira praça de comércio regional de produtos manufaturados de couro, e Sorocaba, entreposto das tropas vindas do sul, representam respectivamente localidades com projeções econômicas ligadas a cadeias de produção agropecuária, manufatura e comércio, uma

² Trata-se dos artigos de Luis Pereira Barreto (1876), a respeito da terra roxa, e de Martinho Prado Júnior (1877), sobre o “Oeste novo”, ambos publicados na *Província de S. Paulo* (Furlanetto, 2006).

mais incrustrada na borda da zona povoada entre o sul de Minas Gerais e o noroeste paulista, e a outra mais próxima da capital.

Na região de Ribeirão Preto a interiorização não parece sofrer grandes acelerações, acontecendo conforme as possibilidades de ocupação, uso e negociação da terra até que os primeiros cafezais começassem a ser plantados na região. A partir de então, o resultado, como se sabe, é a transformação de uma região de fazendas de criar em área de especulação imobiliária em paralelo à sua emergência como fronteira agrícola, cujo apogeu foi a projeção de Ribeirão Preto como capital do café – tão logo, participante da economia agrário-exportadora – durante toda a Primeira República. A partir de então, o tempo é outro:

Atualmente é preciso ir mais longe, para atingir a frente do povoamento. Mas, na sua retaguarda, tudo lembra um passado ainda recente. Espanta-se o europeu, quando ouve chamar de ‘velha’ uma cidade como Ribeirão Preto, que não conta três quartos de século; custa-lhe compreender que ‘outrora’ significa 1910 e mesmo 1920, se o seu interlocutor é um homem moço. Tudo se passa como se este país conhecesse em setenta e cinco anos, um século no máximo, o que se levou milênios para fazer na Europa. E certamente é isso: nascimento e formação da paisagem rural, fundação e crescimento das cidades, construção duma rede de comunicações, mistura de raças, elaboração de uma mentalidade regional, tal o intenso trabalho que ainda prosseguia, aos nossos olhos (Monbeig, 1984, p. 23).

As frentes pioneiras, além de um movimento de avanço sobre novas áreas de ocupação do território, tocado pelo deslocamento humano, é também o da aparente aceleração do tempo em razão do adensamento de realizações. O “que se levou milênios para fazer na Europa”, no Brasil da marcha pioneira levou três quartos de século, do que resultou a profunda modificação da paisagem natural para uma outra, a das grandes extensões agricultáveis e, sobremaneira, a “fundação e crescimento das cidades”. Nelas, as cidades, o que antes era um aglomerado de casas ou onde ainda

não havia habitações, recebeu o aporte das levas de população que chegaram na segunda e terceira ondas da marcha.

No início do século XX, as retaguardas da frente pioneira se tornaram cidades que recebiam seguidamente população nova. No primeiro recenseamento feito no Brasil, a Vila de São Sebastião do Ribeirão Preto registrava 5.552 habitantes (Instituto, 1958) sendo que, entre 1902 e 1912, duas contagens da população feitas localmente indicaram a indução ao aumento demográfico provocada pela imigração. Em 1902 eram 13.236 habitantes passando a 58.220, em 1912, ano da segunda contagem (Câmara Municipal, 1920), com maior concentração desse contingente nas áreas rurais do município, 39.488, e, sinal da imigração, 27.000 imigrantes, a maioria italianos, havendo, ainda, 18.732 residentes no núcleo urbano (Câmara Municipal, 1920).

Se a cidade foi capaz de contar sua população, pois o serviço foi contratado pelas duas instâncias do poder público municipal, câmara e prefeitura (Câmara Municipal, 1920), isso demonstra duas formas progressivas de institucionalização em processo no interior, durante o tempo de transição de século entre o XIX e o XX: a primeira é a extensão a Ribeirão Preto de instituições oficiais de representação do estado, a começar pelo judiciário, pelo policiamento, pelos grupos escolares estaduais; e a segunda é a organização e o funcionamento do legislativo e do executivo da localidade. De acordo com indicações de Lages (1996), Ribeirão Preto foi fundada em 1854, sendo elevada à condição de vila em 1871 e, em 1892, tornou-se sede da comarca, separando-se de São Simão. Em 1874, o município, já reconhecido assim desde 1871, estabeleceu sua primeira câmara municipal, até então e durante a Primeira República respondendo pelo governo da cidade. Nesse ritmo, até 1912, a cidade possuía cadeia, câmara, prefeitura e fórum instalados e atuantes, bem como delegado e subdelegados, Comissão Sanitária, coletoria de impostos e dois ginásios estaduais (Câmara Municipal, 1920).

O fato de Ribeirão Preto entrar o século XX dotada de entes representativos do poder público, sobretudo daqueles

encarregados do governo local, é prova do enraizamento de determinados elementos da interiorização, no caso, o estabelecimento de meios de aplicação da justiça, de arrecadação de tributos, de instrução, de controle sanitário e de policiamento. Na lógica da ocupação econômica e da resultante retaguarda aberta, assim entendida por Monbeig (1984), onde cresceram ou nasceram cidades, viabilizadas, entre outras causas, pelo assentamento de populações, pode-se acrescentar que esse processo de interiorização se fez acompanhar pelo estabelecimento ou revitalização da estrutura administrativa e burocrática pública, viabilizando, assim, os meios de ação institucional sobre a vida social na urbanidade e nos núcleos rurais de habitação e trabalho.

Apesar do estabelecimento de entes administrativos estatais na cidade, dotados de meios de ação, sua eficiência era discutível, uma vez que as funções de policiar, de aplicar a lei, de arrecadar tributos, assim como a incumbência local de gerir a cidade, de legislar e de fiscalizar os cuidados sanitários estavam limitadas quanto ao seu alcance. Pesa, para tanto, o fato de os orçamentos públicos municipais não contarem com arrecadação suficiente ou deixarem de destinar recursos, limitando as ações públicas às obras de melhoramento da cidade, manutenção de sua infraestrutura e fiscalização sanitária, restando estreita margem para os parques serviços oferecidos à população, em geral apoiados na subvenção a organizações privadas prestadoras de assistência aos pobres, por exemplo. Entre os serviços públicos existentes na cidade, a escola era em parte oferecida pelo estado (em sua maioria) e outro tanto sob os auspícios da câmara e prefeitura municipal. Como parte da população paulatinamente crescente de Ribeirão Preto havia o contingente de crianças e para elas a escola era o que se tinha na cidade desde que as cadeiras de primeiras letras surgiram na província no início da segunda metade do século XIX. Quanto àqueles para quem a escola não era o encaminhamento garantido, a exemplo das crianças desvalidas, somente em 1917 a cidade teve seu primeiro orfanato, apenas para meninas, e na década de 1940, um educandário, misto de orfanato e escola profissional, para

meninos. Em todo esse tempo, a tutela, quando formalizada sob o arbítrio do judiciário, ou sua versão informal, na qual crianças eram incorporadas a outra família, que não a sua e nem sempre de parentes, para serem criadas, dando por retribuição ao serviço prestado, responderam como recurso para os casos em que a institucionalização ou não era possível na cidade ou ainda não havia orfanatos e asilos infantis que a praticassem.

E, mesmo contando com a escola como a instituição cabível para receber esse contingente local de crianças, havia problemas, pois:

[...] pode-se ainda afirmar com segurança que, sendo a população a mesma de 1912, haja também a mesma proporção e que, portanto, existem em Ribeirão Preto 9.764 meninos em idade escolar, dos quais 4.474 frequentaram escolas em 1919, ficando 5.190 – muito mais da metade – sem recurso algum para aprenderem as primeiras letras (Câmara, 1920, p. 69).

Fato típico da expansão do ensino durante a Primeira República, a escolarização ainda não alcançava decisivamente as crianças dos primeiros anos escolares. Assim o atesta o relatório da administração municipal de 1919. E o problema era compartilhado pelo estado que, “apesar dos esforços empregados, não tem conseguido [...] fazer uma distribuição proporcional de suas escolas, de acordo com a densidade da população de seus 204 municípios” (Inspeção, 1921, p. 5).

O relatório da administração municipal para o ano de 1919 assim mostrava a população infantil do município:

Quadro 10: Faixas etárias da população de Ribeirão Preto em 1919

IDADE		
CIDADE	Menos de 1 anno	743
	De 1 a 6 annos	3.276
	Somma	4.019
	De 7 a 12 annos	2.966
	De 13 a 20 annos	3.450
	Total	18.732

Fonte: Reproduzido parcialmente de: Câmara Municipal De Ribeirão Preto. *Relatório apresentado em sessão de 15 de janeiro de 1920, pelo Dr. Joaquim Macedo Bittencourt, Prefeito Municipal*. Ribeirão Preto: Typ. da Casa Selles, 1920, p. 76-77.

Esse contingente de crianças “sem recurso algum para aprenderem as primeiras letras” é, no mínimo, uma pista sobre a existência de um contingente infantil desprendido do alcance de uma instituição que, entre outras tarefas, tinha sob sua guarda as crianças por uma parte do dia e ao longo do ano, fato que mitigava a suscetibilidade ao trabalho infantil ou ao completo abandono para os filhos dos pobres. Desde o começo do século esses eram problemas conhecidos na cidade e muito lembrados pelos jornais locais, como demonstrei em estudo sobre essa questão (Fonseca, 2013). Num período de 1905 a 1920, os jornais *A Cidade* e *Diário da Manhã* publicaram uma quantidade considerável de notas policiais, editoriais e notícias cujo conteúdo dá conta de fatos e acontecimentos relacionados à delinquência infanto-juvenil, à violência contra crianças, abandono e a sempre constante presença de meninos e meninas nas ruas. Os jornais noticiavam esses fatos como problemas da cidade, como algo que crescia à medida que a própria cidade também crescia. Embora não se saiba com precisão o número de crianças abandonadas ou necessitadas de alguma forma de assistência na Ribeirão Preto do começo do século XX, sabe-se que o problema era parte do cotidiano de uma cidade tonificada pelo avanço da marcha pioneira: meninos e meninas compunham parte da população de rua da cidade.

Dentro da marcha pioneira, do avanço sobre a natureza, da formação de grandes fazendas, da imigração provocada, da

geração de capitais com a cafeicultura, há outra marcha, a do crescimento das cidades e de seus problemas sociais. De vilarejos que eram as cidades passaram a aumentar seu núcleo habitado, suas ruas se estenderam, mais casas surgiram nos espaços antes vazios do tabuleiro urbano, novos bairros chegaram onde antes havia chácaras na borda entre área urbanizada e zona rural próxima e tudo isso provocado pelo aumento populacional. Uma vez consolidada a cafeicultura na região de Ribeirão Preto, a chegada da ferrovia é o elemento decisivo para a interiorização de vários processos na cidade e no entorno. A começar pela confirmação do ingresso da fronteira agrícola de Ribeirão Preto no circuito internacional da produção e comércio do café, a ferrovia é um veículo da interiorização de relações econômicas, primeiro pelo fato de ser financiada pelos resultados dos lucros acumulados com a cafeicultura no início da segunda metade do XIX, somados à captação de aportes provenientes de empréstimos e concessões de exploração de linhas férreas. Como inauguradora e síntese desse processo, em 1867, a Santos-Jundiaí iniciou o tráfego, sendo estendida até Campinas em 1872. A construção e a exploração das linhas férreas fizeram parte de empreendimentos privados, vez que, quando da entrada em atividade da Santos-Jundiaí, de construção, controle e capital ingleses, os capitalistas/cafeicultores paulistas criaram companhias “visando estender os trilhos para as principais zonas de produção cafeeira da Província” (Bacellar, 1999, p. 120). Nessa mesma época, em 1872, o fazendeiro, de Mogi Mirim, Antonio de Queirós Teles fundou a Companhia Mogiana, cujos ramais, em 1883, alcançaram cidades e fazendas produtoras de café da zona mogiana próxima a Ribeirão Preto, formando no início do século XX uma rede capilar de trilhos que viabilizou relações econômicas e sociais.

Ao passo que a cidade, ainda que modestamente, aumentava sua área estendida, dentro dela havia muito por fazer quando se tratava de cuidar dos resultados de seu crescimento e dos seus corolários como o engajamento precário ou não realizado no trabalho de parte de sua população, do aviltamento da renda dos

pobres, da pressão do custo dos alimentos e da moradia, da mendicância, além do estabelecimento da infraestrutura. No caso de Ribeirão Preto essa lógica é aplicável, sobretudo, quando sua formação é colocada em perspectiva. Em dois quartos de século, desde a década de 1870, a cidade conheceu a imigração, o crescimento demográfico, a dupla concentração humana no núcleo urbano e nas fazendas de café, a carência de estrutura na cidade e os consequentes melhoramentos, como o calçamento das ruas e a iluminação elétrica; além disso, recebeu escolas, construiu cadeia, estabeleceu câmara e prefeitura, manteve fórum, delegacia, construiu mercado municipal e matadouro; entre suas penúrias viveu epidemias, a Febre Amarela e a Gripe Espanhola e, por isso, manteve Comissão Sanitária ativa³; experimentou problemas sociais, como os numerosos mendigos em suas ruas, crimes, delinquência infanto-juvenil e abandono de crianças⁴.

Para qualquer cidade do começo do século XX, no Brasil, esses eram problemas de toda hora, com a diferença de as cidades da zona pioneira serem aquelas do tempo acelerado que cresceram em três quartos de século, razão pela qual suas demandas sociais surgiram ou se avolumaram à medida que se firmavam como núcleos urbanos das fronteiras agrícolas da vanguarda da marcha pioneira. Entre as demandas de uma cidade típica da marcha pioneira, porque crescera como capital de uma fronteira agrícola, se integrara à rede de trilhos na qual circulavam mercadorias e

³ Os relatórios da Câmara Municipal e da Prefeitura produzidos entre 1903 e 1931 reportam essa série de problemas e os melhoramentos e medidas aplicados pela administração municipal.

⁴ Para constatar a existência desse conjunto de problemas em Ribeirão Preto, realizei em conjunto com Thaise Vieira de Araújo e Cíntia Regina Czys de Castro, estudo nos dois jornais locais com circulação quase diária entre 1905, quando o primeiro foi criado, e 1922. São eles *A Cidade* e *Diário da Manhã*. Neles pude localizar 69 textos, nos quais constam delitos cometidos por menores, crimes contra crianças e adolescentes, casos de abandono de crianças, queixas sobre mendicância, bem como alguns editoriais sobre a situação da infância abandonada. Alguns dos resultados dessa pesquisa foram publicados em artigo de Fonseca e Castro (2013).

pessoas, além de ser uma urbe interiorana em uma das mais produtivas zonas cafeeiras paulistas – e, com isso, imersa nas relações econômicas do complexo cafeeiro – o que fazer com as suas crianças desvalidadas é sim um problema acumulado ao longo desses anos em que o movimento pioneiro fez a roda do tempo acelerar. Para tanto, as respostas foram buscadas em modelos de assistência bastante usuais desde o *fin-de-siècle* do XIX, mas inéditos em terras ribeirão-pretanas do então Oeste Novo.

Os modelos?

O orfanato, o reformatório e o instituto de puericultura.

Antes da concretização de estabelecimentos assistenciais para crianças, outros modelos institucionais eram conhecidos na cidade já no final do século XIX, a começar pelo hospital de misericórdia. Desde 1896, com a fundação da Sociedade Beneficente Santa Casa de Misericórdia, depois com a Sociedade Amiga dos Pobres, de 1905, com a Sociedade São Vicente de Paulo e com as associações de socorros mútuos das comunidades imigrantes (sendo as primeiras fundadas por italianos, em 1895), entre os exemplos de organizações ativas na cidade, a sociedade ribeirão-pretana acostumou-se a recorrer a meios particulares de ação pública para cuidar dos doentes, assistir os pobres e oferecer educação escolar primária às crianças pobres. A presença dessas organizações e a forma como se modelavam e atuavam, por sua vez, indicam outro aspecto da interiorização: a elaboração de estratégias de ação pública em Ribeirão Preto referenciadas em experiências, ideias e instituições produzidas em outros tempos e lugares. E, uma vez que entraram em atividade, nos relatórios e orçamentos apresentados pelas administrações municipais, entre 1903 e 1930, a Santa Casa, a Sociedade Amiga dos Pobres e a Sociedade São Vicente de Paulo constaram seguidamente como destinatárias de subvenções da municipalidade.

Quadro 11: Estabelecimentos assistenciais ativos em Ribeirão Preto entre 1896 e 1938

Organizações	Funda- ção	Finalidade	Natureza	Mantenedor
Santa Casa de Misericórdia	1896 (Ativa)	- Assistência médica e hospitalar	Particular	Sociedade Beneficente de Ribeirão Preto
Società de Mutuo Soccorso Unione Italiana	1896			
Società Italiana Pátria e Lavoro	1903			
Sociedad Española de Socorros Mutuos	1904	- Socorros Mútuos	Particulares	-
Sociedade Beneficente Portuguesa	1907			
Sociedade União Beneficente Syria ⁵	-			
Conferência de São Vicente de Paula	1899 (Ativa)	- Assistência caritativa aos pobres	Particular	-
- Escola da Sociedade Amiga dos Pobres - Albergue	1905	- Instrução primária - Assistência aos pobres	Particular	Sociedade Amiga dos Pobres
Asilo de Mendicidade "Padre Euclides"	1919	- Recolhimento de mendigos idosos	Particular	-
Asilo de Órfãs "Anália Franco"	1917	- Assistência à infância	Particular	Loja Maçônica Estrela D'Oeste
Instituto de Proteção e Assistência à Infância	1917	- Difusão de cuidados médicos e higiênicos	Particular	-
Patronato Agrícola "Diogo Feijó"	1922 a 1926	- Correccional	Público	Ministério da Agricultura
Abrigo de Menores (1944: passou a ser Educandário "Quito Junqueira")	1938 (Ativo)	- Criação e formação profissional de meninos pobres e/ou órfãos	Particular	Fundação "Sinhá Junqueira"

Fonte: Fonseca (2015, p. 461-481).

⁵ Sobre as sociedades imigrantes ativas em Ribeirão Preto, as informações constantes neste quadro foram referenciadas no estudo de Patrícia Furllanetto (2006).

A cidade estruturou respostas institucionais para a cura e a internação dos doentes, no interesse de oferecer instrução escolar às crianças, bem como prestar auxílio aos pobres e também a fim de dar encaminhamento aos filhos sem pais ou abandonados. Para amparar os doentes havia a Santa Casa; no caso dos imigrantes, era preciso contar também com as sociedades de ajuda mútua; mendigos e migrantes miseráveis recebiam apoio da Sociedade Amiga dos Pobres em seu albergue; quanto às crianças, se não bastava a tutela, aquelas sem família ou entregues pelos pais eram levadas ao Asilo Anália Franco; e, por fim, mães e seus filhos pequenos recebiam cuidados médicos e assistência higiênica e alimentar do Instituto “Dr. Antonio Gouveia”. Era esse o sistema local de assistência aos pobres e à infância e de tal forma necessário que um dos prefeitos ribeirão-pretanos, João Rodrigues Guião, reconheceu no relatório de sua gestão, de 1920 a 1923, que “a iniciativa privada tem feito muito em prol do movimento social, principalmente no que diz respeito à assistência às classes pobres, dando provas” desta colaboração “o asilo de orphans Anália Franco, a Sociedade Amiga dos Pobres, a Sociedade de Assistência à Infância, a Sociedade S. Vicente de Paula e o Asilo de Mendicidade” (Câmara Municipal, 1924, p. 8).

As comunidades de imigrantes, italianos, espanhóis e portugueses cuidaram de produzir meios para o auxílio mútuo e, com isso, remediar a falta de assistência destinada a seus compatriotas, fundando, assim, as célebres sociedades de socorros mútuos, algumas delas até hoje ativas na cidade.

Quanto às formas institucionais de assistência, todos esses estabelecimentos locais concretizaram na cidade os modelos já conhecidos em cidades mais antigas do estado e na capital. Por essa razão, os modelos aplicados em São Paulo teriam ascendência sobre outras cidades, seriam apenas imitados ou haveria simultaneidade no modo como foram surgindo pelas cidades novas?

A escola, comparativamente, chegava às zonas novas do interior porque vinha de referências formalmente instituídas pelo estado, ao passo que a assistência era uma atividade fortemente exercida por

particulares e, por isso, os modelos e métodos não constavam de regras legalmente determinadas, de sorte que os filantropos locais recorriam ao que se conhecia em termos de meios para assistir crianças abandonadas, órfãs e pobres. Diferente da escola, que também se interioriza desde o século XIX, mas pela via da ação oficial do estado, a assistência à infância em geral chega ao interior, ou ocorre nele, por conta da mobilização de filantropos e caridosos locais, por vezes articulados com lideranças externas – Anália Franco é nítido exemplo nesse caso – ou, de modo autóctone.

Nas cidades novas e nas renovadas da marcha pioneira o tempo em que a assistência na versão institucional surge é coetâneo do seu crescimento, às vezes até tardio, como em Ribeirão Preto, fundada em 1854, elevada a cidade em 1871 e tendo seu primeiro orfanato apenas em 1917. Até esse ano a cidade não contava com estabelecimentos praticantes da assistência à infância na versão institucional, embora houvesse manifestações locais que sinalizassem o conhecimento dessas formas de cuidar de crianças desvalidas, como o editorial do socio proprietário do Diário da Manhã, Enéias da Silva, que já em 1913 pugnava pela fundação de uma instituição nos moldes de um asilo ou tipo aproximado (Fonseca, 2015).

Os orfanatos e a assistência institucional são tecnologias aplicadas a um problema social, ao abandono e à marginalização de crianças, e como tal não existiam nas cidades novas e naquelas renovadas, como Ribeirão Preto, porque foram concretizadas antes em outros lugares e tempos. Ao chegarem ao interior, especificamente nas cidades da franja pioneira, passaram a se colocar ao lado – ou por vezes a se sobrepôr – das antigas formas de manter crianças sem pais ou filhas de pais pobres, quando não, apenas com a mãe como é o caso da tutela e do ingresso de crianças em famílias como serviçais. Nesse sentido, as rodas e casas de expostos são expressões de uma primeira geração dessas tecnologias e os orfanatos, os liceus, asilos e reformatórios, todos estabelecidos em São Paulo, cidade e estado, durante o século XIX

seriam os exemplares de uma segunda leva de criações-resposta para o problema do abandono de crianças.

Em todo esse tempo, porém, outras formas de cuidar dos abandonados, dos que perdiam a família ou dos meio-órfãos⁶ estiveram em uso, a exemplo da tutela, que correu os séculos XIX e XX sendo praticada como recurso para alojar em outras famílias crianças desvalidas dos pais ou, quando não, cedidas por um deles ou ambos e de quem se requeria o trabalho como paga pela criação, ou, em outros casos, os menores de idade e herdeiros de bens eram colocados sob a autoridade de um tutor, tanto responsável por criar quanto por gerir o legado.

No caso das heranças e legados, a tutela diz muito sobre o intento de as famílias evitarem a perda de patrimônio. É algo compatível com a forma na qual a propriedade da terra costumava ser preservada no interior das famílias, além de representar uma prática muito antiga, pois será no começo do século XIX que o movimento migratório dos outrora entrantes mineiros dá sinais de assentamento, com a conseqüente formação das fazendas de criar. Trata-se do deslocamento de certa população, em geral famílias inteiras, que, devido ao esgotamento dos veios auríferos na capitania das Minas Gerais, encaminhou-se para os campos do Rio Pardo, no antigo Caminho de Goiás. Para chegar a atual região de Ribeirão Preto, os entrantes costumavam partir do arraial de Nossa Senhora do Desterro do Rio das Velhas do Desemboque em direção ao sertão do Rio Pardo, estabelecendo como suas bases os antigos pousos, entre os quais Franca, Batatais, além de Mogi Mirim, São Simão e Caconde, onde se apossavam de terras desabitadas no entorno, derrubando a mata, plantando roças e criando gado nos campos (Brioschi, 1999). Era costume entre as famílias, antes de adquirir, enviar alguém para reconhecer as terras e tratar com

⁶ Lembre-se das Ordenações Filipinas e, no século XIX, do Código Civil brasileiro, de 1917, que concentravam o pátrio poder na figura masculina, o pai, e chegavam a considerar órfã uma criança mesmo quando tinha a mãe, no caso das ordenações, ou, que atribuíam mais autoridade aos parentes colaterais masculinos em caso de falecimento paterno e por ocasião de litígio em questões sucessórias.

quem de direito, nas vezes em que ocorria a transação de compra e venda. Depois de acertado o lugar da posse, da limpeza do terreno, de plantadas as primeiras roças e levantadas as habitações (em geral choupanas, para, futuramente darem lugar às casas mais sólidas), o restante dos parentes se instalava (Lages, 1996).

A esse movimento de ocupação, entre o final do século XVIII até as duas primeiras décadas do XIX, seguiu a legitimação da posse, que acontecia fosse pelo reconhecimento, para os primeiros entrantes, ou pela requisição de novas sesmarias e pelas transações de terra para os que vieram a seguir. O caso da família Junqueira, originária de Minas Gerais, é ilustrativo, pois começaram a se estabelecer no nordeste paulista na primeira década do século XIX. Desde 1814 já havia notícia de posses de um Junqueira, o capitão-mor Francisco Antônio Junqueira, em Batatais, sendo que, em 1822, de acordo com Brioschi (1999), sua família constou no recenseamento da região. Até o final da segunda década do século XIX “seis casais de netos do patriarca português constituíram a primeira geração da família no Nordeste de São Paulo” (Brioschi, 1999, p. 67). Da segunda década do XIX até o seu final, os Junqueira adquiriram extensas posses de terras, lançando mão dos vínculos parentais naturais e adquiridos (entre irmãos e primos, no primeiro caso, e cunhados, noras e genros, no segundo) para realizar transações entre si (trocas, por exemplo) e com isso concentrar amplas áreas que hoje cobririam os municípios de Morro Agudo, Orlândia, Batatais, Cravinhos, Ribeirão Preto, Sertãozinho, alcançando até Bebedouro e Barretos.

Um aspecto importante da tutela, sobretudo, quando relacionada aos processos que envolviam heranças, é a permanência dos bens herdados na teia familiar. Vem de longa data em Ribeirão Preto essa associação entre posse, bens e família, uma vez que a primitiva formação da rede fundiária ocorreu em razão da ocupação da terra por famílias (Brioschi, 1999). Com isso, os casamentos contribuíam para que alianças familiares se consolidassem, ampliando bens e influência, de sorte que a tutela

não escapava a esse uso, porquanto atendia ao propósito de concentrar bens no corpo familiar a fim de evitar sua dispersão.

Outro uso da tutela, por sua vez, era o de servir-se, com o reconhecimento do judiciário, do trabalho prestado por crianças. Os contratos de soldada, no qual é literalmente firmado um contrato entre um adulto e um menino ou menina e sua família, previam que uma parte prestasse serviços a outra e em contrapartida o beneficiário dos préstimos alheios tinha por obrigação remunerar esse trabalho e cuidar da educação de quem estava sob sua tutela. Esse é outro uso frequente da tutela em Ribeirão Preto devido à quantidade de processos existentes no acervo do Primeiro Ofício da Comarca. São processos resultantes de querelas entre as partes arbitradas por um juiz quando do desacordo sobre a remuneração não recebida ou sobre o descumprimento do que fora acordado entre menores e contratantes.

Até que o Asilo Anália Franco, o primeiro orfanato de Ribeirão Preto, fosse inaugurado em 1917, a tutela e a soldada respondiam pela formalização do encaminhamento de crianças a outras famílias que não as suas naturais. Era o que se aplicava tanto para os que não tinham pais, ou só a mãe, e que eram criados por outros a quem serviam com seu trabalho.

O processo de interiorização, portanto, é composto internamente por interiorizações, como as da população, da cafeicultura, dos detentores de capital, das relações econômicas com o exterior, da urbanização, das representações do poder público e, também, da caridade cristã, da filantropia e da prática dos socorros mútuos, por sua vez representadas pelos agentes e pelas organizações que estabeleceram meios para resolver questões como a assistência aos pobres. A igreja católica, nessa perspectiva, é uma agente da interiorização em Ribeirão Preto. Até que a diocese fosse criada na cidade, em 1908, e instalada, em 1910, muito antes, desde 1856 (Lauriano, 1973), vários religiosos foram convocados de outras paróquias, dioceses e ordens, com o fim de cuidar da assistência espiritual e da religiosidade dos fiéis e, questão

igualmente importante, edificar materialmente nas povoações a igreja na região. Quando os primeiros padres foram nomeados vigários, por volta de 1870, não só a vila e seus moradores seriam atendidos, como também “sua missão pastoral” seria estendida à “população rural que vivia em região bastante ampla e difícil, pois abrangia áreas que futuramente seriam ocupadas pelas paróquias de Sertãozinho, Pontal, Guatapar, Santa Cruz das Posses, Cravinhos, Serrana e Serra Azul” (Lauriano, 1973, p. 25).

Os religiosos, nacionais ou estrangeiros, geralmente faziam sua formao sacerdotal em seminários de Minas Gerais, na cidade de São Paulo ou nas suas pátrias de origem, e realizavam sua “missão pastoral” na cidade e na região de Ribeirão Preto portando convices que orientavam suas relaes com os fis e com as obras que realizavam. Os religiosos que atuaram em Ribeirão Preto desde 1870 (Lauriano, 1973) pertenciam já a uma gerao de sacerdotes cuja formao aconteceu sob a influência da romanizao da Igreja, durante o pontificado de Pio IX, de sorte que uma das tendências desse processo  a reiterao da autoridade religiosa centrada nos padres e, no caso particular de uma região ainda em processo de crescimento populacional, como Ribeirão Preto, o empenho em cuidar da fé do povo antes que maçons, espíritas e protestantes o fizessem (Lauriano, 1973).

Por extensão, como parte desse processo de difusão das convices cristãs-católicas, as obras de caridade passaram a receber o empenho dos religiosos e a convocao aos fis para sua adesão na futura Diocese de Ribeirão Preto, realizao que se concretizaria em 1908 (Lauriano, 1973). De início, as esmolas, o serviço religioso dedicado aos enfermos e, a seguir, as obras caritativo/assistenciais estabelecidas, como a Santa Casa de Misericórdia, desde 1896, e o Asilo de Mendicidade “Padre Euclides”, em 1919, ao lado das sociedades leigas, como a Conferência de São Vicente de Paulo (e seus membros, os vicentinos), fizeram da igreja um agente interiorizador das estratégias de ao social em uso nesse tempo.

O contraponto à ação social de fundo religioso fica por conta dos espíritas, que, assim como os religiosos e leigos católicos, são também agentes da interiorização da assistência aos necessitados, em especial das crianças, trazendo para a cidade modelos aplicados de antemão em outros lugares. Para tanto, a história da criação do “Asylo de Orphans Anália Franco” coloca maçons e espíritas como protagonistas do processo meio autóctone e meio modelado por referências externas da produção na cidade de instituições e meios de ação sobre a pobreza e o abandono de crianças.

Seguindo o movimento de ingresso do poder público no campo assistencial, Ribeirão Preto fundou um serviço de saúde próprio a partir de 1937. Embora não fosse específico para a infância, o Serviço de Assistência Pública sinalizou que o governo local começava a incorporar como sua atividade a prestação de cuidados à saúde pública na forma de postos onde era oferecido atendimento médico à população.

Antes de 1937 os primeiros movimentos em direção à organização da assistência pública aos necessitados foram integralmente obra de expressões da sociedade. Sob o protagonismo de maçons, espíritas, médicos, matriarcas de clãs familiares ou das classes médias cidadinas, padres e políticos os modelos institucionais consagrados até o século XX, ao serem estabelecidos em Ribeirão Preto, foram pouco a pouco respondendo às demandas locais, senão regionais, por asilo, criação e educação para crianças inteiramente órfãs ou em parte, tarefa esta do Asilo Anália Franco, todo modelado pela influência dos congêneres e da expertise de sua patronesse e da AFBÍ. Em sintonia com a expansiva militância médica pela difusão de cuidados higiênicos e nutricionais dirigidos às crianças – cerne da puericultura desenvolvida no Brasil desde as últimas décadas do século XIX – o coetâneo do asilo, o Instituto de Proteção e Assistência à Infância, inaugurado também em 1917, assumiu para si a tarefa de responder ao problema da mortalidade e da desnutrição infantil – causa retroalimentada da mortalidade. Diferente dos dois primeiros exemplares, o Patronato Agrícola

“Diogo Feijó” (ativo em Ribeirão entre 1922 e 1926) aterrissou no município sem maiores influências de filantropos e de ribeirão-pretanos interessados na causa da salvação da infância, embora o terreno tenha sido doado pela municipalidade ao Governo Federal, conforme reportado no relatório do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio para o ano de 1923 (Brasil, 1925). Ainda que fosse um reformatório, o patronato não fora arquitetado para resolver os problemas da delinquência infanto-juvenil da urbe interiorana. Seu propósito era sim dar correção por meio do trabalho e da privação de liberdade aos menores recolhidos das ruas de outras cidades, muitos deles de centros mais populosos como São Paulo (Oliveira, 2003). Nos anos 1930, fechando o ciclo de criação de instituições aberto em 1917, um estabelecimento marcante entrou em atividade na cidade: o Educandário “Coronel Quito Junqueira”. Ainda exercendo suas atividades, o educandário foi modelado para ser uma escola profissionalizante para meninos órfãos ou pobres, mantida por uma fundação privada, mas, com forte apoio de subvenções públicas.

O ciclo de criação e estabilização das formas institucionais de assistência à infância em Ribeirão Preto desenvolve-se cronologicamente próximo do tempo de gênese dos originais imediatos, pois: (1) a AFBI entra em atividade em 1901 e suas primeiras escolas maternais e asilos infantis ingressam na década de 1910 ativos na capital e em várias cidades do interior formando um capital de influência suficiente para induzir os filantropos locais a criarem seu asilo; (2) O Instituto de Proteção e Assistência à Infância – concebido dos princípios aos métodos, incluindo as características do edifício que o abrigou, pelo médico Moncorvo Filho – surgiu em 1901, com filiais chegando a outros estados nos anos seguintes, inclusive São Paulo, bem como Ribeirão Preto, cujo instituto local estruturou-se a partir do modelo original do Rio de Janeiro; (3) em que pese o fato de o Patronato Agrícola ter chegado pronto em 1922 (tendo sido ladeado por outro similar, o Patronato José Bonifácio, instalado em Jaboticabal), resultando da política do Ministério da Agricultura aplicada a partir de 1918, na forma de

escolas de correção e trabalho para menores, o tempo em que esteve no município coincide com uma fase de extensão a zonas do interior do modelo reformatório; (4) por último, o educandário embora não tenha replicado exatamente outra instituição específica, incorporou os elementos peculiares da cultura da assistência asilar, como o abrigo, a socialização controlada e pautada pela pedagogia do trabalho, por sua vez tonificados pelo patrocínio da matriarca do clã Junqueira à obra de educação para crianças pobres.

Asilos, institutos de puericultura, reformatórios, escolas de trabalho para pobres, portanto, são tipos institucionais em via de enraizamento em Ribeirão Preto durante as três primeiras décadas do século XX, assim como em outras regiões, a exemplo dos patronatos agrícolas. Do ponto de vista comparativo, inúmeras instituições no interior paulista são criadas e modeladas conforme congêneres anteriormente ativas e consagradas na cidade de São Paulo, assim como em outras partes do país, desde o século XIX. Esse movimento de produção de meios de assistir crianças pobres em São Paulo e as semelhanças encontradas em Ribeirão Preto, devido à interiorização, pode ser estudado conforme quatro tendências perceptíveis na história da assistência à infância nessa época:

1) Desde os anos 1870, pelo menos, tendo por ponto alto as três primeiras décadas do século XX acontecem três ordens de mudanças verificáveis: nas formas de entender e cuidar de órfãos e abandonados; na produção das noções de abandono material e moral; e na farta elaboração de legislação sobre infância, tanto federal quanto nos estados.

2) A história da atenção à infância pobre na cidade de São Paulo consagrou as sociedades particulares, os beneméritos, os filantropos, as associações confessionais e outros congêneres como idealizadores, promotores e mantenedores da assistência pública à infância pobre. Essa variedade de organizações e sujeitos, por sua vez, contribuiu para edificar, durante a passagem do século XIX para o XX, as bases do sistema privado de assistência à infância

pobre, cujo produto é um conjunto de estabelecimentos fechados, a exemplo de seminários, recolhimentos, asilos e orfanatos.

3) Apesar da existência de alguns seminários públicos durante o século XIX em São Paulo, as ações de recolhimento, criação e ensino de ofícios em geral foram produzidas por particulares. O poder público estadual, assim como nas instâncias municipais, agiu como subvencionador, a ponto de os governos do estado, da capital e de Ribeirão Preto naturalizarem a ação privada como compensadora da evasão pública da necessidade de cuidar e assistir a infância pobre.

4) São Paulo e Ribeirão Preto, no que concerne à interiorização são, respectivamente, a partida e o extremo do processo. No caso da interiorização da assistência, os modelos e práticas encontrados em Ribeirão Preto durante a Primeira República, embora tenham fortes particularidades, coincidem e, ao mesmo tempo, reproduzem as formas de assistência existentes em São Paulo.

A interiorização da assistência, no entanto, é um processo que ultrapassa a imitação, pois envolve movimentos de mimetismo institucional, trânsito de influências, circulação de conhecimentos, apropriação, formação de redes de colaboração, entre outros elementos do processo que incluem também: 1) as ideias sobre o que seja assistir, sobre as finalidades de assistir crianças; 2) os desenhos institucionais, se somente asilares, se para a educação pelo trabalho, se para muitos ou para um extrato das crianças pobres; 3) os modelos e os protocolos de ação cotidiana que formam acervos de experiências e adquirem visibilidade pública e reconhecimento; 4) a correlação entre as referências postas e os artífices locais em vista de sua leitura das necessidades próprias da localidade e das respostas institucionais escolhidas; 5) a combinação/transferência/modelação a partir da mimese de referências buscadas de outras partes e de práticas há tempos instituídas.

No correr da interiorização o tempo, o lugar, as ideias, os modelos e os métodos aplicados à assistência institucional são elementos decisivos para compreender como as formas de

repor/suprir a família, de disciplinar os pobres a partir de seus filhos, de estabelecer o percurso educativo dos internos e encaminhar os ex-internos de asilos a institutos profissionalizantes são gestados e consagrados em determinados momentos históricos e em regiões específicas, adquirindo força de exemplo a ponto de passarem a modelar a produção de instituições congêneres em outras localidades. Quando os asilos infantis, tão conhecidos em São Paulo e originários do século XIX, ocorrem também em Ribeirão Preto, a partir de 1917, conta para tanto o protagonismo dos agentes locais, cujo movimento em direção à concretização da ação assistencial é o de quem reconhece a existência de emergências locais, a primeira delas sendo o abandono de crianças, num cenário de exiguidade dos recursos do lugar para a resolução do problema. E a qual solução os filantropos locais apelaram? Em geral àquelas conhecidas e capazes de coincidir com a promessa de mitigar esse fenômeno largamente conhecido em São Paulo e no Brasil e não menos próximo porque também ocorria em sua cidade.

A primeira geração de instituições assistenciais infantis em Ribeirão Preto, no período entre 1917 e 1938, mimetizou os modelos dos asilos da AFBI e do IPAI do Rio de Janeiro, além de sediar um dos vários patronatos do Ministério da Agricultura. Pontuando esse ciclo institucional, o Abrigo de Menores de Ribeirão Preto, depois educandário (misto de orfanato e escola profissionalizante para meninos pobres), foi concebido localmente, em 1938, tornando-se um dos produtos da interiorização da assistência menos modelados por uma fonte específica e sim, pela coleção de protocolos e práticas que deram a base desde sua concepção até ser construído e operar de fato pelos idos de 1943. Tanto por canais precisos ou pela bricolagem de referências, impera em Ribeirão Preto a assistência prestada ao público por particulares, o que é um fato convergente para uma tendência absolutamente comum na paisagem paulista até meados do século XX (e para além dessa época, inclusive): o campo assistencial é formado maciçamente por organizações da sociedade civil, com participação lateral do estado, concentrada em segmentos desse mesmo campo como a

delinquência infanto-juvenil e os cuidados materno-infantis, por exemplo. O fato novo nesse cenário local, porém completamente articulado a um processo de proporções nacionais, é a chegada à cidade da Legião Brasileira de Assistência (LBA). Nesse mesmo campo assistencial e transitando dos modelos institucionais para a produção de políticas estatais para a infância, a LBA, a partir de 1942, assumiu a posição de ente elaborador, proponente e articulador de ações, campanhas, treinamento, entre várias atividades que a descrevem como uma agência governamental específica para o campo assistencial (Rosemberg, 1997).

Menores na capital interiorana do café¹

Sérgio C. Fonseca
Cintia Regina Czysz

A antipatia por crianças pobres nas ruas é antiga no Brasil. De tão conhecida, a reprovação dos hábitos de meninos pobres, de suas farras, de suas correrias e de suas faltas ganhou as páginas da literatura no século XIX, como na mistura de crônica social e ficção de Manuel Antonio de Almeida nas “Memórias de um sargento de milícias”. Numa passagem sobre a época de infância de Leonardo, seus amigos eram:

Os dois meninos com quem o pequeno fugitivo travara amizade pertenciam a uma família dessa gente que morava no largo do Rossio, lugar que tinha por isso até algum tempo o nome de campo dos Ciganos. Tinham esses meninos, como dissemos, pouco mais ou menos a mesma idade que ele; porém acostumados à vida vagabunda, conheciam toda a cidade, e a percorriam sós, sem que isso causasse cuidado a seus pais (Almeida, 1996, p. 18).

A galeria de literatos, juristas, cronistas sociais e médicos, cujos textos contêm passagens sobre meninos e meninas nas ruas de cidades brasileiras desde o século XIX imperial, não é pequena. Para efeitos de síntese, vale citar o próprio Manuel Antonio de Almeida entre os literatos, incluindo também o jurista sergipano, Tobias Barreto, autor de *Menores, loucos e o direito de punir*, de 1884, como representante do campo jurídico. Em São Paulo, enquanto expoente da comunidade jurídica, João Mendes Júnior tratara incidentalmente desse assunto nessa mesma época. Já no final do

¹ O texto da presente seção foi publicado na forma de artigo na revista *Albuquerque*, em 2013. Ver: Fonseca e Castro (2013, p. 133-160).

XIX, em tempos republicanos, a produção literária, jornalística, médica e jurídica é volumosa, a exemplo dos escritos e das intervenções na arena pública de Paulo Egídio e Candido Mota, em São Paulo, entre os juristas reconhecidos como ligados à questão dos menores; por sua vez, Moncorvo Filho, entre tantas questões com as quais se ocupou acerca da infância, alertava para o problema dos menores abandonados pelas ruas; quanto à literatura, obras como *O Cortiço*, de Aluísio Azevedo, inscreveram os menores no quadro dos problemas sociais urbanos brasileiros.

Os tempos republicanos são determinantes para a formação de um campo específico de reconhecimento da menoridade que abrange desde a questão social - envolvendo a produção jurídica e legal e a construção de recursos discursivos capazes de conferir certos lugares e identificações - até a infância pobre. No caso de Ribeirão Preto, é possível associar a aparição de crianças e adolescentes nas ruas, ou mesmo a delinquência infanto-juvenil, em primeiro lugar à pobreza. Na urbe interiorana, atuaram como elementos de pressão sobre os pobres as dificuldades de sobrevivência devido ao custo de vida, ao aviltamento da remuneração, ao não aproveitamento da mão de obra disponível nas ocupações remuneradas, com a dificuldade adicional de haver poucas instituições para apelar por ajuda, uma vez que eram insuficientes as raras formas de assistência social (fossem públicas ou privadas). Enfim, trata-se de fatores que, conjugados, incidiram sobre os pobres e, por conta disso, determinaram o desprendimento de certo contingente de crianças e jovens do campo de influência da família, porque pauperizada e, por extensão, limitada no seu papel de mediar ativamente o progressivo ingresso dos filhos na vida social e, bastante importante, sem meios suficientes para amparar e suprir suas necessidades.

Esse conjunto de problemas, malgrado as semelhanças com outras cidades brasileiras do início do século XX, apresenta como característica autóctone o fato de acontecer em uma cidade emergente no meio rural, onde se territorializou a grande

cafeicultura paulista e brasileira de então. A desproporção da distribuição da população entre o núcleo urbano e a zona rural assinala a peculiaridade de Ribeirão Preto em relação a centros maiores. A contagem encomendada pela câmara municipal em 1912 (a primeira aconteceu em 1902) revela que, dos 58.220 habitantes no município, 18.732 viviam na cidade e 39.488 na zona rural. Tal é essa diferença porque o grosso das atividades da grande agricultura, daquela dirigida ao mercado exterior cujo produto máximo é o café, concentrava processos e força humana produtiva nas fazendas, onde estavam as colônias, que representam um peculiar núcleo de habitação fora, se não distante, da área urbana.

Em percentuais, esses 58.220 habitantes recenseados em Ribeirão Preto incluem-se nos 17,7% com os quais a Mogiana pesava na densidade populacional do estado até 1920 (Memória, 2001)². Os números de 1902 a 1912, portanto, indicam que Ribeirão Preto cresceu e seu núcleo urbano encorpou em termos populacionais, ainda que a maior parte da população estivesse distribuída pelas propriedades rurais. Contribui também para essa distribuição o fato de existirem pequenos aglomerados populacionais, alguns deles eram distritos de Ribeirão Preto, outros contíguos a estações de apoio da ferrovia ou a seus ramais. Várias dessas estações de apoio resultaram em cidades, a exemplo daquelas listadas por Bacellar (1999, p. 123), que “estão na origem de centros urbanos, tais como Cravinhos, Orlândia, Brodósqui, São Joaquim da Barra, Pedregulho, Guará, Pontal, Sales Oliveira, Cristais Paulista e Aramina”.

²A Mogiana está no Noroeste do estado de São Paulo e, historicamente, é uma região que foi delineada como sendo a área de entorno dos rios Mogi-Gaçu e Pardo. Embora seu povoamento e ocupação datem do século XVIII, sem dúvida a Mogiana é reconhecida pela cafeicultura e pela ferrovia que fizeram dela, desde o final do século XIX e até a crise econômica de 1929, pelo menos, umas das áreas mais ricas do Brasil no que concerne à produção e exportação do café. Em termos populacionais, já em 1886, segundo Milliet, citado por Bacellar, a Mogiana representava 15,80% da população da província e respondia, então, por 21,81% da produção cafeeira (Bacellar, 1999).

De forma semelhante, entre rural e urbanizada, por ser um ponto importante do transporte ferroviário para onde afluíam pessoas e mercadorias, Ribeirão Preto agitava-se em torno da estação de trens e das adjacências por onde circulavam de passageiros a migrantes, sem esquecer que esse foi o ponto de desembarque das seguidas levas de imigrantes.

Ribeirão Preto, portanto, apresentava como característica sua população distribuída entre a cidade e as áreas rurais contíguas, dotadas de população numericamente majoritária estabelecida em colônias³, bairros rurais e pequenas propriedades:

População total do município: - 52.910.

População da cidade e seus subúrbios: 13.236 habitantes.

Número de casas existentes na cidade e subúrbios: - 2.522 habitadas, 17 em construção, 11 em estado de ruína, e 57 desabitadas entre a rua Floriano Peixoto e a Avenida Jeronimo Gonçalves.

[...]

Estabelecimentos agrícolas: 265, dos quaes 256 de café e 9 de canna, (1 de fabricação de assucar e 8 de fabricação de aguardente).

[...] demais indústrias existentes no município:

Número de estabelecimentos: - 163; pessoal neles empregado, - 642 individuos, sendo 531 estrangeiros e 111 nacionaes (Câmara Municipal, 1903, p. 17).

O assentamento de parte da população no núcleo urbano, em combinação com o implemento das atividades produtivas e comerciais e, ainda, encorpado pelo afluxo de pessoas, indica que o adensamento populacional da cidade está em processo. E este é um fato significativo, pois, trata-se de uma cidade posicionada em uma região rural, cuja parte maior de seus habitantes está distribuída pelas áreas rurais, como fez notar o já citado relatório da administração municipal para o ano de 1902 (Câmara

³No caso das colônias, trata-se das típicas formas de moradia e concentração de trabalhadores das fazendas de café que, algumas delas, chegaram a concentrar considerável contingente humano nessa forma de moradia das áreas rurais.

Municipal, 1903). Ao aumentar demograficamente por receber sucessivos contingentes de imigrantes e também devido ao afluxo quase permanente de nacionais, aumentaram os problemas relativos ao abastecimento, moradia, emprego, serviços de saúde e assistência, custo de vida, enfim, uma série de demandas próprias da urbanidade.

A menoridade no início do século XX era já um fato tipicamente urbano no Brasil, de sorte que a presença de crianças e adolescentes nas ruas ribeirão-pretanas – com a resultante caracterização de “menor” aplicada sobre os pobres, os abandonados e os infratores – tem como cenário essa peculiar forma de cidade. Nesse sentido, a crônica social e policial dos jornais locais evidencia a presença de meninos e meninas nas ruas, a existência da delinquência infanto-juvenil, bem como os modos pelos quais as leis, a polícia e o judiciário local atuaram sobre variados delitos e crimes nos quais menores de idade foram caracterizados como vítimas ou autores.

A criminalidade e os criminosos: Lombroso publicado em Ribeirão Preto

Em 1905, Lombroso alertava sobre a infância abandonada em artigo publicado no Brasil:

Ora bem, o mesmo resultado que alcança um pae de família adestrando (este é o verdadeiro termo) para a honra, o amor ao trabalho, um filho que tinha máos instintos e que era preguiçoso, póde alcançal-o a sociedade com os “criminaloides”, com os candidatos ao crime, por assim dizer, que mais tarde serão impellidos ao crime pela ocasião, pela falta de educação, pela miséria, pelo alcoolismo, etc.; esta therapeutica, porém, só pode ser eficaz com uma condição, a de cuidar do individuo desde a tenra idade para que as tendencias ao mal não estejam já tão enraizadas na sua alma e no seu espírito que seja impossível extirpal-os (Lombroso, 1905, p. 1).

Apesar de sua declinante repercussão nos círculos jurídicos e médicos na Europa, Cesare Lombroso estava em voga entre juristas e médicos brasileiros no iniciante século XX. Suas ideias, seus escritos e sua classificação dos criminosos encorpavam o conteúdo dos textos, dos projetos e dos debates nos quais advogados, juristas e médicos assumiam posições expoentes a respeito da criminalidade, das suas causas e dos meios eficazes para a sua contenção. Diversas teses nos cursos jurídicos, vários artigos nas revistas da área e destacáveis projetos para institutos correcionais⁴ e ações do poder público aparecem impregnados pela figura do criminoso nato, do “criminaloide” e da infância abandonada como fermento propício ao adulto corrompido e dificilmente corrigível, ou, nas formas extremas, incorrigível. As revistas jurídicas e médicas, os trabalhos apresentados nas faculdades de direito do Rio de Janeiro e de São Paulo, bem como diversos livros veicularam as ideias lombrosianas no Brasil da Primeira República.

Entretanto, e curiosamente, esse artigo de Lombroso aparece publicado em um jornal de cidade interiorana, ainda que se trate da principal da zona cafeeira mais rica e produtiva do interior paulista no começo do século XX. Diferente de outros do criminalista italiano, esse texto não veio a lume nas publicações das comunidades jurídica e médica das capitais, do Rio e de São Paulo,

⁴ Basta lembrar os projetos apresentados por Paulo Egídio e, depois, por Candido Mota, os dois no século XIX. Ambos, primeiro Paulo Egídio, mais adiante Mota, propunham um instituto nos moldes de uma escola correcional para menores. De início, Paulo Egídio, quando senador no estado de São Paulo, surgiu com a proposta que àquele momento não logrou êxito. Já em 1900, Candido Mota apresentou no Congresso Legislativo do estado o projeto do “Instituto Educativo Paulista”, cuja finalidade precípua era a de atender ao que estipulava o Código Penal da República que previa o recolhimento de menores das ruas para institutos industriais. Em outras palavras, tratava-se do típico reformatório, cujo modelo institucional estava bastante em voga e que tinha no trabalho seu meio aplicado para regenerar menores tidos por delinquentes ou vadios. Entrementes o percurso do projeto apresentado por Mota ao legislativo estadual, em 1902 foi criado em lei e em 1903 entrou em atividade o Instituto Disciplinar do Tatuapé, o primeiro reformatório de São Paulo.

por exemplo, onde se concentravam os debates sobre a minoridade. O artigo, de fevereiro de 1905, apareceu no jornal *A Cidade* em um tempo em que Ribeirão Preto contava com pouco mais de 13.236 habitantes “na cidade e nos subúrbios”, como registra a contagem encomendada pela câmara municipal, em 1902 (Câmara, 1903, p. 68).

Entre as diversas hipóteses possíveis para explicar a publicação desse artigo de Lombroso no jornal ribeirão-pretano, duas são compatíveis com o que era Ribeirão Preto no começo do século XX. A imigração é uma delas, visto que o contingente de imigrantes enviado às fronteiras agrícolas do café, sobretudo para Ribeirão Preto, era majoritariamente italiano. Até 1912, ano de outra contagem da população do município, a população italiana era numericamente expressiva a ponto de fazer com que sua língua e cultura fossem fato comum na vida da cidade. Inclusive, o intento de manter uma comunidade de falantes e leitores tem como evidência o empenho de italianos em manter escolas primárias que ensinavam suas crianças na língua da sua pátria de origem, o que, por sua vez, contava com a pressão da inspetoria de instrução pública local para que o ensino fosse exclusivamente em português (Câmara Municipal, 1920).

Eis, então, uma razão para Lombroso e outros conterrâneos aparecerem nas páginas de um dos jornais locais. Havia a língua, a cultura e leitores italianos. Durante a Primeira Guerra Mundial, por exemplo, o noticiário dos combates nos dois jornais locais, *A Cidade* e *Diário da Manhã*⁵, costumava veicular matérias com destaque para a Itália, um tanto por conta do engajamento de filhos de imigrantes

⁵ Os jornais *A Cidade* e *Diário da Manhã* foram fundados nesse período. *A Cidade* começou suas atividades em 1905 e circulou regularmente até 1930, quando foi empastelado por ocasião do movimento que depôs da presidência Washington Luís e que fora liderado, entre outros, por Getúlio Vargas. Apesar dessa interrupção, ainda em 1930, retomou a publicação e está ativo até hoje. Quanto ao *Diário da Manhã*, há informações que indicam 1896 como ano de sua fundação, embora, a pesquisa que realizamos tenha encontrado indícios de sua circulação constante e sem interrupções a partir de 1906, estando ativo até os anos 1990, pelo menos.

no exército italiano e, mais ainda, devido ao interesse dessa comunidade por notícias de seu país de origem.

Ao passo que os imigrantes faziam assentar sua cultura no lugar, sua presença também causou o expressivo aumento populacional do núcleo urbano, do entorno próximo e das regiões medianamente distantes, como as colônias das fazendas, por exemplo. Em 1902, eram 33.199, sendo 27.765 italianos (Câmara Municipal, 1903). Por extensão, esse aumento, constante no correr das duas primeiras décadas do século XX, combinou-se com as migrações a ponto de elevar, em uma década (entre 1902 e 1912), a população do município a 58.220 habitantes, entre os quais 18.732 estavam no núcleo urbano.

Havia razão, ainda, para publicar Lombroso no jornal local porque os sujeitos a quem o médico italiano dirigiu sua classificação dos criminosos também eram localizáveis em Ribeirão Preto e participavam da sua vida cotidiana. O menor, o delinquente e o mendigo, para mencionar apenas estes, bem poderiam ser incluídos na categoria dos “criminaloides”, definidos como aqueles de ocasião por Lombroso, diferentes do criminoso nato. Não bastassem os candidatos ao carimbo da classificação lombrosiana, os periódicos ribeirão-pretanos usavam, por sua conta, expedientes muito semelhantes aos do “criminaloide”, além de produzirem certa crônica adjetivada dos delitos e dos crimes formando, assim, uma variada lista de notas policiais.

As adjetivações sobre menores em uso nos jornais de Ribeirão Preto, *A Cidade* e *Diário da Manhã*, quando comparadas ao teor de notícias da mesma espécie veiculadas nos jornais paulistanos de então, a exemplo da crônica policial compilada por Boris Fausto em *Crime e cotidiano* (1984), apresentam notável semelhança.

Por comparação, não parece ser casual o fato de o jornal *A Cidade* (1905) publicar o artigo de Lombroso. A crônica da vida social, em especial aquela das pequenas violências cotidianas, dos delitos, da repressão da polícia sobre os infratores, é produzida fazendo uso de expedientes que realçavam ideias a respeito do caráter, da cor da pele ou da procedência das pessoas. Durante

duas décadas, entre 1905 e 1925, os jornais circulantes em Ribeirão Preto noticiaram variados fatos protagonizados por crianças, moças e rapazes que figuraram como responsáveis por roubos, furtos, agressões, raptos e violência sexual ou, no outro extremo, como vítimas.

As páginas d'*A Cidade* e do *Diário da Manhã* estão repletas de notas policiais, crônicas, editoriais e artigos publicados nas décadas de 1900, 1910 e 1920, e que se ocupam de noticiar ou opinar sobre variados fatos, como desaparecimento, detenção de moças e rapazes com problemas de saúde mental, defloramento, acidente com arma de fogo, abandono, maus tratos, brigas com lesão corporal resultante, furtos, roubos, atropelamentos, rapto, exploração da mendicância e infanticídio. E, elemento constante em todos esses acontecimentos noticiados, deles participam crianças, meninos, meninas, rapazes e moças como vítimas ou perpetradores.

Junto dessa crônica da menoridade, há, ainda, como característica forte do noticiário desses jornais, o diário das ações policiais, a exemplo da “caça aos vagabundos”, rotineiramente empreendida pelos delegados de polícia:

Não ha muito tempo, para atender constantes reclamações do publico, as autoridades policiaes emprehenderam uma seria campanha contra os vagabundos que infestam esta cidade.

O esforço do sub-delegado de policia, sr. Cap. Antonio Alves Ferreira, dava-lhes caça quotidiana e todos o acompanhavam com applausos nessa tarefa.

Tarefa delicada, porém, e de muita responsabilidade, por contender com os direitos mais sagrados dos cidadãos, que são os de contrariedades e contratempos com que teve de arcar.

Uma vez mesmo, tendo sido presos dois cidadãos classificados, que aliás não chegaram a dar entrada no edificio da cadeia, um jornal desta cidade achou asada a occasião para desancar o sr. cap. delegado, censurando o acremente.

Talvez por isso, a sua acção esmoreceu, abandonou-se a campanha contra a vagabundagem.

Urge, porém, que ella seja continuada. A nossa população não pode estar a mercê de indivíduos que constituem uma ameaça constante à tranquillidade publica, dos vagabundos que, não trabalhando, forçosamente hão de recorrer a meios illicitos para prover a propria subsistencia.

Ainda hontem estiveram na repartição da policia os cidadãos Vicente Ripoli, Humberto Brancalone, Estevam Gomes e Alferes João d' Alessis, que lá foram pedir providencias contra os desoccupados que estacionam nas portas de botequins e restaurantes à rua General Osorio, promovendo algazarras, desrespeitando familias com gestos e palavras obscenas, durante todo o dia e até tarde da noite.

O dr. delegado de policia vai attender a justa reclamação, procurando expurgar esta cidade desses parasitas perigosos.

Naturalmente encontrará o mais decidido apoio da parte de todas as pessoas sensatas (*Diário da Manhã*, 1912, p. 1).

Não era raro *A Cidade* e *Diário da Manhã* trocarem farpas, animosidade esta comum durante as décadas de 1910 e 1920; por isso, o artigo em resposta à crítica levantada pelo concorrente e reforçando a ojeriza do periodista e de seu jornal aos “vagabundos”. Tirante essas rusgas, a imprensa local mais manifestava simpatia por ações como as narradas antes do que ponderações contrárias ou reservas a tal caça aos vagabundos:

CAÇA AOS VAGABUNDOS

Ainda hontem o sr. major Antonio Alves, sub-delegado de policia, proseguiu na sua louvavel perseguição aos vagabundos.

O resultado, porém, foi quase nullo. Só se deixou *apanhar a preta Maria Antunes de Britto* (*Diário da Manhã*, 1912b, p. 1).

Entre as causas possíveis para a existência de uma considerável população de rua na Ribeirão Preto das primeiras décadas do século XX, deve-se levar em consideração as migrações favorecidas pelo fluxo de passageiros pela ferrovia e, certamente, do ponto de vista do trabalho, parte desse contingente é formado pela mão de obra semi-ocupada, sem vínculo com uma localidade permanente, sub-remunerada ou empregada em trabalhos

manuais igualmente mal pagos. Quando desenraizado da vida ocupada e situada na localidade, esse contingente humano compôs a massa de pessoas que viviam nas ruas sobrevivendo de atividades temporárias lícitas ou consentidas, os pequenos biscates, ou de ilícitos, em geral de esmolas, além de furtos nos casos mais extremos, incluindo-se nesse grupo vários meninos e meninas. Essas são as características dos migrantes ou dos marginalizados enraizados na cidade que compunham a massa de trabalhadores braçais urbanos ou temporários rurais, pequenos criminosos e mendigos. Como se não bastasse, muitos imigrantes não melhoraram de vida, como imaginavam, quando vieram para a promissora cidade de Ribeirão Preto, por sua vez, indo compor o contingente de pobres e miseráveis. Não é muito diferente do que ocorria na própria São Paulo, onde muitos imigrantes haviam desembarcado para “Fazer a América”, como afirma Fausto (2001, p. 20), “na luta pela sobrevivência e pela ascensão social, famílias se desigualaram, convivências se romperam no espaço urbano”, de sorte que os “sonhos se realizaram para alguns e as ilusões se desfizeram para muitos”.

Paradoxalmente, exceto para a lógica do capital, enquanto a curva dos gráficos de acúmulo de riquezas registrava mais altas do que baixas, aumentava a distância entre a riqueza e a pobreza no complexo cafeeiro, conforme a expressão de Beiguelman (2005), que designa as principais zonas produtoras da Primeira República e a capital paulista. Um sinal dessa distância entre riqueza e pobreza é o aumento do custo de vida nas cidades, inclusive nas do interior, como Ribeirão Preto, e a conseqüente condição de penúria dos mais pobres. A presença de mendigos de todas as idades cresceu na cidade, na mesma medida em que cresceu o incômodo do restante da sociedade com os pedintes.

A presença de andarilhos, mendigos, pessoas sem ocupação definida, aventureiros e vagantes era tão comum nas ruas de Ribeirão Preto a ponto de ficar inscrita em certas memórias da cidade ao lado, inclusive, da pressão reiterada da polícia sobre essa mesma população de rua. Dois entre os memorialistas ribeirão-

pretanos, Prisco da Cruz Prates (1956) e Rubem Cione (1997), incluem entre os personagens reais de suas reminiscências, que tomam por narrativa histórica, os mendigos, de tal forma que alguns deles são lembrados pelo nome e descritos como figuras pitorescas, a exemplo do Geraldo, do “Chico Louco”, da “Pé de Anjo” e do “Henrique Louco”. Ainda que lembrem primeiro dos mais peculiares, não escapa aos memorialistas o fato de que os mendigos afluíam para Ribeirão Preto. Prates (1956, p. 23) narra que uma “chusma de pedintes e mendigos invadia a cidade”, exercendo sua atividade “solicitando óbulos aos passantes para a sua manutenção”.

Além da “caça”, a polícia local exercia outros meios de controle da mendicância. Desde 1910, mendigar era atividade dependente de autorização da delegacia de polícia:

A MENDICÂNCIA

Continua na delegacia de policia, segundo as determinações do dr. Mamede da Silva, recentemente publicados em editaes, a distribuição de chapas nos mendigos residentes nesta cidade.

Até hontem, haviam sido fornecidas 29 chapas (*A Cidade*, 1910, p. 1).

Para aqueles reconhecidos pelos delegados de polícia como necessitados, era entregue uma placa que conferia ao possuidor a licença para esmolar. Por esse ato, anunciado em edital como lembra a nota, ora a polícia ensaiava tutelar, quando não, caçava os vadios com a ressalva de permitir pedir apenas aqueles que exibissem as placas e fossem devidamente registrados como mendigos na delegacia.

Por sua vez, meninos e meninas avolumavam a população de rua da cidade:

CRIANÇAS ABANDONADAS

Constantemente, umas vezes nas primeiras horas da noite e outras pela madrugada, comparecem a esta redacção meninos pobres que, se achando em completo abandono pelas ruas, vêm pedir agasalho para dormir.

Noticiando a desoladora e perigosa situação dessas infelizes crianças não temos o intuito de fazer alarde de sentimentos nobres, pois é do mais comedido dever de caridade dar abrigo aos abandonados muito principalmente crianças (*A Cidade*, 1911, p. 1).

Os apelos como esse se alternam no *Diário da Manhã* e *n'A Cidade*, ora em tom humanitário, outras vezes em defesa da ordem pública. Mas, característica comum a ambos, a crônica publicada neles demarca um fato: a presença de meninos e meninas nas ruas é uma constante. Acrescente-se, igualmente, que crianças e adolescentes fazem parte do contingente de miseráveis que formam as fileiras de pedintes pelas ruas, não custa reiterar. E, igual aos adultos, estavam sujeitos ao escrutínio policial.

Desde que fora tornada prática corrente, a afamada placa era exigida dos pedintes e, quando usada indevidamente, mesmo por menores de idade:

Mendigo sem o Ser

Um menor que herdou de seu pai uma chapa de mendigo, a de número 28, continuou no mister de pedir esmola, principalmente em Santa Thereza, onde comettia actos improprios de um <<mendigo>>, tornando-se mesmo o seu procedimento intoleravel, pelo que o chefe daquela estação se queixou à policia.

A chapa foi apreendida e o menor reprehendido (*Diário da Manhã*, 1913d, p. 1).

O “Mendigo sem o ser”, não é demais destacar, é um menino que “herdou” a placa do pai e, uma vez regrada por ordem da polícia desde 1910, mesmo para mendigar, essa era uma herança indevida, pois é o delegado quem concedia tais placas para que os pedintes fossem autorizados pela polícia a esmolar em Ribeirão Preto⁶. Esse uso não era novidade, pois antes outro menino virou

⁶Os citados memorialistas ribeirão-pretanos reforçam a existência dessa prática e reiteram que conforme a regra era obrigação dos pedintes registrarem-se na polícia e retirarem a placa de “mendigo”. Ainda de acordo com Prates (1956), e como pudemos apurar na pesquisa nos jornais, a ideia desse tipo de controle pode

notícia como o “Mendigo preso”, ocasião em que o jornal informou a seus leitores que em “Cravinhos foi ontem preso o menino Paulo, que ali mendigava sem a exibição da competente chapa” (*Diário da Manhã*, 1912, p. 1).

Acompanhando a constância com que a menoridade se torna objeto de opinião e personagem da crônica nos jornais ribeirão-pretanos no período pesquisado, é igualmente permanente o emprego de adjetivações como “gatuno”, “ladrão” e “larápio”, combinadas com a identificação racial de “preto”, “pretinho”, “pardo” e “pombinhos pretos”. Usar termos como esses para marcar negros e brancos pobres era uma prática que os periodistas dos dois jornais locais pareciam ter como habitual e, por isso, normal, a exemplo dessa notícia:

PELA POLÍCIA

Pelas 10 horas da noite de ontem, andava por sob a chuva que caía e completamente a descoberto, em um estado de lastimosa embriaguez, em frente ao jardim uma negra maltrapilha que tinha nos braços uma criança clara, a que chamava de filha. E a negra cambaleava inspirando a todos dó e horror aquele quadro.

Um transeunte condoído da triste sorte da infeliz creancinha foi dar parte do caso a nossa Polícia, que imediatamente mandou buscar os miseros.

Se a negra é de facto mãe da creancinha clara, é o caso de se nomear tutor a esta (*A Cidade*, 1912a, p. 1).

Na galeria das adjetivações incluem-se, ainda, as de nacionalidade como “italiano” e “português”, associadas a indicações etárias, a exemplo de “rapaz”, “rapazola” e “moçoila”, dentre outros qualificativos, aplicados ao texto como marcadores dos sujeitos cujos feitos são noticiados.

Não bastassem esses adjetivos, a palavra “menor” é o definidor por excelência de quem consta da crônica social e/ou policial, por

ser atribuída ao delegado Mamede da Silva, que colocou em vigor essa medida por volta de 1910.

vezes especificado por acréscimos como “menores larápios”, “gatunos precoces”, “menor de maus instintos”, em razão da situação ou fato no qual estão implicados menores de idade.

A adjetivação demarca a característica, a origem social e étnica e precisa a idade, a falta/delito e o gênero, enquanto que a prática de noticiar os fatos, de narrá-los imiscuindo a opinião na narrativa, realiza a captura dos acontecimentos, porquanto as palavras escolhidas pelo narrador/periodista tipificam os indivíduos e as situações. Essa operação estrutura o diário das pequenas e grandes violências, dos crimes, das transgressões, enfim, dos eventos da vida cotidiana registrados pelo jornal e contados ao público. Ainda que sob essa forma de noticiar, a frequência com que os delitos, os pequenos crimes e as variadas espécies de transgressões estão presentes nos jornais assegura que eles fazem parte da vida cotidiana em Ribeirão.

Entre os vários textos jornalísticos levantados durante a pesquisa, sobressaem os casos de violência sexual. Quando estudados mais detidamente, alguns dos supostos casos de violência sexual, nomeados de defloramento, indicam tratar-se de arranjos ou mesmo combinações entre rapazes e moças, às vezes o de sexo masculino alguns anos mais velho, com o propósito de adiantar, pela via da relação sexual, o casamento. Devido a algum impedimento, não podiam fazê-lo livremente, tendo de lançar mão de recursos como um quase delito de rapto ou um duvidoso defloramento. Em outras ocasiões, a fim de reparar o pudor e a honra da família, em razão de relações sexuais havidas entre moças e rapazes tidos como “sedutores” ou “aproveitadores da ingenuidade”, o casamento era a saída imposta para reincorporar os faltosos e seus familiares à moralidade vigente, com o adicional de mitigar a vitimização sexual das moças sem necessariamente demandar sanções ao rapaz ou homem aproveitador e/ou perpetrador. Desse modo, para todos os casos, o casamento compulsório era o recurso reparador ao qual a família, geralmente das moças e apresentando-se como parte ofendida na queixa à

polícia, e, se fosse o caso, ao judiciário, recorriam à autoridade policial e aos juízes.

Por vezes, os próprios implicados admitiam pretender o casamento:

Notas policiaes

Antonio Spinelli, italiano residente nesta cidade, raptou a menor Maria Benedicta dos Santos.

Chegando este facto ao conhecimento da polícia, foram raptor e raptada chamados a presença do delegado de policia, declarando ambos desejarem contrahir matrimonio pelo que foi officiado ao Juiz de Paz afim de providenciar sobre o enlace matrimonial dos dois pombinhos.

O casamento realisou-se hontem às 5 horas da tarde (*A Cidade*, 1905a, p. 1)

Se não por esse exato motivo, recorriam à autoridade policial a fim de obter o favor de um casamento sem custos:

POMBINHOS PRETOS

Apresentaram-se hontem ao dr. delegado de policia os pombinhos pretos Quintino Rodrigues e Anna dos Santos, afim de se unirem pelos indissoluveis laços do matrimonio e com o auxilio da policia, que fica mais barato.

o dr. Mamede mandou-os recolher aos baixos da delegacia e deu as precisas providencias para que hoje possam ser satisfeitos os seus desejos (*A Cidade*, 1914, p.1).

No noticiário, permanece a ambiguidade inerente a essa prática, pela qual rapazes e moças incorrem inicialmente em uma falta, condenada moralmente e, com o casamento, reparam uma situação de vergonha, bem como abrandam o efeito de exposição de si e da família. Acrescente-se que em certas situações esse era um recurso extremo daqueles que não contavam com o consentimento dos pais, uma vez que, depois de deflorada uma garota menor de idade, poder-se-ia reparar a falta casando-se com

ela, mesmo contra a vontade paterna. Em *Crime e cotidiano*, Fausto (1984, p. 224) explicou o caráter compensador inerente a esse teatro no qual os casais, ou as famílias, prestavam contas da relação sexual perante a autoridade policial a fim de tornar “público um ato íntimo praticado com desrespeito às normas sociais”.

Em comparação com as histórias recolhidas por Fausto (1984, p. 224), essa maneira de ensejar o matrimônio não é recorrente apenas em Ribeirão Preto, porquanto condiz com uma prática em uso também frequente em outras praças, como em São Paulo, pois os “queixosos vão à polícia em busca de um casamento – final de uma história que, pelo menos na aparência, reintegra comportamentos inadequados no mundo da ordem”.

No entanto, conforme observado nos artigos analisados, o chamado “defloramento” não acontece apenas com o objetivo de ensejar casamentos outrora desautorizados. No lado reverso, em outras histórias, o defloramento designa *stricto sensu* o ato de violência física e sexual contra crianças e jovens de ambos os sexos. Nesse mesmo ambiente em que o defloramento sela uma união conjugal reparadora (duvidosamente consensual), há vários outros casos em que o episódio narrado é um crime sexual de fato, tal como no artigo do jornal *A Cidade* (1905c, p. 1), nas “notas policiais”, que retratam uma tentativa de “defloramento” de uma criança de quatro anos:

Foi remetido ao dr. Promotor Publico por intermédio do dr. Juiz de Direito o processo em que é indiciado Phellipo Pieroni, como autor da tentativa de defloramento na pessoa da menor Paschoalina Mantovani, de 4 annos e meio de idade e filha de Baptista Mantovani, morador à rua Florêncio de Abreu nº 55.

Há, também, outra notícia semelhante em 1915:

MANDADO DE PRISÃO

Pelo sr. dr. Elyseu Guilherme, juiz de direito da comarca foi expedido mandado de prisão contra Raphael Marascia pelo crime de defloramento na menor Maria Megua (*A Cidade*, 1915, p. 1).

E as queixas de defloramento seguem nos anos seguintes:

DEFLORAMENTO

A menor Maria Buzan, residente à rua Capitão Salomão, 31, deu queixa à policia contra Francisco Chéres, accusando-o autor de seu defloramento.

Chéres foi preso e será processado (*A Cidade*, 1917, p. 2).

Nesses três casos, o defloramento não dá título a uma história ambígua que poderia resultar em um casamento reparador, em especial na história da criança de quatro anos, completamente fora desse recurso. Embora eufêmico nessas notas, o defloramento dá título a um caso de violência sexual. Por isso, os três passaram do inquérito policial a processo judicial.

Além das histórias de defloramento e de violência sexual, o mundo da menoridade ribeirão-pretana apresenta várias outras notícias sobre furtos, roubos, agressão, lesão por arma de fogo e mendicância, cuja característica comum é a presença de menores no enredo dos episódios. Os textos nos jornais ribeirão-pretanos contam sobre pequenos delitos contra o patrimônio, sobre agressão ou mesmo violência física, além de serem numerosos no período entre 1905 a 1925, a ponto de instituírem um tipo peculiar de crônica devido à constância com que são publicados nesse tempo. Nessa crônica, por sua vez, os qualificativos para designar raça ou origem, a exemplo de “pretos” e “italianos”, são bastante usuais. Nas notas policiais não falta, também, “gatuno”, para precisar o criminoso praticante de crimes contra o patrimônio, a exemplo dessa notícia que combina as duas formas de qualificativos:

Notas policiaes

O Sr. Américo M. Gonçalves digno sub-delegado de policia tão acertadas providencias deu que conseguiu não prender os auctores do audacioso roubo praticado em casa do sr. Dr. Guião, como apprehendeu todos os objectos roubados, que estavam dentro de um sacco escondido n'um matto perto da Santa Casa de Misericórdia.

Os gatunos estão sendo processados, e chamam-se Marcelino Quintino de Oliveira (preto) de 17 annos, e Sebastião Clemente (preto) de 19 annos, gatuno conhecido, (já cumpriu penna de 10 mezes por crime de roubo), Luiz Barboni, italiano de 16 annos. O sr. Cap. Raul Portugal, digno escrivão de policia muito auxiliou na diligencia (*A Cidade*, 1905b, p. 2).

Os presos formam um grupo interessante, cujos participantes são rapazes negros e um italiano, algo próprio de uma cidade onde a imigração era ainda fato recente, afinal, pela via da inserção do estrangeiro desde fins do século XIX, somando-se à presença de população local estabelecida, e, ainda, em combinação com as migrações regionais, foi-se amalgamando a composição humana e social do lugar. As contagens da população de 1902 e 1912 projetam uma cidade com predominância populacional imigrante e maciçamente italiana, sendo seu número de 27.765 em 1902, ou, 52% dos habitantes da área urbana e rural do município.

Quadro 12: Dados da contagem de população de Ribeirão Preto em 1912

COR			
CIDADE	Preta	762	Somadas
	Parda	163	
	Branca	17.807	18,732
MUNICÍPIO	Preta	491	
	Parda	180	
	Branca	38.817	39.488
TOTAL			58.220

Fonte: Câmara Municipal de Ribeirão Preto. *Relatório apresentado em sessão de 15 de janeiro de 1920, pelo Dr. Joaquim Macedo Bittencourt, Prefeito Municipal*. Ribeirão Preto: Typ. da Casa Selles, 1920, p. 76-77.

Se ampliadas as faixas etárias do recenseamento local e isolada a população do núcleo urbano temos os seguintes números:

Quadro 13: Faixas etárias apuradas pela contagem de população em 1912

		IDADE	
CIDADE	Menos de 1 anno	743	
	De 1 a 6 annos	3.276	
	Somma		4.019
	De 7 a 12 annos	2.966	
	De 13 a 20 annos	3.450	
	De 21 a 30 annos	3.204	
	De 31 a 40 annos	2.306	
	De 41 a 60 annos	2.300	
	De 61 a 80 annos	400	
	De 80 a 100 annos	31	
	Total		18.732

Fonte: Câmara Municipal de Ribeirão Preto. Relatório apresentado em sessão de 15 de janeiro de 1920, pelo Dr. Joaquim Macedo Bittencourt, Prefeito Municipal. Ribeirão Preto: Typ. da Casa Selles, 1920, p. 76-77.

A contagem de 1912 revela um dado curioso ao separar a população por cor da pele: a população, conforme o que consta do censo patrocinado pela administração municipal, é majoritariamente branca, imigrante e assentada nas áreas rurais do município, com menor contingente no núcleo urbano. Pelos números da contagem de 1912 existe uma proporção considerável de crianças e adolescentes no cômputo total da população da cidade. Em que pese o fato de o número ser estimado, como reconhecido no relatório da administração municipal (Câmara, 1920), ainda sim, entre os mais de cinquenta e oito mil habitantes do município, em 1912, “havia 9.764 em idade escolar, isto é, de 7 a 12 annos de idade” (Câmara, 1920, p. 68).

Parte dessa população era alcançada pela escolarização formal, em um total de 4.474, ao passo que 5.190 não, ficando então “muito mais da metade sem recurso algum para aprenderem as primeiras letras” (Câmara, 1920, p. 69). Essa quantidade de crianças

e adolescentes fora da escola faz supor a existência de um contingente possivelmente ocupado no trabalho precoce, a exemplo dos jornaleiros e dos carregadores da estação ferroviária:

NAVALHADA

Hontem, cerca de 3 e meia da tarde, próximo à estação da Mogyana, o carregador de número 22, Pedro Manocci, com 15 annos de idade, tendo uma rixa com um pretinho, cujo nome não pudemos obter, este vibrou-lhe uma navalhada, produzindo um ferimento inciso na mão esquerda.

Pedro foi recolhido à Santa Casa. O offensor fugiu.

A policia tomou conhecimento do facto (*Diário da Manhã*, 1913d, p. 1)

Quando não, poderiam estar ocupados no trabalho rural:

ESTUPIDO ASSASSINATO

Ante-hontem à tarde, na fazenda do Sr. Luiz de Queiroz Telles Junior, neste município, um mulatinho, Manuel de tal, vulgo Manoelzinho Bahiano, de 17 para 18 annos de idade, assassinou estupidamente o preto João Rodrigues, de 30 annos, vibrando-lhe certa facada no coração.

As testemunhas do facto narram-no do seguinte modo:

Manoel de tal achava-se bastante embriagado. Rapaz de índole perversa, impulsionado pelo álcool, encontran-se na “chave” com diversos colonos que ali aguardavam a passagem do trem, poz-se a provocar uns e outros, distribuindo às mancheias insultos de toda especie, desafiando a todos.

João Rodrigues estava designado para ser a victima de Manoel. Intervindo numa discussão travada entre o bahiano e um colono portugues que lhe estava ao lado a cavallo, Rodrigues foi infeliz, por que Manoel, que havia a si mesmo prometido essa manhã, que arrancaria a vida a um encheu-se de ira contra elle, vibrando-lhe varou o coração.

Quinze minutos apenas sobreviveu João Rodrigues ao mortal ferimento.

Deixa dois filhinhos e é viúvo.

O criminoso evadiu-se mal compreendeu a hediondez do seu crime
(*Diário da Manhã*, 1913b, p. 1).

Sem diminuir a dramaticidade dos fatos, uma agressão com ferimentos, uma morte e duas crianças deixadas órfãs, as notas posicionam seus protagonistas em certos lugares sociais identificados pela ocupação exercida pelos participantes do enredo. Dos fatos noticiados fazem parte um carregador de estação e outro que, embora não se saiba de sua ocupação, estava entre colonos, assim como a vítima. Há, portanto, certa variação horizontal do pertencimento desses rapazes, meninos e meninas protagonistas dos fatos narrados às classes populares na cidade. Por variação horizontal, entenda-se que entre os menores há os que mendigam e, por isso, sua pobreza é mais absoluta que a de outros meninos, assim como existem os que exercem trabalhos precários, carregadores e jornaleiros, por exemplo, e outros que se incluem entre os trabalhadores diretos da produção cafeeira, como os colonos. Em comum, todos pertencem às classes populares, sendo uns mais desvalidos que os outros, mas, ainda assim, pobres. Ademais, a prática de definir as pessoas pela cor da pele completa a construção dos estereótipos: o agressor do rapaz italiano e carregador era “um pretinho, cujo nome não pudemos obter”, enquanto que o responsável por desferir o golpe mortal no “preto João Rodrigues, de 30 anos”, fora descrito como sendo “um mulatinho, Manuel de tal, vulgo Manoelzinho Bahiano, de 17 para 18 anos de idade”.

No correr dos anos, o expediente dos qualificativos segue intocado por qualquer ímpeto de revisão, como na nota sobre um casal de “menores larápios”:

MENORES LARAPIOS

Perante o dr. delegado de policia compareceram hontem o sr. Pilade Baiochi, que queixou-se à autoridade haver sido roubado em joias avalaidas em 400\$000. O queixoso accusou a sua creada menor

Joanna Pierini, a qual agiu de accordo com Thomaz de tal, também menor.

Presos os pequenos larapios confessaram o roubo (*A Cidade*, 1912c, p. 1).

Há, pois, o “gatuno” precoce:

GATUNO PRECOCE

Foi preso hontem, às 18 horas, o menor Antonio Felipe, de 16 annos de idade, que ante-hontem, às 15 horas approximadamente, penetrou no estabelecimento commercial do sr. Felipe Capua, à rua Americo Brasiliense N. 114, dalli subtrahindo pequena quantia em dinheiro (*Diário da Manhã*, 1914, p. 1).

E, também, uma quadrilha de menores “larápios”:

UM QUADRILHA ORIGINAL

MENORES LARAPIO

PRISÃO DE UM MEMBRO DA QUADRILHA

Desde alguns dias que, por estas columnas temos, despretenciosamente, feito observações com referencia ao abandono em que se acham muitos menores, não sómente aqui como em quasi todos os grandes centros.

Formulando esses commentarios, chamavamos a attenção dos homens de responsabilidade social para a solução immediata desse problema, incontestavelmente, de maxima importancia.

Diziamos que era uma crueldade deixar à mercê da sorte, no vai-vem da vida esses menores, cujas aptidões naturais deviam e devem ser aproveitadas em varios misteres, concorrendo os mesmos para o progresso desta pátria de todos nós estremecida. Entretanto não esperamos que o repórter policial, no seu noticiario, registrasse um facto concreto, confirmando assim, infelizmente, o que aqui escrevemos.

Hontem, foi preso um menor de nome Gumercindo Zacharias, que, segundo ficou averiguado, faz parte de uma quadrilha de menores larapios.

Essa quadrilha de menores, que não deixa de ser original, desde alguns dias, vem “operando”, tendo já praticado varios furtos nesta cidade (*A Cidade*, 1918, p. 1).

Além da notícia sobre a prisão do grupo de menores, temos algumas constatações compatíveis com o modo como se explicava o problema dos menores à época: o abandono de crianças levava à delinquência porque eram deixadas “à mercê da sorte, no vaivém da vida”. Essa era uma situação tão emergente que demandava providências imediatas para corrigir os delinquentes iniciantes e, por isso, a necessidade da “atenção dos homens de responsabilidade social para a solução imediata desse problema, incontestavelmente, de maxima importância”; e que essa infância e juventude bem poderiam ser úteis ao país em razão do seu trabalho, uma vez que suas “aptidões naturais deviam e devem ser aproveitadas em varios misteres, concorrendo os mesmos para o progresso desta pátria de todos nós estremecida”. Como elemento peculiar dessa nota, sobressai uma constatação já em 1918, ano dessa notícia: o abandono de crianças era questão ocorrente em Ribeirão Preto, assim como nos grandes centros de então.

Pensar o menor como um delinquente ocasional com potencial para ser o criminoso contumaz, caso não fosse corrigido, se tornou frequente desde o século XIX no Brasil. Os estudos históricos e sociais sobre esse tema, desde os anos 1980⁷, pelo menos, reiteram

⁷ Desde a década de 1980, entre os temas recorrentes nos estudos históricos e sociais sobre a infância no Brasil, certamente, as questões acerca dos menores, do abandono, da assistência e das instituições pontuam a lista dos objetos de estudo mais frequentes. Miriam Jorge Warde (2007) reforça essa constatação ao demarcar como momento produtivo dos estudos históricos sobre a infância o final dos anos 1980. Como resultado dessa tendência, a começar pela delimitação cronológica, a passagem de século entre o XIX e o XX ficou consagrada como momento de produção e afirmação de ideias sobre infância, moral, delinquência e abandono. Entre as referências que entendemos, sustentam tal tendência aquelas mencionadas no início deste artigo, com destaque para um estudo dos anos 1980, no caso de Fausto (1984), além de outros da década de 1990, a exemplo de Alvarez (1996), Frontana (1999), Faria e Veiga (1999) e Vianna (1999), sem excetuar Marcílio

essa tendência como sendo produzida ao longo da transição de século do XIX para o XX, bem como colocam juristas e médicos como os mais ativos entre os artífices dessa associação entre a infância pobre e abandonada e uma atribuída inclinação dela à delinquência.

Embora já constasse na legislação desde o Império, a exemplo do Código Criminal, as palavras “menor” e “menores” foram fortemente ressignificadas pela imprensa, pela polícia, pelo judiciário, pelos médicos, pelos juristas e até mesmo por filantropos de sorte que, tanto no singular quanto no coletivo, este passa a ser o termo utilizado pelo aparato jurídico/institucional para designar a conjugação entre pobreza, abandono e criminalidade. Sendo pobre, infratora, por vezes abandonada, a infância suscetível às aludidas condições que gestavam os menores emergiu como um perigo potencial para a ordem social, pois, caso não fosse contida – leia-se disciplinada –, viria a ser o criminoso adulto. E, para conter e disciplinar, de acordo com Foucault (2009, p. 23), a antropologia criminal e a criminologia introduziram as infrações no campo dos objetos suscetíveis de conhecimento científico, justificando “a punição legal ao indivíduo e não mais às suas infrações, ou seja, não punir a ação, mas o sujeito, por aquilo que ele é e pelo que pode vir a ser”, ou seja, a menoridade enquanto o devir da criminalidade.

Para firmar seu campo semântico, do ponto de vista jurídico, o termo menor foi encorpado, ainda, pela noção de abandono material e moral. Conforme essa noção de abandono, as crianças poderiam ingressar na menoridade tanto em razão da pobreza como devido aos desvios morais adquiridos no convívio com adultos em meios viciosos. Por sua vez, nos textos dos jornais ribeirão-pretanos levantados durante a pesquisa, é observável a coincidência de argumentos. Ao pugnarem pela resolução do problema de meninos mendigos, abandonados e delinquentes, os periodistas do *Diário da Manhã* e *A Cidade* usam expressões e jargões

(1998) que, tirante o perigo das generalizações, ainda ocupa o posto de obra referencial.

em voga quando se tratava de colocar menores no noticiário, com o adicional de indicarem soluções institucionais muito parecidas àquelas reivindicadas por reconhecidos menoristas de então, a exemplo do paulista Candido Mota, que, já em 1897, dava seu parecer acerca de meninos nas ruas de São Paulo:

Ninguém encara com seriedade o futuro desses individuos, ou antes ninguém se apercebe do futuro negro pelo crime que ameaça a nossa sociedade.

Temos aqui, para não citar o *Bocca torta*, o *Frango amarelo*, o *Girafa*, o *Mulatinho*, todos de idade inferior a 15 annos, o célebre *25 Reis*, menino de 12 annos, muito bonito, intelligentissimo, de uma actividade rara, de uma loquacidade que espanta, e que é ao mesmo tempo o mais ousado dos gatunos (Motta, 1897, p. 20).

Já em 1910, o jurista Alfredo Vieira Pinto de Melo, em discurso na sede da Ordem dos Advogados do Brasil, transcrito na revista *O Direito*, de modo coerente à lógica do abandono material e moral, apesar de fazer concessão à pobreza, pontificava sobre a necessidade de:

evitar que o pauperismo irrompa como um flagello economico, melhorar a situação das classes menos favorecidas da fortuna, e finalmente afastar por um conjuncto de medidas de verdadeira *prophylaxia* social as causas determinantes da criminalidade.

Felizmente, os governos já sentem a forte impressão desses males, entre os quaes, devo destacar o abandono em que se acham milhares de crianças, condemnadas ao mais lamentavel estado de degeneração pela influencia deleteria de um meio impuro (Melo, 1910, p. 25).

Assim como a menoridade também é produzida na urbe interiorana, as ideias sobre menores surgem nos textos dos jornais ribeirão-pretanos assemelhando-se aos esquemas explicativos correntes nos círculos jornalísticos da capital paulista e, também, aos pronunciamentos dos menoristas. A conjugação de elementos

como “abandono-pobreza-meios viciosos-indisciplina-delinquência” fornece as palavras-chave desse esquema explicativo. Essa é, inclusive, a trajetória que as crianças perfazem até a iniciante delinquência e/ou a confirmação na criminalidade. Por isso, a licença que os periodistas ribeirão-pretanos conferem a si para emplacar aos personagens das histórias noticiadas os qualificativos de “rapazola de maus instintos”, “gatuno precoce” e “quadrilha de menores larápios”. Acrescente-se a essa forma de definir as pessoas o rarefeito tratamento igualitário dos jornais sob o ponto de vista da cor da pele: a sua autoatribuída licença para adjetivar incluía tomar os negros por “pombinhos pretos”, “negra maltrapilha”, “mulatinho” e “pretinho” e com isso anular suas histórias, suas misérias e suas necessidades, ou talvez o recente passado escravista.

Por comparação, menoristas como Candido Mota são mais sofisticados na argumentação, sem incorrerem abertamente em adjetivações raciais preconceituosas, ao passo que, considerando a diferença de posição e atividade, os jornais ribeirão-pretanos, ao menos nos artigos que arrolamos, não praticam a própria censura ao tipificar alguém pela cor da pele. Tirante essa diferença, a solução para o problema dos menores vislumbrada para a cidade confere com aquela frequentemente proposta para os menores: instituições de tutela e correção.

A questão fora posta em 1913 no editorial do *Diário da Manhã*, assinado por Enéias da Silva, coproprietário do jornal: Ribeirão Preto tinha seus menores, o abandono e a delinquência e nada além da polícia para fazer frente ao problema. Sequer um orfanato. Então, para resolver o problema:

Há tempo venho acariciando a ideia de congregar os bons elementos desta cidade ou deste município para fundação de um estabelecimento ou de um instituto de protecção à infancia abandonada, às creanças de um e de outro sexo, atiradas pela miséria ou pelo abandono dos Paes no vórtice da perdição (Silva, 1913, p. 1).

Havia precedentes do intento de instituir na cidade um estabelecimento dessa natureza:

Há poucos dias, na sede da «Recreativa», na palestra, entre homens de senso moral elevado, feri novamente o assumpto. Tive ensejo de estender-me sobre considerações de ordem econômica e reputadas indispensáveis para a viabilidade da ideia. Entre outras, salientando-a como a primeira, a mais importante, a creadora, por assim dizer, do intuito, o aproveitamento da «Chacara Antunes», propriedade do município, e até hoje inaproveitada, a não se sabe de futuro que destino possa ter. Chacara esta que seria um ótimo lugar para a fundação do estabelecimento a que me venho referindo.

Sabe-se que a Camara Municipal adquiriu aquella Chacara com o fim de doal-o ao Governo do Estado, se este ali estabelecesse um instituto disciplinar. Infelizmente não dotaram o Ribeirão com esse estabelecimento de protecção aos menores desamparados.

Razão bastante para que a nossa Camara Municipal corra agora em auxilio da ideia -objecto destas linhas, aproveitando a «Chacara Antunes» para essa obra de inadiável, execução, obra meritória, e que virá attestar os nossos sentimentos altruísticos, a mesmo tempo patrióticos; pois preparando a infancia, fazendo dessas creanças que por ahi vivem ao desamparo, bons cidadãos e boas donas de casa, distintas mães de família, teremos feito um serviço de verdadeiro patriotismo (Silva, 1913, p. 1).

Nos antecedentes dessa proposta constam as tratativas ensaiadas para trazer a Ribeirão Preto um instituto disciplinar semelhante ao que o estado paulista mantinha à época. Os argumentos para essa intenção possivelmente encontrariam respaldo na Lei de 1909 (Lei estadual nº 1169, de 22 de dezembro) que autorizava o estado a criar mais dois institutos disciplinares em cidades do interior e que fossem baseados no modelo daquele já atuante na capital fazia alguns anos. Desde 1903, quando o primeiro foi concretizado na capital, até 1935, foram estabelecidos no estado três institutos disciplinares, sendo um em São Paulo, outro em Mogi-Mirim (em funcionamento a partir de 1925) e o terceiro em Taubaté (ativo a partir de 1934). O trio representava o

típico reformatório de então: recebiam seus internos recolhidos das ruas pela polícia ou por ordem do judiciário; organizavam suas rotinas a partir do trabalho, ao qual os internos estavam obrigados; e, após um percurso institucional, liberavam seus tutelados com a pretensão de tê-los regenerado. Quanto aos internos desses institutos, o contingente tinha de abandonados a delinquentes (Fonseca, 2007).

Tal como nas justificativas que levaram Candido Mota a propor um instituto educativo em 1900 (Motta, 1909) e que, mais adiante, resultou no Instituto Disciplinar do Tatuapé, o trabalho é o instrumento determinante para regenerar quando o articulista ribeirão-pretano pensa na instituição ideal para os abandonados material e moralmente.

E como não ver vantagem num tal estabelecimento em Ribeirão Preto, afinal:

Quantos beneficiários virá elle traser a esta terra! Quantos crimes virá evitar! Quantas almas boas virá colher e libertar das cadeias do vicio!

Quantas lagrimas virá enxugar! Quantas dificuldades resolver para o bom andamento da machina social emperrada neste particular, por absoluta falta de um instituto dessa natureza! (Silva, 1913, p. 1).

Era o que propunha o articulista: a assistência na versão institucional.

Quando vistas em conjunto, essas notas policiais oferecem mostras das relações violentas existentes na cidade. Contam como exemplos os casos de violência sexual, os desfechos dos furtos malsucedidos, a “caça aos vagabundos” promovida pelos delegados de polícia, o controle da mendicância (enquadrada como atividade) e a abordagem áspera dos periodistas em seus textos sobre os delitos e seus praticantes e sobre o desrespeito à ordem pública. Ademais, a maioria dos autores desses crimes é pobre, basta lembrar a “creada menor” acusada de furtar joias, os “menores em abandono”, os meninos mendigos e os “gatunos

precoces” que, embora não sejam poupados da grandiloquência dos periodistas, são autores de pequenos delitos causadores de efeitos igualmente pequenos.

Os periodistas ribeirão-pretanos adjetivavam fortemente seus textos para que o ato de noticiar situasse cada qual em seus lugares: negros, imigrantes, desocupados, pobres, menores, mendigos, mulheres e crianças. O lugar conferido a cada um nas notas corresponde, por sua vez, à projeção da sociedade local elaborada pelo texto desses periodistas, para quem os sujeitos adjetivados são a parte defectiva de uma cidade ainda se fazendo no começo do século XX.

A assistência à infância chega à cidade: o asilo como forma de resposta institucional¹

Sérgio C. Fonseca
Carla Cristina Johansen

Nas primeiras décadas do século XX, o contingente de crianças em Ribeirão Preto, apontado nos recenseamentos locais, fazia seus administradores lembrarem que, além de proporcionalmente numeroso perante a população geral da cidade, a escola não recebia todos aqueles aptos a serem instruídos. A escolarização preocupava a sociedade local, assim como os seus necessitados, meninos e meninas pobres, órfãos ou nas ruas, bem como as crianças pequenas motivaram a iniciativa dos beneméritos e propagadores da instrução. Os jardins de infância apareceram na cidade sob o propósito de acolher as crianças pequenas inspirados pelos congêneres paulistanos, e, um deles em particular, se propôs desde 1910 a ter entre seus escolares crianças pobres ou órfãs. Nomeado como “Escola do Povo”, mantido pela “Associação Protectora da Infancia”, a propaganda desse jardim de infância e externato, onde também se ministrava a instrução primária, informava sobre os “numerosos logares gratuitos para creanças orphans e desvalidas, que também terão livros de graça” (*A Cidade*, 1910, p 2). Entre as escolas existentes em Ribeirão Preto à época, esse é o único caso a publicar sua disposição de receber “crianças orphans e desvalidas”.

¹ O texto da presente seção foi composto a partir da reelaboração de dois artigos a publicadas na revista *Educação em Revista*, em 2012, e nos *Cadernos de História da Educação*, em 2015, e do artigo publicado em *História Unicap*, em 2018. Ver: Fonseca e Johansen (2019, p. 60-76); Fonseca (2015, p. 461-481); Fonseca, 2012, p. 79-108).

Seja pelo seu fim, seja por ensinarem junto de escolas, os jardins de infância cobriram uma fase anterior à instrução primária, cumprindo ainda, uma função nova na cidade ao ampliarem o atendimento escolar para idades mais jovens (entre três e sete anos de idade), sem, no entanto, contribuírem para a resolução do reclamado problema do número insuficiente da população infantil atendida pelas escolas. Exceção feita à “Escola do Povo” e à “Associação Protectora da Infancia” a qual pertencia, a rigor a assistência à infância encontrou no Asilo Anália Franco sua expressão mais nítida em fins da década de 1910.

A partir do Asilo Anália Franco, o orfanato – modelado para receber crianças muito novas e mantê-las por tempo prolongado, tendo nesse percurso a interposição da instrução para o trabalho e de alguma educação escolar – passa a se colocar como um possível destino das crianças, especificamente meninas, abandonadas, órfãs ou entregues por familiares. O livro de matrícula do asilo, desde sua fundação em 1917, mostra que ele se projetou regionalmente como uma alternativa para receber meninas órfãs ou receber por tempo determinado aquelas cujos pais apelavam por ajuda (Asilo, 1917). Nesse sentido, nos dez primeiros anos de atividade do asilo há registro de entradas de meninas provenientes de Sertãozinho, Franca, São Simão, Serrana, Cravinhos, Brodósqui, Batatais e Bebedouro que, embora numericamente menores que as ingressantes de Ribeirão Preto, não invalida o fato de que a região de algum modo sabia existir uma alternativa para meninas desamparadas que não apenas deixá-las para criar na família de outrem (Johansen, 2017).

Quadro 14: Origem das internas do Asilo Anália Franco entre 1917 e 1925

Naturalidade	Número	Naturalidade	Número
Altinópolis (SP)	2	Pedregulho (SP)	3
Bebedouro (SP)	3	Penápolis (SP)	1
Casa Branca (SP)	3	Pitangueiras (SP)	4
Cascavel (PR)	3	Ponta-Poran (MS)	2
Catalão (GO)	1	Ribeirão Preto (SP)	58
Chavantes (SP)	3	São Paulo (SP)	6
Conquista (MG)	3	São Simão (SP)	1
Cravinhos (SP)	1	Serra Azul (SP)	1
Franca (SP)	1	Sertãozinho (SP)	7
Igarapava (SP)	1	Taquaritinga (SP)	1
Ipaussu (SP)	2	Uberaba (MG)	2
Jaboticabal (SP)	1	Viradouro (SP)	2
Jardinópolis (SP)	1	Áustria (país)	1
Monte Azul (SP)	1	Turquia (país)	1
Orlândia (SP)	2	Sem registro de origem	78
Ouro Fino (MG)	2	Total	198

Fonte: Johansen (2017).

Para se colocar como capaz de criar suas internas, o asilo ribeirão-pretano chegou a aplicar um programa que contemplava dos cuidados à educação escolar das meninas que recebia. Em 1925, o relatório da administração informava sobre o que se oferecia às internas:

A essas menores, dá o Asylo:

- a) abrigo e alimentação;
- b) vestuário;
- c) educação doméstica;
- d) instrução primária e profissional;
- e) assistência médica e;
- f) assistência dentária em gabinete próprio (Asilo, 1925, p. 2).

O asilo mantinha creche, escola primária, escola de datilografia e escola profissional em suas instalações para suas internas a fim de cumprir esse programa. Assim, os mantenedores

da instituição tinham certo que esse percurso era adequado ao que se esperava de toda interna quando da época de sua saída: cuidar de si e formar família, ou, empregar-se nos serviços domésticos. Como qualquer congênera de seu tempo, o asilo ribeirão-pretano centrava no trabalho as aulas que oferecia, as oficinas, os afazeres da casa e os valores que escolhia ensinar. O trabalho era o mote da pedagogia dos estabelecimentos que praticavam a assistência institucional. Fossem liceus, orfanatos, asilos ou assemelhados onde as crianças não eram apenas abrigadas, mas permaneciam por alguns anos, a rotina se organizava priorizando trabalhar, quando a exigência era cuidar da casa, e aprender a trabalhar fazendo, no caso das oficinas, verdadeira forma de socialização para o trabalho mediada por uma instituição, como define Enguita (1989).

Nesse sentido, o Asilo Anália Franco se modelou conforme a cultura da assistência à infância em ambientes institucionais vigente em sua época. A simultaneidade com que essa cultura era praticada desde que os primeiros seminários se estabeleceram pela capital e por cidades do interior continuou a constar nas gerações seguintes de estabelecimentos e alcançou o ano em que foi criado o asilo de Ribeirão Preto. Pesa para tanto a ligação com o legado da patronesse do asilo, Anália Franco.

O princípio guia do asilo ribeirão-pretano de assentar a educação das educandas sobre o trabalho e sobre a sua escolarização condiz com o que Anália Franco prescrevia – e praticava – nas escolas ligadas à AFBI. Interessava que as egressas, antes internas, deixassem a instituição tendo meios de se prover, mas não apenas isso, como também escolarizadas e instruídas. Isso valia para Anália Franco e também para o asilo ribeirão-pretano. E valia – como de fato valeu – também para outros congêneres que antes haviam dado abrigo a meninas desvalidas, a exemplo do Seminário da Glória, na capital paulista.

Como efeito do crescimento da AFBI para fora dos limites da capital paulista e da posição referencial de sua presidente, o caso de Ribeirão Preto é ilustrativo a respeito da influência de Anália Franco na modelação de um novo estabelecimento batizado com o

seu nome². Os antecedentes imediatos da criação do asilo de Ribeirão Preto são pontuados por articulações de membros da maçonaria local para criar na cidade um estabelecimento para crianças órfãs. Na reunião da loja maçônica “Estrella D’Oeste”, realizada em 17 de fevereiro de 1913, foi exposta a correspondência recebida e assinada por Anália Franco, “solicitando apoio moral” (Loja, 1913, p. 44) da maçonaria paulista para criar instituições (asilos, creches e escolas) em diversas localidades do interior do estado³. Quatro anos depois, em maio de 1917, as movimentações para a criação do asilo foram aceleradas. Na ata da reunião do dia 21, por exemplo, o presidente da Loja comunicou ter visitado Anália Franco e que a ela expôs seu desejo de criar um asilo de órfãs na cidade, razão pela qual precisaria do apoio dos maçons locais para concretizar esse intento, principalmente no que se referia ao suporte financeiro. A partir de então, os maçons se organizaram para fundar o asilo infantil da cidade, utilizando-se principalmente dos momentos das reuniões periódicas do grupo para deliberarem. Ainda em maio do mesmo ano, no dia 28, o então presidente apresentou um projeto de criação do asilo para meninas, quando avisou que a Loja estava “já empenhada em coadjuvar a Exma. Sra. D. Analia Franco, na criação do Asylo de Orphãos nesta cidade”; para tanto ele propunha “que esta Loja expedisse (uma circular) a todos digo a todas as Lojas no Estado solicitando um obulo para esse fim”, pois, “apezar dos exforços que viemos fazendo para collocar a nossa Loja como um legítimo factor de progresso, na actualidade [...] não encontramos até agora uma occazião”, embora

² O asilo, que atendia a meninas de Ribeirão Preto e região, existe ainda hoje como pessoa jurídica (segundo informações de membros da Loja Maçônica Estrella D’Oeste), porém, suas instalações físicas não existem mais, enquanto que constam em seu livro de matrículas registros de entrada e saída de internas até o ano de 1972 (Asilo, 1917).

³ Grande parte das fontes documentais produzidas pelo *Asylo de Orphans Anália Franco* de Ribeirão Preto pertencem à Loja Maçônica “Estrella D’Oeste”, na mesma cidade. Existe também considerável documentação sobre o asilo guardada no Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto.

permanecesse inabalável a “resolução que tomou a Benemerita Sra. D. Analia Franco, de fundar nesta cidade um Asylo para o amparo de meninas pobres” (Loja, 1913, p. 55-6).

Na reunião de 25 de junho de 1917, o presidente da Loja felicitou os outros membros da diretoria pelo empenho e leu uma lista de arrecadação dos donativos e o quanto cada maçom pôde angariar. Essa foi uma reunião festiva e solene que tratou quase que exclusivamente da criação do asilo, da qual participaram diversas autoridades da maçonaria e, conforme a narrativa do Livro de Atas, a própria Anália Franco esteve presente na reunião, o que se conclui pela passagem: “[...] em seguida foi dado ingresso a Exma. Sra. D. Analia Franco, que foi também recebida e saudada pelo [presidente da Loja]” (Asilo, 1922, p. 1). No final dessa reunião toda a quantia arrecadada foi entregue a ela. Por fim, o asilo foi inaugurado no dia 13 de outubro de 1917, “em prédio na rua Visconde de Inhauma, nº 35”. Mais tarde, em 1922, o asilo passou a ter sede própria no prédio construído especialmente para esse fim. Em 14 de maio de 1922 (fato registrado desde então no livro de atas das reuniões do próprio asilo), ocorreu a sessão solene da inauguração de sua sede social, à Rua Ruy Barbosa, nº 11. Compuseram a mesa da sessão nomes da política local e dos poderes locais, a saber: “Exmo. Dr. João Rodrigues Guião, Prefeito municipal, Exmo. Dr. Joaquim Mamede da Silva, Juiz de Direito da Comarca, Dr. Fábio de Sá Barreto, vice-presidente da Câmara Municipal desta cidade, Dr. Tito Livio dos Santos, Juiz de Paz desta Comarca, Dr. Plínio dos Santos, Inspector Escolar Municipal”; junto das autoridades estava a primeira diretoria da casa, “Dr. Benjamin Anderson Estauffer, Presidente do Asylo, José Télles, Thesoureiro interino, Miguel Deloiagono, Secretário e a Senhorita Anita dos Santos, Directora do Asylo” (Asilo, 1922, p. 1).

Da inauguração participaram próceres da política local, a começar pelo prefeito, pelo presidente da câmara, incluindo nomes expressivos das camadas médias da cidade, como o presidente do asilo, o inspetor escolar e o juiz de paz. Dessa presença na abertura dos trabalhos do asilo da cidade, pode-se destacar uma

característica constitutiva da filantropia em pleno funcionamento: a combinação entre o público e o privado, especialmente no que se refere à manutenção financeira da instituição. A loja maçônica “Estrella D’Oeste” foi a principal responsável por reunir donativos e criar as condições para que o asilo fosse fundado e, para além da inauguração, desde o início assumiu a posição de mantenedora desse estabelecimento. Como esforço adicional, em reunião de 5 de novembro de 1917, a diretoria do asilo tomou a decisão de organizar uma lista de sócios contribuintes do asilo por meio da emissão de talões de recibos mensais (Loja, 1913). Ao ser colocado para funcionar, por essa via, parte do orçamento do asilo era formado pelas contribuições de quadros da elite econômica e política local, a exemplo de membros das famílias Junqueira e Diedericksen, constantes em vários registros de contribuintes. De outra parte, havia alguma subvenção do erário público (principalmente do governo municipal e normalmente insuficiente), fato inscrito nos relatórios das administrações municipais dos anos de 1921 a 1928 (Câmara Municipal, 1929). A fração majoritária do caixa do asilo, porém, cumpria à mantenedora suprir através de variados meios de arrecadação, como festas, loterias, mensalidades pagas por membros da loja, venda dos produtos das oficinas da casa, enfim, uma sorte de recursos por meio dos quais a diretoria da loja lançava mão para fazer frente às despesas gerais.

As estratégias de arregimentar apoios e de formar o caixa da obra assistencial eram as usuais tanto para AFBI e Anália Franco quanto para os maçons ribeirão-pretanos, mantenedores do asilo. Na verdade, era o método conhecido por filantropos e lideranças de organizações do campo assistencial, bastante aplicado desde o século XIX. Nesse ponto, a versão local do asilo, seus diretores e seu corpo funcional faziam o que se sabia desde há muito para manter um estabelecimento: montar redes de aliança, apoio, contribuição financeira e simpatia entre quadros das elites políticas e econômicas; apelar à comunidade a fim de arrecadar fundos e/ou donativos em espécie, de forma regular ou eventual (em festas,

sorteios, loterias e listas); firmar vínculos regulares ou pontuais com prepostos do poder público e/ou apelar ao legislativo (municipal, estadual e, por vezes, o federal) com o objetivo de conseguir subvenções, isenção de impostos e doação de terrenos.

Se as práticas aproximavam os filantropos ribeirão-pretanos de Anália Franco devido ao pertencimento ao campo assistencial, do ponto de vista do modelamento institucional, há evidentes sinais da influência da patronesse sobre o asilo local. A começar pelo currículo e pelas etapas do ensino, no Regimento Interno, aprovado em Assembleia Geral em 17 de novembro de 1924 e publicado no ano seguinte, foram definidos os seguintes níveis: jardim de infância (internas dos quatro aos sete anos); curso primário, cuja escola era mantida e regulamentada pelo estado (para internas de sete anos para cima e que ainda não apresentassem preparo para o curso médio); curso médio, para revisão geral do curso primário, com o objetivo de auxiliar as asiladas que quisessem cursar o secundário; curso secundário, caso houvesse candidatas para isso (ou, se fosse mais conveniente à diretoria, elas poderiam frequentar o Ginásio do Estado em Ribeirão Preto, ou as Escolas de Comercio ou Farmácia e Odontologia) e, por fim, o ensino profissional, que contava com três oficinas: de roupas brancas, de rendas e bordados, e de confecções (Asilo, 1925). Esse último nível de ensino, o profissional, era obrigatório para todas as internas acima de dez anos, que deveriam seguir a ordem estabelecida entre as oficinas, de forma que ficassem três anos cursando cada uma e todas pudessem frequentar as três. Assim como definiam os documentos normativos da AFBI, antes citados, o ensino de ofícios, normalmente relacionados ao trabalho manual, era o mais recorrente entre as internas. O regimento do asilo de Ribeirão Preto definia que os programas das oficinas deveriam ser os mesmos da “Escola Profissional Feminina de S. Paulo”. Para tanto, deveria ser contratada uma professora diplomada por aquela escola para dirigir esse nível de ensino. Da referência aos programas da escola profissional da capital, o regimento deixa claro quais oficinas seriam ministradas para as

internas: “Officinas de Flores, Costuras e Bordados”. No capítulo sobre o jardim de infância do asilo em Ribeirão Preto, as faixas etárias admitidas seriam as de “4 anos completos a 7 anos incompletos”, sendo todas asiladas, ao passo que o seu caráter seria do de “transição do lar para a escola”, com o fim de “iniciar a educação física, intelectual e moral das crianças” (Asilo, 1925, p. 6). O ensino, por sua vez, “que aqui se ministrará, do modo mais concreto e intuitivo possível, visa tão somente o desenvolvimento dos sentidos” a ser realizado num tempo “diário de trabalho de quatro horas, com recreios e descansos, não podendo exceder cada aula de 15 minutos” (Asilo, 1925, p. 6).

Mais do que demonstrar a semelhança, as práticas e princípios pedagógicos do asilo ribeirão-pretano tinham marcas nítidas da influência do conteúdo geral do programa educativo idealizado por Anália Franco. Etapas, níveis e idades, fazeres, aulas, ofícios a ensinar e a aprender, enfim, os elementos escolares estruturantes do modelo escolar/asilar projetado pela AFBI sob a liderança de Anália Franco visavam robustecer o caráter educativo dos vários estabelecimentos mantidos ou apoiados pela associação, de modo a sedimentar a formação e mimese da escola sobre a corrente situação de abrigo e criação vigente na cultura institucional da assistência à infância de início do século XX.

Desse modo, o “Asylo de Orphans Anália Franco de Ribeirão Preto”, desde seu regimento, assumia a condição de “instituição humanitária cujo programma é praticar a caridade moral, intelectual e material às criancinhas orphans sem distinção de cor, nacionalidade e crença religiosa”, enfatizando o propósito de oferecer “manutenção, educação e instrução, sem o menor constrangimento de opiniões religiosas, respeitando todas as crenças” (Asilo, 1922c, p. 5101).

Em comparação com as realizações da AFBI, em São Paulo, a cidade de Ribeirão Preto esperou até 1917 para ter seu primeiro orfanato e, no mesmo ano, outro modelo de instituição iniciava suas atividades: o Instituto de Proteção e Assistência à Infância. Com essa organização local, um campo da ação institucional sobre a infância

pobre, comum durante a Primeira República, estava contemplado: a assistência materno-infantil. Em 1921, num documento encaminhado à câmara municipal solicitando a concessão de uso de um prédio do município, a diretoria do Instituto enfatizava a “elevação cristã e patriótica do programa que, há mais de 3 anos, vimos praticando com fervorosa tenacidade em favor da causa da criança desvalida” (Instituto, 1921, p. 2). A tal missão de que tratava o requerimento era a “assistência às crianças desvalidas”, realizada por meio de “serviços de assistência médica, pharmaceutica, alimentar e dentaria”, bem como auxílios prestados às “mulheres pobres nos transe da maternidade” (Instituto, 1921, p. 2).

O instituto praticou na cidade um outro aspecto da assistência à infância quando delineou os cuidados com a saúde de crianças, gestantes e mães como sua tarefa precípua. Diferente do Asilo Anália Franco, cujo fim era o abrigo e criação de órfãs, o instituto não visava à tutela porque seu modo de atuar se assemelhava aos dispensários, que, enquanto um modelo institucional em afirmação, estavam em difusão pelo país e por São Paulo à mesma época. Entre os recursos materiais empregados nos “multiplos serviços clínicos e higiênicos” (Instituto, 1921, p. 1) que prestava, o instituto possuía um gabinete dentário, instalações farmacêuticas e aparelho para esterilização de leite distribuído às crianças e mães assistidas. Com isso, Ribeirão Preto contava com duas espécies de assistência praticadas em fins da década de 1910: os cuidados médicos, ciosos com a higiene, e o abrigo e a educação de abandonados. Quanto aos cuidados preconizados pelo instituto, cabe destacar que decorriam de sua missão, a “higiene social”, de acordo com um “programa cristão e patriótico” (Instituto, 1921, p. 2). O local recebia e acompanhava certa clientela recebedora direta de seus serviços, e também atuava tornando públicas as causas da higiene social, isto é, difundido conhecimentos sobre saúde e higiene, comuns à cultura médico-higiênica em voga na Primeira República. Em 1918, um evento organizado pelo instituto trouxe a Ribeirão Preto o médico Clemente Ferreira, conhecido por seu trabalho sobre a tuberculose e por dirigir o Serviço de Proteção à

Primeira Infância do Estado desde 1905, para realizar “uma conferencia do mais oportuno assumpto social” (*A Cidade*, 1918, p. 1). Esse evento pretendia chamar a atenção do público para a profilaxia social da tuberculose, sobretudo, das cautelas a serem tomadas com as crianças, devendo a palestra, segundo o jornal *A Cidade*, “ser ouvida por todas as mães, e por todos os chefes de familia, tanto pobres como ricos, pois o assumpto da mesma pela sua natureza interessa a todos e é do mais elevado alcance para a grandeza do nosso paiz” (*A Cidade*, 1918, p. 1).

O nome dessa organização ribeirão-pretana imitava o célebre IPAI, do Rio de Janeiro, fundado por Moncorvo Filho, em 1901, assim como havia semelhança quanto ao tipo de ação desenvolvida por ambos e pelo fato de serem liderados por médicos. O IPAI de Ribeirão Preto também era conhecido pelo nome de seu fundador, o médico Antonio Gouveia, e, conforme a conexão formal entre os dois institutos, ratificada pelo Decreto Federal 3.877 de 1919, a organização, os propósitos e os apoiadores do IPAI de Ribeirão Preto apresentavam características que remetiam ao modelo do Instituto do Rio de Janeiro. Além de seu fundador, o IPAI ribeirão-pretano contava com um grupo de diretoras originárias das famílias cujos membros estavam integrados ao circuito do poder político e institucional local e estadual, formado pelo trinômio Diretório do Partido Republicano Paulista-Câmara Municipal-Prefeitura. A presidente do instituto, Anita Procópio Junqueira, era casada com o presidente da câmara municipal entre 1920 e 1926, Francisco da Cunha Junqueira, mais tarde deputado estadual em São Paulo. Ao lado de Maria Conceição Junqueira Ferraz, Sylvia Stauffer e Benedita Gomide Morgan, além de comporem a diretoria, Anita Junqueira e suas colegas formavam um grupo de apoiadoras com vínculos familiares, políticos e de classe, aos quais recorriam para ativar uma rede de apoios ao IPAI, em Ribeirão Preto, algo comum ao estabelecimento de alianças entre o público e o privado, sob o fim de praticar a assistência à infância.

Com o IPAI e o Asilo Anália Franco, duas versões da assistência à infância que se tornaram modelos recorrentes de amparo

assistencial no campo das atenções à saúde pública e na tutela e criação de abandonados e desvalidos no Brasil e em São Paulo, tinham, então, seus representantes em Ribeirão Preto. Como sinal dessa territorialização institucional e como demonstração de reconhecimento da utilidade de seus serviços, logo nos seus primeiros anos de trabalho o IPAI e o Asilo Anália Franco começaram a fazer parte da lista de dotações orçamentárias destinadas às organizações assistenciais filantrópicas da cidade. Em 1920, o relatório da câmara municipal e prefeitura registrava extensa lista de organizações subvencionadas, entre as quais o IPAI e o asilo:

Auxílios e subvenções

À S. Casa de Misericórdia – 19:000.000

À Musica no Jardim e Bosque – 7:200.000

À Assistencia à Infancia – 1:800.000

Ao Asylo Analia Franco – 1:200.000

Ao Comercial F.C. – 2:000.000

Ao Tiro de Guerra n. 80 – 500.000

Ao Monte Domenq. & C. – 3:600.000

A C.F. Colombo – 900.000

Ao monum. Da Independ. – 2:500.000

Ao Sub.-deleg. de polícia – 2:400.000 (Câmara Municipal, 1920, p. 11).

Restava ainda a chegada de um exemplar das instituições disciplinares, largamente difundidas durante essa mesma época. Sem resultar de alguma ação local, embora Enéias da Silva lembrasse que a câmara municipal adquiriu um terreno, por volta de 1913, “com o fim de doal-o ao Governo do Estado, se este ali estabelecesse um instituto disciplinar” (Silva, 1913, p. 1), Ribeirão Preto recebeu um estabelecimento desse tipo em 1922. Nesse ano, o Patronato Agrícola “Diogo Feijó” passou a ser o representante, em Ribeirão Preto, dos modelos institucionais vigentes durante a Primeira República, quando se tratava de recolher das ruas, tutelar e instruir meninos, fazendo uso do trabalho.

Diferente do IPAI e do Asilo Anália Franco, o Patronato foi instalado por iniciativa do governo federal, uma vez que pertencia

ao Ministério da Agricultura, que adotou esse modelo em vários estados e o manteve até 1930, quando todos foram desativados (Oliveira, 2003). Nas justificativas para a criação dos patronatos, presentes no relatório do Ministério da Agricultura do exercício de 1918, era lembrada a missão do governo de “organizar a assistência publica em favor dos pequeninos enjeitados da sorte e de preparar, com essa materia prima, uma geração nova de trabalhadores familiarizados com a mecânica agrícola, versados na pratica dos manejos e execução dos mistéres que conduzem à obtenção [...] dos produtos agrícolas”, razão pela qual era necessário fundar “Patronatos Agrícolas numerosos e espalhados pelo interior de todos os Estados da Republica” (Brasil, 1918, p. 138). Com esse fim, o “decreto n. 12.893, de 28 de fevereiro de 1918” autorizou o Ministério da Agricultura a “crear instituições dessa natureza nos Postos Zootechnicos, Fazendas-Modelo e estabelecimentos outros, com o duplo objectivo de socorrer a infância desherdada e formar cidadãos uteis à pátria, pelo cultivo da hygiene, da moral, da instrucción e do trabalho ordenado e methodico” (Brasil, 1918, p. 138-9). Por coincidência, Ribeirão Preto possuía, há algum tempo antes de 1922, um Posto Zootécnico e, nesse mesmo ano, o Patronato foi instalado nesse local, onde funcionou até 1926, quando não recebeu mais internos.

A diferença marcante do Patronato em comparação com o Asilo Anália Franco e o IPAI-RP não era apenas o fato de sua especificidade quanto aos métodos de atuação sobre a infância, a origem deles e suas justificativas legais. Na perspectiva da interiorização, o Patronato é a instituição que mais representa um modelo externo, trazido pronto para ser instalado na cidade. O processo de sua origem, embora um instituto disciplinar fosse pretendido segundo Enéias da Silva, não indica articulações com filantropos, políticos ou expoentes das ações assistenciais ribeirão-pretanas. Ao contrário, a existência do Patronato indicava mais a ação institucional do Ministério da Agricultura, visando a disseminar esse modelo pelo interior paulista e do Brasil.

Parte III: A interiorização da assistência pela via estatal

Sérgio C. Fonseca

Enquanto a situação comum no campo assistencial fora até o início do século XX a prevalência das organizações da sociedade como artífices e realizadores de ações de amparo social, contando com a variável colaboração do governo provincial na forma de subvenção distribuída a partir do orçamento público e de outras formas de favorecimento, na última década do XIX, por outro lado, há sinais de mudança quando os primeiros governos do regime republicano de São Paulo assumiram como incontornável a necessidade de dotar o estado de estabelecimentos próprios para delinquentes menores de idade. Devido às faixas de imputabilidade estabelecidas pelo novo Código Penal (de 1890) e as imputações definidas para cada uma dessas faixas, entre elas a internação para menores em institutos industriais, duas iniciativas no Congresso Legislativo estadual tentaram dar forma ao que deveria ser um instituto dessa natureza. Primeiro, o jurista, advogado e senador estadual, Paulo Egídio, apresentou um projeto para o “Instituto Educativo paulista”, em 1893, que acabou retirado por seu autor algum tempo depois de ser apresentado. Anos mais tarde, pelo fato de a primeira proposição não ter prosperado, outro deputado, também advogado e com carreira feita como delegado e promotor público, Cândido Mota, apresentou um novo projeto que, dessa feita, tramitou pelo processo legislativo e resultou na criação do Instituto Disciplinar, o primeiro reformatório de São Paulo. Pelas duas décadas seguintes o Instituto Disciplinar foi o único exemplar da espécie até que nos anos 1930 novas estruturas começaram a ser produzidas a fim de aparelhar o estado para maiores e mais extensas intervenções no campo social. Coincidindo

com a tendência de fortalecimento da capacidade interventora do estado em variados campos, da economia às relações entre capital e trabalho, iniciada desde o Governo Provisório instalado com a Revolução de 1930, São Paulo implementou mudanças no aparelho estatal a fim de abrigar setores responsáveis por coordenar os serviços de assistência públicos. Nos campos da educação e da saúde a máquina pública vinha aumentando seu tamanho e alcance desde a instauração do regime republicano, basta lembrar dos serviços sanitários instalados por lei de 1918 e da reforma da instrução feita em 1892. O campo da assistência, depois de relativa moratória, alcançou o *status* de setor especializado e com posição mais alta no organograma estatal em 1935.

Com a criação do Departamento de Assistência Social, vários serviços e instituições que antes estavam em posição isolada no organograma estatal passaram a ser integradas a uma estrutura mais coesa, com grande ênfase nos serviços para menores. Os reformatórios passaram para a gestão deste departamento, assim como o Abrigo Provisório de Menores (ligado ao Juízo Privativo de Menores), enfim, todos os serviços para menores foram integrados ao departamento e o dotaram da parte mais substantiva de sua estrutura. Por sua vez, com o Departamento de Assistência Social, uma tendência tonificada pela elaboração de legislação estadual especializada em menores entre 1924 e 1925, e aberta desde o Instituto Disciplinar, encontrava um ponto alto: as intervenções estatais no campo da assistência à infância tinham no aparelho menorista um de seus instrumentos fortes.

De uma parte, como assinalam os anuários do ensino e os anuários estatísticos, o estado paulista colaborou durante as três primeiras décadas do século XX com um número estável de organizações e estabelecimentos particulares que se ocupavam da educação de crianças pobres e do ensino de ofícios. Uma parte dos órfãos, dos abandonados e dos pobres que demandavam por aprender algum ofício eram assunto resolvido em grande medida por expressões organizadas da sociedade na forma de escolas de ofícios, asilos, creches e orfanatos. Outro tanto da infância pobre,

os menores, os que estavam nas ruas, os delinquentes e todos assim definidos tanto pela lei, como também por critérios cujo uso partia desde o mais simples dos policiais de rua até um juiz que mandava recolher e internar. Para essa fração da infância a resposta do estado veio na forma disciplinar, primeiro com um reformatório e mais à frente com uma justiça de menores, mais dois institutos disciplinares e serviços auxiliares referentes a menores, como o abrigo provisório e o serviço de reeducação. Com essas providências, o estado paulista produziu rearranjos ao longo dos anos a ponto de não alterar expressivamente a maciça participação das organizações particulares no campo da assistência à infância, pois se concentrou nas instituições disciplinares, enquanto que a justiça especializada em menores, assim como seu abrigo de passagem dependiam deveras dos orfanatos e dos asilos infantis de mantenedores particulares.

O ingresso do estado no campo social, onde as organizações da sociedade predominavam historicamente, segue como tendência para além dos anos 1930. No plano federal, o Departamento Nacional da Criança (DNCR) e o Serviço de Assistência ao Menor (SAM) foram modelados para operar políticas de apoio à maternidade e à criança pequena, no caso do primeiro, e para administrar uma estrutura, que com o tempo se provou monolítica e defectiva, capaz de reunir os inúmeros reformatórios e abrigos públicos ligados à administração federal, no caso dessa segunda organização.

A criação de estruturas estatais e de burocracia incumbida de sua gestão, pelos menos no campo da infância pobre e da assistência, era uma tendência em progressão nos anos 1930, com alcance nos anos 1940. Não por acaso é a época de criação de entes estatais desenhados para desenvolver políticas de longo alcance e impacto em termos de população e abrangência territorial, a exemplo da Legião Brasileira de Assistência, a LBA. Criada em 1942 para apoiar o esforço de guerra brasileiro, não demorou muito para a LBA ser convertida em uma agência nacional com ramificações assentadas em estados e municípios por todo o Brasil.

A extensividade aos municípios de diferentes regiões, a elaboração de políticas de grande escala populacional, o pertencimento ao estado e a prioridade pela criança pequena, pela maternidade e pela infância pré-escolar representam algumas das características das políticas empreendidas pela LBA e por outras organizações públicas cujo foco era também a criança, com é o caso do Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo, o DEFESP. Longe de ser idêntico à LBA, o DEFESP operava sob princípios aproximáveis da organização legionária porque fora estruturado para formular e executar políticas para a infância (com a diferença de centrar sua atuação no parque infantil e no atendimento em horário alternativo à escola) a serem assumidas pelos municípios paulistas. Sob esse ponto de vista a LBA e o DEFESP contribuíram para sedimentar uma mudança decisiva no processo da interiorização da assistência à infância, que passou também a ser promovido pelo estado.

Os reformatórios, a legislação sobre menores e a formação de setores estatais especializados em assistência em São Paulo¹

Sérgio C. Fonseca
Felipe Ziotti Narita

O estabelecimento de setores específicos para a assistência à infância no aparato estatal paulista é parte integrante do processo de formação de serviços públicos especializados em dirigir as intervenções do estado no campo social. Os braços estatais paulistas já haviam se estendido ao campo da infância desvalida desde 1825, quando da fundação dos dois seminários provinciais para órfãos, tendo permanecido nesse campo de maneira circunscrita até fins do século XIX, em parte devido à predominância da ação de elementos e organizações da sociedade na forma de obras e estabelecimentos assistenciais. Na década de 1890 – *pari passu* ao crescimento demográfico da cidade de São Paulo e de várias regiões do estado – aumenta o número de orfanatos e asilos infantis na capital e, coincidência ou não, entra na pauta dos trabalhos do Congresso Legislativo do estado o tema dos menores em razão do projeto de um instituto industrial proposto pelo senador estadual Paulo Egídio, em 1893. O intento do senador não prosperou, embora, pouco adiante a questão inspire outro nome das estirpes jurídico-políticas paulistas, Cândido Mota, a apresentar em 1900 o projeto para a criação do Instituto Educativo Paulista. Após o percurso institucional no legislativo paulista, com direito a manifestações da comissão competente, e alterações no

¹ Uma versão ampliada do presente capítulo foi publicada em forma de artigo. Ver: Fonseca e Narita, (2019, p. 290 – 322). Os temas desenvolvidos neste capítulo também foram analisados em outro texto assinado por um dos autores. Ver: Fonseca (2023, p. 249-280).

projeto idealizado por seu proponente, chegou-se ao Instituto Disciplinar, consubstanciado na Lei 844, de 30 de outubro de 1902.

A agenda institucional da menoridade em São Paulo incorporou mais compromissos após a fundação do Instituto Disciplinar, em 1903, vez que as realizações estatais nesse campo legaram até o final da década de 1920 um considerável conjunto de legislação sobre menores, cujo núcleo duro é a opção pelos reformatórios como típico estabelecimento para internar e corrigir. Com posição marcada no campo da ação sobre determinada fração da infância e adolescência, especificamente aquela composta por grupos que alcançavam de abandonados, pobres a delinquentes, o estado paulista foi prolífico em termos jurídicos e institucionais: entre 1903 e 1934 criou o Instituto Disciplinar do Tatuapé e estabeleceu previsão legal para mais dois similares em 1909; em 1907, instalou uma prisão insular, a Colônia Correccional de Ilha dos Porcos, para aqueles até 21 anos classificados como “vadios” e “vagabundos”, conforme o Código Penal, de 1890, transferindo-a mais tarde, 1914, para a instalação que estava para sediar o Instituto Disciplinar na cidade de Taubaté; em 1924, instalou em definitivo mais um reformatório em Mogi-Mirim, nos moldes daquele da capital e em 1934 finalmente colocou em funcionamento outro em Taubaté, não sem antes reformar o congênere da capital e o renomear “Reformatório Modelo”. Nesse decurso, a legislação sobre menores teve seu conteúdo apenso a outros temas, como organização de processos policiais até que vigorassem leis e decretos mais específicos. Em paralelo à fundação de instituições, o estado paulista, por meio de seu Congresso Legislativo bicameral (porque composto por câmara dos deputados e senado) formalizou, em 1924, um ramo da justiça estadual específico para menores, na Lei Estadual n. 2059, incontinenti regulamentada no ano seguinte pelo Decreto n. 3028 de 25 de março, fato que antecipou a legislação nacional (o Código de Menores Brasileiro, de 1927) quando criou o Juízo Privativo de Menores.

Em todo esse processo a atuação do poder público estadual é cumulativa no que concerne à elaboração de legislação específica

para menores, com destaque para o enquadramento da delinquência infanto-juvenil, ao passo que, no campo mais amplo da assistência, o estado se equilibrasse entre a subvenção à assistência particular oferecida ao público (mais numerosa em termos de organizações, alcance e público atendido) e o estabelecimento de instituições próprias, geralmente disciplinares.

Em conjunto as instituições, a legislação, os serviços e a justiça, ora mencionados, assinalam a consolidação de setores exclusivos para a menoridade no aparelho estatal paulista e mostram, ainda, que esses diferentes aparatos, estabelecimentos, instâncias e poderes requeriam do estado elaborar e manter alguma capacidade de gestão desse conjunto de instituições e de processos. O fato de os trinta primeiros anos do século XX, em matéria de assistência à infância e, em particular, de ação sobre a delinquência infanto-juvenil, começarem com um único instituto disciplinar e chegarem aos meados da década de 1930 com um setor de pesquisas sobre menores auxiliar ao Juizado de Menores, por exemplo, indica que a inicial conveniência de instituir reformatórios que funcionassem quase que por seus próprios esforços, foi superada, dando lugar a órgãos de justiça, registro, controle, tutela, instrução profissionalizante, abrigo, encaminhamento, enfim, a serviços inscritos em organogramas complexos, responsáveis por funções diversificadas.

A formação do campo institucional-correcional para a delinquência infanto-juvenil em São Paulo tem no Instituto Disciplinar seu primeiro produto. Até chegar o tempo em que ele se somou ao Juizado Privativo de Menores, ao Abrigo de Menores da capital, aos institutos de Taubaté (de vida breve) e de Mogi Mirim, ele foi o ponto de desembarque dos encaminhamentos da polícia e de juízes. Das ruas, das suas moradas, vindos de estabelecimentos particulares e até de cadeias do interior, os meninos eram levados para o Instituto Disciplinar porque ele foi por aproximadamente vinte anos o ponto de apoio exclusivo da ação estatal sobre pobres, delinquentes e abandonados, ao passo que a outra parte do campo continuava suprida pelos

estabelecimentos assistenciais organizados pela sociedade. Formalmente, o Instituto Disciplinar foi produzido junto com a República em São Paulo, pois desde a última década do século XIX, era discutida a necessidade de uma instituição capaz de cumprir o que determinava o novo Código Penal, cuja tarefa seria resolver o problema dos menores tidos como vadios, ociosos e abandonados na capital do estado (Motta, 1909). Em 1893, Paulo Egídio apresentou ao senado do estado em 14 de agosto o projeto de lei nº 33, propondo a criação do “Azylo Industrial de São Paulo”, adequado para receber meninos e meninas encontrados mendigando, aqueles moralmente abandonadas, acompanhados de conhecidos criminosos ou filhos de pais viciosos e condenados por sentença judicial (Egídio, 1896). Nesse projeto, Paulo Egídio entendia que os menores recolhidos no “Azylo” deveriam receber instrução elementar (ensino de leitura e escrita, aritmética e noções de moral) e, principalmente, instrução industrial em oficinas, assim como aprendizado agrícola em trabalhos com culturas no terreno da instituição (Egídio, 1896). O projeto permaneceu nas gavetas do senado até que seu autor o retirou algum tempo depois, no que foi sucedido no intento de criar um instituto industrial por outro parlamentar. Em 1900, o deputado Cândido Motta apresentou à Câmara dos Deputados paulista, na sessão de nove de maio, o projeto de lei do “Instituto Educativo Paulista”. Na câmara o projeto foi aprovado e durante a tramitação no senado sofreu modificações que vieram a transformar o “Instituto Educativo Paulista”, idealizado por Cândido Motta, em Instituto Disciplinar, por meio da lei estadual 844, de 10 de outubro de 1902 (Motta, 1909). Com essa lei, sucedida por atos do poder executivo para viabilizar a sua implantação, estava criado o Instituto Disciplinar.

Os precedentes históricos do Instituto mostram a militância menorista de juristas e políticos como Paulo Egídio e Cândido Mota a fim de colocar o problema dos menores na pauta dos debates públicos em São Paulo – e mais adiante no Brasil – e a entrada do estado em sua versão republicana no campo das instituições disciplinares para a minoridade. Como resultado da inflação de

um problema social nos discursos e debates públicos, regenerar e reeducar foram palavras de ordem da intervenção institucional sobre os menores durante a abertura do século XX. Formar o caráter de menores significou implantar, em locais fechados, uma série de preceitos pensados para vencer a aludida inclinação da “infância abandonada a se contaminar pelo ambiente das ruas ou pelo convívio com pessoas de índole criminosas” (Motta, 1897, p. 23). Para colocar em funcionamento um processo corretivo dessa natureza prevaleceu a ênfase no trabalho como o instrumento eficaz para inculcar nos internos normas de conduta adequadas (Marcílio, 1998). Em consonância com a escolha pelo trabalho como condicionante moral, o Instituto Disciplinar – assim como os Institutos Disciplinares nas cidades de Mogi-Mirim e Taubaté – também aplicou na organização de suas rotinas elementos da educação escolar quando, por exemplo, parte de suas atividades aconteciam na instrução em sala de aula (Motta, 1909; Motta Filho, 1935). Aos internos, eram ministradas disciplinas semelhantes às daquelas dos currículos escolares, com conteúdo muito parecido também. As atividades baseadas na agricultura, ou em oficinas, a disposição sempre em filas ao estilo militar, com os braços para trás, ou em posição de sentido, são componentes da atuação do instituto sobre os internos e mostram que tais práticas deram corpo a uma educação disciplinadora, voltada para uma pretendida reforma do caráter e assentada no trabalho como recurso educativo.

A finalidade de uma instituição de natureza correccional, embora coberta por eufemismos no texto do seu regimento, a exemplo de seu propósito de “regenerador dos menores” e da finalidade de “inculcar hábitos de trabalho” tem seus fundamentos gerais lançados desde as linhas do decreto estadual n. 1079, de dezembro de 1902, o qual expõe, no primeiro artigo, a que veio o Instituto Disciplinar: “com sede na Capital do Estado, subordinado ao Secretário do Interior e da Justiça, sob a imediata inspecção do chefe de polícia, destina-se a inculcar hábitos de trabalho a educar e a fornecer instrução litteraria e profissional, esta ultima de preferênciã agrícola” (São Paulo, 1902, p. 128). Para firmar o

protocolo da vida institucional do instituto e seu caráter correccional, o Regimento Interno estabelecia uma série de normas e meios de controle a serem aplicadas cotidianamente. A primeira parte do protocolo era o rito de entrada dos meninos na instituição, aberto desde a sua identificação, seguido pela entrevista feita pelo diretor e pelo recebimento do uniforme da casa (São Paulo, 1902; Motta, 1909). Nesse primeiro rito de enquadramento os meninos passavam ao posto de internos e, por isso, a estar sob os condicionantes disciplinares da instituição, entre os quais, a vigilância mútua exercida por outros internos, a aplicação nos trabalhos da cozinha, limpeza da casa e o trabalho agrícola. Outro aspecto importante era o tempo livre dos internos, que também merecia controle, tanto nas férias, quanto nos finais de semana. Suas correspondências passavam pelo crivo da leitura do diretor e não poderiam conter palavrões e notícias que desabonassem o instituto (São Paulo, 1902). Esse sistema disciplinar do Regimento Interno previa, ainda, um elenco de recompensas e punições aplicáveis aos menores internados. Essa lista de recompensas e reprimendas constituía o que se pode nomear de disciplina compensatória, ou seja, um sumário dos atos que seriam premiados devido à obediência e aplicação e dos atos que seriam punidos em casos de descumprimento das regras. O decreto que estabeleceu o regimento interno do Instituto Disciplinar contribuiu para fixar esse sistema de disciplina compensatória, no qual o controle dos internos concedia benefícios imediatos ou a longo prazo (no caso dos pecúlios e prêmios em dinheiro, a serem recebidos quando da saída do instituto), e aplicava reprimendas e vexações públicas diante dos outros internados.

A atuação do Instituto Disciplinar na reforma da conduta dos menores partia da premissa de que o ócio fora, até então, o componente nocivo da vida desses sujeitos, antes de sua entrada na instituição (São Paulo, 1911). O ócio, associado ao ambiente contaminador das ruas, era associado à progressiva corrupção moral à qual estavam expostos os menores (Motta, 1896, 1909). A desocupação, desde as idades mais jovens, não era tratada tão

somente como um problema social, e sim como um fenômeno moral também, uma vez que o ócio e a rua eram responsáveis por produzir distorções de caráter que comprometeriam a índole de meninos pobres e abandonados (*O Estado de S. Paulo*, 1909; *A Cigarra*, 1914). Por isso, o valor do trabalho era tal no funcionamento do instituto que as suas atividades rotineiras estavam em muitos momentos convergindo de modo a colocar, constantemente, ocupações aos internos (Fonseca, 2007). Com efeito, o tempo de permanência dos menores no instituto corresponde à ocupação de seu espírito e ao direcionamento de suas energias, cujo instrumento primordial de controle e disciplina foi o trabalho.

No Instituto Disciplinar a intenção de recuperar pelo trabalho estruturou uma série de rotinas laborais como nas atividades agrícolas, na conservação dos prédios e nas oficinas industriais instaladas em 1911 (São Paulo, 1913). Desde a sua fundação, aproveitando-se da conveniência de ocupar uma antiga fazenda, o Instituto organizou suas atividades práticas primeiramente em torno de serviços agrícolas. A ênfase nessa atividade teve uma dupla função no instituto: servia tanto para a reeducação dos internos, quanto para o suprimento de algumas necessidades da casa. As rotinas do instituto foram montadas de tal modo que os afazeres dos internos estavam constantemente dirigidos ao trabalho, sendo igualmente aproveitados para gerar excedentes que provesses a casa de recursos e de mantimentos, no caso dos extras produzidos nas áreas de cultivo. A conservação da casa também estava sob a responsabilidade deles porque compunha a outra parte de suas obrigações entre as tarefas que envolviam o trabalho (Motta, 1909; Motta Filho, 1935). A faxina dos dormitórios, a lavagem das roupas às margens do rio Tietê, a capina do terreno do instituto, a arrumação da própria cama e a limpeza da cozinha, tudo envolvia a participação compulsória dos internos.

Em vários relatórios dos presidentes do estado, em notícias no jornal *O Estado de São Paulo*, em relatório da Secretaria de Justiça e Segurança Pública, de 1908, e na revista *A Cigarra*, em 1914, o

caráter educativo do trabalho foi sublinhado diversas vezes como umas das qualidades do Instituto Disciplinar. O labor era lembrado pela sua utilidade na conservação da casa e também por ser um meio bastante útil, tanto para disciplinar como para mostrar aos internos que, quando fossem egressos, saberiam se colocar numa sociedade produtiva. Isto é perceptível desde a condução dos internos caminhando em formação para as áreas agrícolas, até a execução dos trabalhos, na maioria das vezes em grupos, tudo sob a supervisão dos funcionários (Motta, 1909; *A Cigarra*, 1914; Motta Filho, 1935).

De início, o trabalho agrícola ocupou o maior espaço no dia a dia dos internos, até que, em 1911, ele foi aparelhado com oficinas industriais, cuja produção passou a suprir a Força Pública de artigos manufaturados, a exemplo da oficina de colchoaria. Com essas reformas, os esforços dos internos continuaram aproveitados na manutenção do estabelecimento e na geração de recursos e mantimentos, vez que a produção das áreas agrícolas abastecia a cozinha da casa, os colchões da oficina de colchoaria iam para o almoxarifado da Secretaria de Justiça e Segurança Pública e os excedentes tanto dos gêneros cultivados quanto das oficinas, eram vendidos e a sua receita incorporada ao orçamento do instituto (São Paulo, 1908). Tal como previa o regimento, parte desses recursos acumulados a partir da produção do Instituto também se destinavam ao pecúlio que, ao final da internação, poderia ser retirado pelos internos que tinham esse direito.

A introdução do trabalho com máquinas e a produção de artigos manufaturados como colchões, sapatos e itens de marcenaria através das oficinas industriais reproduzia em certa medida o estado das atividades da indústria na cidade, com predominância do setor têxtil e de bens de consumo. Ademais, há algum tempo o limite do trabalho agrícola já pontuava falas oficiais sobre o Instituto Disciplinar ante a modernização produtiva da sociedade paulista das primeiras décadas do século XX. Em mensagem ao Legislativo, no ano de 1913, o presidente do estado, Rodrigues Alves (que fora presidente da República entre 1902 e

1906) esclareceu que o instituto, apesar de se utilizar apenas da agricultura para recuperar os menores, estava se adaptando às transformações da cidade:

Dentro de seis meses devem ficar installadas as officinas do Instituto Disciplinar, de mechanica, marcenaria, sapataria, secção de chumbadores, encanadores, etc. Com esta nova orientação a dar ao ensino, os internados poderão adquirir um officio que constituirá a verdadeira base de sua regeneração ao sahirem do Instituto. Os serviços agrícolas, únicos a que se dedicam actualmente, por certo não preenchem esse fim. Com o actual desenvolvimento industrial de São Paulo, o alumno do Instituto que aprender um officio qualquer, encontrará immediatamente uma collocação que lhe garanta os meios de subsistência (São Paulo, 1913, p. 32).

Com reformas que se alongaram de 1911 a 1914, o instituto teve as oficinas industriais, já previstas desde 1903 no decreto 1079, instaladas e entrando em funcionamento (*A Cigarra*, 1914). As mensagens dos presidentes do estado, entre 1905 e 1927, reconheciam a utilidade do trabalho tanto para a manutenção do instituto, como para a regeneração dos menores. Havia nisso algumas conveniências para o governo do estado, entre as quais o fato de que instituto assumia o papel de local de encaminhamento dos meninos tomados por delinquentes e vadios, além do que a receita gerada pelo trabalho dos internos contribuía pontualmente para a economia de recursos orçamentários investidos na manutenção da casa. Um relatório da Secretaria de Justiça e Segurança Pública, de 1908, fez um balanço das rendas geradas pelo trabalho dos internos e apontou a sua vantagem nos depósitos que constituíam os pecúlios:

A renda do Instituto tem crescido annualmente: em 1905, foi de 687\$000; em 1906 – 2:379\$600; em 1907 – 3:228\$300 e em 1908, 5:020\$500.

Como para essas rendas concorrem sempre os trabalhos dos internados, seja nas hortas, seja nos pomares, seja na criação de

porcos, della é retirada uma parte que, como incentivo e retribuição, é distribuída aos internados, empregados nos diversos misteres em que se occuparam, de conformidade com os esforços de cada um. Com essa distribuição de parte da renda aos internados, feita por autorização expressa no Aviso número 201 de 15 de janeiro de 1907, tem-se constituído um pecúlio para cada um dos reclusos. Esse pecúlio foi até 19 de Dezembro de 1908 recolhido à Caixa Econômica, que emitiu varias cadernetas a favor dos internados, representando ellas, naquella data, a somma de Rs. 2:777\$000 (São Paulo, 1908, p. 35).

A vantagem do trabalho na avaliação do secretário atendia ao fim de aliviar as despesas com os internos do instituto, tanto no custeio da casa, quanto nos depósitos que constituíam o pecúlio a que tinham direito quando terminasse seu prazo de internação. O trabalho gerava proventos não apenas retornáveis ao instituto, mas também recompensa final resultante da aplicação diária às obrigações da casa. Com efeito, o trabalho foi o componente fundamental da vida no Instituto Disciplinar, vez que a imposição da disciplina era concretizada na aplicação dos menores às atividades, pelos resultados produzidos (colheitas, criações de animais, produtos das oficinas), pela limpeza e manutenção da casa. Pelo fato de estarem compulsoriamente engajados no trabalho, os internos tinham seu tempo em grande parte ocupado pelas funções que desempenhavam, estando constantemente agrupados de acordo com as determinações das escalas diárias de produção para fazer algo previamente designado e que se repetia semanalmente.

Antes experiência acumulada no Instituto Disciplina, entretanto, a centralidade do trabalho como mote educativo vinha de longa data aplicada em estabelecimentos asilares em São Paulo, com a novidade de ser o fator estruturante das rotinas e das normas de reformatório. Por ser apreciado por menoristas, políticos, filantropos e condutores de instituições, não foi preciso muito tempo para que a pedagogia do trabalho inspirasse novos congêneres do Instituto Disciplinar. No final da década de 1910,

mais dois reformatórios foram previstos nas cidades de Mogi Mirim e Taubaté, porém, concretizados tão somente em 1924 e 1934, respectivamente. Até que houvesse outros congêneres em funcionamento, o reformatório da capital assumiu por duas décadas o posto de estabelecimento recebedor de variada sorte de meninos conforme a linha de menoridade estabelecida pelo Código Penal de 1890: de abandonados a mendigos, de desajustados a delinquentes, de apreendidos pela polícia a mandados recolher pelo judiciário, bem como de internados a pedido da família ou transferidos de outras instituições asilares, em geral com idades entre nove e dezessete anos. Conta ainda para o campo das instituições disciplinares paulistas a Colônia Correccional de Ilha dos Porcos, encomendada para operar com uma faixa de idade e num tipo de sanção peculiares no Código Penal de 1890: aqueles com até 21 anos julgados vadios.

Do ponto de vista de longevidade institucional, o Instituto Disciplinar manteve esse nome e o fim precípua de receber menores e mantê-los sob sua tutela e aplicados ao trabalho até 1934, quando passou a ser o Reformatório Modelo em razão de uma considerável reforma que o mudou deveras em comparação com o que fora desde sua fundação. Nos anos 1960, mais outra significativa mudança: o velho reformatório tornou-se parte da Fundação Estadual do Bem Estar do Menor, a FEBEM (Marcílio, 1998).

Quanto aos dois outros similares, o de Taubaté, edificado para ser Instituto Disciplinar em 1914, converteu-se nesse mesmo ano numa casa de correção para sentenciados adultos, sem que houvesse recebido um único menino e antes mesmo de sua inauguração. A Colônia Correccional de Ilha dos Porcos foi desativada e recolocada em Taubaté, onde permaneceu até 1934 como Instituto Correccional. O instituto de Mogi Mirim, igual ao da capital, mante-se em atividade desde sua abertura, sendo parte integrante do conjunto estadual de reformatórios até a década de 1960, tempo em que passou a integrar o corpo de instituições da FEBEM distribuídas pelo estado afora.

A intenção formal de ampliar a quantidade de reformatórios em São Paulo data de 1909, quando veio a lume a Lei Estadual n. 1169, de 22 de dezembro. Até 1911 essa primeira lei nem tinha produzido efeitos e ela foi secundada por outra (Lei Estadual 1254-A, de 19 de setembro) que consagrou a ampliação das faixas etárias atendidas no instituto da capital, sendo uma delas de nove a quatorze anos (fixada desde a origem dele) e a outra formada pelos maiores de quatorze até vinte e um anos. Na Lei de 1911 há novamente alusão aos outros institutos disciplinares, embora ainda permanecesse a licença para o governo decidir sobre qual a comarca onde seria conveniente instalar os dois faltantes. A resposta para a adiada lei de 1909 veio em 1918 quando a previsão orçamentária anual consignou um novo instituto e terminou consumada em 1924, por ocasião da efetiva operação do Instituto Disciplinar de Mogi Mirim. Ao contrário do primogênito da capital o instituto de Mogi Mirim foi dotado de instalações novas, construídas para o fim de abrigar um estabelecimento correccional para menores baseado igualmente no uso do trabalho agrícola; tão logo recebeu seus primeiros internos, seus resultados foram reportados compondo o corpo de reformatórios do estado já em 1925:

Institutos disciplinares

Estão estes estabelecimentos sob estudo para, em cumprimento da respectiva autorização legislativa, serem reformados, não só para efeitos da criação do Juízo de menores, como para maior eficiência, no sentido de serem aproveitadas as suas actuaes localizações – em centro comercial e industrial como é a Capital e em centros agrícolas de varias produções, como são as cidades interiores de Mogy-Mirim e Taubaté, que podem assegurar, assim, especializadas aplicações no ensino profissional dos menores internados (São Paulo, 1925, p. 94).

Para os arautos das instituições, o trabalho estava sempre na moda. E assim foi para as muitas gerações de menores internados nos reformatórios paulistas.

Ao lado do Instituto Disciplinar, o Instituto Disciplinar de Mogi Mirim permaneceu ativo por longo tempo e, por ser tão longevo, gerações de meninos passaram por ele e no seu interior foram expostos às relações de força e às rotinas baseadas no trabalho, ainda que sua eficácia para a correção pertencesse ao plano das idealizações protocolares expressas na legislação e nos relatórios dos governantes e operadores das agências estatais do campo social e disciplinar desde a Primeira República. Um ex-interno em particular, que percorreu todo o aparelho policial-judiciário-correcional de São Paulo quando adolescente, indo parar justamente em Mogi Mirim, escreveu um potente relato sobre essa experiência. Ao rememorar o tempo em que esteve nesse estabelecimento entre 1969 e 1970, Luiz Alberto Mendes lembra que o trabalho, além da disciplina draconiana, organizava quase tudo na casa:

No segundo dia de estada no Instituto, após tomar o café da manhã, fomos mandados entrar em forma. (Ali tudo funcionava na base das palmas. Era bater palmas, para que entrássemos em forma, automaticamente. Fila para tudo também, e tudo na maior ordem e silêncio do mundo. Ao comando do chefe de plantão, virávamos à direita, volver!) Então um soldado enorme, com um imenso chapelão, foi escolhendo entre nós os que deveriam sair com ele. Era a lavoura da casa. Outros soldados tiravam de formação as lavouras da rua. Não sobrou ninguém, a não ser os faxinas do pátio e o pessoal da lavanderia.

Fui escolhido para a lavoura da casa, assim como todos os que chegaram comigo. Era a norma, os mais novos trabalhariam para a casa, sem ganhar nada. Os mais velhos já se engajavam nas lavouras da rua, que recebiam por dia trabalhado. O capital iria para duas contas, que cada menor tinha na administração do Instituto. Uma era a conta-reserva, cujo valor seria retirado para o menor somente quando ele fosse libertado. A outra era a conta pecúlio, pela qual o menor fazia compras quinzenais, através de pedido de compras (Mendes, 2001, p. 165).

O esquema de pecúlio acumulado em razão da aplicação ao trabalho fora previsto no regimento do Instituto Disciplinar em 1903 e, como lembra Luiz Alberto, estava em uso no Instituto de Menores. Ao que parece a perenidade das regras encontrava-se estável como é o caso do pecúlio, posto em prática desde o início do século e usual em fins dos anos 1970.

Antes de chegar ao reformatório, Luiz Alberto Mendes esteve no Recolhimento Provisório de Menores, onde ficou detido por meses (em 1968) até que a entrevista com o psicólogo, segundo seu relato, amparou a sentença do juiz que determinou sua internação no Instituto de Menores de Mogi Mirim. A riqueza dos detalhes judiciosamente contados por Luiz Alberto deixa nítida a mecânica institucional que fazia os menores capturados das ruas percorrerem o périplo institucional até chegarem a uma instituição de internação. A biografia de Luiz Alberto, cujo tempo de contato com o aparato menorista aconteceu no final dos anos 1960, dá conta de uma rotina interinstitucional (dentro do circuito polícia-judiciário-reformatórios estatais) fortemente estabilizada e instituída repetidamente desde o início do século XX à época do Instituto Disciplinar.

Enquanto o movimento para aparelhar o estado de institutos disciplinares e de estabelecimentos correccionais adjuntos – como a Colônia Correccional convertida em Instituto Correccional ao ser transferida para Taubaté e de novo rebatizada com o nome de origem ao voltar para a mesma ilha – esteve sujeito aos rearranjos dos governos que se sucederam entre 1909 e 1934 (interregno entre a previsão legal e a concretização de novos institutos disciplinares), outra atividade não menos produtiva quanto à sua contribuição para estruturar os protocolos policiais e judiciários relativos a menores estava em curso. Num período de duas décadas incompletas a Lei 2.059 e o Decreto-lei 2.828 demarcam o ponto alto de um ciclo de atividade legiferante cujos antecedentes remontam a 1900, quando das discussões sobre a necessidade e o formato de um instituto educativo de menores, ao fim consubstanciado no Instituto Disciplinar. No entremeio desse ciclo, por sua vez, o tema

dos menores está subsumido em leis e decretos que tratam de processos policiais e assistência policial, ou, quando não, em textos similares relativos a aspectos institucionais das operações do reformatório da capital, a exemplo de providências para a instalação de oficinas e da previsão de mais dois institutos disciplinares no estado entre 1909 e 1911.

Até 1924, os elaboradores da legislação estadual cuidaram de definir procedimentos judiciais, de precisar os trâmites institucionais para a internação e permanência de meninos a fim de tornar operantes diversas sanções e medidas previstas pelo Código Penal de 1890 no tocante a menores e ao encarceramento de delinquentes recolhidos das ruas por vadiagem.

O Código de 1890 influenciou decisivamente no encontro entre os menores e as instituições porque fixou as sanções e o protótipo geral para os estabelecimentos disciplinares onde seriam cumpridas. O ponto de partida, entretanto, para as sanções estava ancorado nos limites de menoridade e, conseqüentemente, de inimputabilidade-imputabilidade conforme três faixas de idade:

TÍTULO III

Da responsabilidade criminal; das causas que derimem a criminalidade e justificam os crimes

.....

Art. 27. Não são criminosos:

§ 1º Os menores de 9 annos completos;

§ 2º Os maiores de 9 e menores de 14, que obrarem sem discernimento (Brasil, 1891, p. 2667).

Outra faixa de imputabilidade específica abrangia dos 14 até os 21 annos:

TÍTULO IV

Das circumstancias aggravantes e attenuantes

Art. 42. São circumstancias attenuantes:

.....

§ 11. Ser o delinquente menor de 21 anos (Brasil, 1891, p. 2669).

A rigor, até os nove anos os menores eram inimputáveis. Para além desse limite, entre os nove e os catorze de idade, era possível aplicar o critério do discernimento. Mas, em termos punitivos, o discernimento, quando constatado pela autoridade judiciária, não levava ninguém acima de nove e abaixo de catorze anos à prisão convencional, própria dos adultos. O Código Penal prescrevia um tipo de estabelecimento específico onde seria cumprida a sanção de internamento disciplinar:

Art. 30. Os maiores de 9 anos e menores de 14, que tiverem obrado com discernimento, serão recolhidos a estabelecimentos disciplinares industriaes, pelo tempo que o juiz determinar, contanto que o recolhimento não exceda a idade de 17 anos (Brasil, 1891, p. 2668).

Quanto àqueles até vinte e um anos de idade, considerando que essa faixa etária se enquadrava nas circunstâncias atenuantes, o regime penal também previa o regime de trabalho:

TÍTULO V

Das penas e seus efeitos; da sua aplicação e modo de execução

Art. 43. As penas estabelecidas neste código são as seguintes:

- a) prisão celular;
- b) banimento;
- c) reclusão;
- d) prisão com trabalho obrigatório;
- e) prisão disciplinar;
- f) interdição;
- g) suspensão e perda do emprego publico, com ou sem inabilitação para exercer outro;
- h) multa
-

Art. 49. A pena de prisão disciplinar será cumprida em estabelecimentos industriaes especiaes, onde serão recolhidos os menores até à idade de 21 annos (Brasil, 1891, p. 2669).

Questões como essas mais tarde seriam mimetizadas pela legislação nacional, porquanto a Primeira República, no que concerne às intervenções estatais, é um tempo peculiar no qual um ente federativo, São Paulo, a partir de seu executivo e de seu congresso legislativo progressivamente criou condições para operacionalizar e, mais ainda, de assentar o recolhimento e a correção, indicadas pelo Código Penal, como opções cada vez aplicadas sobre meninos pobres e sobre a delinquência adolescente-juvenil. Além de uniformizar institucionalmente os processos sobre menores, uma entre as mais destacadas providências da Lei Estadual 2.059, de 1924, secundada pelo Decreto Estadual 2.828, foi criar um ramo no judiciário estadual específico para a minoridade, o Juízo Privativo de Menores, estabelecido na capital. Nas demais comarcas suas atribuições seriam cumpridas pelos juizes de órfãos.

Um dos efeitos a destacar da legislação de 1924-1925 sobre menores de São Paulo é o desenho preliminar de um campo interinstitucional e intersetores que enredou um ramo particular do judiciário, um abrigo de passagem (pensado para ser o centro distributivo dos menores recebidos), o Instituto Disciplinar, a polícia, as comarcas das cidades do interior e a numerosa rede de estabelecimentos assistenciais da capital, para citar apenas esses componentes. A aproximação dos entes institucionais novos e daqueles previamente existentes era uma resposta cujos precedentes legais foram plantados desde os ensaios mais efetivos de reconfiguração dos aparatos policial, de segurança e correccional cuja trilha pode ser refeita considerando o acúmulo de leis e decretos num período de pouco mais de duas décadas. Desde os primeiros anos do instituto da capital até a criação do Departamento de Assistência Social novos atores institucionais e novos processos entram no jogo de pressões sobre a pobreza, a

menoridade e os delinquentes em geral amparados pela remodelação da Secretaria de Justiça em Secretaria de Justiça e Segurança Pública (primeiro em 1907 e depois em 1916), pela regulamentação dos processos policiais e para recolhimento no Instituto Disciplinar (também em 1907), pela reorganização do Serviço de Assistência Policial (1912) e pela criação do juízo privativo de menores (1924). As reiteradas reformas da polícia amplificaram sua capacidade de registro e de captura de marginalizados, contraventores e pequenos delinquentes e não apenas de criminosos de maior calibre, vez que os serviços de identificação foram se fundido ao aparato policial de maneira irreversível em paralelo ao favorecimento previsto em lei da tarefa de escrutínio e retenção de variada sorte de pessoas tomadas como “sem ocupação”. A tarefa de apreender “vadios” e “vagabundos” – assim definidos nos moldes do Código Penal de 1890 – foi reiterada como atividade policial com normas definidas pelo Decreto-lei 1490, de 1907 porque o estado estava aparelhado de uma colônia e um reformatório até essa quadra.

No que concerne à assistência à infância, bem como em vários outros setores da vida política e institucional, a década de 1930 apresenta uma nova espécie de participação do estado no campo assistencial. Até o fim da Primeira República os estabelecimentos e a projeção de agentes e organizações particulares são marcantes e majoritários no estado e na cidade de São Paulo, assim como a interação com o poder público em todas as suas representações, executivo, legislativo e judiciário, uma vez que prefeituras e presidência do estado são destinatários dos pedidos de apoio e da solicitação por favores vindas dos mantenedores; as câmaras municipais e o congresso legislativo recebem demandas por isenção tributária, reconhecimento e inclusão de subvenções no orçamento público; e o judiciário, em especial os juízes de órfãos, é um destacável encaminhador de crianças para os orfanatos privados. Num plano geral, essa é uma forma de relacionamento evidente desde o século XIX em São Paulo, estado e cidade, e que não desaparece após 1930, pois é bastante duradoura. Entretanto,

em matéria de cuidados e serviços oferecidos aos pobres e à infância, a novidade se deve à criação na estrutura burocrática dos poderes públicos de setores especializados em assistência e, especialmente, em crianças pobres e/ou abandonadas e no trato da delinquência infanto-juvenil.

A organização de uma justiça especializada em São Paulo, desde 1924, é um sinal antecipado dessa tendência. Originalmente concebido no Congresso Legislativo, onde foram aprovadas em 1924 e 1925 duas leis sobre os procedimentos concernentes aos menores (Franco, 1944), o Juízo Privativo de Menores, já nos seus primeiros anos de atividade foi aparelhado com um abrigo, além de contar com os três institutos disciplinares estaduais. Desde o Código de Menores, de 1927, coincidentemente, a opção por uma justiça privativa para menores de idade torna-se consagrada e os abrigos e reformatórios (fossem públicos ou particulares) passaram igualmente a suprir, mesmo parcialmente, a constante necessidade de encaminhamento do judiciário.

Outra mostra de mudanças é perceptível na cidade de São Paulo, entre as décadas de 1920 e 1930, em razão da fundação de cursos que contribuíram para a profissionalização do trabalho de assistência aos pobres. A Escola de Serviço Social, de 1936, formou a primeira geração de assistentes sociais da cidade, se não do Brasil, tendo como aluna de suas primeiras turmas, Nadir Gouvêa Kfourir, cuja monografia, ao levantar as instituições ativas naquela época, produziu um interessante registro sobre os estabelecimentos assistenciais para crianças pobres e abandonadas em São Paulo (Kfourir, 1936). Algum tempo antes, desde 1925, o curso de educadoras sanitárias do Instituto de Higiene preparou as primeiras turmas de educadoras profissionais atuantes na atenção à saúde e na assistência aos pobres na capital paulista (Mott, 2005). Várias egressas do curso atuaram na rede de creches e dispensários da Cruzada Pró-Infância, fundada a partir da iniciativa de Maria Antonieta de Castro (formada educadora sanitária em 1927) e Pérola Byington, célebre liderança de ações filantrópicas (Mott, 2005).

Em situação lateral e, por vezes, plena de vasos comunicantes com o campo assistencial, os serviços de saúde estaduais também passaram por ciclos de expansão quanto à sua extensão para várias regiões do estado e por progressiva complexificação devido à ampliação do espectro de atuação sobre variados aspectos da assistência sanitária, abarcando da prevenção, incluindo o saneamento e controle sanitário, até a lida com epidemias. Numa memória de sua autoria, de 1923, Geraldo Horácio de Paula Souza (1923), então Diretor do Serviço Sanitário do Estado, registrou em pormenores como se compunha dentro do aparato estatal a estrutura geral a qual estavam vinculados os variados serviços, estabelecimentos e seções atuantes na saúde pública em São Paulo, vários deles fundados na última década do século XIX². Outros, por sua vez, vinham de longe, desde as administrações provinciais, e faziam as vezes de executores de circunscritas e limitadas intervenções sobre determinadas necessidades da salubridade geral, especialmente no que tange à vacinação (para tanto, havia um instituto vacinogênico para esse fim) e ao enfrentamento episódico de epidemias, como as de varíola e febre amarela. Com a República, no entanto, entre as várias atividades (re)inseridas no corpo de serviços públicos paulista – considerando que nessa época reformas são implementadas sob o interesse de formar um consistente e interiorizado sistema público, por exemplo – as demandas da saúde pública, da higiene, do saneamento urbano, do controle da disseminação de doenças, entre outras emergências correlatas, deram causa à organização de estruturas capazes de abrigar no estado setores especializados tanto em intervir quanto em fazer a gestão das políticas de saúde no estado.

² A Lei estadual nº 12, de outubro de 1892, reorganizou os serviços de saúde pública do estado. Posteriormente, “com as sucessivas reformas por que passaram, em 1896, 1906, 1911 e 1918, e com os recursos orçamentários com que os pode dotar o governo, chegaram os serviços de saúde pública entre nós ao que são hoje, acompanhando quanto possível as condições de vida e desenvolvimento do Estado” na década de 1920 (Souza, 1923, p. 3).

O organograma da Diretoria do Serviço Sanitário, integrado à Secretaria do Interior, compunha-se de seções que abrangiam serviços de estatística, engenharia, fiscalização de amas de leite, profilaxia geral, bem como um hospital de isolamento, desinfectório os institutos do Butantã, Bacteriológico e Pasteur para a realização de exames e fabricação de soros e vacinas. Outro segmento relevante da diretoria era composto pelas delegacias sanitárias (servidas por inspetores sanitários) distribuídas por seis regiões em Santos, Campinas, Ribeirão Preto, Guaratinguetá, São Carlos, Botucatu e mais cinco delas na capital, cuja tarefa precípua era a polícia sanitária nos municípios de suas circunscrições. A extensão de braços aos municípios era parte intrínseca do funcionamento do Serviço Sanitário e vaso comunicante com as cidades e as variadas zonas do estado a fim de fazer chegar ao interior os trabalhos das missões sanitárias, do combate às epidemias, de fiscalização sanitária nos meios rurais e vacinação, entre outros, e também recolher informações sobre a saúde das populações, sobre as condições de colonização e povoamento de áreas em expansão, tudo passível de conversão em informação estatística.

Ainda que seja possível discutir a eficácia dos resultados desses serviços todos e o seu propósito ambíguo de velar pela saúde pública enquanto fazia polícia sanitária entrando sem maiores cerimônias nas casas de gente comum (se policialesco e/ou mitigador de epidemias), sobressai como evidente nesse processo a reserva de espaços dentro do corpo da burocracia de estado para os serviços sanitários e a sua organização na forma de uma cadeia de setores que se estendiam diretamente até os municípios.

Não muito tempo depois de setores especializados em saúde pública terem sido estruturados para realizarem a intervenção estatal nesse campo, chegou a vez da consolidação de serviços públicos de assistência na década de 1930. Com a Constituição Estadual de 1935, a assistência social passou a ser textualmente definida como uma responsabilidade estatal adstrita a determinadas necessidades de grande amplitude, conforme os Artigos 79 e 80:

Art. 79 - Cabe ao Estado e aos Municípios coordenar e assegurar os serviços sociais, criando os necessários departamentos especializados, com o fim de:

- a) promover o amparo aos desvalidos;
- b) estimular a educação eugênica;
- c) amparar a maternidade e a infância;
- d) socorrer as famílias de prole numerosa;
- e) proteger a juventude contra toda exploração, ou o abandono físico, moral e intelectual;
- f) restringir a mortalidade e a morbidade infantis;
- g) impedir a propagação de doenças transmissíveis;
- h) cuidar da higiene mental e incentivar a luta contra os venenos sociais;
- i) prestar socorros públicos de urgência;
- j) animar a iniciativa particular, nas matérias acima referidas.

Art. 80 - O Estado e os Municípios destinarão um por cento, das respectivas rendas tributarias, para o amparo à maternidade e à infância (São Paulo, 1935, p. 3).

O escopo da assistência na constituição estadual traduziu o espírito do tempo no começo do século XX sobre quem seriam os seus destinatários: os desvalidos (os de sempre, desde o século anterior), a maternidade e a infância, as famílias com muitos filhos, a juventude, as crianças pequenas e os doentes. Junto dos sujeitos, o espírito do tempo é ainda mais influente quanto aos propósitos e aos campos de interferência da assistência pública: a educação eugênica, a proteção dos jovens contra o abandono moral e intelectual, o combate à disseminação das doenças transmissíveis, a atenção com a higiene mental e os “venenos sociais” e os socorros públicos de urgência. Apesar do estatismo inédito para o campo assistencial, a última alínea do artigo 79 assinala em poucas palavras que o estado continuaria aberto a manter a tendência construída ao longo do século anterior e atualizada para a quadra coetânea da magna carta estadual: o estado induziria a iniciativa particular a permanecer ativa no campo assistencial. A novidade, por outro lado, é a indicação de que o estado e os municípios

deveriam organizar departamentos especializados para coordenar e realizar os serviços públicos de assistência, contando para tanto com a determinação de um por centro da arrecadação de cada qual para ser destinada à maternidade e à infância.

Uma vez inscrita a parte geral da assistência na constituição, o passo seguinte levou a uma série de providências objetivando reorganizar o aparelho estatal para acomodar serviços e instituições previamente existentes em novas estruturas ou criar novos braços e estabelecimentos. Todo esse processo, por sua vez, ocorre durante os anos em que Armando de Sales Oliveira foi o primeiro interventor civil em São Paulo, passando a eleito mais adiante, entre os anos de 1933 e 1936 (Alves, 1986). No correr da administração de Sales Oliveira foram criadas a Universidade de São Paulo (1934), vários ginásios e escolas pela capital e pelo interior, além de ter acontecido dentro de seus sucessivos mandatos forte reorganização dos serviços públicos estaduais, como nos ramos da educação, da saúde e, sobretudo, da assistência social. No que tange à assistência, apesar de fronteiro entre esse campo e as instituições disciplinares, o combalido Instituto Disciplinar foi reformado para se tornar o Reformatório Modelo de Menores e com isso continuar como linha auxiliar do Serviço de Reeducação de Menores.

Desde então, setores foram inseridos no aparelho estatal paulista, se tornando mais tarde secretarias e/ou diretorias, específicos para a assistência social, a exemplo do Departamento de Assistência Social, organizado em 1935 para “superintender todo o serviço de assistência e proteção social” do governo estadual, conforme a Lei nº 2.497, de 24 de dezembro desse mesmo ano (São Paulo, 1935a, p. 1). Era, a princípio, uma finalidade abrangente que amíude comportava funções mais específicas como as de articulação com as organizações e estabelecimentos assistenciais, de caridade e de ensino profissionais mantidos por particulares. Para tanto, o departamento cuidaria dos convênios e das subvenções a serem destinadas às “instituições particulares de assistência ou serviço social” (São Paulo, 1935a, p. 1).

Além das atribuições concernentes ao relacionamento e subvenção das organizações e estabelecimentos particulares, o departamento era, ainda, a cabeça de um organograma do qual faziam parte, entre outros, os serviços específicos de assistência social que abrangiam menores, família, egressos de reformatórios, de hospitais e de estabelecimentos prisionais e desvalidos em geral. O serviço específico de menores, por exemplo, capitaneava toda a estrutura para a menoridade montada nos serviços públicos, incluindo os antigos reformatórios paulistas; e, em termos de serviços públicos para a menoridade, além dos institutos disciplinares, até a década de 1920, São Paulo contava com o Juízo Privativo de Menores e o Abrigo Provisório, na capital, de sorte que, quando da criação do departamento, o serviço de menores passou a compreender, então, o juízo de menores, os abrigos provisórios de menores, na capital e no interior, o Instituto de Pesquisas Juvenis, parte integrante e anexa ao abrigo de menores da capital, o comissariado de menores e os reformatórios situados no interior paulista (São Paulo, 1935a, p. 1).

O aparato formado pelos reformatórios criados até 1934, bem como a justiça de menores consolidada durante os anos 1920, forneceram bases para o núcleo de alguns dos serviços especializados em assistência social em São Paulo, dotados de pessoal específico para essa tarefa e nos quais se concentraram os primeiros profissionais da psicologia e do serviço social. Dois contemporâneos desses acontecimentos, sendo um deles artífice desse processo, na década de 1930, Candido Mota Filho (1936) e Olympia Lemos Freitas (1936), atuaram no primeiro reformatório paulista e no abrigo vinculado ao Juízo de Menores na capital, respectivamente, e escreveram suas monografias a partir de suas experiências no aparato público paulista para menores. Olympia Freitas, no Abrigo de Menores, e Mota Filho na condição de ex-diretor e reformador do Reformatório Modelo.

O trabalho monográfico de Olympia Lemos Freitas (1936) documentou como o Abrigo de Menores da capital e os serviços paralelos e de apoio a ele se tornaram a linha auxiliar dos

encaminhamentos da justiça paulista de menores, criada pouco antes de o Código de Menores de 1927 instituir um braço judicial específico para menores em termos nacionais. Corroborar para tanto o conteúdo dos relatos elaborados por Freitas em sua monografia a respeito dos casos típicos chegados ao abrigo, pois o percurso dos meninos e meninas até lá é pontuado pelas ações de policiais, juízes e, uma vez abrigados, passavam à tutela de assistentes e funcionários. Por evidente que seja, tal percurso selou, ao lado de vários outros similares pelo Brasil, a forma institucional de um rito frequentemente presente nos processos de internação de menores, com a peculiaridade de contar com a atuação de profissionais que entraram no mundo dos abrigos para fazer as vezes do serviço social e da psicologia como profissões que se ocuparam da menoridade e de sua institucionalização.

Candido Mota Filho, por sua vez, é de uma estirpe ligada ao meio jurídico paulista de onde seu pai e ele próprio se projetaram ocupando diversas posições no poder judiciário, no Congresso Legislativo estadual, na burocracia estadual, na direção de reformatórios para menores e na Faculdade de Direito do Largo São Francisco. Na qualidade de diretor do Instituto Modelo de Menores, em 1935, Mota Filho (1935) fez elaborar um detalhado relatório de sua administração, com direito à exibição de diversos testes aplicados sobre os internos e que, se não anteciparam o uso de técnicas de investigação próprias da psicologia – como assumido inclusive pelo autor-diretor – ao menos, informam deveras sobre o intento de aplicar saberes e métodos sob o fim de instituir uma gestão mais técnica que as de outrora, como fora frequente entre os diretores do velho instituto. Esse intento revela que, seja pelo ângulo dos métodos ou sob a perspectiva dos propósitos a administração de Mota Filho, da forma como foi reportada, tinha por fim diferenciar-se dos antigos modelos de instituto disciplinar; por isso, a introdução de novidades, a exemplo das investigações psicológicas. Quanto aos propósitos, uma realização dessa ordem abriu caminho para introduzir o reformatório paulista num conjunto de estabelecimentos

constituintes de uma rede de abrigos e reformatórios públicos, auxiliada por estabelecimentos particulares, todos eles, por sua vez, ladeando o Juízo Privativo de Menores, a versão paulista de justiça especializada, continuando com isso, a dar vazão aos encaminhamentos da polícia e da justiça, desta vez, com o auxílio de assistentes sociais e de uma circunscrita burocracia incumbida de aplicar ferramentas de classificação atribuídas à psicologia sobre o fluxo de menores e que foram atuar no Instituto Modelo de Menores, um dos pontos finais dessa principiante rede institucional para a minoridade.

Como sinal do crescimento da estrutura estatal paulista para menores Olympia Freitas e Mota Filho somaram-se ao contingente da burocracia encarregada de gerir a neófito máquina assistencial-disciplinar na posição de operadores de componentes desse organograma (o Instituto de Pesquisas Juvenis, anexo ao Abrigo Provisório, e o Instituto Modelos de Menores, com seu Serviço de Reeducação, respectivamente), mas, com a pretensão de formularem conhecimento sobre a dinâmica social que produzia menores em progressão geométrica na capital e estado afora. Da experiência na operação do abrigo e do instituto ambos recolheram a informação que trataram com fins acadêmicos e que deu conteúdo para suas monografias apresentadas à Universidade de Paulo, uma no Departamento de Psicologia Educacional, de autoria de Olympia Freitas, e a outra como tese de cátedra para a Faculdade de Direito, assinada por Mota Filho. A atividade de cada um deles transitava entre setores, do judiciário ao ambiente acadêmico, do aparato para menores aos jovens institutos de pesquisas atuantes na capital, o que se reflete na autoridade que querem demonstrar em suas monografias. Lemos Freitas, por exemplo, estava segura sobre passar em revista a campo assistencial paulista a fim de acentuar as interconexões entre instituições públicas e privadas:

É verdade que assistência aos Menores já melhorou bastante com a criação de várias instituições assim como a do Reformatório Modelo, orientado pelo Dr. Motta Filho, onde se procura dar aos internados

uma reeducação especializada (educação psycho-pedagógica e psychotechinica orientada pelo medico). O Abrigo de Menores, sob a orientação do Snr. José da Silva Pinto, destinado a recolher pupilos sob a guarda do Juizo onde são assistidos convenientemente, embora não haja uma eficiencia completa devido ao limitado aparelhamento que possui. A seleção das classes já foi effectuada, como verão adiante e assim a separação dos anormais em diferentes categorias, procedendo ao exame neuropsychiatrico e psychologico. Graças aos esforços do Dr. A. D. Pacheco e Silva, director do Hospital do Juquery, devemos dede 1929 a criação de uma escola modelar para anormais "Escola Pacheco e Silva". A fundação da Casa da Infancia na Freguezia do Ó pela Liga das Senhoras Catholicas dirigida por D. Alice Meirelles Reis, onde são recebidas creanças até 10 annos. O Instituto Disciplinar de Mogy-Mirim, onde os menores são assistidos com verdadeira eficiencia, sob os auspícios do Dr. Floriano de Moraes. O Departamento de Assistencia a Psychopatas, dirigido actualmente pelo Exmo. Dr. Marcondes Vieira, que também vem favorecendo grandemente a causa dos anormais e o futuro de nossa raça. O Serviço de Psychologia Applicada do Estado, dirigido por D. Noemy Silveira Rudolfer, que vem dispendendo esforços grandiosos nesse sentido, não só na preparação de technicos como também na propria assistencia dessas creanças anormais em todos os estabelecimentos de ensino em S. Paulo (Freitas, 1936, p. 29).

Um fator a considerar no processo de formação do aparato de assistência à infância em São Paulo concerne ao acúmulo de intervenções coordenado por sujeitos posicionados em serviços assumidos pelo estado ou apoiados por ele, de modo que as investidas nos campos da saúde pública, da educação escolar e da menoridade reiteraram o uso das instituições e os seus protocolos na tarefa de pinçar, classificar e enquadrar institucionalmente amostras da população, tendo constantemente por destinatários preferenciais as classes populares. Ao formarem seus contingentes institucionalizáveis, de menores a escolares e crianças pobres em geral, os operadores institucionais manejaram exercícios repetidos de classificação que sedimentaram o público, as regras, o alcance e os padrões de funcionamento dos serviços e, com isso, ensejaram

as bases para a transmutação dos reformatórios, dos dispensários, da racionalização do planejamento da rede escolar pública em estrutura mais complexas e abrangentes dentro do corpo do estado.

De um único reformatório público em 1903, nos anos 1930, o estado paulista ampliou consideravelmente a burocracia incumbida da gestão do social. Operadores institucionais como Lemos Freitas e Mota Filho pertencem a uma geração de burocratas aclimatada a um campo institucional mais denso em termos quantitativos que os seus colegas de três décadas antes. Por isso, Mota Filho e Lemos Freitas aludem à gama de atores e instituições com frequência em suas monografias.

Capilaridade e interiorização: a Legião Brasileira de Assistência em São Paulo¹

Sérgio C. Fonseca
Elmir de Almeida

As intervenções estatais no campo social

A rigor, é frequente entre os explicadores da formação do estado de bem-estar social considerarem que no Brasil o campo das relações entre capital e trabalho teria sido um dos primeiros destinatários da intervenção estatal que abriria caminho, desde a década de 1930, para a consecução de uma série de garantias expressas em lei e tuteladas por setores do estado incumbidos de sua aplicação. Para além das garantias trabalhistas e previdenciárias – certamente as primeiras expressões da afirmação dos direitos sociais no Brasil – a LBA é parte de um fenômeno expressivo de intervenção pública e estatal no campo social pela via da assistência estruturada em políticas, ora emergenciais, ora preventivas e que tiveram por essência a tutela dos pobres em combinação com a estruturação de ações massivas, porque voltadas para extensivo contingente da população.

Apesar de privilegiar a regulação das relações entre capital e trabalho e a estruturação da previdência social gerida pelo estado como duas das expressões do surgimento dos direitos sociais no Brasil, a partir de 1930, o fato de José de Murilo de Carvalho (2001) considerar que a ação estatal passou a cobrir com garantias antes exíguas, se não inexistentes, determinadas demandas que viabilizaram historicamente a efetivação de direitos à assistência em caso de adoecimento e à aposentadoria, por exemplo, demarca

¹ Parte do texto desta seção foi publicada em 2016, na revista *História da Educação*, sob a forma de artigo. Ver: Fonseca e Almeida (2016, p. 123-141).

um processo importante no que se refere à extensão de garantias sociais aos trabalhadores: a substituição do recurso à auto-organização, no caso das caixas de pensão, por fundos permanentes e estruturados por categorias profissionais geridos e/ou afiançados pelo estado, e a instituição de meios para determinadas categorias profissionais contarem com auxílios instituídos em lei. Essas intervenções são decisivas porque passaram a instituir garantias duradouras de auxílio em caso de adoecimento e amparo na velhice o que, por sua vez, introduziu a ação do estado como cobertura à excepcionalidade da filantropia.

Por outro lado, setores onde historicamente a ação de agentes da sociedade civil esteve concentrada, como é o caso da infância desvalida e da maternidade, possivelmente não caberiam na análise de José Murilo de Carvalho como as expressões mais representativas da afirmação dos direitos sociais. Primeiro porque a escolha pela previdência social e pela regulação das relações entre capital e trabalho responderia ao empréstimo de Carvalho da historicidade dos direitos e da cidadania estabelecida por Thomas Marshal (1967), para quem a “cidadania se desenvolveu com lentidão” a partir da Inglaterra no século XVIII (Carvalho, 2001, p. 10).

Em comparação com a progressão concebida por Marshal, também do ponto de vista da gênese histórica, o estado de bem-estar social tem raízes que remontam ao século XIX na Europa. O fato de o estado prover, com o sentido de assistir aos necessitados e, desse modo, prestar alguma forma de assistência a quem não tem meios de cuidar da sua enfermidade ou de alguém de sua família, de se alimentar, de trabalhar, de criar os filhos e das crianças serem criadas quando sem pais, é um fenômeno verificável na Europa desde o século XIX, pelo menos. A designação de provedor atribuída ao estado ocorre desde os tempos de formação do que Pierre Rosanvalon (1997, p. 121) definiu como “Estado-Providência”, expressão esta originada durante o Segundo Império na França (1852-1870), época em que o aumento das atribuições estatais tornou-se objeto da crítica dos liberais, abertamente “hostis” a essa tendência. Mesmo antes desse período da história

política francesa, durante a reinstauração da república, a Constituição de 1848 determinara alguns deveres sociais do Estado para com os trabalhadores quanto à igualdade nas relações entre patrões e operários e previa, ainda, fornecer assistência às crianças abandonadas, idosos e doentes que não tinham nem recursos e nem família. Esses deveres de Estado, uma vez instituídos, apontam, segundo Comparato (2001, p. 164), para a “criação do que viria a ser o Estado do Bem-Estar Social, no século XX”.

A partir desse centro e num movimento histórico de sucessão surgiram primeiro os direitos civis, no século XVIII, a seguir os direitos políticos, no XIX, e, finalmente, os direitos sociais, no século XX. Diferente das duas outras categorias, os direitos sociais constam entre os que resultam e necessitam da ação estatal como forma de (re)distribuir a riqueza produzida coletivamente na forma de direitos, garantias e serviços públicos que abrangem a educação, a previdência social, a saúde e a regulação das relações entre capital e trabalho. Pelo fato, ainda, de visarem o bem-estar social, porque realizam essa repartição da riqueza, a sua vigência necessita da formação de setores estatais que se ocupam de administrar a sua aplicação.

A grande questão para o estado de bem-estar social e os limites para sua consecução, além da repartição da riqueza da nação distribuída na forma de serviços e políticas públicas, é a colocação do cidadão como sujeito de direitos, especialmente os pobres, dificilmente considerados como cidadãos plenos quanto ao discernimento para o usufruto acertado de seus direitos. O aparato de funcionários da Legião Brasileira de Assistência (LBA), assim como o espírito geral de suas políticas – pelo menos no seu nascedouro – foi motivado pela necessidade de tutelar os beneficiários de suas ações, chegando a normalizar o escrutínio dos mais pobres entre os pobres a fim de conferir quem legitimamente poderia receber alguma forma de auxílio, ser inscrito em alguma ação institucional ou constar como beneficiário.

À medida que as (proto) políticas públicas avançaram na direção de concessões aos pobres, em geral para mitigar as pressões

da pobreza e da exclusão social, com elas avançou igualmente a formação de burocracias estatais encarregadas de mediar a passagem aos destinatários das concessões sociais. A LBA é um exemplo nesse sentido. Na burocracia federal, por exemplo, esses setores, particularmente aqueles incumbidos da assistência, são identificáveis desde os anos 1940, quando foram criados o Departamento Nacional da Criança (DNCr), em 1940, órgão do Ministério da Educação e Saúde, o Serviço de Assistência ao Menor (SAM), de 1942, durante o Estado Novo. Trata-se de movimento estatal que progressivamente conduziu à especialização e estatização da coordenação dos serviços de assistência e que teve no Serviço de Assistência a Menores e no Departamento Nacional da Criança duas expressões significativas no campo das atenções à infância. Desde sua criação, o Serviço de Assistência a Menores foi o órgão centralizador da gestão dos estabelecimentos de internação provisória e continuada e dos serviços de atendimento a menores, conforme o Decreto-lei 3.799, de 5 de novembro de 1941. Sua primeira estrutura, à época de sua criação, abrangia antigos reformatórios e patronatos, alguns ativos já no século XIX, no caso do Instituto Profissional Quinze de Novembro, bem como a Escola João Luiz Alves, o Patronato Agrícola Artur Bernardes e o Patronato Agrícola Venceslau Braz (Brasil, 1941, p. 1).

Institucionalmente, o SAM, como ficou conhecido, estava vinculado ao Ministério da Justiça e Negócios do Interior, com sede no Distrito Federal, onde estavam os principais estabelecimentos para menores, antes existentes, e incorporados à sua estrutura. Até ser extinto e dar lugar à Fundação Nacional para o Bem Estar do Menor (FUNABEM), em 1964, o SAM foi o órgão nacional para a menoridade no Brasil.

Além do SAM, o Departamento Nacional da Criança (DNCr) – também de 1942 – sem dúvida era um dos atores institucionais integrantes dessa galeria de órgãos especializados em assistência, família, infância e maternidade posicionados na estrutura do Estado a partir de onde atuariam na gestão de estabelecimentos, de políticas e no relacionamento com as organizações símeles inseridas

no tecido social da sociedade civil.² O DNCr orientava-se pela lógica de formação de consórcios entre o poder público e as organizações assistências da sociedade porque o volume das intervenções estatais sobre o campo social aumentava progressivamente desde 1930, mas sem diminuir a prevalência dos estabelecimentos particulares no campo. Conforme essa correlação de forças no campo das atenções à criança pequena e à maternidade, o que se esperava à época de um órgão como o DNCr era justamente a capacidade de produzir estudos sobre a situação da população infantil, de realizar campanhas de proteção à infância e à maternidade e incentivar a criação de filiais pelos estados.

Na onda de intervenções estatais no campo social, um fato de grande monta e relacionado à conjuntura internacional – a Segunda Guerra Mundial – serviu como catalizador da formação da primeira agência federal brasileira voltada para a assistência social: a Legião Brasileira de Assistência. A primeira razão que justificou a criação da LBA, como se sabe, foi o esforço de guerra iniciado em 1942. Nesse ano o Brasil rompeu relações com a Alemanha e, declarando guerra contra o Eixo, ingressou entre os aliados, dando início à formação do contingente da Força Expedicionária Brasileira (FEB). Ao passo que a expedição militar era preparada, a assistência aos mobilizados e aos seus familiares ficou a cargo da organização que, ainda em 1942, seria liderada por Darcy Vargas, esposa do presidente Getúlio Vargas. Desde as primeiras reuniões no Distrito Federal, na Associação Comercial do Rio de Janeiro, ainda em maio daquele mesmo ano, a proposta de uma legião civil para assistir aos soldados e colaborar com o esforço brasileiro de guerra rapidamente chegou aos estados e aos municípios do interior. Em outubro de 1942, os estatutos da LBA, aprovados pela Portaria n. 6.013, do Ministério da Justiça, foram enviados aos estados onde já se organizavam os primeiros movimentos para o estabelecimento

² Essas intenções eram originárias do projeto antes proposto ao governo federal por Olinto de Oliveira que, em 1938, apresentou a primeira versão para um órgão nacional nos moldes do que viria ser o DNCr.

das Comissões Centrais e das Comissões Municipais legionárias. Ainda em outubro, o Decreto Lei nº 4.830 reconheceu legalmente a LBA, definiu seu vínculo com o poder público federal e ainda indicou algumas de suas fontes de receita (Legião, 1942).

Quando da fundação da LBA, ao menos duas tendências eram nítidas em matéria de assistência à infância, sendo a primeira a relação intrínseca entre público e privado pautada pelo constante contato, negociação e eventual pactuação entre ambos a fim de formar composições nas quais as iniciativas de particulares para mitigar a pobreza acabavam por cobrir os vácuos estatais e o Estado, com isso, ia ajustando-se à conveniência de apoiar-se nos serviços prestados pelas iniciativas próprias da filantropia particular, lançando mão da subvenção às organizações particulares – que negociavam intensamente com o legislativo e o executivo para receber recursos públicos, e também mantendo alguns estabelecimentos próprios, porém não sendo até o decênio de criação de LBA o maior protagonista em matéria de assistência prestada aos pobres e às crianças. A outra tendência – a inscrição no aparelho estatal de setores específicos destinados a formular e conduzir políticas para a infância – descreve o caminho pelo qual a LBA nasce como um comitê cívico nacional de apoio ao esforço de guerra e quase que incontinentemente se torna uma agência federal de assistência e uma inegável *policy maker*. Ao se posicionar como condutora de algumas das mais expressivas políticas sociais de abrangência nacional aplicadas no Brasil entre as décadas de 1940 e 1980, três expressões da ação da LBA se destacam: o papel ativo da instituição legionária na elaboração e execução de iniciativas de amplo alcance territorial visando à educação da criança pequena, sua inequívoca participação nos embates sociais e políticos visando à produção de representações da infância – fase do ciclo vital – e da criança, e os trabalhos de reconhecimento e legitimação das categorias sociais de infância e da criança pobres como problema social a necessitarem de ações de diferentes natureza do Estado e de diferentes identidades coletivas e individuais inseridas no tecido social da sociedade civil.

Lembra Remi Lenoir (1996, p. 84) que um “problema social” não é redutível apenas a disfunções existentes na sociedade que requerem ações visando a sua sutura e reparação, antes, o “problema” deriva objetivamente de um “trabalho social” que envolve e entrecruza duas etapas ativas em sua configuração: o “reconhecimento” e a “legitimação” do “problema como tal”. Na chave do “reconhecimento” o trabalho envolve o engajamento de instituições e diferentes atores – individuais e coletivos – na produção da visibilidade pública de uma “situação particular” com o propósito de torná-la merecedora de atenção social e estatal, isto é, “pressupõe a ação de grupos socialmente interessados em produzir uma nova categoria de percepção do mundo social a fim de agirem sobre o mesmo”. Já a “legitimação” de um problema social vai além do “simples reconhecimento público” do mesmo, pois compreende “uma verdadeira operação de promoção para inseri-lo no campo das preocupações sociais do momento”. Em síntese, sem essas etapas “o problema não seria levado em consideração”, e para a sua completa constituição faz-se necessário associar as duas etapas anteriores, ainda, os trabalhos específicos da sua “enunciação e formulação públicas, ou seja, uma operação de mobilização” de forças sociais e políticas que caucionem e se engajem na busca de respostas ao problema, em consonância às representações que o fundamentam e o acompanham.

A importância da LBA no agenciamento dos trabalhos e expressões antes mencionados é bastante comparável com o que apontam estudos referenciais dos campos das ciências sociais aplicadas e da educação, como os de Aldaíza Sposati (1987; 2014) e os de Fúlvia Rosemberg (1997; 2002). Para Sposati (1987; 2014), a LBA constituiu-se em ator central na formulação e implemento de políticas e programas sociais de cunho assistencialista para as idades iniciais do ciclo da vida, iniciativas que foram desenvolvidas com grande abrangência territorial e marcadas pela flutuação entre a concessão de benefícios e o puro assistencialismo, como formas de conter as consequências da pauperização das classes populares ou “subalternas”.

Por sua vez, Fúlvia Rosemberg (1997; 2002), da perspectiva dos estudos e pesquisas sobre educação infantil, posicionou a LBA como ator central do processo de expansão da educação coletiva de crianças de zero a seis anos no Brasil desde a década de 1970. Da leitura do trabalho de Rosemberg (2002) depreende-se que o centralismo e a prática da subvenção financeira foram condutas políticas típicas da LBA, enquanto agência federal de assistência, com o acréscimo de demonstrar as preferências dos condutores dessa organização por políticas de amplo alcance que introduzissem a educação infantil em equipamentos coletivos, leia-se a creche, nos municípios situados em meios urbanos e rurais, marcados pela pobreza econômica, durante os anos 1970. Além disso, para Rosemberg (1997), em determinado período de seu ciclo de vida institucional – coincidente com a Ditadura Civil-Militar de 1964 – as iniciativas da Legião contribuíram para o intento do Estado brasileiro em assegurar a coesão social, na medida em que as ações legionárias ancoraram-se na Doutrina de Segurança Nacional, porquanto orientadas por um dos princípios tão caros ao ideário preparado pela Escola Superior de Guerra, no Brasil: a pobreza era um campo suscetível ao comunismo .

Dessas referências, portanto, sobressai a percepção da capacidade da LBA de fazer chegar a determinados municípios brasileiros suas inquietações com as populações compreendidas como “problemas sociais”, assim como suas decisões, seus programas e políticas para terem repercussão nacional. Pelo fato de estruturar-se desde sua criação, em 1942, em representações estaduais e municipais, a LBA moldou sua estrutura institucional de modo a criar verdadeiras correias de comando que pavimentaram rotas múltiplas e variadas para a difusão e enraizamento da ajuda social, ou em sua versão racionalizada, a assistência social, nos campos da desnutrição infantil, da maternidade, da educação infantil, da assistência à pobreza e da permanente subvenção, convênio e formação de agentes e organizações filantrópicas da sociedade civil.

A capilaridade atingida pelas ações da LBA pelo Brasil e o fato de seus representantes locais terem mantido, ao longo de sua trajetória, relacionamento constante com “intermediários culturais” (Lenoir, 1996. p. 86) e políticos do poder local – chefes de executivos municipais, representantes de casas legislativas ou do poder judiciário, líderes religiosos, integrantes de clãs familiares e organizações caritativas – foi um ponto forte da interiorização tanto de uma agência federal como também de sucessivas políticas sociais manifestamente assistenciais.

Os documentos, narrativas e discursos produzidos pela Legião reiteram as marcas de sua estrutura institucional e informam deveras sobre o modo como seus componentes se apoiavam e ao mesmo tempo intervinham numa vasta rede de organizações caritativas ou assistenciais com quem selava variada sorte de convênios, assim como com executivos locais e estaduais. A interiorização, por exemplo, consta como categoria simultaneamente descritiva e explicativa das formas de execução e dos resultados atingidos pelo Projeto Casulo no relatório da LBA de 1983. A partir de uma estratégia racional, ancorada na tríade articulada pela centralização das decisões e dos recursos financeiros, a desconcentração na execução de sua política e programas sociais e o “estabelecimento de convênios de cooperação técnica e financeira” com “Prefeituras, Secretarias Municipais ou Estaduais”, a Legião assentava a “ênfase da execução das creches-Casulo” no “atendimento indireto”, escolheu esta que propiciou a “interiorização dos trabalhos, atingindo um número maior de localidades e viabilizou a utilização dos equipamentos comunitários” ou domicílios privados e, bastante coerente com o espírito dessa política, a instituição incentivou “a integração crescente do voluntariado nas creches” (Legião, 1983, p. 53).

Os convênios, que em geral davam objetividade formal-legal às parcerias firmadas entre a LBA e associações comunitárias, organizações assistenciais ou os executivos municipais, e a extensa rede de suas representações nos municípios, tornaram-se em canais pelos quais a LBA interiorizou sua ação no território nacional e a

fizeram posicionar-se enquanto agência federal incumbida de gerir e aplicar algumas das grandes políticas assistenciais brasileiras, voltadas ao governo do atendimento às famílias de populações pobres e ao cuidado coletivo da criança pequena.

Se consideradas essas características como localizáveis já nos primeiros anos de atuação da LBA, temos como hipótese que a marca da interiorização esteve presente desde cedo nos modos de agir da instituição. A começar pelos seus escritórios e/ou agências em diversas localidades e estados brasileiros, em que vários deles se estabeleceram ainda em 1942, de sorte que essa marca institucional-estrutural contribuiu para que as políticas gestadas nas instâncias federais e estaduais encontrassem meio de difusão devido à multivascularidade conquistada pela LBA. E, destaque-se, a capacidade da Legião em disseminar suas iniciativas é uma de suas características de nascedouro: antes de completar um decênio de atuação, se “tornou, a rigor, a primeira instituição de assistência social em âmbito nacional”, pois, já “em 1944, dos 1.740 municípios existentes, havia a efetiva presença legionária em 1.562, portanto em mais de 90% do total” (Pinto, 1984, p. 5).

Desse modo, tendo a interiorização como hipótese, tomamos como fonte uma amostra dos relatórios produzidos pela Comissão Estadual da LBA em São Paulo entre 1946 e 1950. Nesse sentido, os relatórios da Comissão Estadual de São Paulo, junto dos documentos produzidos pelo escritório ribeirão-pretano, apresentam uma série de ações, feitos e resultados bastante marcados pelo dirigismo da Comissão Estadual e pela preferência por certas linhas de atuação como a combinação com organizações filantrópicas nos municípios para a execução de políticas e subvencionamento e a condução de grandes realizações estaduais como é o caso, por exemplo, das intervenções nos domínios da nutrição infantil com a “Sopa Escolar”, da aquisição de recursos financeiros suplementares à educação escolar, com a “Caixa Escolar”, e da atenção e cuidado de natureza higiênico-sanitária com as diferentes fases da infância, nos “Postos de Puericultura”.

De comitê cívico-patriótico à agência federal: a Legião Brasileira de Assistência em São Paulo

A estrutura e o organograma da LBA, delineados em 1942, no primeiro ano de sua concepção, imprimiram a ela a estrutura burocrática vertical que a definiu desde então: o núcleo de decisões ficava estabelecido na Comissão Central, porém articulado com as comissões estaduais e agências instaladas em diferentes localidades, pela mediação das comissões municipais.

Coerente com o centralismo da cultura político-administrativa do Estado Novo, o primeiro estatuto da LBA estabeleceu o núcleo decisório nacional na Comissão Central, a quem caberia “elaborar os planos gerais a serem executados em todo o território nacional, imprimindo-lhe unidade de orientação e de processos para o que manterá os necessários serviços de contabilidade, estatística e controle” (Legião, 1942, p. 10). Por sua vez, as Comissões Estaduais, sediadas “na capital de cada unidade federativa”, se ocupariam da “assistência moral, sanitária, educacional, econômica ou assistência para trabalho junto às famílias dos convocados ou voluntários, seja para as fileiras ou os trabalhos auxiliares de guerra” (Legião, 1942, p. 11). Por último, as Comissões Municipais ficariam incumbidas da “execução direta dos serviços de assistência nos respectivos municípios, conforme as normas especificadas pelas Comissões Estaduais, que agem, por sua vez, segundo a orientação da C.C [Comissão Central]” (Legião, 1942, p. 11).

Seguindo o prescrito para as hierarquias e funções da LBA e suas representações estaduais e municipais, recomendava-se ainda que “cada centro Municipal” tivesse “uma diretoria de 6 membros, um presidente, um secretário e quatro vogais” (Legião, 1942, p. 12). Havia, ainda, uma orientação específica para a presidência do centro municipal que deveria ser ocupada por “uma senhora de notório espírito cívico designada pela Comissão Estadual, ouvido o Chefe do governo municipal” (Legião, 1942, p. 12).

Destaque-se a preferência convertida em regra, a escolha de um mediador “culturalmente favorecido”, ou em termos

weberianos um “profeta exemplar”, para desempenhar as funções de “porta-voz” da Legião, legitimar suas ações e “mobilizar a opinião” (Lenoir, 1996, p. 86): uma senhora de notório espírito cívico para dirigir o centro municipal em cada cidade onde se instalasse a representação legionária. Pois bem, essa determinação estava perfeitamente harmônica com a paisagem no que se refere à ajuda social e à assistência aos pobres, de vez que o campo era há tempos fortemente reconhecido pelo engajamento feminino em orfanatos, abrigos, asilos, creches ou em associações caritativas ou beneficentes, fossem leigas ou confessionais, por exemplo. Por isso não surpreende o fato de os primeiros movimentos para a instalação da LBA no estado de São Paulo serem resultado da resposta à convocação da sua idealizadora, Darcy Vargas. Logo que as correspondências convocatórias foram remetidas aos interventores estaduais, ainda em agosto de 1942, começaram a acontecer articulações nas capitais a fim de atender ao chamamento da primeira dama brasileira para o engajamento no esforço de guerra. Na capital paulista, Anita Costa, esposa do interventor Fernando Costa, deu andamento à causa da instalação da Legião, para tanto organizando uma grande reunião da qual participaram “centenas de senhoras e senhoritas, em delegações especiais das entidades femininas de São Paulo” (Correio, 1942, p. 3). A lista de entidades participantes do evento, predispostas a caucionarem e credenciarem o chamado e as ações da Legião, por sua vez, é representativa da composição do campo assistencial paulistano do período, o qual aglutinava os “ministros officiosos da boa ordem familiar” ou os “experts” em serviço social, medicina ou puericultura (Lenoir, 1996, p. 102):

Os salões verde, vermelho e amarelo, do Palácio dos Campos Elíseos estavam literalmente cheios, tendo sido a exma. Sra. Anita Silveira Costa, por essa ocasião, apresentada às delegações femininas pelo dr. Abelardo Vergueiro Cesar, Secretário da Justiça, notando-se, entre outras representações, a Liga das Senhoras Católicas, o Centro de Estudos e Ação Social, Escola de Serviço Social, Associação Cívica

Feminina, Legião Universitária Feminina, Primeiro Batalhão de Voluntárias de Defesa Passiva Anti-Aérea, Bandeira Paulista de Alfabetização, Instituto de Serviço Social, Conselho Consultivo do Departamento de Serviço Social, Assistência Vicentina aos Mendigos, Clínica Infantil do Ipiranga e o Sr. Sinesio Rangel Pestana, representando a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia (Correio Paulistano, 1942, p. 3).

Os representantes das organizações presentes já se notabilizavam pelos trabalhos assistenciais desde o começo do século XX, como é o caso da Liga das Senhoras Católicas, ao passo que outras organizações listadas na nota jornalística estão na origem da assistência em São Paulo, a exemplo da Santa Casa de Misericórdia. Entre os presentes também estava a representação da Escola de Serviço Social que, mais adiante, ocupará assento no conselho estadual da LBA em São Paulo. Ademais, trata-se de reconhecidas representantes do campo assistencial paulistano com as quais a irradiação dos primeiros empenhos para colocar de pé a LBA paulista não podia deixar de contar, senão de convocar. Por sua vez, esse conjunto de convidados, embora não responda por todo contingente de organizações, indica que o campo assistencial paulistano era há tempos ocupado pelo protagonismo de associações, organizações e estabelecimentos da embrionária sociedade civil paulistana, em permanente relação com o poder público, prestando, ainda, certa variedade de serviços e formas de assistência, incluindo desde creches, Postos de Puericultura, passando por dispensários, hospitais, centros de educação sanitária, abrigos, orfanatos e, também, escolas profissionais.

Além das várias representações do campo filantrópico e cívico paulistano, a presença da Escola de Serviço Social entre os convidados é parte de um fato novo e relevante do ponto de vista da introdução de um novo ator no campo assistencial, dotado de “capital de perícia” – o assistente social de formação e ofício (Lenoir, 1996, p. 94). Em grande medida esse novo profissional deve seu ingresso no campo assistencial paulista à fundação da

Escola de Serviço Social de São Paulo, em 1936, mais tarde, núcleo da Pontifícia Universidade Católica (Bertelli, 2008).

O Departamento de Assistência Social, criado em 1935, sacramentou o início da demanda por um tipo de profissional preparado acadêmica e tecnicamente que somente a nova Escola de Serviço Social poderia formar, explica Bertelli (2008). Quando em tempos da LBA, a Comissão Estadual de São Paulo contou por anos – sobretudo no período de recorte deste texto – com um membro da Escola no seu Conselho Consultivo, posição ocupada por Odila Cintra Ferreira, não por acaso uma das artífices e fundadoras do curso paulistano de formação de assistentes sociais.

Do Conselho Consultivo aos técnicos, a Legião paulista tinha entre seu corpo funcional assistentes sociais de formação a quem cumpriam diversas funções relacionadas desde a supervisão e acompanhamento das comissões municipais até o atendimento nos serviços de Plantão e Orientação na sede em São Paulo. A forma como a LBA paulista estruturou seus serviços conferia aos assistentes sociais funções como “visitas, pesquisas, planejamento e orientação técnico-social” (Legião, 1946, p. 6) daqueles acompanhados pela legião, fosse na Divisão de Maternidade e Infância ou na Divisão de Serviço Social. Os assistentes sociais estavam na sede e nos postos da LBA vinculados à Divisão de Serviço Social e sediados na região metropolitana de São Paulo, atendendo no Plantão Social e atuando nos serviços e instituições próprias da Divisão de Maternidade e Infância.

Entrementes a esses processos, a LBA paulista passou de comitê cívico de apoio ao esforço de guerra à agência assistencial pública, para tanto incorporando o serviço social profissional em seus quadros e planificando suas ações, políticas e serviços, embora o campo da assistência social continuasse densamente povoado por atores ligados às organizações filantrópicas da sociedade civil. Os relatórios de gestão da Comissão Estadual mapeiam um campo vasto no estado no qual há maternidades, creches e orfanatos, para só citar aqueles que atendiam crianças, sempre ligados a organizações assistenciais particulares nos municípios. Para essas

instituições, não custa reiterar, partiam recursos e apoio institucional, a exemplo da política de construção de maternidades empreendida pela comissão paulista. Já os Postos de Puericultura eram instalados nos municípios a partir da combinação entre a LBA, o Departamento Estadual da Criança de São Paulo e as prefeituras que cediam terreno e entravam com algumas contrapartidas materiais e financeiras. Por essas vias, a LBA se fez intermediando o relacionamento entre o poder público e a sociedade civil no campo assistencial, para tanto reconhecendo e legitimando a antiga e numerosa atuação das organizações particulares.

As frentes de ação da LBA paulista e a institucionalização da política social de assistência à infância e à maternidade

Do ponto de vista institucional, a LBA paulista possuía duas grandes divisões que, a rigor, eram seus principais núcleos de atuação em matéria de assistência e, por conseguinte, serviam como plataforma de irradiação das políticas aplicadas a partir da Comissão Estadual para todo o estado. Em termos descritivos, o organograma da Comissão Estadual da LBA paulista apresentava a Divisão de Maternidade e Infância e a Divisão de Serviço Social, além da Procuradoria e da Divisão de Administração, sendo estas duas últimas voltadas para o serviço administrativo interno.

A Divisão de Maternidade e Infância e a Divisão de Serviço Social eram os braços ativos da Legião no campo assistencial e materno-infantil porque executoras de políticas assistenciais, especialmente para a infância, com destaque para aquelas identificadas com a puericultura e com o combate à desnutrição infantil, no caso da primeira, e o apoio à Sopa Escolar, à realização de variadas ações de assistência aos pobres e ao relacionamento com instituições assistenciais da sociedade civil, sob a responsabilidade e execução da segunda. Coerente com essa lógica de distribuição de funções a Divisão de Maternidade e Infância, conforme reportava o relatório de gestão dos anos de 1947 a 1949, tinha “como preocupação dominante o combate direto ou indireto à sub-

alimentação da mãe e da criança” justamente “numa fase onde culmina em importância o fator alimentar” (Legião, 1950, p. 19).

A Divisão de Serviço Social, por sua vez, era o setor da LBA onde se praticava o equivalente à assistência da perspectiva racional e profissional porque orientada por “peritos” com formação superior e titulados em Serviço Social. A partir da sede da Legião na cidade de São Paulo essa divisão era também o núcleo de coordenação dos variados serviços de assistência prestados ao público, tanto na capital quanto no interior:

[...] a Divisão de Serviço Social, à qual incumbe o serviço de assistência propriamente dito, manteve ativos os seus trabalhos – pois só a ela estão afetos os serviços da sede, Ambulatório, Casa da Infância e Adolescência e da Casa Maternal e da Infância. Esta Divisão, por sua vez, também se subdivide em diversas seções. O Serviço de Orientação, ao qual competem as pesquisas, planejamento e orientação técnico-social e médica, teve no mês de julho, 57 famílias matriculadas e cancelou 10 casos de assistência, porque estes não mais se enquadravam nas novas finalidades da Legião. Pelos seus assistentes sociais, fez o Serviço de Orientação 151 visitas e gastou com condução para essas pesquisas um total Cr\$ 257,00. A Secção de Alimentação supriu 270 famílias de prole numerosa [...] (Legião, 1946, p. 6).

Os serviços prestados pela Divisão de Serviço Social estavam nucleados em seções ainda mais específicas que distribuíam de provimentos a recursos monetários fosse a pessoas ou a instituições assistenciais, entre outras ações:

[...] A Secção de Colocações atendeu e providenciou 184 casos. A Secção de Vestuários forneceu em roupas, calçados e colchões a 1.394 unidades. O serviço do Plantão, onde a ocorrência de pessoas é enorme, atendeu, só no mês de julho, 762 pessoas, e distribuiu como auxílio, isto é, passes de bonde, lanches, etc., a importância de Cr\$ 150,00. A Secção de Articulação de Obras, em casos de hospitalização para tratamento, intervenções cirúrgicas e outras providencias, atendeu 68 pessoas, das quais 15 foram encaminhadas pela Polícia

de São Paulo. O Serviço de Coordenação anotou os seguintes donativos concedidos pela Diretoria, no mês de julho: Orfanato D. Bosco, Cr\$ 200,00. Esse na capital. No interior do Estado, foram distribuídos os seguintes; Centro Municipal de Santos, Cr\$ 100.000,00; Santa Casa de Jacareí, Cr\$ 30.000,00; Centro Municipal de Caraguatatuba, Cr\$ 1.200,00 [...] O Serviço dos Municípios, ao qual incumbe o controle assistencial e administrativo de 270 municípios, em cada um dos quais existe devidamente organizado um núcleo da Legião, também teve seus trabalhos movimentados nesse mês [...]. Cumpre-nos salientar que das 270 comissões Municipais já organizadas, que prestam assistência no Estado, 200 mantêm o serviço de sopa escolar – umas independentes e outras em colaboração com as caixas escolares (Legião, 1946, p. 7-8).

Em termos precisos, conforme os relatórios de 1946 a 1950, a Divisão de Serviço Social possuía as seções de Alimentação, de Colocações, de Vestuários, de Articulação e Obras e os serviços de Orientação, Plantão, Coordenação e o de Municípios. Ademais, para credenciar, legitimar e institucionalizar as políticas que desenvolvia, a LBA já contava em 1946 com um grupo significativo de instituições próprias, concentradas na capital paulista, onde realizava ações regulares – ambulatoriais, hospitalares, assistenciais – dirigidas à maternidade e à infância, capitaneadas por corpo médico próprio, enquanto que seus postos de atendimento alcançavam diversas espacialidades citadinas da jovem metrópole de São Paulo, além das várias comissões instaladas e ativas por múltiplas localidades interioranas do estado – urbanas e ru-ro-urbanas.

Em oito anos, desde 1942 até 1950, a LBA afirmou-se como organização assistencial com uma série de serviços que, há muito, não apoiavam apenas os soldados da Força Expedicionária Brasileira e suas famílias. Dessa mudança emergiu uma agência federal regionalizada em São Paulo que capitaneava um conjunto de serviços a fim de atender demandas individuais e, com isso, suprir dificuldades do momento de quem buscava por auxílio ou, de modo mais abrangente, destinar recursos a instituições assistenciais

particulares de variadas espécies, incluindo de santas casas a orfanatos.

Os atendimentos do “Plantão” davam conta, por exemplo, da assistência pontual nos postos da LBA na cidade de São Paulo, ao passo que havia também necessidades institucionais maiores a garantir como a coordenação de todos os serviços prestados no estado, a subvenção às instituições particulares, a supervisão dos centros municipais, enfim, de fazer funcionar a Legião conforme o caráter que vinha assumindo ainda nas suas primícias: uma agência federal específica para a assistência social com representações em estados e municípios brasileiros.

Uma vez consolidada em São Paulo e liderando redes de colaboração assistencial, além de políticas e instituições próprias, a LBA organizou ainda duas ações territorialmente extensivas: a Sopa Escolar e a Caixa Escolar. Apesar da aparente diferença, as duas são variações de nome de uma mesma política praticada pela LBA nas escolas primárias da capital e do interior paulista. A Sopa e a Caixa Escolar estão entre os primeiros ensaios de política pública para a infância, ao lado daquelas realizadas pelo Departamento Nacional da Criança (DNCr), e que foram co-protagonizadas por uma agência estatal de assistência porque estruturadas e razoavelmente duradouras, de alcance extensivo e, ao mesmo tempo interiorizadas, levadas a efeito pela LBA paulista.

A Caixa Escolar, por exemplo, estava prevista na Constituição de 1937 no Artigo 130, segundo o qual o

ensino primário é obrigatório e gratuito. A gratuidade, porém, não exclui o dever de solidariedade dos menos para com os mais necessitados; assim, por ocasião da matrícula, será exigida aos que não alegarem, ou notoriamente não puderem alegar escassez de recursos, uma contribuição módica e mensal para a caixa escolar (Brasil, p. 33, 2015).

Sabe-se que a caixa existia nas escolas públicas brasileiras com essa denominação e fins aproximados aos da Constituição de 1937

desde o século XIX, pelo menos, e que angariava recursos de várias procedências, em geral da comunidade escolar, a fim de assistir alunos e alunas pobres com cadernos, livros, material de escrita, uniformes e até mesmo remédios (Moacyr, 1940).

As escolas paulistas não fugiam à regra, de tal forma que Comissão Estadual paulista logo cedo se fez partícipe da prática de solidariedade induzida – tanto intra pares como extraescolar – por se tratar de algo rotineiro no meio escolar estadual e frequente na década de 1940. Não estranha o fato de haver a conexão entre os propósitos legionários de dar ênfase à infância pobre como destinatária precípua de suas iniciativas no estado e a assistência alimentar prestada em espaço escolar. A simultaneidade das Caixas e da Sopa no sistema escolar público-estatal, seu pertencimento cristalizado ao cotidiano escolar e sua menção pelos relatórios das delegacias de ensino como elemento importante de permanência do alunado pobre ensejavam à Comissão Estadual ter na rede escolar pública um campo institucional de intervenção dos mais propícios. Daí a opção por injetar dinheiro nas caixas e por subvencionar a alimentação escolar.

As cidades que eram sedes de Delegacias de Ensino, a exemplo de Guaratinguetá, Itapetininga, Jundiaí, Lins, Piracicaba, Santos, São Carlos, São José do Rio Preto, Ribeirão Preto e São Paulo, compunham um razoável mapa do alcance e presença territorial da assistência escolar representada pela Sopa e pela Caixa contemporaneamente ao segundo ano de atuação da LBA paulista, em 1943. Em cada uma dessas sedes, por sua vez incumbidas da administração e inspeção de outros municípios e de suas escolas, um dado frequentemente reiterado é que parte considerável das unidades escolares públicas, majoritariamente as estaduais, contavam com uma ou outra forma de assistência, se não as duas. A constância da referência à Sopa e à Caixa como operantes em grande número de escolas sob a alçada das delegacias de ensino sinaliza haver um movimento de irradiação, pela via escolar, de um tipo peculiar de assistência, delimitado às crianças pobres e alcançadas pela escolarização, em regiões com perfis variando

entre rural-urbano, litorâneo e aqueles contíguos ao centro político-econômico estadual na capital, São Paulo.

A posição dos municípios sedes das delegacias confirma seu pertencimento a áreas do estado que apresentavam à época características econômicas, regionais e demográficas contrastantes. Coincidentemente, a simbiose da LBA com as práticas de assistência em espaço escolar descreve um movimento de avanço da política assistencial legionária por sobre regiões diversas do estado e adentrando áreas e municípios variados a despeito de suas diferenças econômicas.

Se considerados, ainda, os relatórios dessas Delegacias de Ensino de início dos anos 1940, malgrado as diferenças regionais e até mesmo de escola para escola dentro de uma mesma jurisdição, a Sopa e a Caixa foram normalizadas no cotidiano administrativo escolar e ainda recomendadas como necessárias à permanência dos pobres na escola. Para cuidar do fornecimento ou suplementação das refeições e da distribuição de livros, cadernos e apetrechos de escola, os membros da comunidade escolar angariavam parte dos fundos constituintes das caixas e a partir desse acumulado faziam frente aos custos desse modo de solidariedade – induzida, porém nominada e operada como assistência. O Delegado Regional de Piracicaba, João Teixeira de Lara, no relatório que assinou, explicava que o custeio da Sopa, “adotada por muitos grupos escolares”, “requer esforços contínuos dos diretores e professores” (Delegacia, 1943a, p. 16). A Caixa, como reportou outro delegado, Oscar Augusto Guelli, ao subscrever o relatório da região escolar de Jundiá, mantinha “à sua custa a sopa escolar e outros tipos de alimentação preciosíssimos à saúde das crianças, como: o copo de leite, a distribuição de merendas variadas como o pão e manteiga, pão e doces ou frutas” (Delegacia, 1943b, p. 43).

Da LBA para as escolas, em se tratando de uma política levada a efeito em todo o estado, os canais de ligação entre as duas partes eram as comissões municipais. Afinada com a execução dessa política, a Comissão Municipal de Ribeirão Preto é um caso ilustrativo dessa operação, pois repassava os recursos da Sopa às

escolas primárias da cidade, mês a mês, conforme os cheques registrados em seu livro-caixa para os anos de 1953 e 1954. Os relatórios da LBA estadual nesse período listam as mesmas escolas registradas no livro-caixa da Comissão Municipal de Ribeirão Preto como beneficiárias dos repasses da Sopa Escolar, de modo que, do centro para as pontas, a Legião paulista executava uma grande operação assistencial dentro das escolas primárias da capital e do interior, de modo desconcentrado e parcialmente municipalizado porque aplicada localmente pelas comissões municipais, considerando que cada uma delas representava “em cada cidade uma filial em miniatura da C.E. [Comissão Estadual] da LBA” (Legião, 1950, p. 23).

Em 1943, por exemplo, o relatório da Delegacia de Ensino de Ribeirão Preto incluía vários informes sobre a cooperação mantida com a LBA, ainda em tempos de esforço de guerra. Nas escolas de abrangência da delegacia, o aviso de existência da neófito LBA e da convocação para as famílias aderirem ao movimento cívico-patriótico dirigido por ela foi levado “até o lar do educando” (Delegacia, 1943c, p. 4). Tal foi a adesão que campanhas como as da borracha e a do metal, cujo fim era arrecadar esses materiais para compor a fabricação de material bélico, encontraram nas comunidades escolares e no professorado da região gente que se pôs a angariar em suas cidades o que fora demanda pelo esforço de guerra. Em Ribeirão Preto, por exemplo, “foi entusiasticamente realizada a Campanha da Borracha, cujo resultado foi de 3.149 kg” (Delegacia, 1943c, p. 11).

Não bastasse dar a conhecer ao alunado da região e às suas famílias o “dever moral e patriótico que todos somos obrigados a prestar à L.B.A”, a Delegacia Regional de Ensino de Ribeirão Preto, em 1943, reportava que a assistência era um dos feitos incluídos nas realizações escolares de sua circunscrição, a exemplo da caixa escolar. Praticamente todas as escolas públicas estaduais sob a supervisão da delegacia mantinham caixas escolares que angariavam fundos a partir de doações das comunidades extra e interescolares, além de contarem com subvenções das prefeituras

municipais (Delegacia, 1943c). Com a Sopa Escolar ocorria o mesmo. Nas escolas da região de Ribeirão Preto era servida a Sopa como forma de “assistência alimentar” distribuída aos “escolares reconhecidamente pobres” (Delegacia, 1943c, p. 11).

Tanto era esse o *modus faciendi* que as seções “Caixa” e “Sopa”, em geral reportadas na parte sobre “assistência escolar”, são temas reiterados nos diferentes relatórios organizados pelo corpo administrativo das circunscrições escolares paulistas, como na citada série de documentos de 1943. A outra parte dos recursos angariados pelas caixas e aplicados na assistência escolar vinha de fontes como prefeituras, particulares, das festividades promovidas e organizadas pelo corpo escolar e, frequentemente, de doações da LBA, como consta em vários informes financeiros reportados pelos Delegados Regionais de Ensino nos relatórios que remeteram à Diretoria de Educação do estado. Especificamente naqueles relatórios que comunicavam os feitos e o andamento dos trabalhos escolares a partir de 1943, por exemplo, há rubricas indicativas da colaboração financeira da LBA no balancete das escolas a fim de subvencionar caixas, sopa e outras estratégias de suplementação alimentar como a distribuição de leite (o conhecido “copo de leite”).

Desse modo, as escolas primárias ofereciam um campo de intervenção disponível porque a rede escolar pública paulista fora edificada desde fins do XIX e até a década de 1940 se achava fortemente interiorizada. Mas, para além da aparente conveniência das circunstâncias ou da simultaneidade entre o avanço do sistema escolar paulista pelo estado e a interiorização das filiais legionárias em processo, a julgar pelo modo como foi arquitetada e aplicada, esse tipo de ação da LBA teria também a estatura de uma política pública de natureza social.

A correspondência com as características atribuídas por Antonio Amábile, por exemplo, no Dicionário de Políticas Públicas (2012, p. 390), ao que significam políticas públicas seria quase completa considerando que a Sopa e a Caixa Escolar tiveram abrangência ampla, propiciaram alguma satisfação do interesse coletivo e foram influenciadas majoritariamente por agentes

estatais e, por isso, representarem a “concretização da ação governamental”. Todavia, não é possível afirmar sem hesitação que foram políticas cujo fim era o de garantir direitos, mas concessões, posto que a família pobre, o indivíduo e, em especial, a criança pobre foram tomados mais como assistidos que exatamente como portadores de direitos sociais, algo que, no último caso, será superado a partir dos anos de 1980 com a formulação da representação normativa da criança e do adolescente enquanto sujeitos de direitos e a creche e pré-escola como direitos sociais coletivos, seja na Constituição Federal, de 1988, ou no Estatuto da Criança e do adolescente, de 1990.

A rigor, a Sopa e a Caixa Escolar não teriam como fim precípua assegurar benefícios como garantias institucional-estatais que pudessem fortalecer a representação da criança como sujeito de direito, assim como a infância e a educação formal como direitos sociais, tais como definidos por T.H. Marshall (1967), em *Cidadania*, classe social e *status*. Aquelas ações assemelham-se muito mais a concessões de natureza “gatopardista”, conformadoras de uma “cidadania passiva”, e menos direitos propriamente ditos (Benevides, 1994, p. 7).

Do ponto de vista da ação da LBA paulista a Sopa e a Caixa tinham mais caráter emergencial, *post factum*, que inteiramente antecipatório, embora apresentassem elementos de uma política alimentar destinada ao combate à desnutrição infantil em crianças com idade escolar. O enfrentamento da desnutrição, pela via da suplementação da merenda escolar, servia-se do espaço escolar e do fato, repita-se, da escolarização primária já reunir consideráveis contingentes de crianças no início dos anos 1950 em São Paulo. Os sucessivos relatórios da LBA paulista de 1946 a 1950, por exemplo, reiteram a ênfase no fato de a Sopa Escolar ser uma ação contínua da Legião e que ocorria em quase todas as escolas primárias do estado. A LBA nomeava e administrava a Sopa como um serviço que atendia a fins que incluíam desde o combate à desnutrição infantil até a permanência das crianças pobres na escola pela via do reforço alimentar. Os preâmbulos dos relatórios, a exemplo da edição de

1950 (e referente aos anos de 1947 a 1949), reiteraram esse caráter ao explicarem que era a “Legião quem olha para o problema alimentar dos escolares no Estado de São Paulo, procurando fornecer a cada criança uma ração alimentar suplementar, geralmente em forma de sôpa, de leite ou de merenda” com o assumido fim de “diminuir o enorme déficit quase sempre presente no teor de proteínas ou de outro princípio imediato do organismo” (Legião, 1950, p. 20). Os argumentos de fundo para esses fins visados pela Sopa Escolar devem-se à forte orientação e aos conteúdos da perícia médica disponibilizados à Comissão Estadual paulista, de sorte que o incremento na merenda nas escolas estava coerente com o intento de combater a desnutrição e a mortalidade infantil, tema caro a médicos, assistentes sociais e educadores à época.

Sobressai ainda, o fato de a LBA, por meio do serviço de Sopa Escolar, operar num circuito institucional público, isto é, a ação, a prioridade, os destinatários, as instituições e os agentes envolvidos pertenciam ao serviço público, frequentavam a escola pública – no caso das crianças – e os diversos locais de aplicação compunham o aparelho escolar estatal, o que era diferente das relações que aconteciam com as instituições assistenciais da sociedade civil, quando o caminho dos recursos era do público para o privado.

À semelhança da aproximação com o aparelho escolar, no caso das Caixas e da Sopa, a LBA vinculava-se a outros processos assistenciais em curso, como é o caso dos Postos de Puericultura capitaneados pelo Departamento Estadual da Criança. Do modo como era concebido, o posto de puericultura era a unidade base da assistência médico-higiênica e nutricional prestada às gestantes, às lactentes e às crianças pequenas na forma de acompanhamento nutricional, fornecimento de leite e suplementação alimentar, cujo “efeito decisivo”, esperava-se, era a “baixa da mortalidade infantil. (Legião, 1950, p. 49).

A ligação formal entre ambos, dado o pertencimento do Departamento ao Conselho Consultivo da Comissão Estadual legionária, viabilizava a aproximação institucional necessária e completava-se na compatibilidade entre a orientação médica de

ambos quando se tratava de priorizar o combate à desnutrição e à mortalidade pela via do implemento da alimentação infantil, especialmente a dos pobres, e do acompanhamento da maternidade:

A L.B.A., em virtude de convênio estabelecido com o Departamento Estadual da Criança, fornece aos Postos de Puericultura, hoje em número aproximado de 100, todo o leite fresco indispensável ao bom funcionamento dos respectivos lactários, sem falar em lactários de instituições particulares que funcionam em localidade onde não há posto de puericultura. Estes lactários também recebem da L.B.A. a sua porção de leite, oscilante de acordo com o número de crianças fichadas (Legião, 1950, p. 49).

Não obstante estar dotada de hospital, casa maternal, ambulatório e postos de atendimento pela capital e pelo interior, em fins da década de 1940, a Comissão Estadual contava com o fato de o aparelho estatal paulista possuir serviços próprios para a assistência social e à criança, por exemplo. Tanto o Departamento de Assistência Social e o Departamento Estadual da Criança – órgão próprio do estado paulista, mas espelho do Departamento Nacional da Criança – contribuíram para esse conjunto de grandes serviços com característica de políticas da Legião paulista, fosse como parceiros, como é o caso desse segundo departamento, ou como co-formuladores de políticas públicas porque membros do Conselho Consultivo da Comissão Estadual. Os Postos de Puericultura, por exemplo, eram uma ação formalmente conveniada entre a LBA e o Departamento Estadual da Criança, uma vez que a primeira era co-financiadora dos postos, sendo alguns próprios, outros das prefeituras e apoiados por ela, outra parte de organizações assistenciais da sociedade civil, com o fato desse departamento orientar a elaboração das plantas, o tipo de serviços prestados, os produtos e medicamentos a serem distribuídos e o modo como os postos deveriam ser equipados.

A Sopa, a Caixa Escolar, os Postos de Puericultura, as instituições próprias na capital e o apoio financeiro e supervisão das organizações assistenciais da sociedade civil são políticas estabelecidas pela LBA paulista e que representam sua marca regionalizada, no caso do reforço da alimentação escolar, da rede de postos em convênio com o Departamento Estadual da Criança, da distribuição de leite para crianças, do financiamento de maternidades e da clínica e hospital pediátrico na cidade de São Paulo. Todas foram ações que traduziram objetivos das políticas da LBA nacional para a infância e a maternidade, mas, seu conteúdo, concepção e execução guardavam fortemente as marcas da seção paulista. Para viabilizar ações como a da Sopa Escolar, o núcleo médico-pediátrico da Legião em São Paulo influenciou na elaboração de uma política alimentar que suplementasse a merenda servida nas escolas e esse grupo de médicos assim o fez porque dava as diretrizes desde o trabalho desenvolvido no Hospital “Leonor Mendes de Barros” e na Casa da Maternidade e da Infância. Esse núcleo médico-pediátrico da LBA paulista, sediado na capital, marcava posição como influenciador dessas políticas editando publicações da área de pediatria, patrocinadas pela própria Legião, nas quais divulgavam os resultados de pesquisas levadas a efeito na Casa Maternal e no Hospital da sede, bem como reportando as informações dos atendimentos acumulados nesses dois aparelhos da Comissão Estadual.

A LBA, desde a sua origem, sempre teve pés nos dois campos, no público e no privado, e assim se afirmou no campo das atenções dirigidas à criança e à pobreza das classes populares, destinatários centrais de suas ações, tanto em termos estaduais quanto nacionalmente. Ao passo que a LBA injetava dinheiro na suplementação da merenda escolar, simultaneamente alocava recursos e pessoal para apoiar os de outrem ou manter os próprios Postos de Puericultura, além de creches e jardins de infância. Incluem-se, ainda, entre os destinatários dos recursos e influência da Legião um número considerável de organizações assistenciais da sociedade civil pelo interior do estado e na capital, a exemplo de

maternidades e santas casas de misericórdia, bem como orfanatos e obras assistenciais em geral. A Sopa Escolar, o apoio a creches e jardins de infância mantidos por organizações assistenciais particulares, os Postos de Puericultura – próprios, públicos ou particulares –, as maternidades, as santas casas e as instituições materno-infantis próprias na capital paulista estruturavam uma rede com “nós” entrelaçados por atores públicos e privados, conformando assim o campo de ação da LBA, cujo foco privilegiado por sua política de assistência no estado eram a infância e a criança. Em outros termos, toda essa lista de apoios prestados pela Legião, bem como a rede de relações que mantinha com agentes públicos e privados, movia-se pelo intento de atuar da maternidade, incluindo a primeira infância, à infância escolar por meio de frentes de intervenção como a desnutrição e a mortalidade infantis, por exemplo.

Pelo fato de induzir eficientemente o surgimento de suas filiais pelos municípios paulistas logo nos primeiros meses de sua criação, em grande parte pela motivação do esforço de guerra, a LBA teve na institucionalização das comissões e escritórios municipais pelo território do estado a primeira das condições favoráveis para a interiorização dela própria e das políticas que levou a efeito. Ao se associar a outros agentes políticos e administrativos do aparelho institucional público, a exemplo do Departamento Estadual da criança, de prefeituras, Delegacias de Ensino e escolas primárias, a LBA paulista viabilizou mais um canal de interiorização pela via da simbiose com ações governadas por outros, como é o caso da Sopa e da Caixa Escolar, mas que, dado o seu caráter indutor de solidariedade entre pares e de mobilizar as comunidades extraescolares, era deveras compatível com o espírito das políticas legionárias em São Paulo. Considerando, então, as características estruturais da LBA enquanto organização – a lembrar: concentração de poder decisório nas instâncias hierárquicas superiores, dirigismo, capilaridade, combinação com as organizações filantrópicas da sociedade civil e acentuada territorialização de seus escritórios pelo interior do

estado – as políticas implementadas pela LBA em São Paulo certamente seguiram vias de interiorização, ou quiçá foram concebidas tendo como certo alcançar determinados segmentos da população, compreendidos e representados como “problemas sociais”, em áreas urbanas e rurais do interior.

Um caso típico de interiorização da LBA: Ribeirão Preto

A primeira razão que justificou a criação da Legião Brasileira de Assistência (LBA), como se sabe, foi o esforço de guerra iniciado em 1942. Nesse ano o Brasil rompeu relações com a Alemanha e, declarando guerra contra o Eixo, ingressou entre os aliados, dando início à formação do contingente da Força Expedicionária Brasileira (FEB). Ao passo que a expedição militar era preparada, a assistência aos mobilizados e aos seus familiares ficou a cargo da organização que, ainda em 1942, seria liderada por Darcy Vargas, esposa do presidente Getúlio Vargas. Desde as primeiras reuniões no Distrito Federal, na Associação Comercial do Rio de Janeiro, ainda em maio daquele mesmo ano, a proposta de uma legião civil para assistir aos soldados e colaborar com o esforço brasileiro de guerra rapidamente chegou aos estados e aos municípios do interior. Em outubro de 1942, os estatutos da LBA, aprovados pela Portaria n. 6.013, do Ministério da Justiça, foram enviados aos estados onde já se organizavam os primeiros movimentos para o estabelecimento das Comissões Centrais e das Comissões Municipais legionárias. Ainda em outubro, o Decreto Lei n. 4.830 reconheceu legalmente a LBA, definiu seu vínculo com o poder público federal e ainda indicou algumas de suas fontes de receita (Legião, 1942).

Num movimento ensaiado o chamamento para a formação de seções estaduais e municipais da LBA – assim que os primeiros atos de criação de uma legião civil se consumaram numa organização de fato e de direito – logo irradiou para os estados correndo pela calha das estreitas relações entre o poder central e os governos estaduais, vez que em 1942, durante o Estado Novo, os interventores eram nomeados e afinados com a cadeia de comando

cristalizada nesse período de forte espírito hierárquico e centralizador. A partir do chamamento da primeira dama nacional, a convocação para organizar a LBA em todo o país chegou às capitais dos estados e dali para os municípios. No interior paulista, sendo Ribeirão Preto um caso típico de repercussão do processo de interiorização da LBA, a mobilização e o movimento visando à implantação dos “centros municipais” foram resultado do efeito imediato do chamado à adesão de organizações assistenciais e femininas promovido pela primeira dama do estado nos idos de agosto de 1942; porém, fiel à regra de ter à testa da comissão municipal uma senhora indicada por alguma autoridade do poder local, como determinava o recém-instituído regimento. Desse modo, a LBA em Ribeirão Preto começou por delegação, ao passo que na capital paulista, a partir do peso da convocatória de Darcy Vargas – a primeira dama da República – havia quem preenchesse o requisito para liderar a LBA no estado: a posição de primeira dama estadual. Por isso o repasse do chamamento ser assumido na cidade de São Paulo por Anita Costa, esposa do interventor.

Essa diferença estava em conformidade com o que viria a determinar o estatuto da neófito legião, dotado de intencional estratificação piramidal dos componentes do sistema, entrelaçado a forte espírito de hierarquia e certo vezo moral e cívico-patriótico, a exemplo da forma de composição que deveria estruturar os “centros municipais”, cujos membros a iniciarem os trabalhos locais seriam indicados pelo pároco, juiz ou prefeito da localidade. Em 24 de setembro de 1942, a Comissão Estadual da LBA enviou um telegrama/circular aos executivos municipais, entre os quais o de Ribeirão Preto, com a seguinte solicitação:

A Comissão Estadual da Legião Brasileira de Assistência, querendo dar imediata execução ao patriótico programa estabelecido pela excelentíssima senhora Darcy Vargas, solicito de V.Sa. a indicação do nome de senhora desse município, de notório espírito cívico, sua digna esposa ou outra senhora, afim de que seja designada para o cargo de presidente do Centro Municipal e em seguida organizada a

respectiva diretoria na conformidade das instruções que lhe serão enviadas.

Saudações,

Anita Costa

Presidente da Comissão Estadual da Legião Brasileira de Assistência (Arquivo, s.d.).³

Sem muito vagar o prefeito, Fábio de Sá Barreto, respondeu poucos dias depois ao telegrama com a indicação de um nome reconhecido pelo antigo engajamento na causa da filantropia em Ribeirão Preto:

Em resposta ao radiograma de V. Exa. ontem recebido, tenho a honra e o prazer de indicar o nome da Exma. Sra. Da. Anita Procopio Junqueira, para o cargo de Presidente do Centro Municipal da Legião Brasileira de Assistência, senhora essa de notório espírito cívico, elevado prestígio social, fazendeira aqui residente e viúva do saudoso ribeiro pretano Dr. Francisco Junqueira (Arquivo, s.d.).

A biografia de Anita Junqueira preenchia os requisitos demandados para estabelecer a comissão da LBA na cidade. Em 1917, por exemplo, seu nome constava entre as principais colaboradoras para a fundação, em Ribeirão Preto, de um instituto de proteção à infância modelado conforme aquele do médico Moncorvo Filho, sediado no Rio de Janeiro⁴. Além disso, as doações em seu nome para erigir capelas e apoiar obras de caridade católicas estão de pé ainda hoje na cidade. Não obstante, o prefeito

³ As correspondências ora citadas estão sob essa referência pelo fato de estarem contidas no fundo “Prefeitura Municipal”, seção “Correspondências” no Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto.

⁴ O Instituto de Proteção e Assistência à Infância (IPAI) foi inaugurado em Ribeirão Preto em 1917, e teve como seu principal artífice e idealizador o médico Antonio Gouveia. Desde sua fundação o propósito do IPAI, ou Instituto Antonio Gouveia, como ficou conhecido, era prestar “serviços de assistência médica, farmacêutica, alimentar e dentária”, bem como distribuir “leite aos seus ‘protegidos’” (Instituto, 1922, p.1).

ainda cuidou de assentar os predicados de sua indicação ao lembrar tratar-se de “senhora de notório espírito cívico, fazendeira” e, fato importante, “viúva do saudoso ribeiro pretano Dr. Francisco Junqueira”, membro do clã familiar de sobrenome Junqueira que concentrou em suas várias estirpes poder econômico, porque formado por fazendeiros estabelecidos na região desde o século XIX, cafeicultores de primeira hora e laureados por safras recordes, alguns deles proclamados reis do café, membros natos do Partido Republicano Paulista (PRP) e seus dirigentes regionais durante toda a Primeira República.

Uma vez conhecida a senhora escolhida para presidir a Comissão Municipal, era tempo de assentar a LBA na localidade. Os livros de atas da primeira comissão ribeirão-pretana da LBA⁵ registram as movimentações para instalar a representação legionária na cidade e a adesão de reconhecidas expressões femininas da filantropia local, a exemplo de sua primeira presidente, Anita Junqueira. Curiosamente, além do engajamento no esforço de guerra, estava incluída na pauta dos encontros legionários a realização de ações assistenciais aos pobres e crianças da cidade. Tão logo a representação legionária se estabeleceu em imóvel cedido pelo executivo municipal, em fins de 1942, pelos anos imediatamente seguintes, parte substancial de sua agenda cotidiana eram tarefas ligadas à assistência distributiva e emergencial, tais como doação de alimentos, apoio às famílias de expedicionários, colaboração nas semanas da Páscoa, e datas especiais como o dia da criança e no Natal, sempre angariando fundos e doações para a entrega de presentes às crianças nessas ocasiões, conforme registram seus livros de ata da época.

⁵ Os livros de atas da primeira diretoria da Comissão Municipal que instalou a LBA em Ribeirão Preto e cuidou de seus primeiros trabalhos estão guardados no Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto e registrados sob o nome “Fundo LBA”. Esse fundo contém documentos manuscritos e impressos, os primeiros de produção do escritório local e os segundos são publicações da Comissão Estadual e outros da LBA nacional, todos com data limite de 1942 a 1983.

As outras ocupações da seção ribeirão-pretana eram executar o que lhe cabia nas grandes iniciativas públicas da Comissão Estadual do período, especialmente a Sopa e a Caixa Escolar, além do Posto de Puericultura. Não escapava à regra o apoio e relacionamento com as organizações filantrópicas locais, política permanentemente praticada pela Comissão Municipal, porque delegada pela Comissão Estadual, porque coerente com a origem dos membros da sua diretoria na cidade – em geral vinculados a esse mesmo *métier* – e porque seguia as trilhas da doutrina e da política que eram a razão de existir da LBA, ou seja, estrutura organizacional vertical, hierarquizada, piramidal; iniciativas e ações sociais de cunho assistencialista e de benemerência, postas em movimento mediante a combinação de práticas de centralização decisória, normativa e financeira, com as de desconcentração⁶ e interiorização espacial na execução dos programas e projetos, de modo a dar operacionalidade real e enraizamento à LBA em diferentes localidades brasileiras.

⁶Entendemos que os termos centralização e descentralização são pares de opostos, ideal-típicos, que exprimem arranjos institucionais, administrativos, e “são dois tipos diferentes e contrapostos de ordenamentos jurídicos”, portanto não é plausível afirmar a centralização sem fazer referências a seu pólo antagônico – a descentralização (Roversi-Monaco, 1998, p. 329). Todavia, o uso do termo descentralização leva a considerar que de algum modo ele implica a transferência de poder político nas práticas deliberativas, assim como o exercício de uma autonomia relativa que não se constatam na estrutura organizacional e nos modos de conceber e executar políticas públicas e programas sociais da LBA. Por tais razões optamos pelo uso do termo “desconcentração”, e nos aproximamos das ponderações de Federico Tobar (1991) quando sublinha que a “descentralização implica redistribuição do poder, uma transferência na alocação das decisões” O que implica, portanto, “mexer nos interesses dos grupos de poder, enquanto a desconcentração é a delegação de competência sem deslocamento do poder decisório” (Tobar, 1991, p. 4).

Entre assistir e educar: os parques infantis em Ribeirão Preto¹

Maria Beatriz R. Prandi-Gonçalves
Débora Menengoti Ferreira
Gabriela Campos Darahem
Sérgio C. Fonseca

Um tipo diferenciado de organização escolar e assistencial

Os parques infantis paulistanos, criados em São Paulo a partir de 1935, durante a gestão de Mário de Andrade à frente do Departamento de Cultura do município, devido à conjugação inovadora entre a ênfase na cultura brasileira como conteúdo do processo educativo e a opção pelo brincar enquanto meio para apropriação dos espaços abertos e livres da cidade, são experimentos inovadores até fins da década de 1930, no que se refere à concepção de equipamentos públicos urbanos voltados para crianças em idade pré-escolar. Em contraste com essa experiência precursora, no final da mesma década, a nomenclatura “parque infantil” e a associação entre espaço aberto, amplo, como local de suporte para o estabelecimento de uma instituição educativa *sui generis* para crianças passou por mudanças que introduziram a educação física, os jogos aproximados do esporte e o playground como marcas da nova geração de parques, doravante, capitaneados pelo Departamento de Educação Física do

¹ A presente seção é composta pela reelaboração de dois artigos, que as autoras e o autor publicaram na revista *História & Cultura*, em 2015, e o outro, na revista *Quaestio*, em 2017. Ver: Fonseca, Ferreira e Prand (2015, p. 222-261); Fonseca, Ferreira e Darahem (2017, p. 307-327).

Estado de São Paulo (DEF-SP²). A nomenclatura “parque infantil” ressurgiu, então, nos projetos assumidos pelo governo estadual através do DEFESP que, desde os anos 1940, pautou a criação dos primeiros parques de Ribeirão Preto e de várias outras cidades no interior paulista durante até o final da década de 1960, pelo menos. As plantas, as atividades e os elementos físicos e educativos definidos pelo DEFESP modelaram – entre as décadas de 1950 e 1960 – os parques infantis de Ribeirão Preto que, com o passar do tempo, foram incorporados à rede pré-escolar pública da cidade.

Entre 1951 e 1977 os parques infantis foram assimilados como políticas continuadas, ora mais, ora menos por sucessivas administrações municipais e, à medida que foram instalados em diferentes regiões, se incluíram entre as escolas e serviços públicos destinados à infância e estabelecidos nos bairros ribeirão-pretanos. Passado esse ciclo de mais de duas décadas, no entanto, a partir do início da década de 1980, os parques infantis foram desaparecendo, subsumidos na rede municipal de ensino até o ponto de deixarem poucos sinais de sua existência, embora tenham sido marca de políticas municipais de assistência e de atenção à infância em Ribeirão Preto.

As cidades e a infância: os parques infantis como espaço educativo no meio urbano

Nicanor Miranda (1941) elabora uma considerável genealogia dos parques infantis, situando sua origem na Alemanha do século XIX, à época da guerra franco-prussiana³, tempo em que são

² Sigla utilizada nos documentos oficiais e nas correspondências entre o Departamento e a prefeitura de Ribeirão Preto. Para efeitos de síntese didática, neste capítulo adotaremos o acrônimo DEFESP para nomear esse departamento quando ele for diretamente citado neste texto.

³ A guerra franco-prussiana ocorreu entre os anos de 1870 e 1871, ocasião em que a Alemanha consolidou seu recente processo de unificação ao passo que, como consequência da derrota, na França chegou ao fim o Segundo Império, sob o governo de Napoleão III, sucedido pelo início da Terceira República.

enunciados os primeiros princípios acerca do seu valor educativo. Segundo Miranda (1941), os professores de um colégio daquele país iniciaram uma experiência em que os alunos eram levados duas vezes por semana a uma praça para realizar jogos organizados. Com o tempo, convencidos dos benefícios dessa dinâmica no programa escolar, inauguraram uma campanha em prol dos jogos em espaços abertos em toda a Alemanha. Em pouco tempo, a Dinamarca, que já possuía a ginástica como parte integrante do currículo nas escolas públicas, também aderiu ao movimento e, em 1891, foi criada a Associação de Parques de Copenhague com a finalidade de estimular a instalação deles no país. Nos Estados Unidos, no final do século XIX, também haviam parques destinados à recreação infantil na forma de um tabuleiro de areia em jardins públicos, contando já em 1886 com três parques instalados por uma comunidade filantrópica da cidade de Boston. No século XX a ideia chega à França, como sendo o *playground* americano, tendo sido implantada graças à iniciativa de um médico otorrinolaringologista em 1930. Sobre parques franceses, Miranda esclarece:

A organização dos serviços dos ‘squares d’enfants’ de Paris era relativamente precária [...]. As instalações modestas e exíguas. As áreas livres excessivamente limitadas. Não havia professores ou instrutores de educação física, não havia jogo organizado, as crianças se entregavam totalmente ao jogo livre, apenas assistidas pelas dirigentes. As meninas entretinham-se, algumas vezes, com pequenos trabalhos manuais, de preferência costura. Antes das refeições, ensinava-se às crianças a lavar as mãos e o rosto. Após os repastos dormiam a sesta (Miranda, 1941, p. 7).

Segundo Pimenta (2008), os Parques Infantis de Paris serviram de inspiração para a implantação de similares em Portugal, na cidade de Lisboa, no ano de 1933. Em Lisboa, entretanto, o atendimento parecia ser mais completo, pois contava com “comida, roupas, sapatos, remédios, vacinas, radiografias, regras de higiene, de moral e de religião” (Pimenta, 2008, p. 278).

No início do século XX, as autoridades públicas estadunidenses começaram a observar o valor social de um parque organizado e, procurando melhorar aqueles já existentes, criaram a *Playground Recreation Association* para arrecadar fundos e investir no seu implemento. Até o início dos anos 1940, segundo Miranda (1941), já eram 9.749 parques implantados em 1.204 cidades diferentes dos Estados Unidos. Os outros países que registraram a instalação de parques até 1941 foram Canadá, com 313 unidades, México, onde as *Misiones Culturales* realizaram estudos acerca das condições de vida das crianças do campo e defenderam a sobrevivência de jogos e danças da cultura nacional. A partir desse trabalho das *Misiones*, os parques, então, se difundiram não somente na área urbana como também na zona rural. O Chile também implantou parques infantis, com registros das primeiras movimentações pró-parque desde 1917, com espera até 1923, quando o primeiro entrou em atividade, sendo que mais 27 deles foram fundados e se tornaram ativos nos país até 1941.

Além da simultaneidade entre Europa e América quanto à adoção do parque como lugar reservado à infância nas cidades, do ponto de vista das ideias pedagógicas que sustentaram o valor educativo da recreação, sem dúvida a pedagogia de Froebel (1782-1852) foi tomada por doutrina base dos propósitos educativos dos parques infantis. A grande similaridade entre os princípios froebelianos e a ideia de associar o uso de espaços abertos, porque menos ou nada murados que os da escola, e a recreação - princípios bases dos parques - explicariam o fato de o pedagogo alemão ser influenciador da pedagogia dos parques infantis na Europa e nas Américas. Para Froebel, conforme explica Kishimoto (2002), a brincadeira seria a chave para o desenvolvimento infantil integral e, por isso, parte essencial do trabalho pedagógico. Esses princípios, inclusive, são as bases do *Kindergarten*, de Froebel, cujo nome expressa uma metáfora na qual o contato com a natureza e a educação se traduzem como sendo as crianças pequenas plantas e o professor, o cultivador responsável pelo seu crescimento. As atividades propostas nesse jardim estavam relacionadas à percepção

sensorial, à linguagem oral e à exploração de brinquedos e de diferentes materiais nas atividades de criação dos alunos (papel, argila e serragem, por exemplo). As narrativas também eram parte fundamental do projeto do *Kindergarten*, pois mitos, lendas e contos de fadas serviam, segundo Froebel, para desenvolver a capacidade mental das crianças (Kishimoto, 2002).

Em São Paulo, a proposta para os parques infantis adotada durante a gestão do prefeito Fábio Prado (1934-1938) apresentava semelhanças com os princípios de Froebel. Ainda que a pedagogia de Froebel tenha origem no século XIX, ela já repercutia no Brasil desde os anos 1870, no Rio de Janeiro, e em São Paulo, onde os trabalhos das professoras do Jardim de Infância da Escola Normal Caetano de Campos, eram assumidamente inspirados pelas ideias e métodos do pedagogo alemão⁴. Desde sua criação, o Jardim de Infância anexo à Escola Normal Caetano de Campos foi um centro de aplicação e divulgação de Froebel na capital paulista. Embora não existam ligações diretas entre o projeto parqueano da década de 1930 e o Jardim de Infância (*kindergarten*), é possível inferir que Froebel era uma referência circulante no meio pedagógico paulistano quando se tratava de fazer e pensar a educação de crianças pequenas.

Em termos formais, a concepção de Parque Infantil expressa no Ato Municipal n. 767, apresentava entre suas justificativas o propósito de intervir nas “más condições hygienicas e moraes” nas quais se desenvolviam as crianças dos bairros pobres, além de reconhecer que o crescimento da cidade cada vez mais subtraía das crianças “espaços ao ar livre, pateos, terreiros e jardins de que necessitam para seus jogos, exercícios e divertimentos”. A

⁴ Segundo Maria Helena Camara Bastos (2001), o médico carioca, Menezes Vieira, na década de 1870, era reconhecido como precursor do jardim de infância no Brasil, sendo lembrado também como divulgador da obra de Froebel no país. Menezes Vieira fundou em 1875 um jardim de infância anexo ao colégio que já dirigia e que era de sua propriedade. Quanto à São Paulo, em 1896 foi criado o primeiro jardim de infância público na capital do estado, anexo à Escola Normal. (Kuhlmann Júnior, 1998).

correlação entre desenvolvimento da criança e a necessidade de espaço é determinante na concepção arquitetônica dos parques que, apesar de enxuta, era projetada a fim de permitir o lazer em dimensões amplas e dotadas de vegetação e *playground*, onde eram instalados os equipamentos de lazer.

Entre os anos de 1934 e 1938, enquanto esteve na gestão do município, o prefeito Fábio Prado entregou o Parque Infantil da Lapa, do Parque D. Pedro II e o de Santo Amaro; além disso, construiu outros quatro que foram entregues na gestão de Prestes Maia, em 1938, no Tatuapé, na Barra Funda, no Catumbi e Vila Romana (Niemeyer, 2001).

Além disso, do ponto de vista cultural, a proposta parqueana de São Paulo foi influenciada por Mário de Andrade, que, na função de chefe da Divisão de Expansão Cultural, então um dos braços do Departamento de Cultura, defendia os parques como meio de livrar a criança do espaço restrito que a sociedade industrial a confinava, pois, segundo ele, a infância não deveria mais ser submetida ao trabalho e à disciplinarização (subordinação ao adulto): pelo contrário, ela deveria ser compreendida como etapa do desenvolvimento cultural do sujeito e da construção da identidade nacional por parte da coletividade (Faria, 1999).

A originalidade da influência de Mário de Andrade sobre a política de parques infantis implementada a partir de sua gestão diferia do uso circunstancial do parque como espaço livre para a infância dentro da cidade ocupada, como fora frequente até então por onde os parques foram concretizados mundo afora. Era fato comum à história dos parques infantis até a década de 1930, por onde haviam surgido, que brincar fosse a ocupação precípua das crianças, com a diferença de o projeto parqueano de Mario de Andrade valer-se da centralidade dos jogos e brincadeiras para fazer deles o meio de incluir entre as crianças a cultura nacional, suas manifestações, suas formas de divertimento, enfim, de brasilidade e, com isso, que a criança recebesse e também reconstruísse a cultura. Embora autoral e marcante, essa concepção de parque e de criança como participante da produção da cultura foi breve enquanto

diretriz pedagógica dos trabalhos dos parques, uma vez que a administração municipal sucedânea à do prefeito Fábio Prado tinha outros planos para os parques infantis da cidade. Em correspondência com um interlocutor, Mário de Andrade deixou claro o seu ponto de vista a respeito da questão, com destaque para um trecho no qual ele é taxativo: “[...] aqui, um governo de vingança, acompanhado de um prefeito vesgo e um diretor burro e ignorante, acabam tudo!” (Andrade, 1981, p. 131).

A partir de 1938, o prefeito Prestes Maia determinou mudanças radicais nas políticas do município, o que inviabilizou a possível continuidade do projeto que Mário de Andrade idealizou para os parques infantis, levando-o a deixar o cargo seis meses após a posse de Prestes Maia (Niemeyer, 2001). Por fim, a mudança capital nas políticas municipais de uso e ocupação do espaço urbano ocorreu em 1950 com a publicação do “Relatório Moses” – encomendado pela prefeitura ao urbanista americano Robert Moses, com vistas a melhorias de tráfego e de serviço público na cidade – que classificou os parques infantis como instituição de alto custo e defendeu a implantação de programas de lazer menos dirigidos (Niemeyer, 2001). A partir das recomendações do relatório, a década de 1950 é o tempo do esvaziamento dos princípios e práticas que caracterizaram os parques infantis municipais desde os anos 1930, quando surgiram. Junto do desinvestimento político nos parques tal como foram concebidos, ainda em meados dos anos 1950 outro fato completa esse primeiro quando é instituído o ensino primário público no município, conforme o Decreto-lei Municipal nº 3.185, de 1956. É com este decreto que ficam organizadas as três novas tipologias desta etapa de ensino: ensino primário fundamental, ensino primário complementar vocacional e ensino primário supletivo-elementar – os quais seriam desenvolvidos em “escolas ou classes singulares ou agrupadas” com, no mínimo, 40 crianças em idade escolar (São Paulo, 1956).

O DEFESP: representante de um projeto de parques infantis centrado na educação física

O DEFESP é o artífice da reelaboração do legado dos parques infantis paulistanos da década de 1930 e a produção de outro modelo, também sob a nomenclatura parque infantil, porém, ancorado inteiramente na educação física como mote de sua pedagogia. Coincidentemente, na década de 1930, época em que os parques infantis eram novidade na cidade de São Paulo, era criado o DEFESP e, logo no início de suas atividades, o Serviço Municipal de Jogos e Recreios da capital reservou a ele um assento na comissão que compunha esse serviço da prefeitura municipal. De acordo com o Ato Municipal nº 767, de 9 de janeiro de 1935, que, ao criar o Serviço Municipal de Jogos e de Recreios, determinou que, entre os membros Comissão Municipal de Recreio – órgão deliberativo e consultivo desse serviço – deveria haver um representante do Departamento de Educação Física do Estado (São Paulo, 1935b). Mais tarde, o Ato Municipal nº 795, de 15 de fevereiro de 1935, mudou a denominação do Serviço Municipal de Jogos e Recreios para Serviço Municipal de Parques Infantis, reforçando com isso o seu papel na organização, instalação e orientação dos parques paulistanos (São Paulo, 1935c).

Em 30 de maio de 1935, o Ato nº 861 criou o Departamento de Cultura e de Recreação da cidade de São Paulo e determinou que seu organograma fosse composto por quatro divisões, quais sejam: Divisão de Expansão Cultural, Divisão de Bibliotecas, Divisão da Documentação Histórica e Divisão de Educação e Recreios (responsável pelos Parques Infantis, pelos campos de atletismo e pelas diversões públicas). Sobre a Comissão Municipal de Parques, essa legislação reiterou o lugar reservado a um representante do Departamento de Educação Física do Estado na sua composição; e, além disso, estreitou relações com esse departamento do estado, pois, entre as formações exigidas dos instrutores nomeados para trabalhar nos parques, o Ato 861, definiu que deveriam ter concluído o curso de educadores sanitários, à época oferecido pelo

Instituto de Higiene, ou de educação física infantil, ministrado pelo mesmo DEFESP (São Paulo, 1935c).

Em 1938, o interventor federal Adhemar Pereira de Barros⁵ reorganizou o Departamento de Educação Física por meio do Decreto nº 9.605. A partir de então, subordinado à Secretaria da Educação e Saúde Pública, o DEFESP passou a trabalhar no interior do estado através de Inspetorias Regionais, instaladas em determinadas cidades. Logo em seguida, o Decreto nº 10.243 de 1939, no Artigo 2º, definiu que em “todos os municípios será instalada uma comissão do Departamento de Educação Física, sob a presidência do Prefeito Municipal, com as funções de organizar e dirigir, conforme as diretrizes gerais fixadas, os núcleos locais”. Além disso, o Artigo 8º criou o cargo de “inspetor geral dos Serviços de Parques Infantis”, subordinado ao Diretor Geral do DEFESP, responsável por “organizar e orientar os serviços de Parques Infantis”. Ribeirão Preto, segundo Dalben (2009) era uma das cidades onde havia uma Inspetoria Regional.

Com essa estrutura desenhada para articular o trabalho da direção sediada na capital à sua presença nas cidades do interior, a partir dos anos 1940 o Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo fez chegar a várias cidades municípios, bem como em vários bairros da capital, um tipo de equipamento público de caráter educativo para crianças fortemente centrado nos jogos e na recreação dirigidos pela educação física como motes de sua pedagogia. O parque infantil tornou-se um dos projetos que marcaram a atuação do Departamento de Educação Física junto a municípios e prefeituras do estado e fez com que fosse levado às cidades por onde se estabeleceu um tipo peculiar de política educativa para a criança porque diferente do que havia em termos de pré-escola (como é o caso dos jardins de infância e creches) e escola primária à época.

⁵ Nomeado pelo presidente Getúlio Vargas, ocupou o cargo de Interventor Federal de abril de 1938 a junho de 1941 (Alves, 1986).

Até alcançar a década de 1940, no entanto, o Departamento de Educação Física levou algum tempo para assumir os parques infantis como sua política. Os propósitos originais da razão de existir desse departamento visavam a constituir no aparelho estatal um órgão capaz de fomentar a prática da educação física nas escolas públicas e nas escolas particulares, de supervisionar sua aplicação, além de promover exposições abertas de ginástica e de variados esportes, bem como organizar uma escola para formar professores nessa especialidade, o que era uma de suas mais elevadas tarefas. Essas eram algumas das incumbências institucionais do departamento conforme definia o decreto que o retirou do limbo em 1934, pois ele fora originalmente fundado em 1931, extinto em 1933 e retomado no ano seguinte, desta feita como anexo da Secretaria de Educação e Saúde Pública do estado (Ferreira, 2016). Somente em 1938 as feições mais duradouras do departamento foram definidas, quando de sua reformulação pelo Decreto nº 9.605 (São Paulo, 1978), que instituiu uma nova forma de organização do currículo dos estabelecimentos de ensino paulistas em cumprimento à Constituição de 1937, de sorte que, a partir de então, o Departamento de Educação Física do Estado tornou-se responsável por “dirigir, orientar e fiscalizar” as atividades de educação física não apenas na capital, mas igualmente nas cidades do interior.

Progressivamente, desde sua remodelação entre 1938 e 1939, o DEFESP foi se consolidando enquanto mobilizador de gestões municipais em prol da instalação de parques infantis. O *Relatório de Atividades do Departamento de Educação Física de São Paulo*, em 1942, projetava o próprio departamento como executor dessa política:

O Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo tem procurado por todos os meios intensificar o movimento de construção de parques infantis no Interior do Estado. Aproximando-se a época da entrega dos orçamentos municipais, este Serviço enviou a todas as prefeituras uma publicação sobre o serviço e utilidades dos Parques Infantis, Colônia de Férias e Escola de

Aplicação ao Ar Livre, acompanhada por uma circular sugerindo aos prefeitos a inclusão de uma verba destinada aos parques infantis. Muitos prefeitos apressaram-se a responder pedindo sugestões e informações a respeito do assunto. Além disso, através de sua Inspetoria, o DEF procura estar em contato com as Prefeituras a-fim-de interessa-las nessa iniciativa. Para as cidades onde já funcionam parques infantis, tem sido solicitadas publicações sobre Educação Infantil ou outras de interesse da criança (Departamento de Educação Física de São Paulo, 1942, p. 25).

Todas essas medidas administrativas e políticas sinalizam o movimento do DEFESP rumo à posição de ascendência sobre os municípios e suas prefeituras quando o assunto eram os parques infantis. Ele era o órgão do estado com a autoridade e designação para realizar gestões junto aos municípios a fim de fazer instalar parques infantis, contando, ainda, com o fato de haver interiorizado suas inspetorias por diversas cidades paulistas. Por isso, é compreensível que o DEFESP tenha sido o mobilizador da prefeitura de Ribeirão Preto e tenha feito chegar à urbe interiorana um modelo de parque infantil em quase tudo definido. As plantas, os projetos arquitetônicos, as atividades, enfim, os elementos físicos e educativos definidos pelo DEFESP modelaram os primeiros parques infantis de Ribeirão Preto que, com o passar do tempo, incorporou esse tipo peculiar de escola à sua rede própria.

E, para realizar ingerências dessa natureza sobre as prefeituras, o DEFESP tinha claro o que entendia por parque infantil e assim apresentava às administrações municipais um projeto definido. No modo como o DEFESP concebia o parque, a atividade física era um ponto essencial na formação da criança. A educação física capitaneava o previsto para ser o cotidiano do parque por meio de variados tipos de atividades que ela poderia comportar ou com as quais seria compatível, como por exemplo, jogos livres e organizados, exercícios físicos e ritmados, natação e dança, incluindo-se ainda ensaios de dramatização, aulas de música, de canto, bem como trabalhos manuais (marcenaria, modelagem,

bordado e costura) e também palestras, festivais, excursões e materiais da biblioteca. O DEFESP tinha quase tudo a oferecer às prefeituras, de plantas a cursos e, principalmente, uma referência, a exemplo do que definia em seu manual: “[...] O Parque Infantil deve ser, portanto, um lugar aprazível, com espaço para correr e saltar, cheio de distrações, onde a criança sinta desejos de permanecer o maior tempo possível” (Departamento, 1950, p. 1). O manual previa, ainda, educadores especializados no acompanhamento das atividades desenvolvidas (jogos, exercícios físicos, trabalhos manuais artísticos, excursões) e profissionais voltados para o atendimento médico, dentário e alimentar das crianças.

O conteúdo desse manual deixava evidente para os municípios que criar um parque infantil envolvia atender requisitos necessários à implementação que eram incontornáveis porque davam consistência à concepção educativa do projeto oferecido enquanto pelo DEFESP às prefeituras. O Serviço de Parques Infantis do DEFESP indicava aos municípios e aos dirigentes locais dos parques todas as diretrizes, seja de ordem administrativa ou educacional, como também, a partir da abertura das tratativas, assessorava os preparativos da implantação, fornecendo instruções para a construção do pavilhão (que previa uma edificação para abrigar um espaço coberto de uso variado, para servir às refeições, trabalhos artísticos, reforço escolar, entre outras funções), começando pela escolha do terreno, seguindo pela produção das plantas das edificações, pelos desenhos de aparelhos e móveis até instruções sobre escolha do material de educação física. Além disso, o DEFESP enviava também para as prefeituras um manual, elaborado em 1950, que esclarecia passo a passo o funcionamento de um parque, bem como sua organização e objetivos, exemplificando seus benefícios a partir de fotos dos parques infantis em atividade até aquele momento⁶.

⁶ O documento pode ser encontrado no Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto, na Pasta 229 – caixa 43 – setor de protocolo – dossiês – parque infantil.

Os parques infantis chegam ao interior paulista

O *Relatório de Atividades do Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo*⁷ publicado em 1942 mostra que o seu próprio Serviço de Parques Infantis, nesse mesmo ano, estava plenamente ativo. Passado o período pioneiro dos parques infantis na cidade de São Paulo, o DEFESP levava para todo o estado um projeto de instituição para a educação da infância algo similar à experiência da década de 1930 na capital paulista e, por outro lado, fortemente diferente porque não mais centrado sobre o encontro entre as brincadeiras infantis e a cultura brasileira, como fora nos tempos de Mário de Andrade, mas, orientado pelo dirigismo da educação física sobre as ações das crianças no espaço parqueano.

O dirigismo do DEFESP era técnico, político e pedagógico, a começar pelo desenho do parque, do ponto de vista físico e de como seria organizado o seu espaço. Do ponto de vista político presente na relação entre os entes político-administrativos (estado e municípios), o DEFESP tinha como certo, no relacionamento com as prefeituras, que a ele cabia oferecer a maior parte das diretrizes, incluindo as de ordem administrativa e até as orientações pedagógicas, como também, desde o princípio, dar assessoria às equipes dos parques em cada cidade onde existiam. Essa é uma marca da atuação do DEFESP para, através das gestões que ele fazia junto às prefeituras, criar condições para a adesão dos municípios.

Os resultados desse dirigismo do DEFESP e das gestões realizadas junto às prefeituras alcançaram, até 1952, 15 municípios nos quais havia parques infantis em funcionamento, com maior concentração nas regiões Central, Noroeste e Oeste, e menor proporção no litoral em localidades próximas à São Paulo. Em 1957, quase duas décadas depois da criação do DEFESP, havia 45 parques infantis em atividade (de acordo com o projeto de lei nº 786/59 publicado no Diário Oficial de 7 de maio de 1959) no interior do

⁷ O documento pode ser encontrado no Centro de Memória da Unicamp no Fundo Otília Foster.

estado de São Paulo, figurando Campinas e Ribeirão Preto como as duas cidades com mais parques infantis, cada uma com seis parques (São Paulo, 1959). Embora ainda não houvessem chegado a outras partes do estado, como as regiões do Vale do Ribeira, Vale do Paranapanema e ao Vale do Paraíba, os parques já desenhavam desde 1952 um mapa que atesta sua interiorização pela via do dirigismo do DEFESP. Esse resultado pode ser apurado de um evento promovido por esse departamento em 1952, ocasião em que ocorreu a “2ª reunião de Diretoras de Parques Infantis”, com a presença de representantes de todos os parques infantis do interior Estado de São Paulo⁸. Participaram deste evento representantes dos parques infantis de 15 cidades do interior de São Paulo, a exemplo de Araraquara, Santos, Marília, Pinhal, Campinas, Jundiaí, Ibitinga, Pirajuí, Piracicaba, Itu, Mogi das Cruzes, Tremembé, São Vicente, Franco da Rocha e Ribeirão Preto. Desde que a experiência paulistana da década de 1930 definiu os parques como um espaço de educação da infância alternativo à escola, incluindo, ainda, a mudança de orientação e a produção de um outro projeto parqueano pelo DEFESP, a partir dos anos 1940, a lista de cidades participantes desse encontro desenha um mapa do deslocamento para o interior de um modelo de educação da infância.

O encontro de 1952, além de sinalizar que interiorização dos parques estava em processo pelo fato de o DEFESP influir junto às prefeituras e delas também desejarem recebê-los, revela também que em cada cidade já estavam se formando contingentes regulares de crianças atendidas. Uma carta do então diretor geral do DEFESP, Arthur Alcaide Valls, ao prefeito municipal de Ribeirão Preto, Alfredo Condeixa Filho, em 18 de março de 1952, ao comunicar sobre os resultados da “2ª reunião de Diretoras de Parques Infantis”, mostrava que esse departamento apurava o movimento de frequência de crianças, conforme um documento

⁸ O documento pode ser encontrado no Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto, na Pasta 229 – Caixa 43 – setor de protocolo – dossiês – parque infantil.

com a classificação dos Parques Infantis do interior do estado pela frequência média diária obtida em 1951 (ver Quadro 15)⁹.

Quadro 15: Classificação dos Parques Infantis do interior do estado de São Paulo pela frequência média diária obtida em 1951

Classifi- cação	Parque Infantil	Frequência média diária	Mês em que obteve maior frequência	Observa- ções
1ª.	Bairro São José – ARARAQUARA	681	Set. 878	Inaug. 8/51
2ª.	L. M. Barros - ARARAQUARA	297	Dez. 590	-
3ª.	Olívia Fernandes – SANTOS	289	Mar. 429	-
4ª.	L. M. Barros - SANTOS	242	Abril 311	-
5ª.	Monteiro Lobato – MARÍLIA	209	Dez. 287	-
6ª.	F. A. Florence – PINHAL	61	Jul. 231	-
7ª.	C. C. Amaral – CAMPINAS	159	Out. 199	Dados até 11/51
8ª.	Pref. M. A. Marcondes – JUNDIAÍ	155	Jul. 215	
9ª.	V. D. Lins – CAMPINAS	143	Abril 100	Dados até 11/51
10ª	L. M. Barros – IBITINGA	134	Jan. 222	-
11ª.	Pirajuí – PIRAJUÍ	108	Fev. 133	-
12ª.	Piracicaba – PIRACICABA	103	Jul. 200	-
13ª.	Recanto Infantil – ITU	103	Out. 139	Inaug. 10/51
14ª.	Monteiro Lobato – MOGI DAS CRUZES	82	Jul. 121	-
15ª	Frei Leonardo – TREMENBÊ	76	Jan. 143	-
16ª.	Recanto Infantil – SÃO VICENTE	74	Jul. 91	Inaug. 1/51

⁹ Ver a nota anterior.

17 ^a .	Menino Jesus – FRANCO DA ROCHA	69	Nov. 89	-
18 ^a .	Recanto Infantil 1 – CAMPINAS	63,5	Jul. 74	Dados até 11/51
-	Ribeirão Preto – RIBEIRÃO PRETO	-	-	Inaug. 12/51

Fonte: Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto, na Pasta 229 – Caixa 43 – setor de protocolo – dossiês - parque infantil.

As movimentações que faziam chegar parques infantis ao interior estão abertas desde 1940 e seguiram fecundas pelas décadas de 1950 e 1960, a exemplo de Araraquara, que inaugurou o seu primeiro parque infantil em 1941, batizado de “Leonor Mendes de Barros”¹⁰. Dez anos depois, a cidade recebeu o segundo parque e, em 1969, o terceiro. Em todo esse tempo e do mesmo modo como ocorria com as prefeituras em tratativa com o DEFESP, a execução da política estadual se convertia em ato concreto no município quando esse ente assumia e efetuava as contrapartidas locais: contratação do corpo funcional, custeio, oferecimento do terreno, manutenção do prédio, fornecimento e alimentação. Na outra parte desse contrato com os municípios, a orientação técnica ficava a cargo do Departamento de Educação Física do Estado, o que preservava o objetivo original (sob a ótica deste departamento) de associar a oferta de educação baseada na recreação e na assistência às crianças pobres das cidades, inclusive em Araraquara, onde foram instalados os primeiros parques que seriam levados a outras partes do estado nos anos seguintes (Pereira, 2008). Assim como Araraquara está entre as primeiras cidades que iniciaram a execução dessa política logo quando foi concebida, Campinas inaugurou o Parque Infantil “Violeta Dória Lins”, no bairro do Cambuí, em 1940, e, em 1942, veio o segundo, nomeado de “Celisa Cardoso do Amaral”¹¹, na Vila Industrial. Para acomodar essas unidades na estrutura dos serviços

¹⁰ Homenagem à esposa do ex-governador Adhemar Pereira de Barros (Pereira, 2008).

¹¹ Homenagem a uma educadora sanitária conhecida na cidade por suas obras de caridade (Leme, 2008).

do município, conforme explica Laureano (2017, p. 80), foi criado “o serviço de parques infantis” que “estava diretamente ligado ao gabinete do Prefeito” enquanto “mantinha a relação com o Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo o qual, por sua vez, teve participação efetiva na organização do primeiro parque infantil de Campinas”.

O primeiro parque infantil de Sorocaba (Parque Infantil “Antônio Carlos de Barros”), inaugurado em 14 de dezembro de 1954, é também mais um exemplo da influência do DEFESP. Oliveira (2010) explica que a iniciativa ganhou força através da iniciativa de um estudante de educação física, morador da cidade, que, conhecendo o projeto paulistano, resolveu levar a proposta para Sorocaba. Sua iniciativa inicial foi a de escrever mensagens no rodapé dos jornais locais alertando “autoridades e a população sobre a necessidade e os benefícios que os parques infantis trariam principalmente para os bairros” (Oliveira, 2010, p. 56). O prefeito à época, por sua vez, sabendo desses comentários, resolveu concretizar a obra, segundo Oliveira (2010). Enquanto a construção era realizada, um grupo de professoras da cidade foi enviado a Araraquara para conhecer o funcionamento do parque infantil que já estava instalado na cidade; com a obra finalizada, foi o DEFESP que se responsabilizou pelos cursos oferecidos aos professores (Oliveira, 2010).

O ciclo de parques implantados pelo interior do estado segue com Americana inaugurando o seu primeiro em 1969. Há notícia também, como apurado no estudo de periódicos ribeirão-pretanos, que Orândia e Ituverava tiveram parques infantis na mesma época, embora não tenha sido possível saber se foram influenciados pelo DEFESP. Não obstante o crescimento do número de cidades e parques pelo interior, o que surpreende por se tratar de uma instituição educativa para a infância não exatamente integrada ao aparelho escolar paulista, muitos outros foram projetados e não concretizados, como esclarece Dalben (2009). A vocação para prestar assistência a crianças foi sendo incorporada aos parques e por isso interessava aos municípios contar com uma escola que não

era exatamente escola, segundo Dalben (2009), mas que recebia crianças de bairros pobres.

Os parques infantis de Ribeirão Preto

O caso de Ribeirão Preto é bastante ilustrativo sobre como o DEFESP se tornou o artífice e executor da política de parques infantis em São Paulo. Por ser frequente e relativo à combinação entre um ente administrativo e braço estatal-estadual de execução de política pública, arriscamos afirmar, de massas (ou, no mínimo de grandes parcelas da população se considerarmos os eventuais impactos sobre crianças e famílias atendidas) e, outro, político-administrativo, pois representado pela prefeitura de cada município alcançado pelo DEFESP, o relacionamento com as prefeituras era a via de entrada e de passagem aos municípios do modelo parqueano do citado departamento. Em Ribeirão Preto, por exemplo, a ingerência desse departamento na implantação de parques infantis na cidade é nítida, conforme pudemos apurar no estudo dos documentos no Fundo Prefeitura Municipal, “Correspondências”, guardados no Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto.

Numa série de correspondências trocadas entre o DEFESP e a prefeitura, durante 1947, constam os primeiros registros de tratativas para implantar um parque infantil na cidade, sendo que todo o processo começou pela indução de demanda pelo DEFESP, como se pode ler numa sequência de cartas e ofícios trocados entre 29 de junho e 24 de outubro de 1947. Na primeira missiva que abre o turno de contatos entre prefeitura e DEFESP, de 29 de junho, o diretor geral desse departamento pede ao prefeito que informe se haveria interesse da administração municipal em criar um parque infantil na cidade. As correspondências que se seguem entre o prefeito e o departamento compõem uma crônica sobre o processo de implantação do primeiro parque. De sua parte, o DEFESP fazia a proposta de construção de um modelo específico, criado pelo próprio departamento e bem definido quanto ao projeto

arquitetônico, aos equipamentos de lazer e até com previsão definida acerca dos gastos que seriam necessários.

Tão logo a ideia foi se instalando no correr de 1947, como sinalizava a aparente disposição do prefeito Rubem Aloysio Monteiro Moreira em assumir o projeto, os passos seguintes aventados pelo DEFESP seriam o envio de uma técnica especialista no assunto à cidade e, em seguida, a elaboração do modelo de planta adaptada às condições do terreno oferecido pela prefeitura. Em setembro desse ano, por meio de ofício, o DEFESP colocou à disposição da prefeitura a técnica de educação, Regina Maria da Silva, pertencente aos seus quadros, a quem caberia “colaborar com a prefeitura nos estudos para a constituição de parques infantis na cidade” (Arquivo, s.d.). Logo depois, em 24 de outubro, o DEFESP enviou duas plantas de parques infantis ao prefeito.

Em determinada correspondência, de setembro, o diretor do DEFESP recomenda ao prefeito uma técnica, funcionária do Departamento Nacional da Criança (DNCr) que, em visita à cidade, cuidaria de fazer uma análise de campo acerca das condições dos equipamentos públicos e da infraestrutura local para, assim, colaborar com a prefeitura na construção do seu primeiro parque infantil. Poucos dias depois, ainda em setembro, o diretor do DEFESP agradeceu a acolhida do prefeito à técnica e informou que a planta do primeiro parque infantil da cidade estava sendo elaborada pelo seu departamento. No mês seguinte, em correspondência do dia 24 de outubro, duas plantas foram enviadas para a cidade de Ribeirão Preto.

Apesar da negociação sobre os parques dar sinais de avanço, cerca de um ano após a primeira rodada de correspondências, sem maiores explicações, nada aconteceu. A pausa na interlocução motivou uma nova carta do DEFESP demandando resposta acerca da apreciação dos projetos enviados no ano anterior. A réplica do novo prefeito esclarece a razão do lapso: a passagem de 1947 para 1948 também foi de troca, de um interventor por um prefeito, fato próprio do esgotamento prolongado das condições políticas e institucionais do Estado Novo e da entrada em período

democrático com a ocorrência regular de eleições. Em 1947, Rubem Aloysio Monteiro Moreyra recebeu os projetos do departamento; em 1948, José de Magalhães assumiu a prefeitura e, como informou em um telegrama datado de julho de 1948, ainda não havia tomado conhecimento dos projetos e, apenas a partir da demanda por resposta do diretor do DEFESP, se inteirou da situação. Passado o período de mudança de prefeitos o novo alcaide, José de Magalhães, em 15 de julho de 1948 respondeu ao DEFESP avisando: “Cumpre-me informar a V.S. que de fato o projeto para o pavilhão a ser construído nesta cidade se encontra na prefeitura desde outubro de 1947; no entanto, somente agora tomei conhecimento do mesmo” (Arquivo, s.d.).

Nesse mesmo telegrama, o recém-empossado prefeito solicita os valores da implantação do projeto na cidade, bem como demonstra assumido interesse pela ideia. Em 1950 ele mandou criar uma comissão para estudar a proposta de construção do primeiro parque e, doravante, o turno de correspondências que seguiu, novamente entre o DEFESP e a prefeitura, manteve a rotina de envio de documentos, entre os quais a planta *standard* daquele que em pouco tempo seria o primeiro parque infantil ribeirão-pretano, instalado em 1951.

Até 1951 três correspondências enviadas pelo DEFESP transmitiram as orientações ao prefeito para a inauguração do primeiro parque infantil da cidade: a primeira trata das despesas mensais (salários da diretora, professora, “serviçais” e porteiro) e anuais (a soma dos salários de funcionários, lanches e diversos); a segunda sistematiza os materiais necessários ao parque; e a última define as funções da diretora e da professora. Junto dessas instruções seguiu em apenso a planta também um memorial com detalhamento sobre a previsão das despesas mensais e anuais, sobre os materiais que deveriam ser comprados e adotados pelo parque e as funções que deveriam ser exercidas pelas professoras e pela diretora. Sobre essa última recomendação o DEFESP não transigia acerca de quem deveria estar nesses postos, o que afirma

o caráter de gênero das funções: os cargos de professor e de direção seriam ocupados por mulheres (Ferreira, 2016).

As orientações do departamento indicavam que o número de funcionários deveria variar segundo a frequência média do parque, com a expressa recomendação de que ele deveria ficar aberto o dia todo, nos turnos da manhã e da tarde a fim de atender no período oposto às crianças que frequentavam a escola primária. Para o departamento, o mínimo de pessoal técnico, para um trabalho eficiente, num parque com frequência de duzentas crianças, num horário de dez horas de funcionamento e de cinco horas de trabalho, deveria ser: “1 Diretora; 2 Professoras de educação física; 2 Professoras de educação infantil; 2 Professoras de recreação; 1 Educadora sanitária (também visitadora social); 1 Zelador; e 4 Vigilantes” (Departamento de Educação Física, 1950, p. 9). O médico e o dentista poderiam ser designados para um só parque infantil ou haver colaboração entre o serviço médico e o dentário local ou serviços de saúde semelhantes quer fossem municipais ou estaduais.

De acordo com a expectativa presente nas orientações do DEFESP a diretora teria função de grande responsabilidade, pois estaria a seu cargo toda a parte administrativa e técnica do parque, devendo, portanto, ter conhecimento de psicologia infantil, assim como precisaria possuir cultura pedagógica geral a fim de orientar os professores no seu trabalho educativo e ser capaz de acompanhar o desenvolvimento das crianças nas inúmeras atividades do parque (Departamento de Educação Física, 1950, p. 9). Em termos protocolares, à diretora caberia a assistência técnica e educacional nos dois períodos (o propósito era ter um turno da manhã e outro da tarde para receber crianças que no horário oposto estavam na escola primária), a criação, estímulo e orientação em atividades que tornassem o parque útil e atraente, com indicações a respeito do desenvolvimento de propostas para a prefeitura trabalhar no aprimoramento da instituição e na preparação mensal e anual de documentos para o DEFESP. Às professoras caberia a responsabilidade sobre as atividades recreativas, a colaboração com

a diretora, a anotação das atividades e as aulas de educação física (Departamento de Educação Física, 1950).

As professoras deveriam ser especializadas em educação infantil, educação física e recreação e iniciadas em conhecimentos básicos de psicologia infantil que, esperava-se, auxiliariam seu trabalho. As professoras de educação infantil (com diploma de especialista em educação pré-primária) deveriam atender a seção dos pequenos. As professoras de educação física (formadas em escola superior de Educação Física) teriam como função específica a educação física nos seus diversos aspectos e as professoras de recreação deveriam cuidar da recreação como elemento de educação, tudo de acordo com as prescrições pedagógicas reiteradas pelo DEFESP no correr das relações institucionais estabelecidas com os municípios.

As prescrições do departamento não dispensavam o pessoal de apoio: o zelador tinha como responsabilidade a guarda do parque, de todo o material nele contido e de documentar o comparecimento diário das crianças; os vigilantes tinham como tarefa a guarda das instalações do parque, auxiliando também no serviço de higiene das crianças e preparação do lanche.

Havia também elevada preocupação por parte do DEFESP com o espaço e os equipamentos destinados para os parques infantis. No Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto constam plantas e diversos estudos para parques infantis que foram enviados pelo DEFESP para a prefeitura. Essa documentação, por sua vez, se soma a outro conjunto de fontes no qual temos indicações de que o propósito de dotar a cidade com equipamentos recreativos para crianças não era inteiramente novo. Nos anos 1930, a administração municipal ribeirão-pretana ensaiou concretizar a intenção de introduzir em pelos menos uma praça da cidade um *playground* nos moldes estadunidenses e para tanto reuniu catálogos enviados por uma empresa sediada em Nova York com uma série de itens como escorregadores, gangorras, caixas de areia, por exemplo, incluindo ainda orientações sobre a organização ideal do espaço para a instalação desses equipamentos. Coincidentemente, a associação

entre grandes brinquedos estáticos e de uso coletivo disponíveis irrestritamente em espaços públicos foi transposta para um lugar também recreativo, porém mais aproximando da forma escolar, quando os primeiros efeitos da influência do DEFESP - consubstanciados em outro modelo de recreação, muito mais dirigido e carregado de intenções pedagógicas - introduziram na cidade o parque infantil, a princípio fazendo uso dos mesmo itens do *playground*, porém, investindo num conjunto mais amplo de práticas dirigidas e mais escolarizadas em comparação com o caráter recreativo livre do *playground* de praça.

Das intenções à prática, a experiência de Ribeirão Preto, aproveitando a previsão original no projeto do DEFESP, investiu de maneira estruturada e perene em um elemento marcante no cotidiano de seus parques: a assistência à saúde. As pesquisas de Maria Beatriz Ribeiro Prandi (2015) e Débora Menegotti Ferreira (2016) demonstraram que os parques de Ribeirão Preto se tornaram locais que proporcionavam às crianças não só recreação, mas também um arco mais abrangente de assistência, a exemplo dos exames médicos e odontológicos que eram realizados *in loco*, da rede de gabinetes odontológicas montada nos parques, da distribuição diária de merenda e do oferecimento de transporte para facilitar às crianças o acesso aos parques. Não há especificações do DEFESP sobre como deveria ser feito esse transporte, nem se o mesmo era realizado em outras cidades, enquanto que Ribeirão Preto tinha esse serviço como destaque de sua política para os parques nos anos 1950. Uma matéria do jornal *A Tarde* (1953, p. 6), dessa época repercutiu que o transporte era um meio indispensável para a educação das crianças, pois era um serviço que ocorria “diariamente por meio de caminhões da prefeitura” e que tornava possível às crianças dos bairros atendidos passarem o “o dia todo no aprazível logradouro”, com a qualidade adicional de ser “medida digna de destaque, dado o caráter humanitário de que se reveste”. O serviço de transporte era realizado através de caminhões adaptados com bancos de madeira e cobertos por lona até sua melhora em 1958, quando o então

prefeito Costábile Romano autorizou, a partir da Lei Municipal nº 721, a aquisição de um ônibus para as crianças dos parques infantis (Ribeirão Preto, 1958). Além do transporte, a rede de serviços médicos e odontológicos dos parques de Ribeirão Preto também era projetada como uma ação de elevada importância. De acordo com o *Álbum histórico e fotográfico dos postos odontológicos do serviço dentário municipal de Ribeirão Preto*, elaborado em 1963 por Augusta Aguiar, então chefe da “Secção Médico Social-Odontológica” da cidade, com esses serviços realizados nos parques, segundo ela, não havia em Ribeirão Preto um munícipe, reconhecidamente pobre, que não se beneficiou desta assistência, recebendo tratamento dentário completamente gratuito.

Dessa maneira, os parques de Ribeirão Preto se caracterizavam e se diferenciavam pelo seu caráter escolar assistencial, pois associavam os trabalhos recreativos com serviços de saúde, transporte e alimentação. Assim, se tornaram vitrines das administrações municipais. O *Álbum comemorativo do 1º centenário da fundação da cidade do Ribeirão Preto*, por exemplo, organizado por João Emboaba da Costa por encomenda da prefeitura, em 1956, apresenta, sob o ponto de vista de Maria José Sampaio de Souza, a concepção que os jornalistas da época e a sociedade, em geral, possuíam sobre os Parques:

[...] Não pensem os menos avisados que os PIs sejam fornalhas onde ardem os ensinamentos de cultura geral, para enriquecer o intelecto das crianças, cravando-lhe a semente basilar para os grandes conhecimentos futuros. Isto não, porque este papel compete aos Grupos Escolares! Aos PIs cabe preparar o desenvolvimento físico e mental das crianças através de recreações apropriadas, cuidando, também, do lado cívico, através de comemorações das principais datas da nossa História. Por outro lado, o convívio das crianças desde a mais tenra idade, com outros meninos, proporciona-lhe grande desembaraço social, tornando mais firme a sua atenção, elucidando a sua capacidade visio-motora, imprimindo maior confiança no seu auto-domínio, propiciando-lhe esclarecida

iniciativa própria e, por tudo, fecundando a sua inteligência embrionária.

Fôra estas vantagens, existe a da alimentação, a da assistência odonto-médica sob a orientação bem concatenada de Diretores e Professoras especializadas no assunto.

Como nos entusiasmos quando temos a oportunidade de acompanhar a uma criança que ingressa nestas utilíssimas Instituições da Municipalidade: muitas vezes tímida e acanhada, cresce física e mentalmente, sofrendo tão rápida transformação que, se não a houvéssemos observado antes, não a identificaríamos como o mesmo serzinho que se abre para um mais risonho porvir (Costa, 1956, p. 25).

A territorialidade dos parques pela cidade e o fato de serem tão peculiares do ponto de vista educacional – não eram caracterizadas como escolas, não eram formalmente pré-escolas, mas, tinham sua pedagogia voltada para os jogos organizados e a brincadeira – dotou Ribeirão Preto de uma rede de espaços educativos municipais que, ao longo dos anos que sucederam as décadas de 1950 e 1960, serviram como bases para a rede municipal de pré-escolas. Antes, porém, os parques infantis começaram a sua história em Ribeirão Preto, primeiro devido à ingerência do DEFESP, quando da gestão do prefeito José de Magalhães no ano de 1951. Sob as orientações do DEFESP, o primeiro parque infantil de Ribeirão Preto foi inaugurado em 8 de janeiro de 1951. Nesse período, segundo o *Almanaque Ilustrado de Ribeirão Preto*, publicado em 1951 (Ribeirão Preto, 1951), a cidade já contava com onze grupos escolares (que atendiam crianças de sete a onze anos), bem como havia na cidade várias escolas onde se formavam professores, a começar pela Escola Normal Oficial (sediada na Escola Estadual Otoniel Mota), secundada pelas normais livres: Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora, Escola Normal Santa Úrsula, Escola Normal Sinhá Junqueira, Escola Normal de Ribeirão Preto, Escola Normal da Associação de Ensino – todas inspecionadas pela delegacia de ensino da circunscrição.

A partir daí, duas gestões municipais fizeram dos parques a marca das realizações de governo em matéria de assistência e educação da infância. Primeiro, quando Alfredo Condeixa Filho assumiu o governo municipal, tomou frente das inaugurações até 1955. Entre 1955 e 1959, Costábile Romano assumiu a prefeitura e fez dos parques a instituição modelo de sua gestão quando se tratava de oferecer educação, assistência e cuidados aos filhos das classes populares. Tanto essas gestões como a década de 1950, portanto, são marcantes para o ingresso dos parques e a sua conseqüente apropriação e incorporação ao corpo de serviços públicos de assistência e educação do município. E o início desse ciclo ocorre com a inauguração do primeiro parque infantil ribeirão-pretano, em 8 de dezembro de 1951, no bairro do “Barracão” (atualmente conhecido como Ipiranga), batizado com o nome de “Peixe Abbade”¹². O segundo, chamado de “Parque Infantil do Bosque”, estava localizado no atual bairro Jardim Paulista e foi inaugurado em meados de 1952. Em 1954, é inaugurado o terceiro parque da cidade (Parque Anita Procópio Junqueira), no bairro Vila Tibério.

Entre 1951 e 1956 os parques chegaram a bairros reconhecidamente populares e povoados pela classe trabalhadora, a começar pelo antigo bairro do Barração (atual Ipiranga), onde havia o Parque Infantil Peixe Abbade, seguido pelo Parque Infantil do Bosque, que atendia crianças das regiões circunvizinhas, pois estava num bosque situado entre o centro e os Campos Elísios; os parques instalados na Vila Tibério e Vila Virgínia completaram o

¹² Em 1949, o advogado e jornalista José de Almeida Peixe Abbade escreveu um artigo publicado no jornal *Diário da Manhã* defendendo firmemente a criação de um parque infantil em Ribeirão Preto. Ao que parece, Peixe Abbade contribuiu para que a ideia ganhasse publicidade de modo a favorecer a instalação do primeiro infantil na cidade em 1951. Em 1955, esse primeiro parque foi nomeado por meio de lei municipal com o nome de “Parque Infantil Peixe Abbade”, em homenagem ao entusiasta da ideia de ver Ribeirão Preto dotada desse equipamento público voltado à educação da infância (Prandi, 2015).

conjunto pioneiro¹³. Ao somarem o total de quatorze que a cidade possuiu, até que o último deles fosse inaugurado no final dos anos 1970 (Prandi, 2015), os parques foram se territorializando nos bairros, por sua vez incrustados em regiões da cidade, tanto no centro quanto em vilas e áreas com população operária e, na maior parte pobre, ou se muito, de classe média baixa.

Durante o governo de Costábile Romano (1955-1959), segundo a documentação obtida no Arquivo Municipal da cidade, foram criados mais quatro parques infantis: um no distrito de Guatapar (na época, pertencente  Ribeirão Preto), um no bairro dos Campos Elíseos (ambos em 1956) e os outros dois, inaugurados entre 1958 e 1959, no bairro Vila Virgínia e no distrito de Bonfim Paulista. Sobre o parque do distrito de Guatapar, tem-se uma nota, em um Relatório do Governo Municipal, que diz:

[...] atendendo às necessidades do Distrito de Guatapar, o prefeito Costábile Romano criou naquela localidade um amplo e bem instalado Parque Infantil, proporcionando às crianças daquele distrito um ambiente sadio e alegre, com um serviço de assistência  altura (Relatório, 1957, p. 9).

Em relao ao Parque dos Campos Elíseos, consta que as crianças frequentadoras daquela instituio receberam, no ano de 1957, 71.549 refeioes e que os serviços realizaram 3.902 trabalhos diversos, enquanto o serviço médico registrou 556 consultas, 3.808

¹³ Atualmente, o Bairro da Vila Tibério se caracteriza pelo grande número de moradores aposentados em boa parte de seu espaço, além de famílias que moram na área há duas ou até três geraoes; o Ipiranga, antes denominado Barracão, foi formado por imigrantes italianos que vinham para o Brasil trabalhar na lavoura – atualmente,  um bairro residencial com características tanto da tradicional vila de cidade do interior quanto de periferia, com áreas de ocupao irregular e algumas favelas nas partes mais distantes em relao ao centro; o bairro dos Campos Elsos  um dos mais populosos da cidade – no passado, foi predominantemente residencial e atualmente apresenta uma área comercial bastante significativa. Bonfim Paulista  um distrito de Ribeirão Preto, com pouco mais de 17 mil habitantes. Dumont, se emancipou em 1964 e hoje  município com 9.325 habitantes.

curativos e 140 exames biométricos (Relatório, 1957, p. 9). Um outro bairro a receber um parque nesse período, o dos Campos Elíseos, era conhecido por seus antigos moradores como o “bairro-cidade” e este título é justificado em uma matéria de 8 de junho de 1962 no *Diário da Manhã*: “contando com vida própria, pouco dependendo do resto da cidade, com comércio e indústria pujante, atividades culturais intensas, atividades esportivas, sociais, de classe, assistenciais, se desenvolvendo em larga escala” (*Diário da Manhã*, 1962, p. 3).

Na década de 1960, Alfredo Condeixa Filho, reeleito, inaugurou parques infantis na Vila Paulista (em 1960), na Vila Recreio (em 1963), na Vila Abranches (1964), no bairro Santa Cruz do José Jacques (em 1965) e nos Campos Elíseos (1967). Sobre o empenho do prefeito nessas obras, o *Diário da Manhã* (1962, p. 4), de 30 de setembro de 1962, publicou: “Tem sido uma constante da administração Condeixa Filho a atenção para com os Parques Infantis [...] Todos os Parques contam com assistência ampla de professores, dentistas, dietistas e com piscinas”. Sobre essa última parte dos itens estruturais do parque, chama a atenção de um observador do presente o fato de que alguns entre esse tipo peculiar de equipamentos escolares públicos fossem dotados de piscinas, fato absolutamente raro (senão inexistente) nas unidades escolares públicas da rede municipal de Ribeirão Preto atualmente, onde as temperaturas médias ao longo do ano ultrapassam facilmente os 30 graus Celsius durante o dia.

Alguns parques têm datas de inauguração indefinidas: na Vila Lobato (correspondente ao atual bairro Monte Alegre), o Parque Áurea Aparecida Braguetto Machado parece ter iniciado suas atividades em 1973; a antiga Vila Fraternidade (atual Parque Ribeirão Preto) teve seu parque inaugurado em meados de 1977 – supostamente, o mesmo ano da abertura do Parque no Jardim Independência. Em 1979, a Lapa inaugura o último parque de que se tem notícia em Ribeirão, resultado de uma obra social da professora e benemérita Neide Golfetto de Castro iniciada em 1967 (Prandi, 2015).

A primeira gestão municipal de Welson Gasparini (1964-1969) produziu uma mudança significativa na política para parques infantis municipais. Na leitura dos jornais locais nesse período despontou nítida a reorientação determinada pelo prefeito Gasparini: em lugar dos parques infantis vieram as “Escolas Parqueanas Vocacionais” e, mais tarde, “Escolas Primárias Vocacionais”. Era o início do processo de desmantelamento das instituições de atendimento educacional e assistencial à criança pobre em benefício da preparação das crianças para o ingresso no mundo do trabalho. À diferença da guinada pragmática a favor de uma pedagogia laborista imposta aos parques ribeirão pretanos nas reformas dos anos 1970 movidas pela administração municipal, a estrutura física herdada da ingerência do DEFESP contemplava no máximo duas salas de aula, um refeitório, cozinha, uma sala para os professores, consultório médico e odontológico e bastante área livre com brinquedos ao estilo *playground* (Prandi, 2015; Ferreira, 2016). Em alguns dos parques, como no do Bosque, e o do Barracão (Peixe Abbade) havia também piscina. Por contraste, tal estrutura evidencia que a intenção original para com os parques não era ser uma etapa preparatória (vocacional), ou uma extensão da escola: tanto no projeto como nas construções dos edifícios havia uma sala de uso variado, mas, que a rigor não funcionava como uma sala de aula *stricto sensu*. Embora fosse oferecido reforço escolar para os alunos que frequentavam o parque no período oposto à escola, apenas estas atividades eram pautadas pelo conteúdo curricular do ensino primário, uma vez que a atuação pedagógica priorizava a recreação orientada pela educação física através de jogos, além da ministração de cuidados higiênicos e com a saúde das crianças que o frequentavam.

Ademais, os parques faziam parte de uma proto-rede municipal de educação (conforme o Quadro 15), pois ainda em formação nas décadas de 1950 e 1970 e consubstanciada em outro tipo de equipamento público quando os mesmos parques foram legal e pedagogicamente transmutados em outro tipo de escola, conforme a Lei Municipal 3.839, de 1980:

ARTIGO 3º - As Escolas Básicas de 1º Grau de que trata esta lei atuarão em três faixas etárias e áreas de ensino, de maneira simultânea e permanente, respeitadas as características pedagógicas e didáticas próprias, a saber:

I - Na faixa etária dos 03 aos 04 anos completos, com as classes de recreação infantil.

II - Na faixa etária dos 05 aos 06 anos completos, com classes de pré-alfabetização.

III - Na faixa etária dos 07 aos 11 anos completos, com classe de 1º grau, inclusive classe de complementação de 1º Grau (Ribeirão Preto, 2012, p. 1).

A partir de então, a Lei Municipal 3.839 (Ribeirão Preto, 2012) instituiu mudanças estruturais e burocráticas que encerraram o formato estabelecido desde os anos 1950, de sorte que os antigos parques infantis encorparam definitivamente a rede municipal na forma de escolas de primeiro grau e de escolas de educação infantil. Entretanto, o processo de transmutação dos parques em outro tipo de escola começou antes, desde a política das escolas vocacionais. Em 1966, a mudança começou a ser instalada com direito a palestra ministrada pelo diretor do Departamento de Educação e Cultura, Alpheu Gasparini (irmão do prefeito àquela ocasião) às diretoras dos parques infantis com o propósito de apresentar a nova modalidade de ensino criada por esse departamento da administração municipal (*Diário da Manhã*, 1966). Segundo o noticioso local, era “uma inovação moderníssima no setor educacional, visto não existir similares em todo o Estado e até mesmo no país” e que, por isso, estava em preparação e logo menos seria concretizada (*Diário da Manhã*, 1966, p. 3). Não tardou muito e a nova política educacional foi iniciada: em 11 de abril do mesmo ano foi inaugurada a Escola Vocacional dos Bandeirantes; em 23 de abril, chegou a vez da Escola Vocacional Anita Procópio Junqueira; em 29 de abril, a do Barracão; e, por último, em 3 de maio, a Escola Vocacional da Vila Virgínia – todas em substituição aos parques infantis.

Quadro 16: Parques infantis de Ribeirão Preto entre 1951 e 1977

Parque infantil	Inauguração	Bairro/Distrito
Peixe Abbade	1951	Ipiranga
Amélia Junqueira	1953	Bosque Municipal (entre o centro e os Campos Elíseos)
Anita Procópio Junqueira	1954	Vila Tibério
Dona Iria Junqueira	1954	Bonfim Paulista (distrito)
Dumont	1956	Dumont (distrito à época)
Guatapará	1956	Guatapará (distrito à época)
Santa Maria Goretti	1959	Vila Virgínia
Dos Bandeirantes	1963	Vila Recreio
Ana dos Santos Gabarra	1965	Santa Cruz
Padre Emílio Jarbinet	1967	Lapa
Áurea Aparecida Braghetto Machado	1970	Jardim Antártica
Euclides Castilhano	1975	Guatapará (distrito à época)
José Pedro Moreira	1977	Parque Ribeirão
Campos Elíseos	Anos 1970	Campos Elíseos

Fonte: Prandi (2015, p. 56).

Na ocasião da inauguração da Escola Vocacional do Barracão o *Diário da Manhã* (de 29 de abril de 1966) explicou como seria a organização dessas novas espécies de escolas: organizadas em regime de tempo integral, dotadas de professoras especializadas, seus currículos contavam com práticas de “enfermagem, datilografia, noções elementares de eletricidade, pintura em tecido, arte culinária, horticultura, canto, musica, línguas [...] a fim de desenvolver vocações, bem como o espírito criador da criança.” (*Diário da Manhã*, 1966, p. 5). Em 1967, o primeiro Parque Infantil dos Campos Elíseos, inaugurado em 1956, cedeu lugar à Escola Primária Vocacional. Com essa escola novamente há conexões entre um serviço público estadual e a consecução local de uma política escolar, porquanto o processo de seleção dos alunos ingressantes era realizado por meio de testes com psicólogos especializados vinculados ao Serviço do Ensino Vocacional (estadual) que, além desse trabalho de seleção, realizava

conferências nas cidades a fim de divulgar esta nova modalidade de ensino (Prandi, 2015).

Quadro 17: Escolas municipais de educação infantil originadas dos parques infantis

Escolas municipais originadas dos parques infantis	Parques Infantis
EMEI Amélia Junqueira	Parque Infantil do Bosque
EMEI Anita Procópio Junqueira	Parque Infantil da Vila Tibério
EMEI Dona Iria Junqueira	Parque Infantil do Quarto Centenário
EMEI Santa Maria Goretti	Parque Infantil da Vila Virgínia
EMEI Marlene Jorge dos Reis	Parque Infantil dos Bandeirantes
EMEI Ana dos Santos Gabarra	Parque Infantil Ana dos Santos Gabarra
EMEI Padre Emílio Jarbinet	Parque Infantil Padre Emílio Jarbinet

Fonte: Darahem (2011. p. 46).

Durante a administração de João Gilberto Sampaio (1983-1988), a Lei municipal 3.839, de 1980, sacramentou o desaparecimento dos parques que ainda estavam em atividade. Embora sem mudar os nomes dos patronos e patronesses, os antigos parques passaram à condição de escolas básicas de primeiro grau, sendo elas: Euclides Castilhano, em Guatapará; Santa Terezinha, em Vila Santa Terezinha; e Núcleo Residencial Presidente Kennedy, desmembrado administrativamente da E.M.P.S.G. Dom Luiz de Amaral Mousinho. Com essas providências e em definitivo uma experiência educativa escolar entrou no caminho do apagamento e da metabolização por expressões estritamente escolares. Na nova estrutura consolidada na entrada dos anos 1980, a sala de aula, a alfabetização, a diminuição do tempo dedicado aos jogos, a concentração nos espaços internos em detrimento do aproveitando constante da amplitude das áreas circundantes tiraram de cena o que restava da essência do modelo parqueano vindo dos anos 1940 através da influência do DEFESP. Afora esse deslocamento do centro gravitacional pedagógico, a rede assistencial formada pelos parques também foi desmobilizada, levando consigo os consultórios odontológicos, os médicos, as

enfermeiras e as recreacionistas de sua presença (em que pese os respingos higienistas e a vontade de tutelar os pobres e seus filhos nas práticas desses sujeitos) dentro dos equipamentos escolares para não se sabe onde.

Os parques infantis e o início de carreira de um grupo de ex-professoras

Para além dos componentes individuais do passado memorizado, como aquelas imagens e realizações vividas que as pessoas selecionam e são capazes de manter sob o fim de recolher delas significados no tempo presente, existem igualmente expressões coletivas da memória cuja razão de existência também é a de retirar das realizações pretéritas de uma coletividade explicações para o tempo atual. Seja para cada indivíduo ou para o coletivo, a memória resulta de acúmulos de impressões e de fatos escolhidos dentre o conjunto de experiências vividas, de forma que essa seleção aproxima o passado e o presente.

De um aparente exame mental, cujo exemplo citável seria o fechar os olhos e rever feitos e imagens ocorridos, a memória lida também com sinais exteriores ao mundo mental. Haveria, portanto, expressões materiais e mentais da memória, equivalendo as primeiras ao binômio documento/monumento de Jacques Le Goff (1994), enquanto que as outras teriam nas imagens, no imaginário, nas ideias, nas narrativas orais, alguns de seus exemplos. Os documentos seriam, então, os “materiais da memória”, equivalentes a “uma montagem consciente ou inconsciente, da história, da época, das sociedades” que os produziram (Le Goff, 1994, p.547). Para o historiador francês o documento adquire esse estatuto por ser escolha do historiador, ao passo que o monumento “tem como características o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas”, tornando-se “um legado à memória coletiva” (Le Goff, 1994, p. 536). Em comum, o documento e o monumento resultam “do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou

involuntariamente – determinada imagem de si próprias” (Le Goff, 1994, p. 548).

O esforço de impor ao futuro determinada imagem faz com que o documento e o monumento contribuam para a produção da memória coletiva que, por sua vez, se impõe aos indivíduos sob o efeito do *déjà-vu*. É já visto, mas não totalmente vivido pelo sujeito, portanto, uma memória compartilhada com outros e não inteiramente experimentada porque é a reconstrução do passado com “idéias de hoje” (Bosi, 1994, p. 55). Se as fontes escritas, as obras arquitetônicas, as estátuas e a iconografia (como exemplares do binômio documento/monumento) são a representação material de certa reconstituição do passado, a capacidade humana de reter informações, de guardar impressões e retirá-las de uma consciência interior, conta igualmente como um constituinte da memória. Cada indivíduo possui essa faculdade humana e, para que a nossa memória se pareça com a de nossos semelhantes é preciso que existam várias coincidências entre uma e outra. É necessário que a reconstrução do passado “funcione a partir de dados ou de noções comuns”, segundo Halbwachs (2006, p. 39), “que estejam em nosso espírito e também no dos outros”. Essas memórias compartilhadas, escreveu Halbwachs (2006, p. 39), “estão sempre passando” do sujeito para o grupo e vice-versa, “o que será possível somente se tiverem feito parte e continuarem fazendo parte de uma mesma sociedade, de um mesmo grupo”.

Além de ser um tipo de capacidade humana para reter informações, a memória contempla as produções materiais, como o documento e o monumento, a partir dos quais os entendimentos produzidos sobre o passado adquirem meios de perpetuar determinadas imagens e explicações, passando a influenciar na constituição de lembranças comuns compartilhadas pelas pessoas até o ponto em que se possa reconhecer a memória em sua expressão coletiva. Sem excluir outras conceituações possíveis ao que seja a memória, importa considerar que várias práticas sociais e instituições participam da sua produção. Uma delas, de especial interesse nesta seção, a educação, enquanto prática social, e a

escola, a instituição que a realiza, também oferece certos legados à memória coletiva. Desde que a educação passou a ter a escola como seu quase exclusivo espaço de realização nas sociedades contemporâneas, os prédios escolares e sua arquitetura, os livros, os materiais e as disciplinas escolares, entre outros objetos e práticas, podem ser aproximados do conceito de documento/monumento de Le Goff, bem como as lembranças instituídas por gerações de professores, seus relatos e os acréscimos de outros agentes escolares seriam comparáveis à forma como Halbwachs conceituou a memória coletiva.

E quem são os destinatários das memórias instituídas pelos documentos e monumentos ou pelos relatos das pessoas? Certamente, todos nós situados no tempo presente e, possivelmente, todos os que ingressam no mundo escolar.

Por outro lado, se não há quem retome o documento ou se deixa de acontecer qualquer evocação às experiências de um outro tempo, os fatos e realizações pretéritos são apagados? É possível que sim e, no caso ora em estudo, o eventual apagamento refere-se a quem lembra e a quem conta uma parte da história, aos seus registros silenciosos e por isso inauditos. Afinal, quantos sabem a origem das escolas onde estudaram, qual a razão para surgirem num bairro ou região da cidade, o que aconteceu com as gerações que nelas lecionaram e aprenderam, como ensinaram seus alunos? Todas essas perguntas comportam investigações profundas, cada uma delas e, no caso em questão, o problema posto resulta de uma questão específica: qual a história dos parques infantis que existiram em Ribeirão Preto sob o ponto de vista de quem trabalhou neles?

Tal pergunta é a plataforma de lançamento para uma breve incursão em quatro itinerários de vida de quatro professoras cujas trajetórias passaram pelos parques infantis de Ribeirão Preto em diferentes momentos no tempo¹⁴. Sob esse ponto de vista, as histórias

¹⁴ Entre 2010 e 2016, os parques infantis de Ribeirão Preto foram tomados como objeto de estudo por pesquisas realizadas tanto no programa de pós-graduação em Psicologia quanto no Programa de Pós-Graduação em Educação, ambos da

contadas pelas professoras referem-se a um lugar que era um misto de pré-escola e de organização educativa paralela à escola em Ribeirão Preto, porquanto tinha entre seu contingente de alunos crianças abaixo de seis anos (iniciando em três anos) e também meninos e meninas que frequentavam a escola primária em outro período (Ferreira, 2016). Em consonância com essa característica e aliado ao fato de estarem distribuídos por variadas regiões da cidade, os parques, como se sabe, serviram ao incremento da rede municipal de pré-escolas de Ribeirão Preto até 1980, quando passaram à condição de escolas básicas de primeiro grau.

Nessa perspectiva, os trabalhos de Ferreira (2010) e Darahem (2011) têm a característica de, por meio de entrevistas, dar voz a quem participou do cotidiano dos parques infantis ribeirão-pretanos dos anos 1950 até a década de 1980. Os estudos de Prandi (2015) e Ferreira (2016) analisam o processo de implantação e o quanto os parques infantis foram impactantes no cenário escolar e político da cidade, a ponto de serem utilizados pelas administrações municipais, entre as décadas de 1950 e 1960, para a construção de uma imagem pública convincente acerca dos benefícios que legavam para a educação da infância das classes populares em Ribeirão Preto. A partir desse acúmulo propiciado por essa série de estudos há o ensejo para alguns recortes, entre os quais a escolha pela combinação entre fontes documentais e depoimentos a fim de compreender a origem dos parques infantis na cidade e como era seu cotidiano e alguns aspectos de seu

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (FFCLRP), da Universidade de São Paulo (USP), além de ser tema de um projeto de pesquisa desenvolvido com recursos da Pró-Reitoria de Graduação da USP junto ao Departamento de Educação, Informação e Comunicação (DEDIC). Em comum, além do tema, todos os trabalhos partiram do exame das fontes documentais e, dois deles, de Débora Menengoti Ferreira (2010) e Gabriela Campos Darahem (2011) além da pesquisa documental, realizaram entrevistas com professoras que atuaram nos parques infantis num período entre as décadas de 1950 e 1980, enquanto que Maria Beatriz Ribeiro Prandi priorizou o processo institucional de implantação e a formação da imagem pública na cidade desses equipamentos educativos. Ver: Ferreira (2010); Darahem (2011); Prandi (2015); Ferreira (2016).

funcionamento. Desse modo, entre o grupo de entrevistadas nos estudos de Ferreira (2010) e Darahem (2011), com trajetórias coincidentes com a história dos parques infantis, foram selecionadas quatro professoras cujas entrevistas formam outra parte do material de estudo ora analisado, visto que o início de carreira de três delas aconteceu nos parques infantis de Ribeirão Preto entre o final da década de 1950 e o início dos anos 1960, enquanto uma delas trabalhou como professora no parque infantil a partir de 1981.

Os anos e as datas de engajamento das professoras nos parques infantis cobrem o período em que foram fundados, implantados do primeiro ao último e o momento em que foram incorporados pela rede municipal, passando a serem escolas municipais de educação infantil e, com isso, deixando de possuir a nomenclatura e a estrutura que mantiveram por quase quatro décadas, entre 1951 e 1980. Portanto, o grupo de professoras é formado por quatro mulheres com trajetórias aproximadas devido ao tempo em que iniciaram os estudos na escola normal, seguindo pelo engajamento pós-formatura em escolas da cidade ou nas conhecidas escolas rurais, completado pelo ingresso por concurso ou por acúmulo de pontos em razão de tempo de serviço na rede estadual com a conseqüente transferência para a capital ou para localidades da região metropolitana de São Paulo. Nos anos finais da carreira ou já aposentadas, por variadas razões, retornaram a Ribeirão Preto, sendo que três delas continuam em atividade depois da aposentadoria.

Sobre as idades das entrevistadas¹⁵, três delas se formaram e trabalharam exatamente no mesmo período: Aparecida e Dulce

¹⁵ Considera-se aqui a idade informada pelas entrevistadas por Ferreira (2010) e Darahem (2011) quando da concessão das entrevistas em 2010 e 2011. Acrescenta-se, também, que os nomes originais das entrevistadas foram mantidos, conforme constam, inclusive nos retro-citados trabalhos nos quais seus relatos foram analisados. A entrevistada Maria Aparecida Paulin Lamas é cognominada “Cida” neste artigo, conforme sua preferência durante a entrevista, o que reproduz o mesmo tratamento dispensado a ela no trabalho de Darahem (2011), sua

têm 73 anos; Daisy tem 71 anos e Cida, 63 anos. Quanto à época em que fizeram os estudos no curso normal, Aparecida se formou em 1955 na Escola Normal do Ginásio do Estado “Otoniel Mota”, e Dulce em 1954, na escola Normal Sinhá Junqueira, ambas estaduais e públicas, em Ribeirão Preto. Após o curso, Aparecida foi trabalhar no Parque Infantil Peixe Abade, enquanto Dulce, no mesmo período, iniciou sua trajetória em escolas rurais. Só mais tarde – dois anos depois – a trajetória das duas se cruzou, quando Dulce passou a trabalhar, também, no Parque Infantil Peixe Abade. As duas acabaram, em 1964, deixando Ribeirão Preto para lecionarem na rede estadual de ensino que, segundo Aparecida, “*pagava o dobro*”; Aparecida foi para Guarulhos e Dulce para a cidade de São Paulo. Daisy também estudou na Escola Normal do Otoniel Motta, em 1960, e depois trabalhou sete anos no Parque Infantil Peixe Abade. A mais jovem delas, Cida, fez o magistério no Colégio Auxiliadora (particular e confessional), em Ribeirão Preto, concluindo os estudos em 1968.

Daisy, que ingressou nos anos 1960 como professora num parque infantil de Ribeirão Preto, tem uma história parecida com a de Aparecida e Dulce. Ela trabalhou no Parque Infantil “Peixe Abade” por sete anos, de 1960 a 1967, onde entrou por indicação da diretora, que era sua “*madrinha de Crisma*”, segundo seu depoimento. Daisy conta que começou a trabalhar no parque infantil dois meses antes de se formar na Escola Normal do Otoniel Motta para substituir uma professora afastada. Sobre como assumiu essa posição, ela reconhece que foi convidada porque a diretora a escolheu pensando no ano seguinte para, com isso, “*segurar a vaga*” e garantir sua permanência.

Assim como suas colegas, Daisy saiu do parque infantil municipal para trabalhar em uma escola estadual, que pagava melhor, lembra. Comparando seus trabalhos na época, o parque em Ribeirão Preto e, depois, o de professora substituta no estado, Daisy

entrevistadora. Ademais, tal serve para diferenciá-la da quase homônima Aparecida Melini, aqui nominada por Aparecida.

assinala as vantagens salariais e profissionais do cargo na rede estadual, o que a levou para São Paulo onde foi professora na segunda e na quarta séries do primeiro grau, a seguir passando a trabalhar em Osasco como diretora onde se aposentou em 1986.

Cida, se comparada a Dulce, Aparecida e Daisy, é quem trabalhou num período mais recente no parque infantil, cerca de duas décadas após as demais entrevistadas. Ela fez magistério no Colégio Auxiliadora, em 1968, e revela que sua primeira experiência em sala de aula não foi boa. Trabalhou a contragosto, porque não tinha opção. Foi professora substituta da educação de jovens e adultos no SESI, mas como não era efetiva perdeu o emprego quando ficou grávida. Diferente de Dulce, Aparecida e Daisy, que migraram para outras posições na rede estadual fora de Ribeirão Preto, Cida permaneceu e fez sua carreira na educação pública municipal, tendo recomeçado como professora no Parque Infantil da Vila Tibério, em 1981.

Na sua trajetória há um momento marcante, pois Cida, que entrou no parque da Vila Tibério, em 1981, viveu a transição dos parques infantis para escolas municipais de educação infantil (EMEI), quando em 1980 a Lei Municipal 3.839 (Ribeirão Preto, 2012) selou essa mudança. Uma vez instalada essa alteração, ela trabalhou até se aposentar na EMEI “Anita Procópio Junqueira”, continuidade escolar do velho Parque Infantil do Bosque.

Um ponto a destacar na biografia das três professoras mais velhas do grupo, em razão do tempo em que se engajaram nos parques infantis, é a transição da vida junto da família até os primeiros anos na profissão. O ingresso no curso normal, num tempo de passagem entre o final dos estudos escolares e início da juventude, aparece como momento decisivo, até mesmo época de passagem, para assumirem a atividade profissional e, assim, adentrar o mundo do trabalho. Para quase todas as entrevistadas, se a influência da família não é assumida como de todo decisiva na escolha pelo magistério, conforme seus relatos, suas constatações a respeito dos níveis de estudo possíveis para as mulheres até os anos 1950 (tempo em que Aparecida, Dulce e Daisy cursaram a escola

normal) revelam haver uma forte tendência social e cultural estabelecida, ativa o suficiente a ponto de influenciar no encaminhamento das moças à docência na pré-escola e no ensino primário. Embora Cida tenha estudado no final dos anos 1960, sua história a partir do curso de formação de professores até os primeiros anos da docência indica a repercussão dessa tendência: o magistério primário e a educação infantil como atividades eminentemente femininas.

Para Vidal e Carvalho (2001), esse é um processo iniciado desde o século XIX, quando já se constata a numerosa e continuada presença feminina nos cursos normais. A expansão da escola pública equivalente ao primário – em que pesem os problemas de suas limitações quanto ao alcance, insuficiência de vagas ante a população escolarizável e precariedade da estrutura das escolas, fartamente apontados na historiografia da educação brasileira – se valia correntemente no século XIX do emprego de mulheres para assumirem as cadeiras de primeiras letras. Ao iniciar o século XX, época em que se consolida a formação de importantes redes escolares públicas no Brasil, a constituição do “ensino primário leigo e estatal” contou com o “emprego de mão de obra do sexo feminino, levando a crer que, nos anos de 1920, houvesse uma maioria de mulheres entre os docentes das séries iniciais, pelos menos em cidades como o Rio de Janeiro e São Paulo”, explicam Vidal e Carvalho (2001, p. 213).

Se tomadas em perspectiva as trajetórias de Dulce, Aparecida e Daisy fazem conjunto com a geração de mulheres que se engajou no magistério entre os anos 1950 e 1960, na segunda metade do século XX, portanto, numa época em que o sistema escolar público paulista, por exemplo, tinha espaço (e demanda) para expandir, como de fato ocorria (Buffa, 2002). Tal como as professoras citadas narram a respeito do seu início de carreira, em especial o ingresso no trabalho docente formal, Guacira Lopes Louro (2004) explica que essa passagem da casa da família para o magistério, como forma de entrada para o mundo do trabalho, ao longo do século XX, no Brasil, é parte de um processo maior e frequente de

feminização do magistério primário. Louro (2004) considera que, seja pela migração dos homens do ensino primário para outras carreiras mais rendosas e prestigiosas, pelo fato do magistério ser associado à maternidade e pela possibilidade de transitar para além do universo restrito ao lar e à igreja, o engajamento na profissão docente abriu perspectivas contraditórias, porém reais de ocupação remunerada e profissional para as mulheres.

No conteúdo da memória atribuída ao magistério primário e pré-escolar, constam também imagens como aquela da figura singular da normalista e da professora primária reconhecível entre as décadas de 1920 a 1960, como se pode notar no consagrado estudo de Ecléia Bosi (1994), em especial nos depoimentos das professoras Jovina e Brites. “Normalista” e “professorinha”, conforme Louro (2004), foram expressões usuais por longo tempo para designar moças na situação de passagem do curso normal ao trabalho em escola, pois reiteravam a representação do magistério como atividade feminina desde os cursos de formação.

Como resposta, segundo Louro (2004, p. 454), à propalada fragilidade feminina, “constituída pelo discurso religioso, médico, jurídico e educacional”, por sua vez “constituente de sua proteção e tutela”, a figura da professora teve de “ser produzida, então, em meio a aparentes paradoxos, já que ela deve ser, ao mesmo tempo, dirigida e dirigente, profissional e mãe espiritual, disciplinada e disciplinadora”. A alegada fragilidade feminina, mantida como argumento ativo e forma de enquadrar o comportamento das mulheres, costumeiramente emanada de religiosos, moralistas, políticos e literatos, criou uma situação de paradoxo ante o aumento das redes escolares públicas e da extensão, ainda que insuficiente, da escola primária às classes populares durante a primeira metade do século XX, fato que demandou por professores e, considerando a absoluta prevalência numérica de alunas nos cursos normais desde o século XIX, pavimentou o caminho para mitigar setorialmente o controle masculino sobre o acesso ao trabalho formal e externo ao lar.

Memórias “parqueanas”¹⁶

As diferenças de tempo do encontro da história de vida das entrevistadas com o parque infantil oferecem a possibilidade de assinalar momentos, práticas e relações entre adultos e crianças no espaço institucional que singularizam essa forma de organização escolar perante outros tipos de escolas para a infância. Por apresentar elementos de pré-escola, mas, atuando com vistas à escola primária, porque os meninos e meninas “parqueanos” do ensino de primeiro grau recebiam reforço escolar, a experiência geral do parque infantil em Ribeirão Preto estava para as crianças de três a seis anos como compatível com a pré-escola, ao passo que para as de sete a quatorze anos era uma escola apoiada numa pauta de atividades retirada da Educação Física, oferecidas no contraturno escolar. Ademais, em Ribeirão Preto, os parques eram dotados de consultórios que, além de prestarem assistência odontológica às crianças, compunham um conjunto de gabinetes odontológicos integrados aos serviços de saúde oferecidos à população (Prandi, 2015). No que se refere aos cuidados com a saúde, havia também atendimento médico frequente para as crianças.

De forma geral, há certo hibridismo nos parques ribeirão-pretanos, uma vez que o conteúdo de sua pedagogia tem por fonte as preferências do DEFESP, mas, amalgamadas às possibilidades locais, devido ao fato de a cidade possuir três escolas importantes da área de saúde, sendo elas de medicina, odontologia e enfermagem¹⁷. Acrescente-se também, que desde 1937, Ribeirão

¹⁶ A palavra “parqueana” é um neologismo forjado na experiência dos parques infantis, pois costumava ser usada, em geral, por professores, ou, por quem mais pretendia descrever os parques, sua vida educativa, seus jogos, seus alunos (os “parqueanos”); enfim, trata-se de um termo cujo sentido designa a diferença e a especificidade dessa organização educativa. Por isso, o uso dessa palavra para definir a singularidade das memórias dos entrevistados.

¹⁷ Até os anos 1950, época da instalação dos primeiros parques infantis em Ribeirão Preto, a cidade contava desde 1924 com a Escola de Farmácia e Odontologia, que reunia os dois cursos. Em 1958, essa escola foi encampada pela Universidade de São Paulo e, em 1983, ela foi dividida em duas unidades, a Faculdade de Ciências

Preto possuía oficialmente um serviço público de assistência à saúde e as escolas de medicina, odontologia e enfermagem existentes na cidade acabavam por formar e estabelecer localmente os profissionais e a expertise à qual se podia recorrer para aplicar à saúde coletiva e pública do município, razão pela qual, eram o vetor para fazer entrar nos parques infantis pediatras, dentistas e enfermeiras, ao passo que o espírito corrente à época de fazer da escola uma ponte entre os serviços públicos e as comunidades (e também um *locus* importante) para o estabelecimento de práticas de combate à desnutrição infantil, de melhora da saúde bucal e propriamente de assistência às crianças pobres, constituía uma justificativa com força suficiente para validar a estrutura de consultórios e as ações cotidianas de cuidados com a escovação bucal, com a prevenção de doenças e, bastante importante, de atenção nutricional e fornecimento de alimentação, por exemplo (Fonseca; Almeida, 2016). Em suma: os parques de Ribeirão Preto estruturavam sua pedagogia a partir dos jogos, da recreação e da educação física, mas também atendiam ao fim de levar à fração

Farmacêuticas de Ribeirão Preto (FCFRP) e a outra, a Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto (FORP). Já o curso de medicina começou a ser instalado na cidade entre 1951 e 1952 após movimentações políticas que vinham acontecendo num fluxo intermitente desde os anos 1940. A Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (FMRP) foi criada a partir da própria Universidade de São Paulo e desde então existe como uma de suas unidades. Uma vez dotada desse conjunto de escolas do campo da saúde, a cidade passou a contar perenemente com os meios de formação em curso superior de profissionais dessas áreas e com um contingente de egressos à disposição para o recrutamento por hospitais, clínicas, consultórios e, sobretudo, para atuar nos serviços públicos municipais de saúde que a essa época eram estruturas em formação e iniciando o acúmulo de capacidade para alcançar a população, suas necessidades de saúde e para fazer frente aos desafios da saúde coletiva de massas. Não por acaso, os consultórios odontológicos, a atuação de pediatras, de enfermeiras, de nutricionistas, entre outros profissionais da saúde, diretamente integrados à estrutura dos parques infantis ou colaborando através de aproximações interinstitucionais, posicionou os parques durante alguns anos como ponto de ligação entre os serviços oficiais de saúde e as políticas de atendimento e difusão de ações de higiene, saúde e combate à desnutrição infantil em Ribeirão Preto.

infantil das classes populares o atendimento pediátrico, odontológico e os cuidados básicos de saúde.

As falas das professoras sobre os parques infantis onde trabalharam também reiteram a centralidade da recreação em suas atividades, o papel da alimentação como forma de assistência às crianças pobres atendidas, a composição do corpo funcional parqueano por enfermeiras e o atendimento periódico de dentistas e médicos, além, é certo, da participação delas mesmas nos cuidados básicos relativos à higiene e sua atuação no incutir e manter práticas de escovação bucal. Os recortes adiante apresentados são ilustrativos a este respeito e por isso estão agrupados nas categorias: alimentação, cuidados com a saúde e a higiene e, por último, a recreação.

A alimentação

A alimentação era uma entre as várias necessidades atendidas pelos parques, com fornecimento de variada merenda às crianças, conforme destacam as entrevistadas. Uma entre várias necessidades atendidas, porém, central do ponto de vista de uma política municipal de assistência à infância pobre pela via de um equipamento público escolar. Tanto que, nos relatos das entrevistadas, a alimentação é um tema sempre assinalado, reiterese. Desde a escolha dos ingredientes e o preparo, incluindo a montagem do cardápio, até o proveito das refeições pelas crianças, o processo é narrado como feito para suprir o que as crianças não tinham em casa. E todo esse processo era assumido pela prefeitura que produzia os insumos (na lembrada horta existente no Horto Municipal), preparava parte dos alimentos (como na panificação existente na cozinha municipal) e outra parte era feita nas cozinhas dos parques pelas cozinheiras. Em comparação com a atualidade, é um processo progressivamente em desmontagem em tempos de terceirização e de merenda entregue por empresas, uma vez que o preparo nas escolas tem sido descartado numa onda de economia

de recursos adotada pelas prefeituras e pelos estados Brasil afora nos últimos trinta anos, pelo menos.

Aparecida e Dulce, que trabalharam nos parques durante os anos 1950 até 1964, incluem a alimentação entre os cuidados dirigidos às crianças junto dos banhos, da limpeza e dos uniformes que faziam seus alunos pequenos vestirem. Seus relatos enfatizam que não bastava recrear e educar: era preciso limpar, cuidar da saúde e alimentar, dado o fato de serem crianças pobres a grande maioria frequentadora dos parques. Aparecida, que trabalhou nos parques infantis Peixe Abbade, do Bosque e da Vila Virgínia, conta que as refeições eram necessárias tanto porque os alunos eram pobres e também porque *“ali eles passavam o dia”,* pois *“chegavam de manhã, tomavam café da manhã e depois tinha o almoço”.* Para Dulce, o típico aluno dos parques *“era pobre mesmo [...] periferia mesmo”,* vindo de bairros como *“Campo Aberto, dos Campos Elíseos, Vila Tibério”.* E, para ressaltar a condição das crianças, pergunta retoricamente: *“Rico? Mas de jeito nenhum! Até uniforme tinha que dar”.* Para compensar, esse aluno pobre, observa Dulce, *“tinha uma alimentação excelente [...] sim, uma alimentação excelente”.*

Daisy trabalhou por quase oito anos em parques infantis, tempo no qual esteve no parque infantil “Peixe Abbade”, durante a década de 1960, onde se ocupou de crianças mais velhas, com idades entre dez e treze anos. Desse tempo e dessas crianças ela lembra bem da alimentação oferecida, quase sempre de qualidade a seu ver e que agradava de funcionários a alunos. Até ela fazia as refeições no parque. E para as crianças, pobres e muito pobres, atendidas pelo parque onde Daisy trabalhou, a alimentação na escola podia ser uma das poucas ou a única do dia:

As crianças que eu trabalhava eram de dez a treze anos, eles vinham da escola, que eu era da turma da uma às cinco. Tinham muitos que almoçavam, porque vinham da escola sem a comida. O lanche sempre era pão com alguma coisa e chocolate, sempre tinha um lanche bem reforçado. Depois eles jantavam e iam embora às cinco horas da tarde.

Cida, que trabalhou no parque infantil no início dos anos 1980, descreve o cardápio do parque da Vila Tibério e explica que ele estava disposto conforme os turnos, por isso as refeições das crianças aconteciam em determinados momentos do dia:

A comida na escola sempre foi muito boa, de uma qualidade muito boa. As merendeiras são super higiênicas, sabe? Têm o prazer de fazer a comida. E a comida, no meu tempo era assim: para as que vinham de manhã tinha o café. Todas ficavam pra tomar café, porque geralmente elas não tomavam em casa. Então, quando era dois períodos, período da manhã chegava, quem queria tomar café, leite, tinha pão com manteiga, tudo, ficava no refeitório, quem não queria já ia pra classe. E depois às dez horas, dez e meia começava a servir o almoço e era um almoço bem balanceado, uma coisa assim bem feita. E tinha carne todo dia, fruta no lanche, na sobremesa, ou um doce... Era uma comida boa, não tinha queixa. As professoras às vezes também comiam na escola e a comida era boa.

Para Cida, mesmo após vários anos de serviço, a variedade de alimentos e o cardápio ainda são lembrados. Até as professoras se serviam no parque, como ela lembra. Além disso, as memórias de Cida, em comparação com os relatos de Aparecida e Dulce, reiteram que existia uma estrutura de produção e fornecimento de alimentação estabelecida no aparato público municipal e que sustentava tanto no sentido nutricional quanto como forma de assistência à criança e às famílias pobres os trabalhos do parque infantil. E, não obstante essa constatação, o fornecimento de refeições diárias às crianças nos parques é também uma evidência indicativa sobre a existência de uma política de alimentação escolar em operação no município num período em que as redes escolares pelo país afora estavam em processo de formação-expansão e, por isso, incorporando esse serviço em diferentes intensidades devido aos descompassos locais e regionais quanto à efetivação concreta dessa política.

Cuidados com a saúde e a higiene

Outras ações das quais se ocupavam os parques infantis em Ribeirão Preto eram a assistência odontológica e a médica prestadas às crianças, como evidenciado tanto nos documentos quanto nos relatos das entrevistadas. Para Daisy, o atendimento médico e odontológico disponível no parque oferecia cuidados e atenção à saúde regulares e de qualidade:

As crianças vinham de caminhão, era uma pobreza danada. Como eram pequenininhos, conforme a idade, lá eles tinham toda assistência. A enfermeira passava, cuidava, tomava banho pelas serventes, punha a roupa do parque. Só não deixava ir com a mesma roupa, porque no outro dia não voltava. Então, eles tinham uma assistência muito boa da parte médica, odontológica. Odontológica não era tratar porque tava com dor de dente, ele seguia, acompanhava as turmas. E sempre, todos os dias, eles chamavam as crianças [...].

Dulce, que trabalhou no mesmo parque, o Peixe Abbade, de 1956 a 1964, se recorda que a pobreza das crianças fazia com que o atendimento médico, o serviço de enfermagem e o trato da higiene se tornassem indispensáveis:

No parque, era a coisa mais interessante, as crianças vinham tão sujinhas! A gente catava essas crianças, dava banho, dava uniforme, alimentação. Eram crianças carentes. Tinha enfermeira e médico. Era uma assistência maravilhosa, viu? Excelente, tinham tudo!

Quanto berne eu e a Matilde, que era enfermeira e já é falecida, tiramos de cabeça de crianças, da barriga. Então, na convivência com eles, era aquela carência. Porque quando o pai e a mãe trabalhavam tudo bem, certo? Mas era uma pobreza tremenda, eles não tinham o que comer. Comiam no parque as crianças. Não era fácil, não.

Aparecida lembra que essas situações eram comuns no trabalho de professora tanto como se ocupar da recreação, pois, segundo ela, além do “reforço escolar a gente dava uma espécie, assim, de educação moral, ensinava hábitos higiênicos”.

Em comum, nas falas de Daisy, Cida, Dulce e Aparecida, a pobreza das crianças constitui um problema mais moral e higiênico do que social. Nas reminiscências de determinado tempo de suas trajetórias e carreiras, quando se referem aos anos de vivência emoldurados pelo trabalho nos parques, é possível notar a particularização de um problema de natureza social, a pobreza, sob a forma da ausência de interesse das famílias pelos cuidados higiênicos e pelo asseio das crianças. Essa forma de ver o outro, em que pese o fato de ser edulcorada pela atribuída qualidade do acompanhamento médico e odontológico, em muito confere com a focalização do problema social no indivíduo pobre e em sua família, cujos mecanismos de produção discursiva foram apontados desde os anos 1970 no conhecido estudo de Maria Helena de Souza Patto (1999).

Paradoxalmente, os parques eram incluídos de modo paralelo entre os serviços públicos de assistência à saúde infantil existentes no município: os gabinetes odontológicos neles existentes, o acompanhamento pelos pediatras, as salas de enfermagem, as aulas de escovação bucal e de higiene, a alimentação e os banhos somavam como práticas onde incidiam as orientações e propósitos de políticas de atenção à saúde e à educação da criança em voga desde os anos 1940 (pelo menos) em São Paulo e no Brasil, cujo foco era o combate à desnutrição e à mortalidade infantil e à expansão das instituições escolares de educação infantil, como se pode verificar nos estudos de Fonseca e Almeida (2016), Sposati (1987) e Rosemberg (1997; 2002).

Recreação

Podem parecer que o parque era um centro prestador de assistência médica e odontológica, além de suprir a carência alimentar das crianças pobres e ponto final. Na verdade, como fora pensado desde o início, o parque tinha pretensões educativas voltadas para o aspecto físico, alcançando da atenção médica ao desenvolvimento, em combinação com a intervenção educativa na

sociabilidade das crianças; por isso, o valor dos jogos e da recreação. O corpo e sua educação eram o núcleo duro da pedagogia parqueana elaborada pelo DEFESP, o que, por sua vez, justificativa contar com recreacionistas, professoras, merendeiras, diretora, médicos, dentistas e enfermeiros a fim de fazer funcionar uma escola o mais completa possível. Além de alimentar e nutrir, o parque deveria aplicar a ferramenta pedagógica central da pedagogia do DEFESP: a ênfase na cultura dos jogos e da recreação.

Aparecida, quando perguntada se o parque infantil era como qualquer escola regular, esclareceu que no parque “*era mais recreação*”, embora houvesse “*a parte de educação propriamente dita*”, cujo objetivo era formar “*a criança como um todo*”. Dulce explica que a recreação era muito importante, sobretudo, para as crianças mais velhas:

Inclusive eu dei recreação pra garotos de 10 a 15 anos. Recreação. E dava assistência ao ensino também. Porque eles frequentavam a escola e depois iam na recreação. Nós fazíamos olimpíadas, na época. Porque tinha o Parque do Bosque e o Parque da Vila Tibério e o parque do Barracão, né? Eram esses três parques e nós fazíamos olimpíadas nesses três parques: natação, atletismo, era uma coisa muito bem elaborada. Porque era meio período, né? Quem estudava de manhã, frequentava o parque à tarde. Por isso que não tinha tanta molecada na rua, né? Frequentava o parque de manhã. E vice-versa. Quem tava de manhã ia à tarde para a escola.

Dulce, acrescenta, fazia as vezes de recreacionista e educadora física. Da recreação se chegava aos esportes e daí a animadas competições. Nos anos 1950 havia jogos que envolviam todos os parques da cidade, muitas vezes noticiados na imprensa local como “*Olimpíadas parqueanas*”. Prandi (2015, p. 54) explica que se tratava de “*eventos que mobilizavam os parques infantis*”, a exemplo de “*olimpíadas e campeonatos de futebol*”, sendo que na “*maioria das vezes o Parque Infantil Peixe Abbade ganhava seguidas competições, a ponto de permanecer sem derrotas durante 26 partidas*”, como noticiou o jornal *A Tarde* (1953, p. 5).

Pelo fato de as práticas recreativas e esportivas serem priorizadas nos parques, porque eram parte importante do seu

programa educativo, havia a necessidade de difundir essa orientação entre diretores e professores. Em razão dessa necessidade, o Departamento de Educação Física do Estado seguia na orientação pedagógica dos parques ao ministrar periodicamente cursos de formação de recreacionistas. Durante os oito anos que esteve no parque infantil como recreacionista, Dulce lembra que fez “vários cursos de recreação em São Paulo”, para onde “ia duas, três vezes por ano pra atualização”. Daisy atesta esse papel formativo exercido pelo pessoal do DEFESP:

A gente tinha treinamento em São Paulo no DEF, que era o Departamento de Educação Física do Estado. Nós ficávamos lá uma semana pra saber trabalhar com as crianças de educação física. E então, não era chegar, jogar bola, não. A gente primeiro, antes de dar bola, dava exercícios de flexibilidade, agilidade, para depois chegar no grande jogo. Então o professor participava. Eu aprendi a nadar com eles, que eu não sabia, mas eu tinha que fingir que sabia. Ai, fiz o treinamento, num instantinho aprendi a nadar com eles, porque eles nem percebiam que eu estava aprendendo, eles achavam que eu estava ensinando.

Os cursos citados por Daisy e Dulce, oferecidos no tempo em que trabalhavam nos parques entre 1956 e 1967, evidenciam a contínua ingerência do DEFESP nos parques ribeirão-pretanos. Desde o modelo de projeto, que referenciou a organização do espaço e a estrutura física dos parques na cidade, tão determinante para as atividades praticadas neles, até a orientação pedagógica, com ênfase nos jogos, na recreação e na iniciação esportiva, nota-se a ação do departamento, ora mais direta, como é o caso da concepção dos prédios e da área, ora nem tanto, a exemplo dos cursos de formação realizados em São Paulo.

Em suma: interiorização pela via estatal

Dos anos 1950, quando a maior parte deles foi criada em Ribeirão Preto, até 1980, os parques infantis representaram um tipo peculiar de organização educativa formal, cujas atividades em

parte aconteciam parcialmente com vistas ao que se fazia na escola e, quando os alunos eram crianças entre três e seis anos, sua atuação era semelhante à uma pré-escola. O reforço escolar, a recreação, os jogos, a alimentação, a assistência médica e odontológica, enfim, as atividades e a pedagogia características dos parques destinavam-se a crianças de três a doze anos e aconteciam nos turnos posteriores à escola ou supriam a escola para os que não a frequentavam ainda.

Durante três décadas os parques infantis se territorializaram pelos bairros e se incluíram entre as diversas instituições educacionais públicas e privadas da cidade. E se incluíram tanto, a ponto de fazerem parte da paisagem educacional local, de serem citados pela sua particularidade como escola de recreação, por sua contribuição para suprir o turno seguinte à escola, pelo fato de evitarem a presença das crianças nas ruas, por serem polos irradiadores da educação da saúde e da difusão de práticas higiênicas entre as crianças e suas famílias.

Além disso, para professores, a experiência docente nesse ambiente era peculiar em comparação com as escolas. As entrevistadas assinalam a ênfase recreativa e lúdica das atividades que desenvolviam com as crianças. Para as professoras Aparecida, Daisy, Cida e Dulce, essa é uma lembrança marcante e enfatizada quando retomam o tempo em que ingressaram na profissão.

Do ponto de vista político e institucional, quando reconstituído a partir do estudo dos documentos, o processo de criação dos parques infantis em Ribeirão Preto demonstra que o modelo foi entregue quase todo pronto. Os contatos entre a prefeitura e o Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo indicam a negociação para implantar na cidade um projeto já definido, tanto física e espacialmente quanto pedagogicamente. Nesse sentido, o dirigismo do DEFESP nos primeiros anos e depois o seu papel de supervisor do pessoal dos parques ribeirão-pretanos, incluindo ainda a extensão dessas características às relações que esse departamento mantinha com variados municípios paulistas, temos que: 1) da concepção de um projeto

educativo à execução, o DEFESP é tanto artífice como mediador autárquico e condutor de uma política pública com característica de massa, dado o número de municípios mobilizados, a população impactada, os recursos monetários empenhados e a formação de corpos funcionais locais; 2) desde os primeiros atos a movimentação institucional iniciada pelo DEFESP se orientava pelo estado em que se encontravam distribuídas as competências político-administrativas através das relações entre um órgão do governo estadual e as prefeituras/municípios; 3) do centro propositor/indutor ao condutor local por procuração, os processos de indução e de materialização de uma política pública atravessam ciclos que vão da formação de uma reserva técnico-racional-pedagógica (o DEFESP, seu projeto pronto para as prefeituras e seus técnicos), passam pelo acesso às prefeituras, pelas tratativas, pela instalação de um equipamento público, pela apropriação local e alcançam sua viabilização cotidiana por meio do trabalho do corpo funcional interescolar e da adesão da comunidade; 4) em todo esse movimento a política pública dos parques encontra meios de assentamento, especialmente, a partir da ação cotidiana de professores e funcionários dos parques; 5) Em suas escolas, durante suas jornadas, dentro de seu trabalho educativo cotidiano, professoras e funcionários dos parques infantis são a parte local da execução da política. Ainda que sujeita a desvios, reelaboração e falseamento em relação ao núcleo original do espírito da pedagogia parqueana ao estilo do DEFESP, a ligação dos corpos funcionais dos parques nas cidades com essa política e suas diretrizes era selada na atividade cotidiana de professoras e funcionários. Desde o agente indutor até os executores de base da política dos parques, professores e funcionários no chão da escola, incluem-se como a parte molecular e circunscrita do processo de interiorização de uma determinada política entre assistencial e escolar para a infância.

A interiorização das respostas institucionais aos problemas sociais

Sérgio C. Fonseca
Felipe Ziotti Narita

O que se pode entender a respeito da interiorização da assistência, entre 1825 e 1950, exige reconhecer que se trata de um processo híbrido que, a um só tempo, combinou movimentos autóctones de produção de instituições nas cidades do interior e práticas referenciadas em ideias e desenhos institucionais em voga e aplicados anteriormente em outros centros, senão em outros países (especialmente na Europa). Do ponto de vista do movimento populacional representado pelo crescimento das regiões da franja pioneira paulista, faz sentido também considerar que os resultantes problemas sociais decorrentes da urbanização receberam respostas estruturadas conforme modelos institucionais, como os orfanatos e asilos infantis, a fim de produzir localmente alguma espécie de governo dos pobres mediante a atuação sobre frações desse contingente, a exemplo das crianças.

Os sentidos de elaboração de experiência e apropriação de modelos institucionais, desse modo, são importantes para compreender o que significa a interiorização da assistência. Os ensaios de mudança do sistema produtivo acontecidos na década de 1870, em grande medida baseados na imigração, introduziram o trabalhador livre num tempo em que a cafeicultura vinha, desde o início do século XIX, avançando em áreas do interior desocupadas ou pouco cultivadas em São Paulo. A cada ingresso e assentamento em novas áreas, as franjas pioneiras adquiriram consistência e com isso variadas transformações foram desencadeadas: alteração da paisagem natural, abertura de estradas, superação dos arquipélagos de população pela ligação

ferroviária, crescimento de cidades, migrações, necessidades de infraestrutura nas urbes interioranas, extensão ao interior dos braços estatais e recomposições sociais tendo em vista a pobreza nas cidades. De modo sumário, essa é a tônica de uma sociedade em movimento que fez chegar ao interior uma nova onda de ocupação e, assim, promoveu a formação de peculiares municípios rural-urbanos bem aos moldes do processo ricamente estudado por Pierre Monbeig (1984).

As linhas de interiorização de instituições assistenciais partiram, sobretudo, de São Paulo e foram difundidas ao interior. A posição privilegiada da capital, a um só tempo em conexão com as regiões portuárias e estendendo-se ao interior por meio de ferrovias e de rodovias, permitiu que a cidade se tornasse uma metrópole já nos anos 1920. Assim, em menos de um século, a cidade de São Paulo foi o centro produtivo do complexo cafeeiro e da industrialização no país. A incorporação e a coordenação das duas grandes matrizes produtivas da modernização periférica do Brasil permitiram que a cidade fosse, ao lado do Rio de Janeiro, um grande espaço de interface para intercâmbios sociais com o exterior e com o interior. Essas condições demarcaram a posição de destaque da hierarquia territorial da capital em relação às demais cidades, favorecendo também a transferência e a circulação de técnicas de governo e de procedimentos e ideias ao interior. Por meio do mapeamento da interiorização da assistência, observamos que esse processo não é unidirecional, como se a capital impusesse modelos estranhos ao interior, mas a *gradativa e criativa* incorporação de uma malha institucional e cultural que sedimentou novos laços sociais e modos de vida, entre os anos 1820 e 1950, no interior.

De regiões parcamente povoadas e praticamente desassistidas de aparelhos públicos, as principais cidades passaram a contar, por meio de instituições de assistência, tanto com a capilaridade da musculatura estatal quanto com uma dinâmica sociedade civil tecida por atores privados. Esse processo sinalizou a interiorização de respostas institucionais aos problemas sociais. Além de uma

inflexão na formação do país, considerando a crescente unificação dos espaços do interior, os movimentos de interiorização indicam um novo momento na constituição do próprio Estado nacional. Nesse sentido, a abrangência do poder estatal junto ao interior, ao consolidar o deslocamento de fronteiras e instituir relações de poder, gradativamente expandiu a institucionalidade de um espaço público - ainda que torneado por oligarquias e privatismos - às novas áreas.

À medida que esse conjunto de processos ocorria, as cidades da franja pioneira eram socialmente revolvidas. A imigração e o fim da escravidão desencadearam dois potentes processos de deslocamento humano e irrigaram os núcleos urbanos, a começar pela capital, com elementos humanos buscando engajamento no trabalho, como explicou Florestan Fernandes (1965), sem a equivalente absorção pela ordem econômica competitiva assegurada. Não bastasse o crescimento populacional induzido pela imigração e o contingente de ex-escravos expelidos de seus locais de vínculo compulsório, outros fatores, como a inexistente mediação das relações entre capital e trabalho, a concentração da riqueza, o aviltamento da remuneração do trabalho, especialmente das formas mais braçais e menos impregnadas de técnica e valor, o custo da moradia e a conseqüente procura pelos pobres e trabalhadores de áreas adjacentes aos bairros centrais - de antemão povoados - e economicamente acessíveis para habitação, são indutores da produção da pobreza e do desvalimento e elevados à categoria de problemas sociais para os quais foram produzidas conhecidas formas de resposta política e institucional desde fins do século XIX pela frente de reformadores sociais à brasileira: juristas, médicos, advogados, políticos, filantropos e outros quejandos.

Nas urbes interioranas, onde cada filantropo, cada mantenedor, cada sujeito particular ou cada ator coletivo que em sua localidade fez criar um asilo, um abrigo, um dispensário, uma creche, um liceu, uma escola ou algo assemelhado, existiu alguma inspiração em algum tipo de desenho institucional através da apropriação de princípios e da assimilação de modelos prontos -

em alguns casos houve quem negociou com os artífices originais de obras assistenciais -, incorporando métodos já antes em uso. Por isso, a interiorização também apresenta o sentido de passagem de um ponto a outro de conhecimentos e métodos (saber fazer), porquanto as ideias e os protocolos sobre como cuidar de crianças desvalidas, abandonadas e órfãs estavam em circulação desde o século XIX em São Paulo. À medida que as zonas do interior foram (re)ocupadas, com a conseqüente formação de cidades novas (ou transformação das mais antigas), a distribuição da população, o reassentamento, o deslocamento de pessoas em razão da substituição do sistema produtivo escravista para uma forma remunerada e competitiva (conforme a tese de Florestan Fernandes), a formação de uma malha ferroviária, o trânsito de populações e o avanço das primeiras frentes pioneiras (como caracteriza Monbeig) contam como fatores que interferiram na composição social das cidades. Com isso, as demandas sociais igualmente apresentaram problemas pungentes como o acúmulo de miseráveis, de pedintes e mendigos nas ruas, bem como a maior concorrência no trabalho urbano (devido à introdução do elemento imigrante e à exclusão inercial de pretos e pardos) influiu na marginalização de frações das classes populares e no aparecimento de variada sorte de menores, de abandonados e de órfãos. Os problemas sociais passaram a ser entendidos pelos candidatos locais a filantropos e reformadores sociais como emergências. As instituições em voga na passagem do século XIX ao XX começaram a espocar por cidades do interior, uma vez que os atores da localidade encontraram nelas uma espécie de resposta à disposição para as necessidades que brotavam em suas cidades.

Quando criadas localmente, embora modeladas por referências assumidas ou implícitas, as instituições para assistir crianças vieram em geral para responder a problemas imediatos, como o abandono, a socialização para o trabalho, a escolarização elementar dos pobres e a mortalidade materno-infantil. Os problemas imediatos, porém, são uma parte do escopo da assistência, porque a outra parte refere-se ao governo dos pobres e

de seus filhos, afinal, não faltaram às instituições justificativas extraídas da urgência de salvação da sociedade dos eventuais desgarrados morais, da incapacidade das classes populares em criar os filhos com saúde e higiene (atribuída como causa da mortalidade infantil) e da ameaça representada pelo abandono moral e material, eleito como verdadeiro fermento da delinquência.

Por meio da tônica moral como forma de governo da população, o trabalho de assistência praticado pelas instituições contribuiu para que os efeitos do assentamento populacional e da concentração da população num espaço definido (duas características gerais das cidades) fossem enfrentados a partir do uso de instrumentos institucionais: para os órfãos e abandonados, abrigo em orfanatos; para a mortalidade infantil, puericultura e higiene foram oferecidos por dispensários e institutos de proteção; para os pobres sem escola, escolas populares ou escolas de ofícios em versões de internato ou semi-externato; para os delinquentes, correção em reformatórios e patronatos (com a diferença de serem na quase totalidade estatais, mas para os quais, as autoridades públicas das cidades cuidavam de encaminhar seus menores); para as mulheres pobres e serviçais, creches para suas crianças; para egressos de instituições, encaminhamento para que pudessem servir trabalhando.

Em outras palavras, analisando os processos de interiorização das instituições de assistência, o livro aborda *o nascimento do social*. O desenvolvimento das cidades e o crescimento populacional, alicerçados nas assimetrias de classe agravadas pelo aprofundamento das relações de mercado, explicitaram as necessidades de governo da população à luz, por exemplo, da gestão da pobreza e do desvalimento. A interiorização da infraestrutura assistencial, em boa medida, pode ser considerada uma resposta institucional a fim de reestruturar o alcance da ideologia da ordem, alicerçada em uma vasta gramática moral de reconhecimento entre cidadãos e suas hierarquias, por meio da capilaridade de sujeitos privados (filantropos) e do poder público. Como campo de carências e área de intervenção para a contenção

de problemas da sociedade de classes, portanto, o social estruturou novas relações entre o Estado e a sociedade civil, de modo que, embora distante de propostas redistributivas de combate às desigualdades, indicou a primeira mudança estrutural na sensibilidade em relação ao tema - eivada por perspectivas disciplinares e punitivistas, das quais, ainda hoje, a discussão segue em boa medida tributária.

Em muitas instituições, as fronteiras entre educação e assistência foram porosas, tendo sido mescladas também com práticas disciplinares e, especialmente no caso de reformatórios, repressivas. O conceito de assistência, portanto, precisa ser angulado a partir dessa correlação de práticas. Essa característica destaca que a emergência do social, combinando técnicas de amparo e dispositivos de poder, além de articular uma concepção bastante instrumental de educação como observância e correção de condutas (visões subjacentes à estrutura moral pressuposta nos processos de educação), igualmente respaldou técnicas institucionais para a gestão de uma *cidadania controlada por cima*, ou seja, administrada pelo Estado ou estendida às classes populares a partir da dependência em relação a filantropos, beneméritos, etc. (indicando, neste último caso, as estreitas relações entre o prestígio social e o poder político e econômico de grupos familiares privados, senão oligárquicos). Nesse caso, a integração social foi mediada por meio da reposição de fortes hierarquias pessoais, institucionais e de classe, reforçando estigmas morais associados ao desvalimento, mendicância e pobreza. Essa condição é decisiva para o entendimento dos laços sociais emergentes diante das transformações da vida urbana.

Em direção complementar, as fronteiras porosas entre educação, assistência e disciplina - três vetores de governo viabilizados pela institucionalização do campo assistencial - sublinham a necessidade de uma reflexão sobre educação para além da forma escolar tradicional. A difusão de práticas formativas de condutas elaborou parâmetros para a socialização nas cidades a partir do campo assistencial. Nesse caso, a educação diz respeito

menos à seriação e aos parâmetros formativos do sistema escolar - em estruturação, aliás, na mesma conjuntura - do que à necessidade de estruturação de um sistema de comportamentos, mediado por valores morais, como substrato cultural para a pacificação social por meio da disciplina e de algum bem-estar mínimo.

Embora não ganhasse todas as querelas contra os problemas sociais de suas cidades, o trabalho institucional de assistência procurou estabilizar as condições para que o desenvolvimento da vida também ocorresse em seu espaço, uma vez que reproduzir, nascer, crescer e socializar aconteceram mediados pelas possibilidades colocadas na cidade, pela forma como os tempos da vida estavam definidos culturalmente e como se apresentaram possíveis na vida urbana de cada localidade. Nesses termos, quando casas de criação surgiram nas cidades, é como se elas dessem forma a uma intenção, uma vontade localmente manifestada, de não deixar escapar uma parte da população dos processos de socialização que conduziam cada elemento ao seu lugar, ao ponto onde deveria se acomodar dentro do todo social.

Não importa se o alcance da assistência fosse circunscrito, se respondesse apenas a uma parte das demandas por abrigo, educação para ofícios, puericultura e escolarização, enquanto parte numerosa das crianças das classes populares tivesse pouco contato ou passasse intocada por instituições. Lateralmente aos poderes oficiais instituídos, os organizadores da assistência contribuíram para o governo local da população quando abrigaram parte dos órfãos e abandonados, ofertaram escola, creche, assistência à maternidade e à infância e ensino de ofícios. Nesse sentido, a interiorização da assistência é uma chave de leitura para entender que em razão da passagem ao interior de modelos assistenciais resulta que, em grande medida, as instituições particulares são municipais e localizadas. A assistência aos pobres - e, em particular, à infância - representada por formas institucionais de amparo social organizado e perene é levada ao interior acompanhando os fluxos de avanço da interiorização e como um tipo de resposta territorialmente localizada aos efeitos dos processos

socioeconômicos de reconfiguração do território paulista. Numa primeira análise, as formas de assistência seguem uma linha de interiorização porque havia um acervo de experiências acumuladas em outras áreas mais antigas de São Paulo, em especial em sua capital, que alcançaram as áreas modificadas por ondas de avanço das frentes pioneiras como forma de resposta a problemas relacionados às dinâmicas sociais decorrentes de grandes processos movidos pelo fim da sistema de trabalho escravo, pela imigração e pelos ciclos de povoamento e repovoamento de zonas de ocupação nova ou de rincões mais antigos, porém estacionários durante muito tempo quanto ao crescimento populacional. Em síntese, no caso de São Paulo, esses processos são impulsionados pelas mudanças econômicas e seus efeitos sociais altamente impactantes ao longo do século XIX, progressivamente acelerados nas três últimas décadas dessa centúria. Por extensão, as formas de assistir (sobretudo a infância) chegam às cidades porque são promovidas por agentes locais que se apropriam dos modelos praticados em seu tempo de modo coetâneo e fortemente influenciados pelos resultados sociais das mudanças do trabalho, da imigração/migração, da expansão da ocupação econômica e humana para o interior, ainda que as zonas de habitação mais antiga de São Paulo também possam ser incluídas como caudatárias desse fenômeno de difusão da assistência à infância.

Outro fato notável, situado entre a metade do século XIX até os anos 1930, é a preponderância das organizações da sociedade no campo assistencial e, conseqüentemente, sua influência no processo de interiorização da assistência. As tecnologias sociais representadas por orfanatos, liceus, colégios, seminários, escolas maternas e creches (em que pesem as diferenças entre cada um desses tipos institucionais) foram desenvolvidas no âmbito da sociedade civil, sem maiores atuações de braços estatais. Seus protocolos tampouco foram primeiramente determinados em lei para depois serem seguidos e aplicados; ao contrário, a experiência cotidiana prevaleceu sobre a pretensa elaboração abstrata de regras. Até que o Estado elaborasse o arcabouço de legislação sobre

menores e o corpo de reformatórios próprio, a assistência foi majoritariamente cuidada por atores (individuais e coletivos) da sociedade, por vezes apoiados por consórcios com o estado e os municípios.

Quando o Estado ingressou decisivamente no campo social foi preciso arrumar uma variada sorte de ramos que havia algum tempo – até meados da década de 1930 – atuavam sobre questões sociais ou fronteiriças entre o campo disciplinar e o social, a exemplo dos reformatórios. Por isso, alinhado com a Constituição paulista de 1934, o Departamento de Assistência Social foi estruturado para concentrar serviços, aglomera-los em uma estrutura visivelmente centralizada e integrá-los precisamente ao orçamento público, além de concentrar a burocracia encarregada de gerir e movimentar sua máquina institucional. Por sua vez, ao entrar no jogo, o Estado – que já fizera outros movimentos de interiorização institucional, a exemplo das sucessivas ondas de expansão do seu aparelho escolar – passou também a levar água para o moinho da interiorização da assistência.

Com o ingresso progressivo do Estado no campo assistencial, além dos movimentos de passagem ao interior e de apropriações locais, outro agente e seus encarregados passaram a operar aparatos e a conceber e executar políticas que, durante largo tempo, reconheceram a preponderância das organizações particulares e, com elas, se consorciaram com frequência. A Legião Brasileira de Assistência é o ponto alto dessa convergência entre público e privado no campo assistencial: suas políticas e instituições foram concebidas desde sempre para operarem de forma descentrada (e não descentralizada, pois sem grande concessão de autonomia decisória) e interiorizada, pois desenhadas para alcançarem o Brasil até o interior mais distante em relação aos centros de poder. Nesse sentido, não é exagero arriscar que a interiorização é uma característica inerente à assistência.

Fontes

A CIDADE. Notas policiaes. Ribeirão Preto, 10 jan. 1905a, p. 2, n. 9.

A CIDADE. Notas policiaes. Ribeirão Preto, 21 jan. 1905b, p. 1, n. 18.

A CIDADE. Notas policiaes. Ribeirão Preto, 27 jan. 1905c, p. 1, n. 23.

A CIDADE. A mendicância. Ribeirão Preto, 21 set. 1910, p. 1, n. 1766.

A CIDADE. Crianças abandonadas. Ribeirão Preto, 27 ago. 1911, p. 1, n. 2041.

A CIDADE. Pela polícia. Ribeirão Preto, 26 de mar. 1912a, p. 1, n. 2304.

A CIDADE. Caça aos vagabundos. Ribeirão Preto 15 jun. 1912b, p. 1, n. 2363.

A CIDADE. Menores larápios. Ribeirão Preto, 5 nov. 1912c, p. 1, n. 2472.

A CIDADE. Notas policiaes. Ribeirão Preto, 10 jan. 1913, p. 2, n. 9.

A CIDADE. Pombinhos pretos. Ribeirão Preto, 12 dez. 1914, p. 1, n. 3259.

A CIDADE. Mandado de prisão. Ribeirão Preto, 5 jan. 1915, p. 1, n. 8277.

A CIDADE. Defloramento. Ribeirão Preto, 19 nov. 1917, p. 2, n. 3836.

A CIDADE. Uma quadrilha original. Ribeirão Preto, 24 fev. 1918, p. 1, n. 4433.

A CIGARRA. A regeneração pelo trabalho: Instituto Disciplinar. São Paulo, n. 2. p. 11-7, 30 mar. 1914.

ARQUIVO NACIONAL, IE5-22, 93, n. 512-75.

ARQUIVO NACIONAL, IE5-22, 93, n. 18-75.

ARQUIVO PÚBLICO E HISTÓRICO DE RIBEIRÃO PRETO. Fundo Prefeitura Municipal – Correspondências. Parques Infantis. Ribeirão Preto: Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, s.d.

ASILO DE ORPHANS ANALIA FRANCO DE RIBEIRÃO PRETO. **Livro de matrículas.** Ribeirão Preto, 1917. (manuscrito).

ASILO DE ORPHANS ANALIA FRANCO DE RIBEIRÃO PRETO. **Livro de atas.** Ribeirão Preto, 1922. (manuscrito), p. 1.

ASILO DE ORPHANS “ANALIA FRANCO” DA LOJA MAÇÔNICA ESTRELLA D’OESTE. **Relatório dos anos de 1924 a 1925.** Ribeirão Preto: Typ. da Casa Beschiza, 1925, p. 6.

ASSOCIAÇÃO FEMININA BENEFICENTE E INSTRUCTIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Estatuto aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 17 de novembro de 1901.** (manuscrito), p. 2.

ASSOCIAÇÃO FEMININA, BENEFICENTE E INSTRUTIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Relatório de 1908 apresentado e aprovado em assembleia geral ordinária de 15 de janeiro de 1909 pela presidente Anália Franco.** São Paulo: Typographia da Voz Maternal, 1909.

ASSOCIAÇÃO FEMININA, BENEFICENTE E INSTRUTIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Relatório de 1912 apresentado e aprovado em assembleia geral ordinária de 5 de abril de 1913.** São Paulo: Typographia do Globo, 1913.

ASSOCIAÇÃO FEMININA D. ANÁLIA FRANCO. **Estatuto aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 9 de março de 1919.** São Paulo, 1919. (datilo.)

A TARDE. Parques infantis. Ribeirão Preto, n. 8.884, 28 de outubro, 1953.

A VOZ MATERNAL: orgam da Associação Feminina Beneficente e Instructiva de São Paulo. São Paulo: Typ. d'A voz maternal, 1903. Ano I, número 1.

A VOZ MATERNAL: orgam da Associação Feminina Beneficente e Instructiva de São Paulo. São Paulo: Typ. d'A voz maternal, 1904. Ano I, números 1.

A VOZ MATERNAL: orgam da Associação Feminina Beneficente e Instructiva de São Paulo. São Paulo: Typ. d'A voz maternal, 1904. Ano I, número 2.

A VOZ MATERNAL: orgam da Associação Feminina Beneficente e Instructiva de São Paulo. São Paulo: Typ. d'A voz maternal, 1904. Ano I, número 4.

A VOZ MATERNAL: orgam da Associação Feminina Beneficente e Instructiva de São Paulo. São Paulo: Typ. d'A voz maternal, 1904. Ano I, número 5.

A VOZ MATERNAL: orgam da Associação Feminina Beneficente e Instructiva de São Paulo. São Paulo: Typ. d'A voz maternal, 1904. Ano I, número 7.

BRASIL. Decreto Lei Federal n. 847, 11 out. 1890. Código Penal dos Estados Unidos do Brasil. **Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil de 1890.** Vol. I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891.

BRASIL (Ministério da Agricultura). **Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro da Agricultura, Indústria e Commercio, Dr. João Gonçalves Pereira Lima.** [S.l.: s.n.], 1918.

BRASIL (Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio). **Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, pelo Ministro de Estado da Agricultura, Indústria e Comércio, Miguel Calmon du Pin e Almeida, anno de 1923.** Rio de Janeiro, Imprensa Oficial, 1925.

BRASIL. **Decreto-lei Federal n. 3.799, 5 nov. 1941.** Transforma o Instituto Sete de Setembro em Serviço de Assistência a Menores e dá outras providências. Senado Federal: Brasília, 2013. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/sicon>. Acesso em: 5 ago. 2013.

BRASIL. **Constituição (1937).** Constituição dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil>. Acesso em: 15 abr. 2015.

CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO. **Relatório apresentado pelo prefeito municipal Dr. Manoel Aureliano de Gusmão na sessão de 10 de janeiro de 1903.** São Paulo: Duprat & Comp., 1903.

CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO. **Relatório apresentado à Câmara Municipal de Ribeirão Preto, a 7 de janeiro de 1909, pelo prefeito municipal J. P. da Veiga Miranda.** São Paulo: Typographia de Vanorden & Co., 1909.

CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO. **Relatório apresentado em sessão de 15 de janeiro de 1920, pelo Dr. Joaquim Macedo Bittencourt, Prefeito Municipal.** Ribeirão Preto: Typ. da Casa Selles, 1920.

CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO. **Relatório da Prefeitura, correspondente ao exercício de 1923, apresentado à Câmara Municipal em sessão de 26 de abril de 1924.** Ribeirão Preto: Typ. Livro Verde, 1924.

CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO. **Relatório da Prefeitura correspondente ao exercício de 1924, apresentado à Câmara Municipal em sessão de 15 de abril de 1925 pelo prefeito municipal Dr. João Rodrigues Guião.** Ribeirão Preto: Casa Beschizza, 1925.

CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO. **Relatórios correspondentes ao exercício de 1928, apresentados à Câmara Municipal em sessão de 15 de janeiro de 1929, pelo presidente Dr. Joaquim Camillo de Moraes Mattos e pelo prefeito municipal José Martimiano da Silva.** Ribeirão Preto: Casa Beschizza, 1929.

CHICAGO DAILY TRIBUNE. Chicago: 03 abr. 1881. **Chronicling America: Historic American Newspapers.**LivrariadoCongresso. Disponível em:
<<https://chroniclingamerica.loc.gov/lccn/sn84031492/1881-04-03/ed-1/seq-18/>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

CONGRESSO LEGISLATIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Isenta do pagamento de impostos os imóveis da Associação Protectora da Infância Desvalida.** [Anexo relatório da Associação Protectora da Infância Desvalida e do Instituto D. Anna Rosa, do ano de 1911]. São Paulo, 1912.

CONSELHO GERAL DA PROVÍNCIA DE S. PAULO. Elevação da verba destinada ao Seminário de Santana. São Paulo, 1830a. *In*: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Acervo Histórico.** Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/web/acervo2>. Acesso em: 28 mar. 2017.

CONSELHO GERAL DA PROVÍNCIA DE S. PAULO. Elevação da verba destinada ao Seminário da Glória. São Paulo, 1830b. *In*: ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Acervo Histórico**. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/web/acervo2>. Acesso em: 28 mar 2017.

CORREIO PAULISTANO. Colaboração das associações femininas paulistas à Legião Brasileira de Assistência. São Paulo, 29 ago. 1942, p. 3, n. 26525. Disponível em: <http://memoria.bn.br/>. Consulta em: 29 jul. 2013.

COSTA, João Emboaba da (org.). **Álbum comemorativo do 1º centenário da fundação da cidade do Ribeirão Preto**. Ribeirão Preto, 1956.

COUTO de Magalhães. Crianças às soltas. **A Cigarra**, n. 2. p. 20, 30 mar. 1914.

DELEGACIA REGIONAL DE ENSINO DE PIRACICABA. **Relatório do ano de 1943, apresentado ao Exmo. Snr. Prof. Sud Menucci, D.D. Diretor Geral do Departamento de Educação, por João Teixeira de Lara, Delegado Regional do Ensino**. Piracicaba: s.n., 1943a. (datilo.)

DELEGACIA REGIONAL DE ENSINO DE JUNDIAÍ. **Relatório**. Jundiaí: s.n., 1943b. (datilo.)

DELEGACIA REGIONAL DE ENSINO DE RIBEIRÃO PRETO. **Relatório apresentado ao Sr. Diretor Geral do Departamento de Educação pelo Delegado de Ensino, Francisco Alves Mourão**. Ribeirão Preto, s.n., 1943c. (datilo.)

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Relatório de atividade para o ano de 1942**. São Paulo: Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo, 1942.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Parque Infantil**. São Paulo: Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo, 1950.

DIÁRIO DA MANHÃ. Mendigos. Ribeirão Preto, 6 jun. 1912, p. 1, n. 3.899.

DIÁRIO DA MANHÃ. Estúpido assassinato. Ribeirão Preto, 6 fev. 1913, p. 1, n. 4099.

DIÁRIO DA MANHÃ. Navalhada. Ribeirão Preto, 20 nov. 1913c, p. 1.

DIÁRIO DA MANHÃ. Mendigo sem o ser. Ribeirão Preto, 13 dez. 1913d, p. 1, número 4338.

DIÁRIO DA MANHÃ. Gatuno precoce. Ribeirão Preto, 26 jun. 1914, p. 1, n. 4510.

DIÁRIO DA MANHÃ. Bairro-cidade. Ribeirão Preto, 8 jun. 1962, p. 3.

DIÁRIO DA MANHÃ. Parques infantis. Ribeirão Preto, 30 set. 1962, p. 4.

DIÁRIO DA MANHÃ. Escolas vocacionais. Ribeirão Preto, 11 abril 1966, p. 5.

DIÁRIO DA MANHÃ. Escolas vocacionais. Ribeirão Preto, 29 abril 1966, p. 5.

EGÍDIO, Paulo. **Ensaio sobre algumas questões de direito e de economia política**. São Paulo: J. G. de Arruda Leite, 1896.

FORTIETH ANNUAL REPORT OF THE BOARD OF MISSIONS OF THE METHODIST EPISCOPAL CHURCH, SOUTH. Nashville: Southern Methodist Publishing House, 1886.

FORTY-FIFTH ANNUAL REPORT OF THE BOARD OF MISSIONS OF THE METHODIST EPISCOPAL CHURCH, SOUTH. Nashville: Publishing House of the Methodist Episcopal Church, South, 1891.

FORTY-EIGHTH ANNUAL REPORT OF THE BOARD OF MISSIONS OF THE METHODIST EPISCOPAL CHURCH, SOUTH. Nashville: Publishing House of the Methodist Episcopal Church, South, 1894.

FORTY-NINTH ANNUAL REPORT OF THE BOARD OF MISSIONS OF THE METHODIST EPISCOPAL CHURCH, SOUTH. Nashville: Publishing House of the Methodist Episcopal Church, South, 1895.

FIFTIETH ANNUAL REPORT OF THE BOARD OF MISSIONS OF THE METHODIST EPISCOPAL CHURCH, SOUTH. Nashville: Publishing House of the Methodist Episcopal Church, South, 1896.

FIFTY-SECOND ANNUAL REPORT OF THE BOARD OF MISSIONS OF THE METHODIST EPISCOPAL CHURCH, SOUTH. Nashville: Publishing House of the Methodist Episcopal Church, South, 1898.

FRANCO, Anália; CALDAS, Eunice. **Manual para as Escolas Maternaes da Associação Feminina Beneficente e Instructiva.** Primeiro Trimestre. São Paulo, Tipo-Lithografia Ribeiro, 1902, p. 5.

FRANCO, Anália. **Terceiras lições para as escolhas maternaes.** Segundo fascículo. São Paulo: Typ. D'A voz maternal, 1905.

FRANCO, Anália. **Manual das mães para o 2º ano elementar.** Ensino em família ou em classes. 1ª série. São Paulo: Typ. d'A voz maternal, 1913.

FRANCO, Anália. **Manual das mães para o 2º ano elementar.** Ensino em família ou em classes. 1ª série (livro do aluno). Fascículo 2º. São Paulo: Typ. d'A voz maternal, 1914.

FREITAS, Olympia Lemos. **O problema da assistência aos menores abandonados, delinquentes e anormais em São Paulo.** São Paulo: s.n., 1936.

INSPECTORIA GERAL DO ENSINO. **Anuário do Ensino do Estado de São Paulo.** 1908-1909. São Paulo: Typographia Siqueira, Salles & C., 1909.

INSPECTORIA GERAL DO ENSINO. **Anuário do Ensino do Estado de São Paulo.** 1920-1921. São Paulo: s.n., 1921(?).

INSTITUTO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA DE RIBEIRÃO PRETO. **Requerimento.** Ribeirão Preto. 1922. Datilo. Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto, Requerimentos diversos, 1920-1925.

KENNEDY, James L. **Cincoenta anos de Methodismo no Brasil.** São Paulo: Imprensa Methodista, 1928.

LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. **Estatutos, ideias gerais, estrutura da Comissão Estadual de São Paulo, regimento dos Centros Municipais de São Paulo.** São Paulo: LBA, 1942.

LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. **Como é empregado o dinheiro da Legião Brasileira de Assistência em São Paulo. Discurso pronunciado pelo dr. Marcio Ribeiro Porto, Assistente chefe da L.B.A em São Paulo, na comemoração do 2o aniversário**

da Casa Maternal e da Infância “Leonor Mendes de Barros”. São Paulo: Legião Brasileira de Assistência, 1946.

LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. Comissão Estadual de São Paulo. **Síntese de suas principais atividades em 1949**. Com uma recapitulação dos anos de 1947 e 1948. São Paulo: LBA, 1950.

LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. **Relatório geral e síntese de atividades de 1983**. Brasília: Legião Brasileira de Assistência, 1983.

LOJA MAÇÔNICA ESTRELLA D’OESTE. **Livro de atas**. Ribeirão Preto, 1913. (manuscrito).

LOMBROSO, Cesare. A infância abandonada. **A Cidade**. Ribeirão Preto, n. 50, 28 fev. 1905, p. 1.

MELO, Alfredo P. V. de. Menores abandonados e menores delinquentes: conferência realizada no Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros. **O Direito**. Rio de Janeiro, ano XXXVIII, v. 113, p. 24-59, setembro/dezembro, 1910.

MERIWETHER, Leonora Smith. **Carta de fundação do Collegio Methodista de Ribeirão Preto**. Ribeirão Preto: Arquivo do Instituto Metodista de Ribeirão Preto, s/d.

MISSIONARY ISSUES FOR THE TWENTIETH CENTURY. Nashville: Publishing House of the Methodist Episcopal Church, South. Barbee & Smith, Agents, 1901.

MONCORVO FILHO, Carlos Arthur. **Histórico da proteção à infância no Brasil 1500-1922**. Rio de Janeiro: Empresa Gráfica Editora, 1926.

MOTTA, Cândido N. N. da. **Classificação dos criminosos**. São Paulo: Typographia a vapor Carlos Gerke e Cia, 1897.

MOTTA, Cândido N. N. da. **Os menores delinqüentes e o seu tratamento no Estado de São Paulo**. São Paulo: Tipografia do Diário Oficial, 1909.

MOTTA FILHO, Cândido. **Tratamento dos menores delinqüentes e abandonados**. Relatório apresentado ao Dr. Secretário da Justiça pelo Dr. Cândido Motta Filho, Diretor do Serviço de Reeducação do Estado e Diretor do Reformatório Modelo. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1935.

MOTTA FILHO, Cândido. **A defesa da infância contra o crime**. São Paulo: Saraiva & Comp., 1936.

O ESTADO DE S. PAULO. Notícias diversas. São Paulo, 15 jan. 1909, p. 4

O ESTADO DE S. PAULO. Notícias do Interior: Dobrada. São Paulo, 7 abr. 1914a, ano XL, número 12.891, p. 6.

O ESTADO DE S. PAULO. Notícias do Interior: Jundiahy. São Paulo, 20 jan. 1914b, ano XL, número 12.815, p. 7.

O ESTADO DE S. PAULO. Notícias do Interior: Sorocaba. São Paulo, 12 mar. 1917, ano XLIII, número 13.955, p. 4.

RANSOM, John J. **Sao Paulo City, Brazil: a plea for the proper equipment of Southern Methodism at the capital of the state of Sao Paulo**. Nashville: Board of Missions, MECS, 1914.

REGULAMENTO DO ASILO DE ORPHANS "ANALIA FRANCO". **Diário Oficial do Estado de São Paulo**. São Paulo. Ano 32, n. 171, 22 ago. 1922, p.1.

RIBEIRÃO PRETO – ARQUIVO PÚBLICO E HISTÓRICO. **Almanaque Ilustrado de Ribeirão Preto**. Ribeirão Preto: Sá, Manaia & Cia., 1951.

RIBEIRÃO PRETO – ARQUIVO PÚBLICO E HISTÓRICO. **Álbum histórico e fotográfico dos postos odontológicos do serviço dentário municipal de Ribeirão Preto**. Ribeirão Preto. 1963.

RIBEIRÃO PRETO (Município). **Relatório da administração municipal de 1957**. Ribeirão Preto: [s.n.], 1957.

RIBEIRÃO PRETO (Município). **Lei municipal n. 721, 27 jun. 1958**. Aquisição de ônibus para transportes de estudantes dos distritos e crianças dos parques infantis. Disponível em: <http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/J321/pesquisa.xhtml>. Acesso em: 27 out. 2015.

RIBEIRÃO PRETO. **Lei Ordinária n. 3.839 de 24 de outubro de 1980**. Altera a denominação dos parques infantis para escolas básicas de 1o grau. Câmara Municipal de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto, 2012. Disponível em: <<http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br>>. Acesso em: 15 jan. 2012.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem à província de São Paulo**. Trad. Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1976.

SÃO PAULO (Província). Discurso que o presidente da província de São Paulo dirigio á Assembléa Legislativa Provincial na abertura da sua sessão ordinaria em 7 de janeiro de 1838. São Paulo: na Typ. do Governo, 1838. In: SÃO PAULO. **Relatórios dos Presidentes de Estado**. 1a República, 1890-1927 (microfilme). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1984. 542 fotogramas, 35 mm.

SÃO PAULO (Província). Discurso recitado pelo ex.mo presidente, Manoel Machado Nunes no dia 7 de janeiro de 1840 por ocasião

da abertura da Assembléa Legislativa Provincial. São Paulo: Typ. de Costa Silveira, 1840. *In*: SÃO PAULO. **Relatórios dos Presidentes de Estado**. 1a República, 1890-1927 (microfilme). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1984. 542 fotogramas, 35 mm.

SÃO PAULO (Província). Relatório apresentado a Assembléa Legislativa Provincial de São Paulo pelo exmo presidente da mesma provincia, Manuel da Fonseca Lima e Silva, no dia 7 de janeiro de 1845. São Paulo: Typ. de Silva Sobral, 1845. *In*: SÃO PAULO. **Relatórios dos Presidentes de Estado**. 1a República, 1890-1927 (microfilme). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1984. 542 fotogramas, 35 mm.

SÃO PAULO (Província). Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de São Paulo pelo exmo presidente da mesma provincia, Manoel da Fonseca Lima e Silva, no dia 7 de janeiro de 1846. São Paulo: Typ. de Silva Sobral, 1846. *In*: SÃO PAULO. **Relatórios dos Presidentes de Estado**. 1a República, 1890-1927 (microfilme). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1984. 542 fotogramas, 35 mm.

SÃO PAULO (Província). Discurso com que o illustrissimo e excellentissimo senhor conselheiro Antonio José Henriques, presidente da provincia de São Paulo, abriu a Assembléa Legislativa Provincial no anno de 1861. S. Paulo, Typ. Imparcial de Joaquim Roberto de Azevedo Marques, 1861. *In*: SÃO PAULO. **Relatórios dos Presidentes de Estado**. 1a República, 1890-1927 (microfilme). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1984. 542 fotogramas, 35 mm.

SÃO PAULO (Província). Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de S. Paulo pelo presidente da provincia, o exm. sr. dr. Antonio da Costa Pinto Silva, no dia 5 de fevereiro de 1871. São Paulo: Typographia Americana, 1871. *In*: SÃO PAULO. **Relatórios dos Presidentes de Estado**. 1a República, 1890-1927

(microfilme). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1984. 542 fotografamas, 35 mm.

SÃO PAULO (Província). Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de S. Paulo pelo exm. sr. dr. João Theodoro Xavier, presidente da provincia, no dia 14 de fevereiro de 1875. S. Paulo, Typ. do "Diario," 1875. *In*: SÃO PAULO. **Relatórios dos Presidentes de Estado**. 1a República, 1890-1927 (microfilme). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1984. 542 fotografamas, 35 mm.

SÃO PAULO (Província). Relatório sobre o estado da instrução pública da Província de S. Paulo no anno de 1878. Francisco Aureliano de Souza Carvalho, Inspetor Geral da Instrução Pública. Typografia A Vapor do "Diário de Santos": Santos, 1879, p. 9. AESP

SÃO PAULO (Província). Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial de S. Paulo pelo presidente da provincia, Laurindo Abelardo de Brito, no dia 5 de fevereiro de 1880. Santos, Typ. a Vapor do Diario de Santos, 1880. *In*: SÃO PAULO. **Relatórios dos Presidentes de Estado**. 1a República, 1890-1927 (microfilme). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1984. 542 fotografamas, 35 mm.

SÃO PAULO. **Mappa da Provincia de São Paulo mandada organizar pela Sociedade Promotora de Immigração de São Paulo**. Rio de Janeiro: Lith. Paulo Robin & Cia, 1886.

SÃO PAULO (Província). Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de São Paulo pelo presidente da provincia, Barão do Parnahyba, no dia 17 de janeiro de 1887. São Paulo, Typ. a Vapor de Jorge Seckler & Comp., 1887. *In*: SÃO PAULO. **Relatórios dos Presidentes de Estado**. 1a República, 1890-1927 (microfilme). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1984. 542 fotografamas, 35 mm.

SÃO PAULO (Estado). Decreto Estadual n. 91, 18 ago. 1892. Approva os estatutos apresentados pelo dr. Manoel Baptista da Cruz Tamandaré, para o collegio-Dona Carolina Tamandaré. Diário Oficial do Estado de São Paulo, São Paulo, n. 374, ano 2, p.1, 20 ago. 1892. *In*: SÃO PAULO. **Relatórios dos Presidentes de Estado**. 1a República, 1890-1927 (microfilme). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1984. 542 fotogramas, 35 mm.

SÃO PAULO (Estado). Mensagem enviada ao Congresso Legislativo, a 7 de abril de 1896, por Bernardino de Campos, Presidente do Estado. *In*: SÃO PAULO. **Relatórios dos Presidentes de Estado**. 1a República, 1890-1927 (microfilme). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1984. 542 fotogramas, 35 mm.

SÃO PAULO (ESTADO). Lei estadual n. 844, 10 out. 1902. Cria o Instituto Disciplinar e regulamenta seu funcionamento. **Coleção das Leis e Decretos do Estado de São Paulo de 1902**. São Paulo: Tipografia do Diário Oficial, 1902. (tomo XI)

SÃO PAULO (Estado). Decreto-lei estadual n. 1079, 30 dez. 1902. Manda observar o regulamento do Instituto Disciplinar. **Coleção das Leis e Decretos do Estado de São Paulo de 1902**. São Paulo: Tipografia do Diário Oficial, 1902. (Tomo XI)

SÃO PAULO (Estado). **Relatório apresentado ao Dr. M. J. Albuquerque Lins pelo Secretário da Justiça e da Segurança Pública, Washington Luis P. de Sousa**. São Paulo: Typographia Brasil de Rothschild & Cia, 1908.

SÃO PAULO (Estado). Mensagem enviada ao Congresso Legislativo, 14 de julho de 1911, pelo Dr. M J. Albuquerque Lins, Presidente do Estado. *In*: SÃO PAULO. **Relatórios dos Presidentes de Estado**. 1a República, 1890-1927 (microfilme). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1984. 542 fotogramas, 35 mm.

SÃO PAULO (Estado) Mensagem enviada ao Congresso do Estado, a 14 de julho de 1913, pelo Dr. F. de Paula Rodrigues Alves, Presidente do Estado. *In*: SÃO PAULO. **Relatórios dos Presidentes de Estado**. 1ª República, 1890-1927 (microfilme). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1984. 542 fotogramas, 35 mm.

SÃO PAULO (Estado). Mensagem enviada ao Congresso do Estado, a 14 de julho de 1914, pelo Dr. Carlos Augusto Pereira Guimarães, Vice-Presidente do Estado de São Paulo. *In*: SÃO PAULO. **Relatórios dos Presidentes de Estado**. 1ª República, 1890-1927 (microfilme). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1984. 542 fotogramas, 35 mm.

SÃO PAULO (Estado). Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo, em 14 de julho de 1925, pelo Dr. Carlos de Campos, Presidente do Estado de São Paulo. *In*: SÃO PAULO. **Relatórios dos Presidentes de Estado**. 1ª República, 1890-1927 (microfilme). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1984. 542 fotogramas, 35 mm.

SÃO PAULO (Estado) Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo, em 14 de julho de 1927, pelo Dr. Antonio Dino da Costa Bueno, Presidente do Estado de São Paulo. *In*: SÃO PAULO. **Relatórios dos Presidentes de Estado**. 1ª República, 1890-1927 (microfilme). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1984. 542 fotogramas, 35 mm.

SÃO PAULO (**Constituição 1935**). Constituição Estadual. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/leis/constituicoes/constituicoes-antiores/constituicao-estadual-1935/>. Acesso em: 25 mar. 2018.

SÃO PAULO (Estado). **Lei Estadual n. 2.497, 24 dez. 1935a**. Organiza o Departamento de Assistência Social do Estado. Diário Oficial do Estado de São Paulo. São Paulo, 25 dez. 1935, p. 1, ano 45, n. 298.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 9.605, de 12 de outubro de 1938. Reorganiza o Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo. In: SÃO PAULO. **Coletânea de leis e decretos: legislação atualizada até dezembro de 1977**. São Paulo: [s.n.], p. 120-121, 1978.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº 3.185, de 2 de agosto de 1956**. Regulamenta o disposto no Artigo 22 do Decreto-lei nº 430 e dá outras providências. Diário Oficial, São Paulo, SP, 2 ago. 1956.

SÃO PAULO (Estado). **Projeto de Lei nº 786, de 7 de maio de 1959**. Dispõe sobre a criação do serviço de recreação. Diário Oficial do Estado de São Paulo, 7 maio 1959. Ano LXIX, n. 100, p. 64, 1959.

SÃO PAULO (Município). Acto nº 767, de 9 de janeiro de 1935. **Revista do Arquivo Municipal de São Paulo**, v. IX, 1935b.

SÃO PAULO (Município). Acto nº 795, de 15 de fevereiro de 1935. **Revista do Arquivo Municipal de São Paulo**, v. X, 1935c.

SÃO PAULO (Município). Acto nº 861, de 30 de maio de 1935. **Revista do Arquivo Municipal de São Paulo**, v. XII, 1935b.

SECRETRARIA DO GOVERNO DA PROVÍNCIA DE SÃO PAULO. **Da Secretaria de Governo enviando o ofício do Provedor da Santa Casa de Misericórdia desta cidade, acompanhado do balanço da receita e despesa do respectivo hospital no exercício de 1869 a 1870**. São Paulo: Typ. Americana, 1871.

SILVA, Enéias da. Pela infância abandonada. **Diário da Manhã**. Ribeirão Preto, 12 jan. 1913, p. 1, coluna 5, n. 4079.

SOUZA, Geraldo Horácio Paula. O Estado de São Paulo e alguns dos seus serviços de saúde pública. **Annaes Paulistas de Medicina e Cirurgia**. São Paulo, v. XIV, n. 12, p. 3-24, 1923.

THE LAURENS ADVERTISER. Laurens: 4 out. 1922. **Chronicling America: Historic American Newspapers**. Livrariado Congresso. Disponível em: <<https://chroniclingamerica.loc.gov/lccn/sn93067760/1922-10-04/ed-1/seq-5/>>. Acesso em: 15 mar. 2021.

THE MISSIONARY VOICE. Nashville: v. XVIII, n. 4, abr. 1928.

THIRTY-THIRD ANNUAL REPORT OF THE BOARD OF MISSIONS OF THE METHODIST EPISCOPAL CHURCH, SOUTH. Nashville: Southern Methodist Publishing House, 1879.

THIRTY-FOURTH ANNUAL REPORT OF THE BOARD OF MISSIONS OF THE METHODIST EPISCOPAL CHURCH, SOUTH. Nashville: Southern Methodist Publishing House, 1880.

WOMAN'S MISSIONARY ADVOCATE. Nashville: v. I, n. 6, dez. 1880.

WOMAN'S MISSIONARY ADVOCATE. Nashville: fev. 1900. [sem catalogação].

WOMAN'S MISSIONARY ADVOCATE. Nashville: v. XXVI, n. 1, jul. 1905.

Fontes – Entrevistas

CASADIO, Dulce. **Entrevista**. [maio 2010]. Entrevistadora: Débora Menengotti Ferreira. Ribeirão Preto: FFCLRP-USP, 2010. 1 arquivo .mp3 (50 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no relatório do projeto de pesquisa “Memórias do magistério: idealização do passado e exercício da profissão no presente”.

LAMAS, Maria Aparecida Paulin “Cida”. **Entrevista**. [abril 2010]. Entrevistadora: Gabriela Campos Darahem. Ribeirão Preto:

FFCLRP-USP, 2010. 1 arquivo .mp3 (60 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no CD-Rom anexo à dissertação de mestrado “Contribuição para a história da educação infantil em Ribeirão Preto: experiências de funcionários e professoras das Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEIs).

MELINI, Aparecida. **Entrevista**. [maio 2010]. Entrevistadora: Débora Menengotti Ferreira. Ribeirão Preto: FFCLRP-USP, 2010. 1 arquivo .mp3 (50 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no relatório do projeto de pesquisa “Memórias do magistério: idealização do passado e exercício da profissão no presente”.

TIRABOSCHI, Daisy Aparecida. **Entrevista**. [fevereiro 2011]. Entrevistadora: Gabriela Campos Darahem. Ribeirão Preto: FFCLRP-USP, 2010. 1 arquivo .mp3 (60 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no CD-Rom anexo à dissertação de mestrado “Contribuição para a história da educação infantil em Ribeirão Preto: experiências de funcionários e professoras das Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEIs).

Referências

ABBAGNANO, N. **Dicionário de filosofia**. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ABREU, C. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. São Paulo: Barthel, 1930.

ALMEIDA, M. A. de. **Memórias de um sargento de milícias**. 25 ed. São Paulo: Ática, 1996.

ALONSO, A. **Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

ALVAREZ, M. C. **Bacharéis, criminologistas e juristas: saber jurídico e nova escola penal no Brasil (1889-1930)**. 305 f. Dissertação (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

ALVES, O. R. **Os homens que governaram São Paulo**. São Paulo: Nobel, EDUSP, 1986.

AMABILE, A. E. de N. Políticas públicas. *In*: CASTRO, C. L. F.; GONTIJO, C. R. B.; NORONHA, A. E. (org.). **Dicionário de políticas públicas**. Barbacena: Editora UEMG, 2012.

AMARAL, A. B. do. **Dicionário de História de São Paulo**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006. (Coleção Paulística, vol. XIX)

AMARAL, B. F. do. **Cidades vivas**. São Paulo: Monteiro Lobato & Cia. Editores, 1924.

ANDRADE, M. de. **Cartas de trabalho**: correspondência com Rodrigo Mello Franco de Andrade. Brasília: MEC, 1981.

ANTUNES, J. L. F. **Medicina, leis e moral**. São Paulo: Editora Unesp, 1996.

ARANTES, O. F.; ARANTES, P. **Sentido da formação**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

ARENAL, C. **La beneficencia, la filantropía, la caridad**. Madrid: Imp. del Colegio de Sordomudos y Ciegos. 1861.

AZEVEDO, L. B. de. **Concepções sobre a questão indígena**: província de São Paulo (1822-1834). 210 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2015.

BACELLAR, C. de A. P. O apogeu do café na Alta Mogiana. *In*: BACELLAR, C. de A. P.; BRIOSCHI, L. R. (org.). **Na estrada do Anhanguera**: uma visão regional da história paulista. São Paulo: Humanitas, 1999.

BARATA, A. M. **Luzes e sombras**: a ação da maçonaria brasileira (1870-1910). Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

BARBI, R. J. **Festejos, liberdade e fé**: a Irmandade de São Benedito de Itu no século XIX (1861-1888). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2016.

BASSANEZI, M. S. B.; SCOTT, A. V.; BACELLAR, C.; TRUZZI, O. **Atlas da imigração internacional de São Paulo (1850-1950)**. São Paulo: Editora Unesp, 2008.

BASSANEZI, M. S. B.; BACELLAR, C. de A. P. Levantamentos de população publicados da Província de São Paulo no século

XIX. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 113-129, 2013.

BASSANEZI, M. S. B. *et al.* **São Paulo do passado: dados demográficos**. Vol. 1. Campinas: NEPO-Unicamp, 1998.

BASTOS, M. H. C.; GARCIA, T. E. M. Felix Ferreira traduzindo Madame Hippeau para a educação das mulheres brasileiras. **História da Educação**, Pelotas, v. 5, 1999.

BASTOS, M. H. C. O jardim de crianças: o pioneirismo do Dr. Menezes Vieira (1875-1887). *In*: MONARCHA, C. (org.). **Educação da infância brasileira (1875-1983)**. Campinas: Autores Associados, Fapesp, 2001. p. 31-80.

BEIER, J. R. Aspectos da representação do território paulista em sua cartografia impressa: uma análise cartobibliográfica (1833-1932). **Confins**, Paris, v. 34, 2018.

BEIGUELMAN, P. **A formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos**. 3 ed. São Paulo: EDUSP, 2005.

BENEVIDES, M. V. de M. Cidadania e democracia. **Lua Nova**, São Paulo, n. 33, p. 5-16, 1994.

BERTELLI, E. Narrativas de trajetórias masculinas no Serviço Social: uma profissão nova para almas grandes. **Cadernos do CEOM**, São Paulo, v. 19, n. 25, 2008.

BOSI, E. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRIOSCHI, L. R. Fazendas de criar. *In*: BACELLAR, C. de A. P.; BRIOSCHI, L. R. (org.). **Na estrada do Anhanguera: uma visão regional da história paulista**. São Paulo: Humanitas, 1999.

BURALI, G. **A assistência ao idoso no Lar Padre Euclides de Ribeirão Preto nas décadas de 1910 a 1950.** Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2002.

BRUNO, E. S. **Histórias e tradições da cidade de São Paulo: metrópole do Café (1872-1918), São Paulo de agora (1919-1954).** vol. 3, 3 ed. São Paulo: HUCITEC/Prefeitura do Município de São Paulo, 1984.

BUFFA, E.; PINTO, G. de A. **Arquitetura e educação: organização do espaço e propostas pedagógicas dos grupos escolares paulistas (1893-1971).** São Carlos: EdUFSCar, 2002.

CABRAL, J. A. T. **A estatística da imperial província de São Paulo: com várias anotações do Tenente-coronel José Antônio Teixeira Cabral, membro da mesma estatística.** São Paulo: EDUSP, 2009. (Tomo I, 1827)

CAMPOS, M. C.; GAMA, L. H.; SACCHETTA, V. (org.). **São Paulo, metrópole em trânsito: percursos urbanos e culturais.** São Paulo: Senac São Paulo, 2004.

CANDIDO, A. **Parceiros do Rio Bonito.** São Paulo: Ouro sobre Azul, 2015.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil: o longo caminho.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CAVENAGHI, A. J. O território paulista na iconografia oitocentista: mapas, desenhos e fotografias. Análise de uma herança cotidiana. **Anais do Museu Paulista.** São Paulo, v. 14. n. 1, p. 195-241, 2006.

CIONE, R. **História de Ribeirão Preto.** Vol. 5. Ribeirão Preto: Legis Summa, 1997.

COMPARATO, F. K. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. São Paulo: Saraiva, 2001.

COUTO DE MAGALHÃES, J. V. **Ensaio de anthropologia: região e raças selvagens do Brasil**. Rio de Janeiro: Typ. Pinheiro, 1874.

CUNHA, E. **Á marjem da história**. Porto: Bello & Irmão, 1909. (ed. Centro de Documentação e Memória da Unesp)

DALBEN, A. **Educação do corpo e vida ao ar livre: natureza e educação física em São Paulo (1930-1945)**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

DARAHEM, G. C. **Contribuição para a história da educação infantil em Ribeirão Preto: experiências de funcionários e professoras das Escolas Municipais de Educação infantil (EMEI's)**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2011.

DIAS, M. O. L. S. **A interiorização da metrópole e outros estudos**. São Paulo: Alameda, 2005.

DOIN, J. E.; PERINELLI NETO, H.; PAZIANI, R.; PACANO, F. *A belle époque caipira: problematizações e oportunidades interpretativas da modernidade e urbanização no mundo do café (1852-1930)*. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, 2007.

DONZELOT, J. **A polícia das famílias**. 2 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DONZELOT, J. **L'Invention du social**. Paris: Seuil, 1994.

ENGUIITA, M. F. **A face oculta da escola**: educação e trabalho no capitalismo. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

ESPAGNE, M. La notion de transfert culturel. **Sciences/Lettres**, Paris, n. 1, 2013.

ETCHEBÈHÉRE JÚNIOR, L.; MAZZALI, L.; VIEGAS, R. F. Educação e filantropia na cidade de São Paulo, no final do século XIX e primeiras décadas do século XX: um estudo da obra do Conde José Vicente de Azevedo no bairro do Ipiranga. **História da Educação**, Pelotas, n. 22, p. 155-181, 2007.

FARIA, A. L. G. A contribuição dos parques infantis de Mario de Andrade para a construção de uma pedagogia da educação infantil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 20, n. 69, p. 60-91, 1999.

FAUSTO, B. **Crime e cotidiano**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: EDUSP, 1965. (2 vols.)

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**. São Paulo: Editora Globo, 2009.

FERREIRA, A. C. **A epopeia bandeirante**: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940). São Paulo: Editora Unesp, 2002.

FERREIRA, A. C.; MAHL, M. (org.). **Os institutos históricos e geográficos**: nação e região na historiografia brasileira. Campinas: Pontes, 2017.

FERREIRA, D. M. **Memórias do magistério**: idealização do passado e exercício da profissão no presente. 2010. 62 f. Relatório de pesquisa (Programa Ensinar com Pesquisa) – Faculdade de

Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2010.

FERREIRA, D. M. **Os parques infantis em Ribeirão Preto: um estudo sobre sua implantação.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2016.

FERREIRA, T. de P. Subsídios para a história da assistência social em São Paulo. **Revista do Arquivo Municipal de São Paulo**, São Paulo, v. 67, 1940.

FONSECA, S. C. da. **Infância e disciplina: o Instituto Disciplinar do Tatuapé em São Paulo (1890-1927).** Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2007.

FONSECA, S. C. da. A presença do público e do privado na assistência à infância: semelhanças e diferenças entre São Paulo e Ribeirão Preto (1903-1922). **Cadernos de História da Educação** (UFU. Impresso), Uberlândia, v. 8, p. 203-220, 2009.

FONSECA, S. C. da. A interiorização da assistência à infância durante a Primeira República: de São Paulo a Ribeirão Preto. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 28, n. 1, p. 79-108, 2012. (impresso).

FONSECA, S. C. da. Dos seminários aos institutos disciplinares: modelos de assistência institucional à infância em São Paulo (1825-1922). **Histórica**, São Paulo. (Online), v. 1, out./dez. 2012, p. 33-44.

FONSECA, S. C.; CASTRO, C. R. C. O que os jornais contam sobre a menoridade em Ribeirão Preto no início do século XX. **Albuquerque: Revista de História**. Aquidauana, v. 5, p. 133-160, 2013.

FONSECA, S. C. da. Ribeirão Preto e a chegada da assistência institucional à infância ao Oeste Novo. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v. 14, n. 2, p. 461-481, 2015.

FONSECA, S. C.; FERREIRA, D. M.; PRANDI, M. B. R. O Departamento de Educação Física de São Paulo e a interiorização dos Parques Infantis: o caso de Ribeirão Preto. **História e Cultura**. Franca SP, v. 4, p. 222-261, 2015.

FONSECA, S. C.; ALMEIDA, E. de. A Legião Brasileira de Assistência em São Paulo e a interiorização de políticas para a infância. **História da Educação**, Pelotas-RS, v. 20, p. 123-141, 2016.

FONSECA, S. C. da. Do Asilo Anália Franco à Legião Brasileira de Assistência em Ribeirão Preto: um estudo sobre a interiorização e modelos e de instituições de assistência à infância (1917-1952). *In: Anais do IX Congresso de Pesquisa e Ensino de História da Educação em Minas Gerais*. Uberlândia: RB Digital, 2017. v. 1. p. 20-30. Minas Gerais, 2017, Uberlândia, 2017. (CD-Rom).

FONSECA, S. C.; FERREIRA, D. M.; DARAHM, G. C. Os parques infantis de Ribeirão Preto: um pouco de sua história contada por relatos e documentos. **Quaestio**: Revista de estudos de educação. Sorocaba-SP, v. 19, p. 307-327, 2017.

FONSECA, S. C.; NARITA, F. Z. A variedade institucional como tema para o estudo da história da assistência à infância na cidade de São Paulo no século XIX, **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**, São Leopoldo, v. 9, p. 304-325, 2017.

FONSECA, S. C.; NARITA, F. Z. Os institutos disciplinares, a legislação sobre menoridade e a formação de setores estatais especializados em assistência a menores em São Paulo (1900-1935). **Projeto História**. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 66, p. 290 - 322, 2019.

FONSECA, S. C.; JOHANSEN, C. C. Anália Franco, uma referência em matéria de assistência à infância para as cidades do interior de São Paulo? (1901-1923). **História Unicap**, Universidade Católica de Pernambuco, Recife, v. 5, p. 60-76, 2019.

FONSECA, S. C. A formação do aparato estatal para menores em São Paulo: do Instituto Disciplinar do Tatuapé ao Departamento de Assistência Social (1903-1935). *In*: VEIGA, C. G.; GOMES, M. (org.). **História das desigualdades escolares: problematizando a divisão sociorracial da educação no Brasil e em Moçambique (séculos XIX - XX)**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2023, p. 249-280.

FOUCAULT, M. L'Oeil du pouvoir. *In*: FOUCAULT, M. **Dits et écrits: 1976-1988**. Paris: Gallimard, 2001.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Trad. Raquel Ramallete. 36 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

FREHSE, F. **Ô da rua!** O transeunte e o advento da modernidade em São Paulo. São Paulo: EDUSP, 2011.

FREHSE, F. **O tempo das ruas na São Paulo de fins do Império**. São Paulo: EDUSP, 2005.

FRANCO, J. E. O serviço de assistência aos menores no Estado de São Paulo. **Revista do Arquivo Municipal**, São Paulo, v. 98, p. 7-44, 1944.

FRANCO, M. S. de C. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Editora Unesp, 1996.

FRONTANA, I. C. R. **Crianças e adolescentes nas ruas de São Paulo**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

FURLANETTO, P. G. **Associativismo como estratégia de inserção social**: as práticas sócio-culturais do mutualismo imigrante italiano em Ribeirão Preto (1895-1920). Tese (Doutorado em História Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

GIGLIO, C. M. B. A inspeção da instrução pública na província de São Paulo (1836 – 1876). **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 18, n. 36, p. 64-95, jan./abr. 2017.

GHIRARDELLO, N. **À beira da linha**: formações urbanas da Noroeste Paulista. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

GONDRA, J. G.; SCHUELER, A. **Educação, poder e sociedade no Império brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008.

GREGÓRIO, V. M. **Dividindo as províncias do Império**: a emancipação do Amazonas e do Paraná e o sistema representativo na construção do Estado nacional brasileiro (1826-1854). Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

HAHNER, J. **Pobreza e política**: os pobres urbanos no Brasil (1870-1920). Trad. Cecy Ramires Maduro. Brasília: Editora UnB, 1993.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HARDMAN, F. F. **Trem-fantasma**: a ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

HAUCK, J. F. **História da igreja no Brasil**: segunda época. Petrópolis: Vozes, 1985.

HILSDORF, M. L. S. Os seminários de educandos de São Paulo. *In*: MENEZES, M. C. (org.). **Educação, memória, história**: possibilidades, leituras. Campinas: Mercado de Letras, 2004.

HOLANDA, S. B. **Caminhos e fronteiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

HOLANDA, S. B. **Capítulos de expansão paulista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 1958.

JOHANSEN, C. C. **A interiorização da assistência à infância e a experiência do Asylo de Orphans Anália Franco em Ribeirão Preto (1901-1925)**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

KFOURI, N. G. **Estabelecimentos particulares cujo objetivo é prestar assistência aos menores abandonados do Município de São Paulo**. São Paulo: [S. n.]. (datilo).

KISHIMOTO, T. M. **A pré-escola em São Paulo (das origens a 1940)**. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.

KISHIMOTO, T. M. Froebel e a concepção de jogo infantil. *In*: KISHIMOTO, T. M. **O brincar e suas teorias**. São Paulo: Pioneira, 2002.

KUHLMANN JR., M. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

KUHLMANN JR., M.; RAMOS, M. M. S. Políticas e organização do Parque Infantil no município de Campinas, São Paulo, décadas de 1940 e 1950. *In*: **Anais ... Reunião Anual da ANPED**, 24, 2001.

LANGENBUCH, J. R. **A estruturação da grande São Paulo: estudo de geografia urbana**. 1968. 2v. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de

Rio Claro/SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/281312>. Acesso em: 11 ago. 2018.

LANZA, A.; LAMOUNIER, M. L. *Café, imigrantes e empresas no nordeste de São Paulo (Ribeirão Preto, 1890-1913)*. **História Econômica & História de Empresas**, São Paulo, v. 1, 2015.

LAGES, J. A. **Ribeirão Preto: da Figueira à Barra do Retiro** (o povoamento da região pelos entrantes mineiros na primeira metade do século XIX). Ribeirão Preto: VGA, 1996.

LAPA, J. R. A. **Os excluídos: contribuição à história da pobreza no Brasil (1850-1930)**. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

LAUREANO, R. E. **Educar, assistir e recrear: as práticas educativas no Parque Infantil Professor Carlos Zink e o projeto de educação da infância campineira**. 2017. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

LAURIANO, Monsenhor Dr. João. **Subsídios para a história religiosa de Ribeirão Preto (1845-1905)**. Ribeirão Preto: Cúria Metropolitana de Ribeirão Preto, 1973.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

LEME, F. de L. **Memórias de um Parque Infantil em Campinas: vestígios do pensamento de Mário de Andrade**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

LEME, M. S. **Dinâmicas centrípetas e centrífugas na formação do Estado monárquico no Brasil: o papel do Conselho Geral da**

Província de São Paulo. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 28, p. 197-215, 2008.

LENOIR, R. Objeto sociológico e problema social. *In*: CHAMPAGNE, P. *et al.* (org.). **Iniciação à prática sociológica**. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 59-106.

LÉVI-STRAUSS, C. **Tristes tropiques**. Paris: Plon, 2022.

LODI-CORRÊA, S. **Anália Franco e sua ação sócio-educacional na transição do Império para a República (1868-1919)**. Dissertação (Mestrado em História da Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

LOPES, L. S. **Sob os olhos de São Sebastião: a cafeicultura e as mutações da riqueza em Ribeirão Preto (1849-1900)**. Tese (Doutorado em História Econômica) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

LOURO, G. L. Mulheres em sala de aula. *In*: PRIORE, M. D. (org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004.

LOWRIE, S. H. Assistência filantrópica na cidade de São Paulo. **Revista do Arquivo Municipal**, São Paulo, v. 27, 1936.

LUNA, F. V.; KLEIN, H. S. **História econômica e social do estado de São Paulo (1850-1950)**. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2005.

MANOEL, I. A. **Igreja e educação feminina**. São Paulo: Editora Unesp, 1996.

MANTOVANI, R. L. **Modernizando a ordem em nome da saúde: doenças, política e administração urbana em São Paulo (1805-1840)**.

Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

MARSON, I.; OLIVEIRA, C. H. de S. (org.). **Monarquia, liberalismo e negócios no Brasil: 1780-1860**. São Paulo: EDUSP, 2013.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARCÍLIO, M. L. **História social da criança abandonada**. São Paulo: Hucitec, 1998.

MARTINEZ, P. H. Estado e amparo social no Império do Brasil (1822-1831). **Revista da ABET**, São Paulo, v. 3, 2003, p. 151-165.

MELLO, R. C. de. **Nos limites da civilização: interiorização dos processos de educação na região de Ribeirão Preto/SP (1889-1930)**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2023.

MEMÓRIA Urbana. **A grande São Paulo até 1940**. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, Imprensa Oficial, 2001. (3 vols.)

MENDES, L. A. **Memórias de um sobrevivente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MIRANDA, N. **Origem e propagação dos parques infantis e parques de jogos**. São Paulo: Departamento de Cultura, 1941.

MESGRAVIS, L. **A Santa Casa de Misericórdia de São Paulo (1599-1884)**. São Paulo: Conselho Estadual da Cultura, 1976.

MOACYR, P. **A instrução e o Império**. Vol. 3. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

MOACYR, P. **A instrução e as províncias:** subsídios para a história da educação no Brasil (1834-1889) – Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Goiás. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

MOACYR, P. **A instrução pública no Estado de São Paulo:** primeira década republicana (1890-1893). Vol. 2. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.

MONBEIG, P. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo.** São Paulo: HUCITEC/Polis, 1984.

MONTEIRO, E. **Anália Franco:** a grande dama da educação brasileira. São Paulo: Madras, 2004.

MOOG, C. V. **Bandeirantes e pioneiros:** paralelo entre duas culturas. Rio de Janeiro: Globo, 1954.

MORAES, C. S. V. **A socialização da força de trabalho.** Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

MORAES, C. S. V. **O ideário republicano e a educação.** Campinas: Mercado de Letras, 2006.

MOTA, C. G. São Paulo no Século XIX (1822-1889): esboço de interpretação. **Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 9-16, 2004.

MOTT, M. L. *et al.* **O gesto que salva:** Pérola Byington e a Cruzada Pró-Infância. São Paulo: Grifo Projetos Editoriais e Históricas, 2005.

MOURA, E. B. B. de. Meninos e meninas na rua: impasse e dissonância na construção da identidade da criança e do adolescente na República Velha. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 19, n. 37, 1999.

MÜLLER, D. P. **Ensaio d'um quadro estatístico da província de São Paulo**: ordenado pelas leis municipais de 11 de abril de 1836 e 10 de março de 1837. Fac-similada. São Paulo: Governo do Estado, 1978, p.127.

NARITA, F. Z. **A experiência da aceleração**: paisagem, infraestrutura e o imaginário da modernidade no Brasil (1870/1910). 247 f. Relatório (Pós-doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2020.

NAXARA, M. C. **Estrangeiro em sua própria terra**: representações do brasileiro (1870-1920). São Paulo: Annablume, 1998.

NETTO, L. R. Por debaixo dos panos. A máquina policial e o problema da infância desvalida na cidade de São Paulo (1910-1930). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 9, n. 17, p. 129-141, 1988.

NIEMEYER, C. A. **A criação de espaços públicos de lazer organizados como expressão de cidadania**: o caso dos Parques Infantis de São Paulo (1934-1954). Dissertação (Mestrado em Estruturas Ambientais Urbanas) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

OLIVEIRA, E. de C. **Anália Franco e a Associação Feminina Beneficente e Instrutiva**: ideias e práticas educativas para a criança e para a mulher (1870-1920). Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade São Francisco, Bragança Paulista, 2007.

OLIVEIRA, M. R. **Formar cidadãos úteis**: os patronatos agrícolas e a infância pobre na Primeira República. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

OLIVEIRA, S. A. R. A história do primeiro parque infantil municipal de Sorocaba: o contexto histórico e as circunstâncias específicas da criação e da instalação da escola. **Conjectura**, Caxias do Sul, v. 15, n. 3, 2010.

OLIVEIRA VIANNA, F. J. **Instituições políticas brasileiras**. Brasília: Senado Federal, 2019.

OLIVEIRA VIANNA, F. J. **Populações meridionais do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2005.

OSTERHAMMEL, J. **The transformation of the world: a global history of the nineteenth century**. Trad. Patrick Camiller. New Jersey: Princeton University Press, 2014.

PATTO, M. H. S. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

PEREIRA, M. **O Parque Infantil “Leonor Mendes de Barros” da cidade de Araraquara (1941-1971)**. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.

PETRONE, P. No cinturão em torno do centro da cidade, definiram-se inúmeras pequenas Itálias. *In: MEMÓRIA Urbana. A grande São Paulo até 1940*. Vol. 1. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, Imprensa Oficial, 2001.

PILOTTI, F.; RIZZINI, I. (org.). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais e da assistência à infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano del Niño, Editora Universitária Santa Úrsula, Amais Livraria e Editora, 1995.

PIMENTA, J. S. **As duas margens do Atlântico: um projeto de integração entre dois povos na viagem de Cecília Meireles a Portugal (1934)**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

PINTO, L. F. S. **O social inadiável**. São Paulo: Fundação Salim Farah Maluf, 1984.

PRADO JUNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PRANDI, M. B. R. **A construção da imagem dos parques infantis de Ribeirão Preto das décadas de 1950 e 1960**. 2015. 168 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2015.

PRATES, P. da C. **Ribeirão Preto de outrora**. Ribeirão Preto: [S.n.], 1956.

PROCACCI, G. Governing poverty: sources of the social question in nineteenth-century France. *In*: GOLDSTEIN, J. **Foucault and the writing of history**. Cambridge: Blackwell, 1994.

REIS FILHO, C. **A educação e a ilusão liberal**. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1981.

REIS, N. G. **São Paulo: vila, cidade, metrópole**. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, 2004.

ROSANVALLON, P. **A crise do Estado-providência**. Brasília: Editora UnB, 1997.

ROSEMBERG, F. A LBA, o Projeto Casulo e a doutrina de segurança nacional. *In*: FREITAS, M. C. (org.). **História social da infância no Brasil**. São Paulo: USF/Cortez, 1997. p. 141-161.

ROSEMBERG, F. Organizações multilaterais, estado e educação infantil. **Cadernos de Pesquisa**. Fundação Carlos Chagas, São Paulo, n. 115, 2002, p. 25-63.

RIZZINI, I. **Assistência à infância no Brasil: uma análise de sua construção**. Rio de Janeiro: Editora Universidade Santa Úrsula, 1993.

RIZZINI, I.; FONSECA, M. T. da. **Bibliografia sobre história da criança no Brasil**. Marília: Unesp, 2001.

ROVERSI-MONACO, F. Descentralização e centralização. *In*: BOBBIO, N.; MATTEUCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. Brasília: Editora UnB, 1998. p. 329-334.

SAID, E. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANTOLARIA, F. **Marginación y educación**. Historia de la educación social en la España moderna y contemporánea. Barcelona: Ariel Educación, 1997.

SANTOS, V. Q.; FONSECA, S. C.; NARITA, F. Z. Educação metodista no interior de São Paulo: movimentos e conexões entre o final do século XIX e o início do XX. **Faces da História**, Assis, v. 6, n. 1, p. 337–363, 2019.

SANTOS, V. Q. **Educação conectada**: interior paulista como parte da missão metodista transnacional entre o final do século XIX e início do XX. 2021. 383f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2021.

SCHIAVON, T. Ferrovias e o processo de identificação e valorização do patrimônio industrial no Brasil: a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil e as paisagens industriais da região Oeste do estado de São Paulo. **Arquitextos**, São Paulo, v. 17, n. 197, 2016.

SCHIAVON, T. La “marche vers l’Ouest” et l’état de São Paulo: moyens de transport et articulations du territoire. **Confins**, Paris, v. 33, 2017.

SLEDGE, R. W. **Five dollars and myself: the history of mission of the Methodist Episcopal Church, South, 1845-1939.** Nova York: GBGM Books, 2005.

SOUSA NETO, M. F. **Planos para o império.** São Paulo: Alameda, 2012.

SOUZA, R. F. de. **Templos de civilização.** São Paulo: Editora Unesp, 1998.

SOUZA, R. F. de. **Alicerces da pátria.** Campinas: Mercado de Letras, 2009.

SPOSATI, A. **História da pobreza assistida em São Paulo.** São Paulo: PUCSP, 1987.

SPOSATI, A. *et al.* **Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise.** São Paulo: Cortez, 2014.

STEINMETZ, G. **Regulating the social.** Princeton: Princeton University Press, 1993.

STRAND, M. The genesis and structure of moral universalism: social justice in Victorian Britain, 1834–1901. **Theory and Society**, Nova York, v. 44, 2015.

TOBAR, F. **O conceito de descentralização: usos e abusos.** Brasília: Ipea, 1991, p. 31-51.

TOSI, P. **Capitais no interior: Franca e a história da indústria coureiro-calçadista (1860-1945).** Franca: Unesp, 1998.

VALDEMARIN, V.; PINTO, A. A. Das formas de ensinar e conhecer o mundo: lições de coisas e método de ensino intuitivo na

imprensa periódica educacional do século XIX. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 39, n. 25, p. 163-187, 2010.

VARNHAGEN, F. A. **Memorial orgânico**. Madri: Impr. da Viúva de D. R. J. Dominguez, 1849. (ed. Biblioteca Nacional).

VASCONCELLOS, M. da P. C. (Coord.). **Memórias da saúde pública: a fotografia como testemunha**. São Paulo: Hucitec/Abrasco, 1995.

VEIGA, C. G.; FARIA, L. M de. **Infância no sótão**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

VENTURA, M. F. **Mulheres educadoras na presidência da Associação Feminina Santista (década de 1930)**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Católica de Santos, Santos, 2016.

VEYNE, P. Do ventre materno ao testamento. *In*: VEYNE, P. (org.). **História da vida privada**. Do Império Romano ao ano mil. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 23-43.

VIANNA, A. B. R. **O mal que se advinha**. Polícia e minoridade no Rio de Janeiro, 1910-1920. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

VIDAL, D. G.; CARVALHO, M. P. de. Mulheres e magistério primário: tensões, ambiguidades e deslocamentos. *In*: VIDAL, D. G.; HILSDORF, M. L. S. **Brasil 500 anos: tópicos em história da educação**. São Paulo: EDUSP, 2001.

WALKER, T.; BARBOSA, A. de S. **Dos coronéis à metrópole: fios e tramas da sociedade e da política em Ribeirão Preto no século XX**. Ribeirão Preto: Palavra Mágica, 2000.

Sobre as autoras e os autores

Carla Cristina Johansen

Licenciada em Pedagogia (USP), Mestre em Educação (USP).
Professora na Rede Municipal de Educação de Ribeirão Preto.

E-mail: carlajohansen@educacao.pmrp.sp.gov.br

Cintia Regina Czysz de Castro

Licenciada em Pedagogia (USP), Mestre em Psicologia (USP).
Professora na Creche e Pré-escola Carochinha, da Universidade de São Paulo, no campus de Ribeirão Preto.

E-mail: cintiaczysz@usp.br

Débora Menengoti Ferreira

Mestra em Educação (USP), Licenciada em Pedagogia (USP) e
Licenciada em Matemática (Faculdades Claretiano).

E-mail: dmenengotti@hotmail.com

Elmir de Almeida

Licenciado em Pedagogia pela Faculdade de Educação da
Universidade de São Paulo; Mestre e Doutor em Educação pela
FEUSP. Docente e pesquisador da USP-Faculdade de Filosofia,
Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Programa de Pós-graduação
em Educação.

E-mail: elmir@ffclrp.usp.br

Felipe Ziotti Narita

Realizou pós-doutorado na USP e na UFSCar e recebeu suas quatro
titulações acadêmicas da Unesp. Atualmente é pró-reitor do Centro
Universitário Barão de Mauá, docente da pós-graduação na Unesp
e pesquisador associado da Fapesp. Foi pesquisador convidado na

Universidade de Freiburg (Suíça, 2018) e na Universidade de Varsóvia (Polônia, 2023).

E-mail: felipe.narita@unesp.br

Gabriela Campos Darahem

Licenciada em Pedagogia (USP), Mestre em Psicologia (USP).

E-mail: gabidarahem@gmail.com

Maria Beatriz R. Prandi-Gonçalves

Doutora em Psicologia (USP), Mestra em Educação (USP), Bacharela em Biblioteconomia, Ciências da Informação e da Documentação (USP) e Licenciada em Pedagogia (UNAERP).

E-mail: biaprandi90@gmail.com

Rafael Cardoso de Mello

Licenciado em História, Pedagogia, Filosofia e graduado em Psicologia. Mestre em História (UNESP) e Doutor em Educação (USP). Docente do Curso de História do Centro Universitário Barão de Mauá.

E-mail: rafaelcmello1@gmail.com

Sérgio C. Fonseca

Licenciado em História (UNESP), Mestre em Educação (UNESP) e Doutor em Educação Escolar (UNESP). Professor na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão, da Universidade de São Paulo.

E-mail: sergiofonseca@usp.br

Vítor Queiroz Santos

Graduado em História (UNESP), Filosofia (Centro Universitário Moura Lacerda) e Doutor em Educação (USP). Professor na Fundação Armando Álvares Penteado e no Centro Universitário Moura Lacerda.

E-mail: vitorqsantos@alumni.usp.br

O livro analisa a estruturação do campo assistencial no Brasil, dos primeiros desenhos institucionais no século XIX, acompanhando a construção do Estado e da sociedade nacional, até os anos 1950, com a consolidação da assistência. Asilos, orfanatos, patronatos, casas correccionais e escolas foram subsidiados por departamentos e setores especializados do poder público, articulando capitais e municípios do interior em uma complexa rede institucional de procedimentos e de sujeitos que, a um só tempo, instituiu mecanismos de governo da população e sublinhou a emergência das grandes questões sociais e políticas da modernidade, como a pobreza, o desvalimento e as desigualdades.

